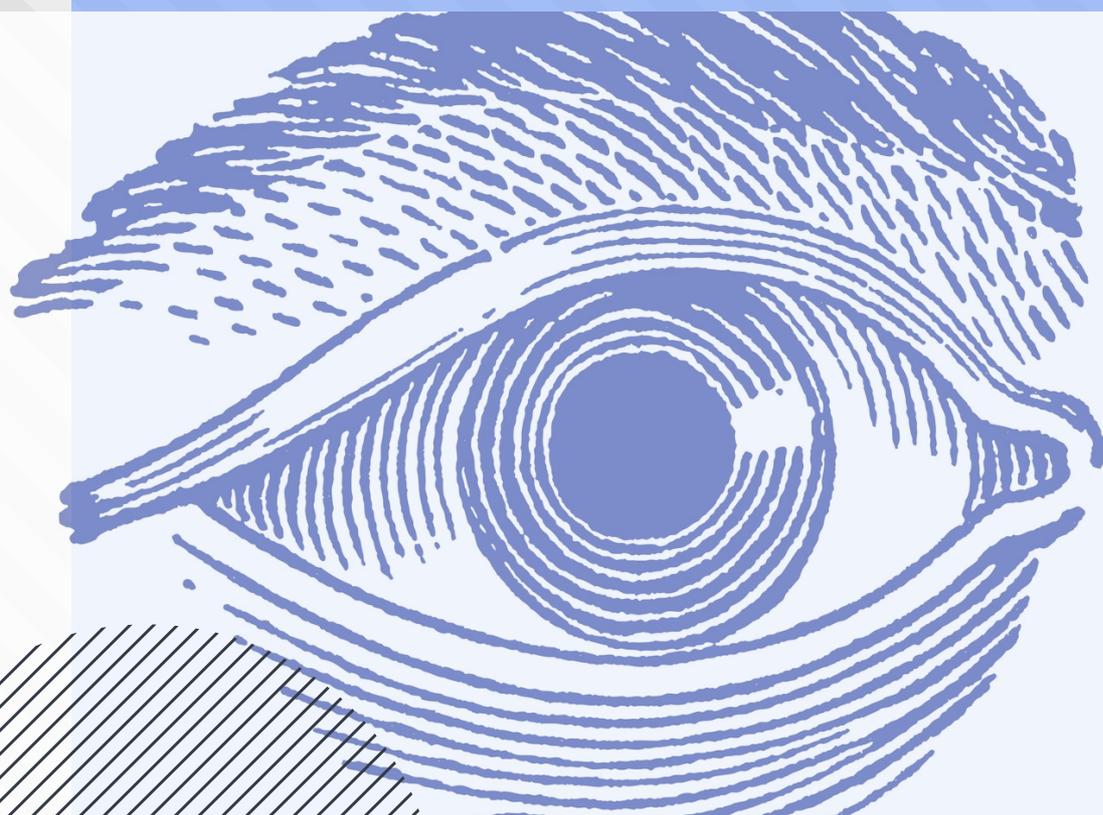


# 4FPPGS



Anais do 4º Fórum  
do Programa de  
Pós-Graduação em  
Sociologia do  
IFCH/UNICAMP

**CADERNO DE TRABALHOS**

**2017**





# **4FPPGS**

**Anais do 4º Fórum do  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
do IFCH/UNICAMP**

## **CADERNO DE TRABALHOS**

**Programa de Pós-Graduação em Sociologia  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Universidade Estadual de Campinas**

**2017**

# 4º FPPGS

4º Fórum do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/UNICAMP

Comissão Organizadora	Realização	Apoio
Amanda Bueno Inocencio Bárbara Luisa Fernandes Pires Caio Cesar Leme Alquati Hyury Pinheiro Laura Luedy Letícia Alves da Cunha Lisandra Zago Maria Caroline M. Tresoldi Mariana Toledo Borges Talitha Alessandra Ferreira Raphael Silveiras	Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) <i>Reitor</i> Prof. Dr. Marcelo Knobel <i>Diretor do IFCH</i> Prof. Dr. Álvaro Bianchi <i>Diretor Associado do IFCH</i> Prof. Dr. Roberto do Carmo	Departamento de Sociologia (IFCH/UNICAMP) Secretaria de Eventos (IFCH/UNICAMP) Setor de Publicações (IFCH/UNICAMP) Direção (IFCH/UNICAMP) <hr/> Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO IFCH/UNICAMP  
Bibliotecária: Neiva Gonçalves de Oliveira CRB/8 nº 6792

F779a

Fórum do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp  
(4: 2017: Campinas, SP).

Anais do 4º Fórum do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2 a 4  
de outubro de 2017. Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 2017.  
367 p.

ISSN 2357-8033

1. Sociologia. 2. Teoria social. 3. Cultura. 4. Capitalismo. 5. Pensamento  
Social I. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas. II. Título

CDD — 301

## Sumário

Apresentação	12
GT 1 – Produção e circulação de bens culturais	17
Da grife de luxo ao fast fashion: uma análise das estratégias de produção de coleções colaborativas BÁRBARA VENTURINI ABILE	18
Existir é existir no SESC? Um estudo sobre a relação do artista com programação musical do SESC-SP CAIO CESAR LEME ALQUATI	19
Castelos de areias nas paisagens urbanas LUÃ FERREIRA LEAL	20
O amor pelo gosto? Sobre o comer nos <i>food trucks</i> e n universo das práticas culturais TALITHA ALESSANDRA FERREIRA	21
GT 2 – Temas brasileiros de cultura e política	22
Estudos sociológicos sobre a corrupção: O Ministério Público Federal, a dinâmica brasileira da corrupção e seu combate sob o capitalismo globalizado MILENA BRENTINI SANTIAGO	23
Correspondências do teatro brasileiro em dois tempos: do Latão ao Arena MONIQUE LIMA DE OLIVEIRA	24

Democracia no currículo de sociologia no Ensino Médio: contradições e desafios de pesquisa	25
RAONI GOMES DE SOUSA	
Conflitos político-ideológicas no âmbito Militar: um estudo a partir da revista do Clube Militar (1956-1964)	26
ROZIANE FERREIRA DA SILVA CERQUEIRA	
GT 3 – Capital, trabalho e precarização	27
O fast-food como capital: valor, proletarização e precarização nas lojas da rede Mcdonald's	28
GUILHERME MONTANHOLLI	
O varejo no capitalismo flexível e a hegemonia do capital mercantil	29
LEONARDO MINELLI SILVEIRA	
Alguém aí falou renda básica?	62
PEDRO HENRIQUE SANTOS QUEIROZ	
Terceirizando o Brasil: subjetividades dos gestores de contratos de serviços terceirizados em uma IFES	63
SANDRA OLIVEIRA MAYER BARROS	
A obsolescência programada: forma de redução do tempo improdutivo do capital na esfera do consumo?	64
STÊNIO EDUARDO DE SOUSA ALVES	
Uberização do trabalho: um estudo à luz da experiência de motoristas da região metropolitana de Campinas (apresentação de impressões iniciais)	85
VIVIANE VIDIGAL DE CASTRO	

GT 4 – Economia, sociedade e meio ambiente	86
O baixo nível de influencia das perspectivas sociológica e antropológica de sustentabilidade na definição dos impactos da usina hidrelétrica Belo Monte sobre o desenvolvimento regional	
ANDRÉ MARCONATO RAMOS	87
O consumo sustentável como alternativa de enfrentamento à crise ambiental – proposta de um estudo exploratório	
FELIPE BARBOSA BERTULUCI	88
Estudo das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da meliponicultura no município de Boa Vista Do Ramos – AM	
FRANCISCO ALCICLEY VASCONCELOS ANDRADE	108
As mudanças climáticas e o risco: análise sobre o Brasil e a China	
JEFFERSON DOS SANTOS ESTEVO	109
Segundo Plano Quinquenal – o grande salto chinês que não deu certo: desastres ambientais, desaparecimentos e a maior mortandade por fome da história (1958 a 1962)	
LISANDRA ZAGO	127
Estado, Sociedade Civil e Questão Ambiental na China	
MARIANA DELGADO BARBIERI e LEILA DA COSTA FERREIRA	152
GT 5 – Trajetórias e interseccionalidade	153
Mulheres na migração internacional: trabalhadoras domésticas Filipinas em São Paulo	
ESTER GOUVÊA MARTINS RIBEIRO	154

Imigração e Insegurança: Representações aprisionam? Uma etnografia no bairro Veronetta FABIANE CRISTINA ALBUQUERQUE	155
O Gênero como um dos fatores da diversidade entre imigrantes haitianos no Brasil no período de 2010 a 2016 JOSEPH ENOCK PLACIDE	156
GT 6 – Capitalismo contemporâneo e tecnologia	172
Os movimentos sociais e as novas tecnologias de informação e comunicação – Um estudo comparativo entre movimentos sociais brasileiros. GUILHERME FLYNN PACIORNIK	173
Sociedade conectada e espécie humana: as novas transformações capitalistas GUSTAVO BISSOTO GUMIERO	174
Governança da Internet: esboço sobre a infraestrutura da rede mundial de computadores RAPHAEL SILVEIRAS	175
Autonomia freiriana e tecnicidade simondoniana: conceitos para análise da educação básica no uso de tecnologias informáticas proprietárias e livres STEFANO SCHIAVETTO	198
GT 7 – Vida urbana, conflito e violência	199
Todos sangram na fantástica fábrica de cadáver: uma análise da Chacina do Pavilhão 09 CAMILA DE LIMA VEDOVELLO	200

Violência <i>by design</i> : uma análise sobre formas de interação social nas plataformas digitais	201
CRISTIANA DE OLIVEIRA GONZALEZ	
Exército vermelho: a caminhada para a degenerescência social dos conflitos armados em citéssoleil?	202
JEAN FABIEN	
Mobilidade de classes na economia política da urbanização em São Paulo	221
SANDRO BARBOSA DE OLIVEIRA	
GT 8 – Teoria social: passado presente	246
A erótica weberiana: entre o texto e o contexto	247
CAIO CÉSAR PEDRON	
O problema do desvio na teoria sociológica norte-americana	248
FELIPE RESENDE SIMIQUELI	
Os sentidos do conceito de capital em <i>OCapital</i> , de Karl Marx: problemas em torno da apreensão da natureza de um conceito	249
HYURY PINHEIRO	
O que está de fora: a emergência do conceito de interseccionalidade no feminismo acadêmico norte-americano da década de 1980	266
LAURA LUEDY	
GT 9 – Pensamento social e circulação de ideias	267
Esboço de ideias: possibilidades críticas no ensaísmo de Gilda de Mello e Souza	268
BÁRBARA LUISA FERNANDES PIRES	

O sertão como dilema	
CAMILA TEIXEIRA LIMA	277
<i>Críticos em rede: um horizonte latino-americano</i>	
MARIA CAROLINE MARMEROLLI TRESOLDI	305
Modernidade e tradição na sociologia de Maria Sylvia De Carvalho Franco	
PAULO HENRIQUE RIGOLIN DE MORAES	332
Trabalho e modernidade na institucionalização e internacionalização da sociologia do trabalho francesa e brasileira nos anos 1950/1960	
RICARDO COLTURATO FESTI	334





## Apresentação

Caras e caros colegas, é com grande satisfação que apresentamos, nas páginas que seguem, os resumos e os trabalhos completos recebidos para o **4FPPGS – 4º Fórum do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp**. A quarta edição do Fórum ocorreu entre os dias 2 a 4 de outubro de 2017, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

O evento, que é organizado por alunas e alunos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (e recebe o apoio da Coordenação do Programa, bem como das professoras e professores do Departamento de Sociologia), foi organizado com o objetivo de estreitar laços intelectuais entre os discentes do Programa e destes com a comunidade acadêmica como um todo, por meio do compartilhamento de suas investigações e experiências de pesquisa na Pós-Graduação.

Partilhar o desenvolvimento e os desdobramentos dos trabalhos e dialogar sobre os desafios teóricos e metodológicos encontrados nas pesquisas em andamento nem sempre é uma oportunidade presente nos grandes eventos acadêmicos. Tendo isso em vista, o espaço do Fórum procura deixar os alunos livres para apresentarem trabalhos em formato de projeto, qualificação ou trabalhos já em estágio de conclusão<sup>1</sup>.

Neste ano de 2017, o Fórum contou com nove Grupos de Trabalho, além da realização de duas Mesas-Redondas. Os Grupos de Trabalho se

---

<sup>1</sup> Como nas edições anteriores, o objetivo do Fórum foi promover uma participação mais espontânea dos estudantes vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e de outros cursos de Pós-Graduação do Instituto (notadamente os cursos de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade e Pós-Graduação em Ciências Sociais), para que esse espaço funcione efetivamente como forma de estreitar laços e partilhar experiências de pesquisa. Por esse motivo, os autores dos trabalhos ficaram livres para enviar ou não seus artigos (ou versões de projetos de pesquisa), de modo que esses **Anais** são compostos tanto por *resumos simples* quanto por *trabalhos completos*. Vale ressaltar que todos os resumos recebidos compõem essas páginas, mesmo quando os autores não puderam apresentá-los oralmente.



construíram, na maioria dos casos, a partir de temas e questões comuns presentes nas pesquisas dos alunos; mas buscamos, sempre que possível, promover um intercâmbio de ideias e estimular o contato com estudantes de diferentes linhas de pesquisa da Pós-Graduação do IFCH.

No **GT1, Produção e circulação de bens culturais**, foram discutidos temas ligados à Sociologia da Cultura em suas acepções histórica, teórica e empírica, ou, mais precisamente, formas de representações culturais, políticas culturais e o consumo de bens simbólicos na sociedade contemporânea. BÁRBARA VENTURINI ABILE, CAIO CESAR LEME ALQUATI, LUÃ FERREIRA LEAL e TALITHA ALESSANDRA FERREIRA tiveram seus trabalhos comentados pela pós-doutoranda DANIELA VIEIRA DOS SANTOS, vinculada ao Departamento de Sociologia da Unicamp.

O **GT 2, Temas brasileiros de cultura e política**, reuniu estudos sociológicos sobre o Brasil e as intersecções entre cultura e processos sociais contemporâneos, privilegiando temas como a democracia no currículo do Ensino Médio, o “combate” a corrupção, os conflitos políticos-ideológicos no âmbito militar a partir de revistas e representações de questões brasileiras no teatro. MILENA BRENTINI SANTIAGO, MONIQUE LIMA DE OLIVEIRA, RAONI GOMES DE SOUSA e ROZIANE FERREIRA DA SILVA CERQUEIRA, contaram com os comentários do professor Dr. FÁBIO MASCARO QUERIDO, do Departamento de Sociologia da Unicamp.

No **GT3, Trabalho, capital e precarização**, articularam-se estudos e pesquisas com temas clássicos e contemporâneos da Sociologia do Trabalho, notadamente com questões vinculadas aos diferentes processos, estruturas e mudanças sociais na esfera do trabalho, com forte enfoque na problemática da precarização das condições laborais em decorrência dos contratos flexíveis característicos do capitalismo do século XXI. GUILHERME MONTANHOLLI, LEONARDO MINELLI SILVEIRA, PEDRO HENRIQUE SANTOS QUEIROZ, SANDRA OLIVEIRA MAYER BARROS, STÊNIO EDUARDO DE SOUSA ALVES e VIVIANE VIDIGAL DE CASTRO tiveram seus textos comentados pela



professora Dra. BÁRBARA CASTRO, do Departamento de Sociologia da Unicamp, e pela pós-doutoranda Dra. PATRÍCIA VILLEN MEIRELLES ALVES, também vinculada ao Departamento de Sociologia da Unicamp.

O **GT4, Economia, Sociedade e Meio Ambiente**, reuniu temas que discutiram as transformações ambientais em diferentes contextos sociais, do Brasil à China, considerando as crises ambientais, o consumo sustentável e as negociações climáticas e seus impactos seja em escala regional, em comunidades localizadas, seja em escala mundial, com os acordos internacionais. ANDRÉ MARCONATO RAMOS, FELIPE BARBOSA BERTULUCI, FRANCISCO ALCICLEY VASCONCELOS ANDRADE, JEFFERSON DOS SANTOS ESTEVO, LISANDRA ZAGO e MARIANA DELGADO BARBIERI contaram com comentários da professora Dra. LEILA DA COSTA FERREIRA, do Departamento de Sociologia da Unicamp, e do professor Dr. ROBERTO DONATO JUNIOR, da Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp.

No **GT5, Trajetórias e interseccionalidade**, a discussão teve como eixos centrais a problemática da imigração e dos conflitos sociais contemporâneos entrelaçados a questões de gênero e raça, explorando que tipo de peculiaridades sociais podem surgir nas encruzilhadas entre dois ou mais desses campos de experiência. ESTER GOUVÊA MARTINS RIBEIRO, FABIANE CRISTINA ALBUQUERQUE e JOSEPH ENOCK PLACIDE tiveram seus trabalhos discutidos pela pós-doutoranda Dra. LIDIANE MACIEL, vinculada ao Departamento de Sociologia da Unicamp.

No **GT6, Capitalismo contemporâneo e tecnologias**, foram reunidas pesquisas que discutem formas de experiência social e política contemporâneas e suas interfaces com as novas tecnologias; os temas variaram dos usos possíveis da rede por movimentos sociais até a aplicação de tecnologias informáticas livres nas escolas, passando por debates sobre a infraestrutura da rede mundial de computadores e questões teóricas envolvidas na sociologia da tecnologia. GUILHERME FLYNN PACIORNIK,



GUSTAVO BISSOTO GUMIERO, RAPHAEL SILVEIRAS e STEFANO SCHIAVETTO receberam os comentários do pós-doutorando Dr. RAFAEL ALVES.

O GT7, **Vida urbana: conflito e violência**, debateu pesquisas preocupadas com diferentes formas de violência e segregação que ocorrem no âmbito da vida na cidade. Os temas tangenciados foram desde chacinas policiais até conflitos no mercado clandestino digital, passando pela discussão sobre mobilidade urbana. CAMILA DE LIMA VEDOVELLO, CRISTIANA DE OLIVEIRA GONZALEZ, JEAN FABIEN e SANDRO BARBOSA DE OLIVEIRA tiveram suas investigações comentadas pela professora Dra. TANIELE RUI, do Departamento de Antropologia da Unicamp.

No GT8, **Teoria social: passado presente**, agruparam-se questões teóricas advindas de diversas matrizes do pensamento sociológico, apontando seus desafios, suas potencialidades e seus limites: trabalhos cujas principais referências são as sociologias clássicas de Marx e Weber foram debatidos em conjunto com aqueles de matriz norte-americana solidificada ao longo do século XX. CAIO CÉSAR PEDRON, FELIPE RESENDE SIMIQUELI, HYURY PINHEIRO e LAURA LUEDY tiveram seus trabalhos comentados pelo professor Dr. JOSUÉ PEREIRA DA SILVA, do Departamento de Sociologia da Unicamp.

Por fim, o GT9, **Pensamento Social e Circulação de Ideias**, reuniu trabalhos que dialogam com a produção e a circulação transnacional de ideias, tendo como foco o pensamento social produzido no e sobre o Brasil. BÁRBARA LUISA FERNANDES PIRES, CAMILA TEIXEIRA LIMA, MARIA CAROLINE MARMEROLLI TRESOLDI, PAULO HENRIQUE RIGOLIN DE MORAES e RICARDO COLTURATO FESTI contaram com os comentários do professor Dr. ALEXANDRO HENRIQUE PAIXÃO, do Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Educação da Unicamp.

Além da apresentação de pesquisas dos discentes da Pós-Graduação em diferentes Grupos de Trabalho, o 4FPPGS propôs debates centrados em



questões clássicas e contemporâneas da Sociologia. Como no ano de 2017 se comemorou o centenário da Revolução Russa, a Mesa de Abertura dessa edição do Fórum, realizada no dia 2 de outubro em parceria com o Centro de Estudos Marxistas da Unicamp, teve como título **“Revolução Russa e Razão Sociológica: Durkheim, Weber e Lukács”**, e buscou apontar quais as colaborações desses autores para uma sólida reflexão sociológica sobre o memorável ano de 1917, bem como de que modo a própria revolução foi capaz de influenciar ou ressignificar suas teorias. A mesa contou com a participação dos professores FERNANDO LOURENÇO, SÁVIO MACHADO CAVALCANTE e SÍLVIO CÉSAR CAMARGO, todos vinculados ao Departamento de Sociologia da Unicamp.

A segunda Mesa Redonda, realizada no dia 3 de outubro, buscou dialogar com as professoras MARIANA MIGGIOLARO CHAGURI e MARTA KANASHIRO sobre **“Sociologias não-hegemônicas”**. O objetivo do debate foi reunir temas e objetos sociológicos que ainda figuram como não-hegemônicos na teoria social, mas cujos problemas e caminhos teóricos e metodológicos vêm desafiados as ciências sociais contemporâneas.

A última atividade do Evento, realizada no dia 4 de outubro, foi uma confraternização entre as estudantes e os estudantes do PPGS.

Aos discentes, aos professores e aos funcionários que contribuíram com o **4º Fórum do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp**, deixamos nossos sinceros agradecimentos.

A Comissão Organizadora

## GT 1 – Produção e circulação de bens culturais

## Da grife de luxo ao fast fashion: uma análise das estratégias de produção de coleções colaborativas

BÁRBARA VENTURINI ABILE<sup>1</sup>

### Resumo

As coleções colaborativas consistem na aliança entre segmentos de moda distintos: as *fast fashions*, cujo modo de produção é rápido, massificado, de baixa qualidade e barato; e as grifes de luxo, que vendem uma imagem de produção artesanal, limitada, de qualidade superior, e atuam sob um nome de prestígio no campo da moda. As peças dessas coleções possuem a etiqueta da grife, mas são produzidas e vendidas pelas *fast fashions* em lojas selecionadas, sob o discurso de “democratização da moda”. Temos como objetivo o mapeamento do processo de aliança entre *fast fashions* e grifes de luxo, no que diz respeito às suas estratégias de produção. Ainda que a utilização de um nome de prestígio para a venda de outros produtos seja algo praticado há muito tempo na indústria da moda, as coleções colaborativas se estabelecem em termos próprios de um mundo caracterizado pela globalização dos mercados e mundialização da cultura. A indústria da moda se organiza de maneira específica nessa conjuntura, sendo que dois de seus aspectos se destacam quando pensamos nas parcerias: (i) a existência de grandes grupos empresariais como novo modelo de gestão das marcas de moda; (ii) as ações de mercado voltadas para a “democratização” de seus produtos, baseadas na ideia de um “novo luxo” que é disponível para todos. Coloca-se como essencial também os aspectos simbólicos passíveis de serem interpretados nas parcerias, as relações de dominação e suas reproduções, e o poder simbólico de certos nomes – que na moda, segundo Bourdieu, adquire um status “mágico”. A metodologia conta com revisão bibliográfica, investigação de documentos, e entrevistas com os responsáveis pelas coleções.

**Palavras-chave:** Globalização, Mundialização, Mercado de luxo, Poder simbólico.

---

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/UNICAMP; orientada pelo Prof. Dr. Renato Ortiz; financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo; E-mail: bvabile@gmail.com



## Existir é existir no SESC? Um estudo sobre a relação do artista com programação musical do SESC-SP

CAIO CESAR LEME ALQUATI<sup>1</sup>

### Resumo

Desde a sua consolidação, a indústria fonográfica determina um campo mais amplo da produção musical, o que incluiu uma definição do que seria promovido e consagrado tanto no âmbito de uma arte de massa quanto em mercados considerados legítimos. Com a expansão da internet e das novas formas de uso, o amplo mercado de música deixa de orbitá-la, se descentralizando e habitando diversas formas de uso na rede. Isso motiva uma certa preocupação de como se estabelece a manutenção e a reelaboração das fronteiras estéticas, e como os artistas constroem sua carreira nesse novo cenário, sobretudo aqueles que não atingem um grande público de massa. Especificamente no estado de São Paulo, o SESC-SP representa uma força importante no que tange a questão, pois promove espetáculos artísticos conciliando uma preocupação específica com a cultura e o lazer, uma grande fonte de financiamento e sua atuação pulverizada em cidades do estado de São Paulo, realizada em grandes centros culturais. O projeto em questão objetiva analisar a maneira em que o SESC entende a cultura e os princípios e práticas que orientam a sua forma de mediação e entender como isso é percebido e manifestado no trabalho dos artistas que lá se apresentam. Tomamos como hipótese que o SESC-SP exerce um papel decisivo na construção da carreira de alguns artistas que lá se apresentam, operando como uma importante instância de consagração as diversas linguagens que circulam entre suas unidades.

**Palavras-chave:** Mercado musical, Políticas culturais, Legitimidade da música.

---

<sup>1</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia do IFCH/UNICAMP; orientado pelo Prof. Dr. Michel Nicolau Netto; financiado pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; E-mail: cclalquati@gmail.com

## Castelos de areias nas paisagens urbanas

LUÃ FERREIRA LEAL<sup>1</sup>

### Resumo

O imaginário sobre a condição global impulsiona a criação de repertórios a respeito das novas funções dos núcleos urbanos em países cujas elites dirigentes almejam inserção no concerto das nações no século XXI. As convergências entre agências midiáticas, empresas de entretenimento, organizações de promoção dos esportes e do turismo proporcionam que as cidades sejam divulgadas como polos de difusão dos fluxos que transpassam as fronteiras nacionais. Empresas privadas e instituições estatais precisam, portanto, articular alianças que favoreçam a promoção de lugares estratégicos, sobretudo das cidades atravessadas pelos vetores definidos como globais. Os espaços urbanos, quando sediam megaeventos esportivos, passam por transformações que, conforme a pressuposição de empresários e gestores públicos, propiciariam a atração de investimentos. Nesse processo, a produção musical pode acompanhar o ritmo de enquadramento dos discursos oficiais, pois passa a ser adotada como trilha sonora da divulgação de cidades como Baku, Rio de Janeiro e Pyeongchang, as respectivas sedes dos Jogos Europeus de 2015, dos Jogos Olímpicos de Verão de 2016 e dos Jogos Olímpicos de Inverno de 2018. Esses três casos serão analisados a partir dos consórcios que aglutinaram interesses de empresas de mídia e do mercado de turismo aos de instâncias administrativas mantidas pelo Estado. Desse modo, pretende-se abordar a globalização pelo ângulo da atuação de agentes inseridos em instituições que divulgam determinadas formas de imaginação musical sobre os espaços nos níveis local, nacional e global.

**Palavras-chave:** Espaço, Globalização, Entretenimento, Cidade.

---

<sup>1</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/UNICAMP; orientado pela Profa. Dra. Mariana Chaguri; financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo; E-mail: lferreiraleal@gmail.com.



## O amor pelo gosto? Sobre o comer nos *food trucks* e n universo das práticas culturais

TALITHA ALESSANDRA FERREIRA<sup>1</sup>

### Resumo

Partindo de referências e discussões que entendem as práticas voltadas ao comer enquanto práticas culturais e de consumo cultural, esta pesquisa pretende observar e discorrer sobre uma fração recortada dos consumidores da gastronomia. Com a finalidade de refletir sobre as possíveis disposições que são acionadas e engendradas quando da ocorrência deste consumo, faz-se necessário, portanto, analisá-lo meio ao universo de outras práticas culturais que podem vir a se tornar experiências relevantes nas diferentes trajetórias dos indivíduos e, por vezes, marcadores de distinção entre os diferentes grupos que conformam a complexa estratificação social contemporânea. Considerando a gastronomia como um *campo* social, cujos limites e pertencimentos se fazem mediante aparatos específicos de legitimação, esta pesquisa intenta, ainda, refletir sobre seus expressivos movimentos de expansão. Estes últimos se materializam, por exemplo, na atual existência de diversos programas sob a temática da gastronomia, nas diferentes mídias; no aumento da oferta de cursos superiores para atuação nesta área e na crescente aparição e circulação de caminhões, carros e bicicletas que vendem seus produtos nas ruas conclamando-os como 'gourmet' ou gastronômicos e não simplesmente como 'comidas de rua'. Frente a tais intenções, esta pesquisa se concretizará por meio de revisões da bibliografia pertinente e buscando referenciais teóricos que possam auxiliar o entendimento do que está sendo proposto. No mais, para confrontarmos o comer com o universo das práticas culturais, será realizado um trabalho de campo junto aos consumidores de *food trucks* em São Paulo, cidade já anteriormente considerada como a 'capital mundial da gastronomia'.

**Palavras-chave:** Gastronomia, Food trucks, Campo, Consumo cultural, Distinção.

---

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/UNICAMP; orientada pelo Prof. Dr. Michel Nicolau Netto; financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; E-mail: talitha\_ferreira@yahoo.com

## GT 2 – Temas brasileiros de cultura e política



## Estudos sociológicos sobre a corrupção: O Ministério Público Federal, a dinâmica brasileira da corrupção e seu combate sob o capitalismo globalizado

MILENA BRENTINI SANTIAGO<sup>1</sup>

### Resumo

O trabalho visa compreender as especificidades da dinâmica da corrupção e seu combate no país, tendo em vista as relações de classe que os conformam, a partir do debate promovido pelo Ministério Público Federal (MPF), instituição jurídica estatal brasileira de atuação central neste contexto. Buscando delinear os impactos proporcionados por seu perfil com atribuiçõesativas e grande autonomia, em um panorama de concretização das agendas neoliberais de reformas do Estado, propõe-se analisar os documentos produzidos pelo MPF para o combate à corrupção desde o ano de 2014, bem como realizar entrevistas com membros da instituição. Através de um referencial teórico que reúne autores como Peter Bratsis, Nicos Poulantzas e Florestan Fernandes, estabeleceu-se o objetivo geral de discutir como as chaves teóricas operadas pelo MPF no que tange à sua definição de corrupção têm influenciado sua atuação nesta seara e, por sua vez, como esta atuação diz respeito à construção social de um ideário acerca da corrupção no país. Constituem-se objetivos específicos do trabalho, contextualizar: *I*) como esse debate se organiza em termos de apropriação, incorporação e (res)significação teóricas, e *II*) como ele se organiza internamente, ou seja, identificar, se for o caso, a existência de diferentes correntes de pensamento sobre o tema na instituição. Ademais, os objetivos específicos propostos serão investigados a partir três aspectos relativos: *a*) à presença da teoria social brasileira no debate acerca da corrupção levantado pelo MPF; *b*) ao manejo dos conceitos sociológicos que se apresentam nesse debate; e *c*) à orientação da defesa de alterações no sistema de combate à corrupção no Brasil.

**Palavras-chave:** Corrupção, Ministério Público Federal, Classes Sociais.

---

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/UNICAMP; orientada pelo Prof. Dr. Sávio Machado Cavalcante; financiada pela fundação de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; E-mail: milenabrentini@gmail.com.



## Correspondências do teatro brasileiro em dois tempos: do Latão ao Arena

MONIQUE LIMA DE OLIVEIRA<sup>1</sup>

### Resumo

A exemplo de Iná Camargo Costa, “meu assunto é o Brasil, com particular interesse em teatro”. Intento, a partir da peça-ensaio da Companhia do Latão, *Os que ficam* (2015), buscar compreender a ditadura e a democracia na sociedade brasileira. *Os que ficam* é uma homenagem a Augusto Boal, um metateatro que tem a *Revolução na América do Sul* como fio condutor. Na peça, estreada na atualidade democrática (2015), um grupo de teatro ensaia *Revolução na América do Sul*, de Augusto Boal (1960–democracia populista). O grupo ensaia *Revolução* em 1970 (auge da ditadura), com Boal no exílio. O exílio é narrado também pelas cartas que Boal envia ao diretor dos ensaios. Penso nas relações entre texto e contexto, relevando a formação, atuação e engajamento de Augusto Boal (*Revolução*–Teatro de Arena) e Sérgio de Carvalho (*Os que ficam*–Latão), articulando sociologia da cultura/do teatro e dos intelectuais com o Pensamento Social e Político Brasileiro.

**Palavras-chave:** Sociologia da Cultura/do Teatro, Democracia, Ditadura, Brasil, Teatro Político.

---

<sup>1</sup>Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/UNICAMP; orientada pelo Prof. Dr. Marcelo Siqueira Ridenti; E-mail: m26dejulho@gmail.com

## Democracia no currículo de sociologia no Ensino Médio: contradições e desafios de pesquisa

RAONI GOMES DE SOUSA<sup>1</sup>

### Resumo

O retorno da Sociologia ao rol de disciplinas obrigatórias do Ensino Médio brasileiro por meio da Lei 11.684/2008, revogado pelo golpe de 2016 através da Medida Provisória 746/2016 e da Lei 13.415/2017, envolveu, nas esferas da administração pública, da academia, do ensino básico e da produção de materiais didáticos, várias tentativas de definições curriculares para a disciplina. Elaboraões diversas sobre o que, como e por que ensinar na disciplina foram postas em debate, das quais destaco dois conjuntos: primeiro, o das investidas de caráter oficial (referências de apoio, recomendações ou injunções) e, segundo, o das que foram legitimadas pelo Estado, caso daquelas presentes nas obras aprovadas para distribuição aos alunos de escolas públicas pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Essas definições curriculares, apesar de coexistentes, não são de todo coerentes, nem dentro do primeiro conjunto, nem entre esse e o segundo, mesmo havendo caráter prescritivo de um sobre o outro. Nesse contexto, proponho-me a identificar as incoerências entre essas definições, suas condicionalidades e implicações, tendo como foco as abordagens da democracia. Especificamente neste artigo, analiso a questão da democracia nas Orientações Curriculares para o Ensino Médio de Sociologia, no volume de Sociologia da coleção “Explorando o Ensino” e no edital do PNLD 2015, problematizando as contradições encontradas num quadro de discussão sobre a formação social de preferências, a diversidade das teorias da democracia, a reprodução da hegemonia e as possibilidades de rupturas contra-hegemônicas por meio da educação escolar. Discuto em seguida os desafios teórico-metodológicos previstos para o avanço da pesquisa com a inclusão dos livros do PNLD 2015 na análise e para o desenvolvimento de uma explicação que relacione as contradições encontradas com disputas políticas para além do campo da educação.

**Palavras-chave:** Sociologia, Ensino Médio, Currículo, Livro Didático, Democracia.

---

<sup>1</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/UNICAMP; orientado pela Profa. Dra. Márcia Lopes Reis; financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; E-mail:raonisousa@gmail.com

## Conflitos político-ideológicas no âmbito Militar: um estudo a partir da revista do Clube Militar (1956-1964)

ROZIANE FERREIRA DA SILVA CERQUEIRA<sup>1</sup>

### Resumo

Por meio das páginas da Revista do Clube Militar a pesquisa pretende apresentar os conflitos político-ideológicos existentes no âmbito das Forças Armadas, com ênfase no Exército, entre 1955-1964. O período abordado foi marcado por uma intensa mobilização político-social no Brasil. O debate político foi orientado por diferentes visões de desenvolvimento capitalista: haviam aqueles que propunham maior autonomia nacional frente ao capital internacional e maior inclusão das camadas populares na vida social e outros que advogavam maior liberdade de atuação interna para capital estrangeiro e menor atuação popular nos destinos da nação. Discussões sobre nacionalismo, industrialização, comunismo, soberania nacional estavam na ordem do dia. Nesse contexto, as Forças Armadas e o Exército em particular tiveram papel de destaque. A presente pesquisa busca apresentar como tais discussões foram desenvolvidas e debatidas em um importante veículo de comunicação dos militares naquele momento, a Revista do Clube Militar (RCM). O Clube Militar se caracterizava por ser um espaço no qual os militares podiam se expressar politicamente com maior liberdade em relação a hierarquia sobre os grandes temas nacionais e sua publicação estava inserida nesse contexto de autonomia relativa. Sendo assim, a RCM foi um meio essencial para as discussões políticas dentro e fora da caserna. Ela atuou como espaço de debate de parcela dos militares no que dizia respeito as suas diversas visões de desenvolvimento capitalista no período. Foi por isso um importante veículo de comunicação no qual estavam presentes os dissensos político-ideológicos existentes no corpo militar daquele período e suas implicações político-sociais.

**Palavras-chave:** Revista do Clube Militar, Disputas político-ideológicas, Clube Militar.

---

<sup>1</sup>Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/UNICAMP; orientado pelo Prof. Dr. Sávio Cavalcante; financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; E-mail: rozianefc@hotmail.com

## GT 3 – Capital, trabalho e precarização



## O fast-food como capital: valor, proletarização e precarização nas lojas da rede McDonald's

GUILHERME MONTANHOLLI<sup>1</sup>

### Resumo

Nesta comunicação, pretende-se realizar dois movimentos. Primeiro, apresentar algumas notas teóricas que ajudam a refletir sobre a possível produção de valor em um segmento específico do setor terciário, a saber, no fast-food. Aqui, o argumento geral é que a obra marxiana fornece uma noção ampliada de indústria e que as transformações que ocorreram no capitalismo ao longo do século XX e XXI ampliaram a lei do valor para setores que até então se encontravam fora do circuito da acumulação. Em seguida, à luz dessas considerações e por intermédio do caso da corporação McDonald's, líder mundial no segmento de hambúrgueres e segunda maior empregadora privada do capitalismo contemporâneo, levanta-se a hipótese segundo a qual o setor de fast-food engendrou a constituição de um novo proletariado precário de serviços. Para tanto, argumenta-se que a relação-capital se instituiu no setor, e que o universo produtivo das lojas consubstancia protocolos técnicos e organizacionais do taylorismo-fordismo com dispositivos típicos do receituário da acumulação flexível.

**Palavras-chave:** Teoria do valor trabalho, Proletarização nos serviços, Fast-Food, McDonald's, Precarização

---

<sup>1</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/ UNICAMP; orientado pelo Prof. Dr. Ricardo Antunes; financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; E-mail: gui.montanholli@hotmail.com

## O varejo no capitalismo flexível e a hegemonia do capital mercantil

LEONARDO MINELLI SILVEIRA<sup>1</sup>

### Resumo

O presente trabalho propõe-se a tratar das principais transformações do setor varejista no capitalismo contemporâneo, a fim de sustentar a tese da emergência da hegemonia do capital mercantil. Para identificar as características do capitalismo flexível, serão feitas incursões nos diagnósticos de Robert Brenner em *The Economics of Global Turbulence* e de David Harvey em *A condição Pós-Moderna*. Acompanhando Brenner, entende-se as principais características do capitalismo contemporâneo como resultados da deterioração crônica das taxas gerais de lucro. Da parte de Harvey, mobiliza-se o conceito de acumulação flexível como uma das principais respostas ao problema de acumulação. Na sequência, por meio de incursão bibliográfica, serão identificadas as respostas do setor varejista à crise do capitalismo fordista, quando serão destrinchados os problemas da globalização e da informatização do setor. Na conclusão, propõe-se que o resultado dessas transformações consiste numa nova forma de relação entre produtores e compradores, a qual se caracteriza pela hegemonia do capital comercial.

**Palavras-chave:** Capitalismo Flexível, Varejo, Hegemonia Do Capital Mercantil, Trabalho.

### 1. Introdução

O capitalismo contemporâneo tem como um dos seus traços constitutivos a hegemonia do capital comercial. Esta é a principal tese do presente artigo. Acompanhando Lichtenstein (2006) e outros autores<sup>2</sup>, defende-se a tese de que a transição rumo à acumulação flexível lançou bases para uma reconfiguração nas relações de força entre os capitais produtivos e

---

<sup>1</sup>Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/UNICAMP; orientado pelo Prof. Dr. Sávio Machado Cavalcante; financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; E-mail: leominellis@gmail.com

<sup>2</sup>Autores como Gereffi (1994), Rosen (2005) e Gereffi e Christian (2009) não defendem explicitamente a tese da hegemonia do capital comercial, mas, concretamente, mobilizam análises que podem dar sustentação a esta tese.

comerciais, que são parte das novas relações entre produção e circulação. Essas novas configurações guardam estreita relação com a crise do fordismo e com a emergência da flexibilidade, bem como com suas expressões no setor varejista. Nesse sentido, a hegemonia do capital mercantil decorre das transformações pelas quais passou o setor varejista no cenário de globalização e informatização.

Um dos pontos de partida da discussão do presente artigo é a tese do neoliberalismo como programa político-econômico do grande capital, que encontrou nessa plataforma um meio de reestabelecer sua hegemonia em contexto de crise. Nesse sentido, acompanha-se os diagnósticos Harvey (2014), Duménil e Levy (2007) e Chesnais (2001), que sustentam tanto que o neoliberalismo é um programa do grande capital quanto que o capitalismo contemporâneo se caracteriza por uma hegemonia do capital financeiro.

Se as teses do presente trabalho estão corretas, uma das faces das reorganizações das relações de classe típicas do neoliberalismo é hegemonia do capital comercial. Esta tese não somente não contradiz a tese da hegemonia do capital financeiro, como também a pressupõe, pois sem os traços característicos da dominação financeira, a nova relação de forças em favor do capital mercantil não seria possível. Além disso, o poder exercido pelo capital comercial de modo algum se exerce a expensas do grande capital produtivo e do capital financeiro. Na verdade, as vantagens obtidas pelo grande capital comercial no capitalismo flexível se exercem sobretudo sobre as pequenas e médias empresas fornecedoras – muitas das quais mascaram relações entre capital e trabalho sob a aparência de relações empresa-empresa – e sobre as pequenas e médias empresas do setor varejista.<sup>3</sup> Assim, mais do que um fenômeno de hegemonia sobre as demais frações capitalistas,<sup>4</sup> trata-se de um incremento geral da dominação de classe do capital em geral sobre toda a

---

<sup>3</sup>Além disso, a hegemonia do capital comercial coincidiu com o avanço da dominação sobre o trabalhador comerciário, a qual também é uma das suas condições. Esse tema não será abordado em razão dos objetivos do presente trabalho

<sup>4</sup>A respeito do conceito de fração de classe, o presente trabalho acompanha Saes (2014).



estrutura de classes. Em outros termos, o incremento das relações de força em favor da fração comercial é uma forma de particular de desenvolvimento do modo de produção capitalista.

A fim de sustentar essa tese, na primeira seção o presente artigo fará uma exposição da natureza da crise do capitalismo fordista, explicitando algumas características do capitalismo pós-70. A razão para tanto é que as transformações do setor varejista são incompreensíveis se não situadas no quadro da transição em direção à acumulação flexível. A seção 2 ocupa-se da globalização do setor varejista, enquanto a seção 3 da sua informatização. Por fim, na seção 4 o tema da hegemonia do capital comercial é explorado em específico.

## 2. A crise do capitalismo fordista

Para Brenner (2006) as crises capitalistas resultam do tipo de regulação social das sociedades capitalistas, bem como pelas tendências à superprodução inerentes às relações de mercado num cenário de concorrência global. Esse conjunto de fatores leva os capitalistas individuais à busca da "produção pela produção" (Marx, 2013), conduzindo-os a investimentos em descompasso com as necessidades sociais. Disso resulta formação de capacidade ociosa, que consiste em investimentos que não obtiveram emprego produtivo. Consequentemente, o capitalismo convive com a tendência à superprodução, que ocasiona periodicamente deterioração nas taxas de lucro.

O quadro conceitual oferecido por Brenner permite formular uma teoria consistente acerca da natureza das crises econômicas na medida em que vincula uma consideração da natureza das relações sociais capitalistas em conjunto com as principais variáveis macroeconômicas. A regulação social reificada conduz à superprodução, que por sua vez deteriora as taxas de lucro. Para o economista, por possuírem capacidade de determinação sobre as demais variáveis macroeconômicas, a taxa de lucro é a principal variável macroeconômica. Elas consistem no montante percentual de retorno dos

investimentos. Por incidirem na taxa de investimentos e na demanda agregada, as taxas de lucro incidem diretamente sobre o desempenho econômico.

A segunda variável macroeconômica mais importante é a taxa de evolução da produtividade, cuja importância decorre da sua vinculação com a taxa de lucro, bem como com a capacidade de geração de mais-valia. A produtividade do trabalho consiste no montante de valores de uso passíveis de produção por unidade de tempo de trabalho, de modo que seu crescimento consiste em maior capacidade de produzir valores de uso com um mesmo tempo de trabalho de igual complexidade (Marx, 2013). Para que o capital consiga gerar mais-valia de modo sistemático, é necessário revolucionar os métodos de produção, pois só assim pode-se aumentar o montante de riqueza social pertencente à jornada de trabalho excedente ou, em outros termos, gerar mais-valia relativa (Marx, 2013). Assim, os ganhos de produtividade implicam em incremento da taxa de lucro, que por sua vez incide nas demais variáveis.

Em lugar secundário, mas também importante, situam-se as variáveis macroeconômicas taxa de crescimento econômico, taxa de investimentos e demanda agregada, cuja importância secundária decorre de sua condição de variáveis dependentes. Para Brenner, o crescimento, os investimentos e a demanda agregada são, em última instância, resultados da taxa geral de lucro e da taxa de evolução da produtividade. Assim, uma economia que gere ganhos de produtividade e altas taxas de lucro, terá crescimento do mesmo modo que uma economia que prescindir de bom desempenho nessas variáveis experimentará crise ou estagnação.

Esse quadro conceitual permite interpretar tanto situações de acumulação de capital acelerada quanto de crise, uma vez que explicita os fundamentos dos ciclos econômicos. Períodos caracterizados por altas taxas de lucro e por ganhos de produtividade sempre renovados, como o capitalismo fordista, permitem acumulação de capital em larga escala e a expansão da

renda de toda a sociedade. De modo inverso, períodos de baixa taxa de lucro tendem a ter baixas taxas de investimentos e dificuldade para ganhar produtividade, levando a quedas nos salários e nos lucros, que por sua vez ocasionam a deterioração das outras variáveis macroeconômicas.

Brenner mobiliza esse quadro conceitual para explicar o capitalismo pós-70. Para o economista, a causa da transição para o período de "longa desaceleração" característico do capitalismo contemporâneo é o desenvolvimento das economias japonesa e alemã, cujo patamar de desenvolvimento equiparou-se com a economia norte-americana. Dada essa nova circunstância, incrementou-se a concorrência intercapitalista no plano internacional, levando à formação de excesso de capacidade produtiva e à consequente deterioração das taxas de lucro. Esse incremento da concorrência internacional continuamente se intensificou à medida que economias capitalistas do leste asiático passaram por processos de intenso desenvolvimento industrial.

Como corolário dessas transformações, operou-se uma depreciação crônica das taxas de lucro a partir do final da década de 60. A razão para tanto é que a solução das crises de lucratividade resultaram na recriação das condições da própria crise: como a economia é regulada por dispositivos reificados, não há controle social da produção social. Consequentemente, por meio da continuidade nas inovações técnico-organizacionais com vistas aos ganhos de produtividade, cada capital busca os meios para viabilizar o seu crescimento individual, conduzindo à reprodução (e ampliação) da capacidade ociosa na economia mundial. Como resultado, houve reprodução das baixas taxas de lucro, que por isso tornaram-se crônicas. Conjuntamente, deterioraram-se todas as variáveis dependentes da taxa de lucro, tais como a taxa de evolução de produtividade, de investimentos, de crescimento e a demanda agregada, gerando outros problemas relativamente autônomos.

Esse cenário explica a deterioração do desempenho das economias capitalistas do final da década de 60. Em razão da estagnação no crescimento

em contexto de crescentes gastos sociais, os governos solucionaram conjuntamente o problema por meio do aumento de emissões de moeda. Como resultado, gerou-se o conhecido cenário de estagflação. Para Brenner, esse conjunto de características é o fundamento da mudança pela qual passou o capitalismo desde a década de 60, pois em razão das novas condições econômicas, o capital precisou realizar uma ofensiva sobre o trabalho e sobre o arcabouço institucional do fordismo. Nos termos do autor:

(...) as empresas, apoiadas pelos governos, em todo o mundo capitalista avançado se engajaram em um esforço abrangente, sistemático e cada vez mais auto-consciente para reestabelecer suas taxas de lucro pelas vias tanto da obsessiva redução de custos, sobretudo dos custos diretos e indiretos com o trabalho, quanto pela transformação dos modos de fazer negócios. Eles eclodiram uma ofensiva cada vez mais perversa sobre as organizações da classe trabalhadora com vistas à forçar o crescimento e, em alguns casos, para diminuir os níveis de compensação dos serviços sociais. Eles buscaram neoliberalizar a economia mundial pela desregulamentação dos mercados de commodities e de trabalho, pela privatização das empresas estatais e pela liberação do antes reprimido setor financeiro, enquanto ao longo do países menos desenvolvidos procuraram forçar a abertura de mercados para mercadorias, para investimentos estrangeiros diretos, para os serviços financeiros e para os capitais de curto prazo. Eles mudaram o capital das linhas de manufaturas de altos custos e baixos lucros para colocá-lo nos serviços financeiros, e crescentemente voltaram-se à especulação. (...) De fato, todas essas medidas inter-relacionadas de redução de custos, neoliberalização e globalização (...) constituíram um pouco mais ou menos de uma tentativa cada vez mais frenética de lidar com o pervasivo e persistente problema da lucratividade reduzida. Mas permanece o fato imperativo de que longe de ter restabelecido o dinamismo econômico, essas medidas falharam em prevenir a performance econômica das economias capitalistas avançadas de *piorar* à medida em que o tempo passou. Como consequência, ainda em 2000, a longa desaceleração continua muito longe de uma superação (Brenner, 2006, p. 21-2) <sup>5</sup>

Assim, o capitalismo deu uma resposta multicentrada ao problema da depreciação crônica da taxa de lucro. As principais transformações foram (1)

---

<sup>5</sup> Tradução nossa, grifo no original.

o aumento do desemprego, (2) a mudança de postura do capital diante do trabalho, (3) a internacionalização, (4) a financeirização, (5) a desconstrução dos direitos sociais, (6) a privatização e (7) a reestruturação produtiva. Dados os objetivos do presente estudo, serão expostos apenas a internacionalização, a financeirização e a reestruturação produtiva.

No que se refere à superação do problema da depreciação crônica da taxa de lucro, a globalização cumpriu papel fundamental por três razões. Em primeiro lugar, ela permitiu ao capital corporativo a abertura de novos mercados para investimento, fato significativo em razão da situação de esgotamento dos mercados nacionais. Por sua vez, esse esgotamento decorreu tanto do contexto de demanda declinante, que resultava da própria crise do fordismo e das circunstâncias do capitalismo pós-fordista, quanto da emergência de empresas monopolistas que não tinham mais como crescer nos mercados locais. A abertura de novos mercados criou condições para a valorização de parte do capital excedente, ocasionando aumento da taxa média de lucro.

Em segundo lugar, a internacionalização permitiu contornar a regulamentação social do capitalismo dos países de capitalismo fordista. Com efeito, o arranjo político, social e institucional do capitalismo fordista formava ambiente de significativo constrangimento ao capital, uma vez que seu rígido controle normativo implicava custos. A internacionalização foi recurso para abrir mercados onde não havia tais constrangimentos institucionais e onde não havia tradição de organização operária, fatores relevantes em termos de custos de investimento.

Em terceiro lugar, a internacionalização também viabilizou a compra de insumos como alternativa à contratação de força de trabalho, tendo como vantagens tanto a diminuição de custos (diretos e indiretos) quanto a flexibilização produtiva. No arranjo institucional fordista, era difícil se desfazer de força de trabalho, razão pela qual a internacionalização foi fundamental em termos da superação da rigidez do fordismo.

A financeirização também cumpriu importante papel na superação do fordismo. Entende-se a financeirização como a multiplicação e complexificação dos dispositivos de valorização do valor que não passam por investimentos diretos na produção. Ela também se caracteriza pelo entrelaçamento entre os capitais produtivo e financeiro, cuja expressão é a crescente diversificação da carteira de ativos do capital produtivo. Tanto em termos de região, de país e de setor econômico, a diversificação colocou-se como estratégia de maximização de ganhos e de diminuição de riscos, viabilizando a acumulação de capital para o grande empresariado. Ademais, a financeirização foi fundamental para a promoção da globalização, uma vez que a facilidade de movimentação de capitais implica em facilidade na exportação de investimentos e na formação de um mercado internacional de crédito. Sem a financeirização, a globalização tal como a conhecemos não teria sido possível.

Finalmente, a crise do fordismo ensejou um conjunto de transformações denominada reestruturação produtiva. Dentre os fatores da crise do fordismo, situa-se a incapacidade de dar continuidade aos ganhos sempre renovados de produtividade típicos do capitalismo fordista. Junto à queda na lucratividade, esse fator impedia que os salários crescessem, pois desse modo não restaria nenhum elemento para prosseguir a acumulação de capital, cuja origem é a mais-valia gerada na produção. Por isso, fez-se necessário renovar o sistema de dominação e as relações de trabalho com a finalidade de aumentar a produtividade sem a contrapartida de ganhos de salário. Segundo Antunes:

Como resposta à própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes formam o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos e do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal (...); a isso se seguiu também um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para

tentar repor os patamares de expansão anteriores (Antunes, 2009, p. 31).

A reestruturação do trabalho visa reordenação dos processos de trabalho com vistas ao incremento da exploração, o que atua para superar a crise de acumulação pela via do aumento da geração de mais-valia. Por meio de diversos dispositivos de intensificação do trabalho, como a precarização flexibilizante e a taylorização, torna-se viável a retomada da acumulação de capital.

Para Harvey (2014), mundialização, financeirização e reestruturação produtiva possuem um componente comum, que é a flexibilização. Para o autor, a crise capitalista do final dos anos 60 teve como principal causa a incapacidade de continuidade da reprodução capitalista em um ambiente de baixas taxas de lucro.<sup>6</sup> O novo contexto tornava inviável a produção massificada e padronizada do fordismo, uma vez que não mais havia demanda agregada em crescente expansão, mas sim concorrência acirrada. Diante do novo cenário, fez-se imprescindível a renovação das relações sociais com vistas à superação da rigidez do fordismo, o que foi possível por meio da flexibilização. O emergente “sistema de produção flexível” caracteriza-se pela “ênfase na solução de problemas, nas respostas rápidas, com frequência altamente especializadas, e na adaptabilidade e habilidades e propósitos especiais” (Harvey, 2014). Ainda segundo Harvey:

A acumulação flexível (...)é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (Harvey, 2014, p. 140)

Nesse novo sistema produtivo e nessa nova natureza das relações

---

<sup>6</sup> Harvey (2013; 2014) explica a deterioração de lucratividade por meio do conceito de sobreacumulação de capital e, por isso, tem um ponto de partida diferente do de Brenner. Dados os limites do presente trabalho, essas diferenças não serão exploradas.

sociais, as tecnologias da informação cumprem papel fundamental. Com efeito, é possível dizer que sem elas a passagem à acumulação flexível teria sido possível, já que todas as dimensões da flexibilidade de algum modo dependem da sua mediação. Esse ponto conduz ao problema da natureza sociológica das tecnologias da informação. Para Harvey, elas são recurso para solucionar as dificuldades da acumulação de capital num contexto de crise e de longa estagnação. Mais do que puramente técnicas, elas são fundamentalmente políticas e sociais. Porque a finalidade a que estão voltadas determina sua estrutura técnica, elas são capitalistas e flexibilizantes.

Sob esse ângulo, além de expressarem no plano mais geral as necessidades da acumulação de capital, a informatização responde aos problemas específicos da conjuntura de crise do fordismo. Sua finalidade, em parte bem sucedida, foi superar o conjunto de dispositivos normativos e institucionais do capitalismo fordista, os quais em parte eram a corporificação do poder das classes trabalhadoras organizadas (Harvey, 2014). Portanto, a informatização cumpriu papel fundamental na inversão geral das relações de força entre capital e trabalho, sendo parte da ampla ofensiva do capital corporativo que em geral caracteriza o neoliberalismo (Duménil e Levy, 2007).

Dado esse quadro geral das transformações do capitalismo pós-fordista, serão tratadas as transformações no setor varejista.

### **3. O varejo no capitalismo flexível: A globalização no varejo**

De acordo com o exposto, entende-se a globalização como uma das soluções para viabilizar a continuidade da acumulação em um contexto de depreciação crônica da taxa geral de lucro. Todas as vantagens gerais da globalização para as corporações manufatureiras serão compartilhadas pelo capital varejista. Além disso, o setor procurou solução de problemas semelhantes, dado que as motivações que impeliram as corporações manufatureiras à mundialização também atuaram com força sobre o setor

varejista. Mais precisamente, a deterioração da taxa geral de lucro afetou de modo decisivo o setor em razão da sua relação com o consumidor final. Havendo estagnação do crescimento econômico, aumento do desemprego, paralisia nos investimentos públicos e privados e depreciação da renda em geral, naturalmente ocorre diminuição da demanda agregada, incluída aquela parcela pela qual o varejo é responsável. Além disso, como a taxa de lucro é determinada pela média de todos os capitais (Marx, 1986,; Saad Filho, 2011), a deterioração da média em pouco tempo afetaria o setor independentemente de nele a concorrência ainda ser menos acirrada do que no setor manufatureiro.

Assim, a entrada na conjuntura de longa estagnação econômica criou motivação pela internacionalização do setor com a mesma intensidade que em toda a economia capitalista, levando o setor varejista a uma transnacionalização da sua estrutura empresarial e a uma intensificação dos vínculos com o comércio mundial. A transnacionalização das empresas respondeu ao problema da crescente concorrência intercapitalista no setor, enquanto a intensificação das relações com o mercado mundial ampliou o leque de fornecedores, muitos desses vendendo produtos a preços mais baixos do que os fornecedores dos países capitalistas centrais (Rosen, 2005; Lichtenstein, 2006).

Um dos principais fundamentos do incremento do comércio mundial é a intensificação da divisão internacional do trabalho, pois, no que se refere às relações de produção, o comércio internacional tem como premissa a criação de vínculos de mercado entre produtores, que por isso constituem uma divisão social do trabalho. Com efeito, mais do que em qualquer outra época econômica, no capitalismo flexível se constituiu uma articulação global de processos de trabalho. Com vistas à interpretação desse fenômeno, foi desenvolvido o conceito de cadeias globais de commodities (CGC). Wallerstein o elaborou para se referir a “network of labor and production processes whose end result is a finished commodity” (Wallerstein, apud

Lichtenstein, X). De modo mais detalhado, o conceito CGC define-se como:

Uma rede de vínculos econômicos que integra processos de trabalho transnacionais e corporações envolvidas no fornecimento global e no mercado mundial de produtos. As análises das cadeias de commodities – também conhecida como "abordagem das cadeias de commodities globais (CGC)" – é um desenvolvimento da perspectiva do sistema mundo. Ela desafia a assunção de que o capitalismo mantém-se dentro de estados nacionais por traçar as dimensões organizacionais, geográficas e culturais de cadeias mundiais de manufatura e de distribuição de bens (Scott, 2014, p. 99)<sup>7</sup>

Além da ênfase na dinâmica global da economia, o conceito de cadeias de commodities visa o destrinchamento de relações de poder na dispersão geográfica do capitalismo. Em outros termos, ele busca identificar a formação dos "pontos centrais do poder capitalista e de privilégio ao longo das cadeias de produção geograficamente dispersas" (Lichtenstein, X).

Do entrelaçamento entre capital varejista e mercado mundial surge um tipo específico de CGC, a qual será mais uma razão para vantagens específicas da globalização para o grande capital varejista. Ao analisar a relação entre empresas varejistas e mercado mundial, Gereffi (1994) formula o conceito de cadeias globais de commodities coordenadas pelos compradores, o qual ele desenvolve por meio de uma comparação com as cadeias coordenadas pelos produtores. Cada um desses tipos de cadeias de commodities "representam diferentes modos alternativos de organizar as indústrias internacionais" (Gereffi, 1994).

O critério definidor dos tipos de CGC é o agente que ocupa a posição central na rede de relações, dado que a natureza do agente central implica diversas particularidades. No caso das cadeias coordenadas pelo produtor, entre outras características, há monopólio do modo de produzir pelas corporações transnacionais, que concentram nas suas matrizes os processos de trabalho de alta intensidade tecnológica, restando o *outsourcing* para os

---

<sup>7</sup> Tradução nossa.



insumos de baixo valor agregado. Como resultado, forma-se uma divisão social do trabalho na qual todos os agentes participantes dependem do produtor manufatureiro. Esse tipo de divisão do trabalho em parte depende da estrutura das empresas típicas do capitalismo fordista, as quais concentravam a maior parte da produção no interior das corporações (Antunes, 2009).

Essa forma de coordenação de cadeias só é possível na medida em que o capital produtivo está enredado em circunstâncias que lhe garantem boa condição de mercado. Com efeito, no arranjo acima descrito, diversos produtores mantinham condição de dependência em relação aos grandes manufatureiros. Parte dessa condição favorável decorre do marketing em torno dos produtos manufaturados, pois, havendo demanda pouco elástica em torno de um produto, seu produtor adquire margem para variar preços e/ou para constranger fornecedores. Como os únicos detentores do modo de produzir eram os manufatureiros, que se situavam em mercados em crescente expansão, formava-se condição favorável a essa fração capitalista (Gereffi, 1994).

Essa forma de divisão social do trabalho caracterizou parte significativa da história do capitalismo, sobretudo no período do capitalismo fordista, que se caracterizava pela hegemonia das corporações manufatureiras. No entanto, para Gereffi (1994), o capitalismo contemporâneo assistiu à emergência de uma nova configuração de cadeias de commodities, que têm como agentes centrais corporações varejistas. Para o autor, na conjuntura pós-70 o setor varejista deteve protagonismo considerável na intensificação da globalização - seja promoção da transnacionalização das empresas, seja na integração comercial. Dado que as análises do sistema mundo se mantiveram centradas exclusivamente no papel do capital manufatureiro, a nova configuração das CGC ocasionou uma defasagem da teoria em relação aos processos sociais. Segundo o autor, as cadeias de commodities dirigidas por compradores



(...) referem-se àquelas indústrias em que grandes varejistas, comerciantes de marcas [com presença de mercado] e companhias de comércio realizam o papel principal na configuração de redes de produção descentralizada em uma variedade de países exportadores, tipicamente localizados no Terceiro Mundo. Esse padrão de industrialização liderado pelo comércio tornou-se comum em [indústrias de] trabalho intensivo e de bens de consumo, tais como tecidos, calçados, brinquedos, produtos eletrônicos de consumo, utensílios domésticos e uma ampla gama de itens feitos à mão (...). Os contratos de trabalho novamente são prevalentes, mas a produção geralmente é conduzida por fábricas independentes do Terceiro Mundo que fazem produtos finais (mais do que componentes ou partes) sob os arranjos dos fabricantes de máquinas originais. A especificação é fornecida pelos compradores e pelas companhias de marca que projetam os bens.<sup>8</sup> (idem, p. 97)<sup>9</sup>

As peculiaridades das CGC dirigidas por compradores são diversas. Em primeiro lugar, nelas as negociações comerciais ocorrem predominantemente sem uso de contratos de fornecimento de longo prazo, como acontece nas cadeias dirigidas por fabricantes. Disso implica que na maioria dos casos as encomendas são feitas para períodos de curto ou médio prazo, de modo a permitir a constante atuação da lei de mercado. Por isso, nela os fornecedores estão constantemente experimentando concorrência, permitindo aos compradores a mudança de país ou de região quando conveniente.

Em segundo lugar, nas cadeias dirigidas pelos compradores os produtos são prontos e quase sempre de baixo valor agregado. Esses produtos são voltados para o consumo final, comumente seguindo diretamente de algum país exportador para as lojas das corporações de países desenvolvidos. Por fim, nas cadeias dirigidas pelos compradores “frequentemente as empresas centrais (...) não possuem nenhuma instalação de produção” (Gereffi, 1994). “These firms rely on complex tiered networks of contractors that perform almost all their specialized tasks” (Idem, 1994). “The main job of the core company in buyer driven commodity chains is to

---

<sup>8</sup> As implicações dos temas abordados na presente seção sob o ponto de vista da hegemonia do capital comercial serão tratados na seção 4.

<sup>9</sup> Tradução nossa.

manage these production and trade networks and make sure all the pieces of the business come together as an integrated whole” (ibidem, 1994). Assim, o papel do capital varejista inserido na posição central nessas cadeias de commodities é articular diversos processos produtivos, o que esse capital consegue fazer por meio de sistemas de gerenciamento verticalizados e pela mobilização de sofisticadas tecnologias da informação.

Em sentido mais geral, a formação de CGC dirigidas por compradores vem associada à emergência do que alguns autores designam por empresa-rede. Estas são um tipo de empresa caracterizado pela não entrada direta na produção, mas pela criação de marcas com reconhecimento de mercado e pelos trabalhos imateriais de coordenação (Alves, Wolff, 2007). A partir do direito de propriedade sobre a marca, essas empresas conseguem delegar funções do trabalho produtivo para terceiros por meio do *outsourcing*. Em razão da facilidade dos fluxos de investimentos internacionais e do barateamento das tarifas comerciais, torna-se economicamente viável não entrar diretamente na produção. A emergência das empresas rede é traço característico do capitalismo flexível (Alves, Wolff), de modo que sua emergência no setor varejista é parte de tendências mais gerais do capitalismo contemporâneo.

Como enunciado, em geral o conceito de CGC visa não apenas designar a integração funcional global, mas também a reprodução de hierarquias regionais. Logo, o conceito de cadeias coordenadas por compradores conduz à identificação de papel de destaque para o capital varejista como agente do capitalismo global. Com base desse raciocínio, afirma Lichtenstein:

Nós vivemos em um mundo de rígidas e hierárquicas "cadeias de fornecimento" organizadas e controladas pelos varejistas da América do Norte e da Europa. Mais da metade de todos os containeres e metade do valor das trocas que move-se do Leste da Ásia até Los Angeles, Newark, Felixtowe (Reino Unido), Rotterdã e Hamburgo são destinadas às prateleiras do Walmart, Tesco, Carrefour, Target e semelhantes. Esses



mercadores controlam as cadeias de fornecimento, pressionam [squeeze] os produtores fornecedores de mercadorias e mudam a produção de um local a outro com facilidade e economia. Assim como as casas de algodão do século XIX podiam mudar suas fontes de suprimento do Mississipi para a Índia ou Egito, podem hoje as empresas de celulares, camisetas e sapatos encontrar seu local de fabricação em Honduras, no Delta do Rio das Pérolas, na cidade Ho Chi Minh ou em Bangladesh (Lichtenstein, X, p. 21)<sup>10</sup>

Em suma, parte significativa do incremento do comércio mundial característico do capitalismo flexível é realizado diretamente pelo grande capital varejista. Por se tratar de dimensão fundamental da globalização, infere-se que o capitalismo globalizado em parte foi criado pelo capital varejista (Lichtenstein, 2006; Gereffi, 1994; Rosen 2005).

Além do seu papel na globalização, o conceito de cadeias coordenadas por compradores conduz à polêmica tese da mudança nas relações de força entre produtores e compradores ou, em termos marxistas, das relações entre capital produtivo e capital comercial. Lichtenstein (2006) defende a tese da “supremacia do capital mercantil” como traço do capitalismo contemporâneo. O tema será retomado de modo mais detido na seção final. Por ora, cabe ressaltar que o capitalismo flexível criou vantagens para o capital varejista, as quais foram conseguidas a expensas dos pequenos varejistas e dos fornecedores.

Mesmo abstraindo a tese da hegemonia do capital mercantil, não se pode ignorar que esse conjunto de mudanças configurou nova condição para o capital varejista. Regra geral, a globalização foi usada como recurso para substituir mão de obra diretamente contratada pela compra de insumos produtivos mais baratos, levando à diminuição do tamanho das empresas. No caso do varejo o resultado tomou sentido contrário, pois a emergência de um contexto excessivamente favorável gerou pura e simplesmente centralização de capital. No que tange ao modelo corporativo, a transição rumo ao capitalismo flexível não implicou em horizontalização das atividades

---

<sup>10</sup> Tradução nossa.



empresariais, mas em incremento das hierarquias verticalizadas. A vinculação com o mercado mundial trouxe vantagens competitivas para as maiores empresas, dando oportunidade para que a racionalização das cadeias logísticas se estendesse para o plano global. Sobretudo as redes descontistas fizeram uso massivo das cadeias globais de commodities, que foram parte constitutiva dos dispositivos de barateamento típicos dessa estratégia empresarial.

Essas mudanças são parte de uma nova relação de forças entre capital varejista e manufatureiros. Porque a globalização possui intrincados vínculos com outros traços do capitalismo flexível, a assimilação das novas relações entre capital produtivo e comercial demanda esclarecimento a respeito das outras dimensões da transformação flexível do varejo. Em especial, salta à vista a importância dos recursos tecnológicos informacionais, sem os quais todo o novo arranjo seria impossível.

Por esses motivos, antes de extrair algumas conclusões, será feito um resgate das principais transformações no âmbito das tecnologias da informação. Na sequência, será retomado o tema da hegemonia do capital comercial.

#### **4. A informatização do varejo**

O propósito da presente seção é apresentar em termos gerais as principais transformações técnico-organizacionais do setor varejista no capitalismo pós-70, conferindo destaque para as tecnologias da informação.

Em termos teóricos gerais, concebe-se a natureza da tecnologia nos termos da teoria marxista, que entende criticamente a técnica em sociedades atravessadas por antagonismos de classe, nas quais a inovação técnica responde não apenas ao problema do incremento do domínio sobre a natureza, mas também às necessidades de reproduzir as condições de dominação. Por isso, no capitalismo a técnica visa tanto ao incremento da produtividade quanto à criação das condições para a acumulação. Ademais, dadas as

particularidades circunstanciais do capitalismo na conjuntura de crise do fordismo, a técnica responde também ao problema da superação da rigidez das relações sociais. Consequentemente, além de capitalista, no capitalismo contemporâneo a técnica é flexibilizante.

Pode-se dividir a implementação de tecnologias da informação no setor varejista em três períodos. Nos termos de Cortada:

A história das aplicações [tecnológicas] no varejo (e em boa parte no atacado) pode ser dividida em três períodos (...). O primeiro, cobrindo o surgimento do digital e as primeiras aplicações da informática, ocorreu nos anos 50 e ao longo do começo dos 70 – um período relativamente longo de gestação – enquanto se tentava encontrar maneiras de explorar as tecnologias emergentes. Eles descobriram que computadores de propósitos gerais por si só não proviam aplicações tecnológicas economicamente atraentes e nem capazes de alterar a indústria. Contudo, no segundo período, nos anos que vão da metade da década de 70 (...) até o começo da década de 90, as circunstâncias se alteraram radicalmente. Novas tecnologias que eram específicas do setor [emergiram] (...) e aquelas que se mostraram de bom custo benefício e funcionalmente atraentes (...) se espalharam ao longo dessas indústrias. O terceiro período, abarcando os anos em que a internet tomou sua própria configuração comercial (pós-1994), trouxe mudanças fundamentais no modo como os varejistas e atacadistas faziam negócios (...). As duas indústrias entraram no século XXI passando por mudanças básicas no modo como realizavam seu trabalho e como se comunicavam e interagiam com os clientes, com os fornecedores e com os rivais. (Cortada, 2004, p. 285-6)<sup>11</sup>

O primeiro período é caracterizado pela implementação de grandes computadores por grandes empresas.<sup>12</sup> Sua finalidade voltava-se para os principais gastos do setor à época, que eram a gestão de estoques e os custos com trabalho. As tentativas de uso dos computadores visavam eliminar pessoal necessário na gestão dos estoques, que à época, justamente pela

---

<sup>11</sup> Tradução nossa.

<sup>12</sup> De acordo com o autor, o atraso na informatização do setor – quando comparado com o setor manufatureiro – deve-se à ausência de grandes empresas. Nos termos das referências do nosso estudo, o atraso na informatização deveu-se às baixas concentração e centralização de capital, cuja fragilidade criou fracas condições de investimento.



precariedade técnica, demandava elevado número de pessoal. Paralelamente, visava-se maior racionalização no controle dos recursos, o que permitiria melhor articulação entre vendas e reposição dos estoques.

Para Cortada (2004), as inovações do primeiro período foram ambíguas. Por um lado, elas fracassaram, pois os investimentos não tiveram a devida contrapartida em termos de ganhos de produtividade. Além disso, no começo da década de 70 havia um sentimento de frustração por parte do empresariado, a qual resultava da não realização das expectativas de mudanças técnicas substantivas. Por outro lado, foram justamente essas inovações que lançaram bases para a revolução realizada no final da década de 70. As experimentações com computadores na gestão dos estoques e com dispositivos de mapeamento das vendas foram precursores dos sistemas integrados que emergiriam mais tarde. Sem as experiências malsucedidas, não teria sido possível identificar a necessidade de tecnologias específicas e tampouco a forma que essas deveriam assumir.

Por sua vez, o segundo período é caracterizado pela formação de tecnologias específicas para o setor comercial. Além disso, houve uma tendência ao revolucionamento de todos os processos de trabalho do setor. Resumindo as mudanças, pode-se dizer que seu sentido geral é o da integração das etapas de funcionamento do setor. Os controle de estoques, a logística e o funcionamento das lojas, que antes operavam como etapas autônomas, passaram a se organizar como sistemas dinâmicos.<sup>13</sup>

No que se refere à natureza técnica, quatro novas tecnologias atuaram decisivamente pelo avanço em direção à racionalização e à articulação das etapas: os leitores de códigos de barras (CB's), as tecnologias de comunicação eletrônica (*Electronic Data Interchange* – EDI), os pontos de venda eletrônicos e os computadores.

Os leitores de código de barras talvez foram a principal inovação

---

<sup>13</sup> Após exposição das principais mudanças técnicas, será explicitada em mais detalhe a natureza dos sistemas integrados.

tecnológica, não somente por seu papel direto como pelo seu papel na digitalização do setor. A tecnologia consiste em códigos numéricos que assumem a forma de listras pretas. Estas permitem identificação por meio de leitores eletrônicos a laser, de modo que torna-se possível a identificação das informações associadas ao código com uma simples passagem de uma mercadoria em um leitor. Por meio da softwares e da associação de informações aos códigos numéricos, tais como valor e descrição dos produtos, torna-se possível identificação dos valores dos produtos com enorme rapidez.

Os leitores de CB's possuem influência tanto direta quanto indireta. No que tange aos efeitos diretos, a tecnologia permite enormes economias de custos com trabalho, pois torna-se viável o aumento significativo da produtividade dos trabalhadores de checkout, bem como de trabalhos de recepção e envio de mercadorias nos estoques (Basker, 2015). Já os efeitos indiretos consistem numa possibilidade aberta com essa tecnologia: como pode-se identificar as vendas detalhadas dos produtos, o uso dos leitores de CB cria potencialmente dados pertinentes para a gestão dos estoques. À medida que essa potencialidade é seguida por um trabalho de programação para transformar esses dados em informação organizada, os CB's viabilizam levantamento de informações precisas a respeito das variações de estoque. Com isso, torna-se possível integrar os atos de venda nas lojas com os trabalhos na logística, permitindo reposições de estoques de acordo com necessidades do curto prazo.

Em razão dessas capacidades, os leitores de CB vão permitir o avanço da informatização do setor, pois, para que torne-se viável o manejo das informações geradas nos checkouts, é necessário incrementar a capacidade dos sistemas de processamento de dados. Concomitantemente, a geração de informações a respeito da dinâmica das vendas permitiu o incremento técnico das outras etapas do trabalho do setor varejista.

A segunda nova tecnologia foram os *Electronic Data Interchange*, que consistem em dispositivos de padronização de informações com vistas a



trocas de dados por meios eletrônicos. Eles funcionam por meio de fluxos de informação de computadores a computadores, mediando-se por comunicação telemática ou por itens portadores (como cartuchos e, mais tarde, computadores). Esse recurso permite a agentes econômicos que compartilhem sistemas de informações a realização de trocas de informações de forma barata, rápida e precisa.

Por si só, o efeito dessa tecnologia seria pequeno, mas, por meio de sua integração com os emergentes sistemas de computadores e com os leitores de CB's, os EDI's tiveram importante papel. À medida que as empresas conseguem avaliar em tempo real suas variações de estoque, cria-se a possibilidade de repor as mercadorias em tempo real. Para tanto, faz-se necessário o uso de formas de comunicação rápidas e precisas. É nesse contexto que os EDI's cumpriram importante papel na promoção dos sistemas integrados. Usando a terminologia de Harvey (2014), eles permitiram a formação da compressão espaço-temporal das atividades do varejo.

A terceira mudança tecnológica são os pontos de venda eletrônicos – mudança associada aos leitores de CBS e aos computadores. Os pontos de venda são o local onde é operada a transação comercial. Originalmente, as transações eram realizadas pelo próprio comerciante ou por funcionários, que precisavam realizar as operações matemáticas necessárias. Progressivamente, foram inseridos dispositivos tecnológicos para realizar operações parciais do processo, até chegar-se ao ponto em que o ponto de venda tornou-se eletrônico, viabilizando todo o processamento de informações por meio de máquinas. Recentemente, novas inovações têm permitido inclusive uma completa automação dos checkouts, que assim não mais precisam de qualquer operador direto.

A quarta mudança é a incorporação de computadores, os quais se fizeram presentes em todas as etapas do setor varejista. Sua entrada ocorreu dos pontos de venda – por meio do processamento das informações geradas pelos leitores de CB's, passando pelos controles de estoques e chegando à

coordenação das relações entre varejistas e fornecedores. O incremento na capacidade de processamento de dados permitiu incrementar significativamente a racionalização capitalista do setor.

Cada uma das etapas da informatização do setor possui íntima associadas com as demais, todas elas concorrendo para a criação do sistema de *lean retailing*. Além disso, elas criam a possibilidade e a necessidade de racionalização do trabalho na esfera logística. A possibilidade decorre do fato de que a geração de informações acerca do consumo permite mapeamento preciso e em tempo real das vendas e, simultaneamente, das variações de estoque. Além disso, concorre para essa possibilidade a aceleração das comunicações, que primeiro foi possibilitado pelos EDI's e depois pela internet. Já a necessidade decorre da dependência do sistema em relação a um sistema rápido e eficiente de logística. Se a logística não conseguir responder com rapidez às demandas das lojas, o próprio levantamento de informações torna-se inútil, pois ele só tem utilidade na medida em que serve de instrumento para as reposições. Essa relação entre inovações informacionais e a racionalização do trabalho na logística é captada com precisão por Abernathy et al (2000):

(...) coletar e gerar ordens eletronicamente é apenas uma parte da história. O *lean retailing* também precisa de um sistema para lidar de forma eficiente com os embarques recebidos de fornecedores, para verificá-los diante das ordens dos varejistas, para processar os recibos e os pagamentos dos fornecedores e para rapidamente dirigir essas ordens às devidas lojas. Esses elementos se assentam sobre centros de distribuição centralizados que servem às funções logísticas. Diferentemente de um simples depósito – ou da parte do fundo das lojas de varejo – que funciona como um ponto para retenção de estoque pedido muito antes da venda, um centro de distribuição direciona rapidamente para as lojas embarques que chegam de fornecedores (Abernathy et al, 2000, p. 7-8) <sup>14</sup>

Em outros termos, para que o *lean retailing* seja viável, deve ocorrer

---

<sup>14</sup> Tradução nossa.



não apenas o controle dos fluxos de informação acerca dos estoques e vendas, mas também a racionalização do trabalho nos estoques. Por essa razão, as renovações técnicas no plano das tecnologias guardam íntima relação com a automação – uma implica e pressupõe a outra. Em termos do funcionamento da empresa varejista, não há contradição entre os dispositivos de flexibilização, de automação e de taylorização do trabalho, pois todos concorrem igualmente para os sistemas integrados que caracterizam o varejo na contemporaneidade.

Assim, concomitantemente à adesão do varejo aos preceitos tecnológicos informacionais, avançou a automação do setor. Esses processos se aceleraram no terceiro período de inovações tecnológicas, o qual é caracterizado por uma generalização e intensificação dos princípios elaborados no segundo período. O terceiro período, que começa no final da década de 80, coincidiu com o momento de massificação no uso de computadores e da internet, bem como pelo incremento das suas capacidades de processamentos e de fluxo de dados. Esses fatores permitiram a intensificação da integração das etapas do funcionamento da empresa varejista, pois permitiram a aceleração nos fluxos de informação.

Feita essa incursão na natureza das transformações técnicas do setor, serão consideradas implicações gerais sob o prisma da hegemonia do capital comercial.

## **5. Hegemonia do capital mercantil e outras implicações**

Uma das transformações mais significativas do varejo no capitalismo flexível é a centralização de capital, a qual é ao mesmo tempo ponto de partida e ponto de chegada de todas as novas configurações. Com efeito, os protagonistas das inovações foram as maiores empresas do setor, que mobilizaram-nas como recurso para vitória concorrencial. O uso de vantagens competitivas e a resultante centralização de capital tanto não é único ao setor

varejista quanto não é específico do capitalismo globalizado, de modo que a novidade reside no grau em que deram-se tanto a renovação técnica quanto a centralização. Nesse processo, que alguns autores chamam de revolução do varejo (Lichtenstein, 2006; Carden, 2011), o setor experimentou centralização de propriedade sem paralelos na sua história, num processo acompanhado de mudanças técnico-organizacionais.

Como o varejo flexível se caracteriza pelo vínculo dinâmico entre produção e consumo, ele torna necessária a aceleração dos processos de trabalho em toda a cadeia de fornecimento. Num primeiro momento, essa tendência se expressa nos processos de trabalho subsumidos formalmente ao capital, ou seja, na força de trabalho diretamente contratada para operar as lojas e o sistema logístico. No entanto, o impulso de racionalização capitalista, que é alimentado pela centralização de capital, não se limita aos processos de trabalho diretamente controlados pelo capital varejista. Como é da natureza do capital, busca-se a reconfiguração de todas as relações sociais com vistas à sua adequação às condições da acumulação. Conseqüentemente, tão logo o capital varejista deteve poder para influenciar a produção no âmbito das cadeias de fornecimento, ele assim o fez. O impulso à racionalização capitalista, cuja expressão foi sentida primeiro nas lojas e depois na logística, estendeu-se aos fornecedores assim que o capital varejista deteve poder para fazê-lo.

Analisando as novas configurações entre capital comercial e fornecedores, Lichtenstein desenvolve a tese da “hegemonia” dos “capitalistas mercantis da nossa época” (2006, p. 26). Enfatizando o papel dos gigantes do varejo contemporâneo no mercado mundial, escreve o autor:

Um mundo globalizado de comércio e de trabalho existiu por séculos (...). Mas a globalização atual difere radicalmente daquela de mesmo algumas décadas atrás por causa do papel contemporâneo realizado pelas empresas que fazem a cena

política dos nossos dias,<sup>15</sup> as redes varejistas de grandes lojas que ocupam as posições mais estratégicas antes tão bem guarnecidas pelas grandes empresas manufatureiras da era Fordista. No ponto crucial das cadeias globais de suprimento estão os Walmarts, os Home Depots e os Carrefours dos nossos tempos. Eles fazem os mercados, definem os preços e determinam a distribuição do trabalho em escala mundial por meio do gigante fluxo de commodities que agora flui ao longo dos seus extremos. A desindustrialização de Detroit, Pittsburg e Cleveland implica não apenas a destruição de uma forma particular de indústria e de comunidade, mas uma mudança de poder dentro das estruturas do capitalismo global da manufatura para um setor varejista que hoje comanda cadeias de fornecimento que envolvem toda a Terra e direciona a força de trabalho de uma classe trabalhadora cuja condição replica muito do que nós pensávamos como característico unicamente das fases mais desesperadas e primevas do crescimento capitalista (Lichtenstein, Y, p. 1)

A característica fundamental da hegemonia do capital mercantil é uma nova relação de poder entre grandes corporações varejistas e os capitais produtivos. Sua formação depende de um conjunto de condições, das quais se destacam quatro: aquelas ligadas à forma social da riqueza, as ligadas à estrutura técnica, ao posicionamento das empresas varejistas na divisão social do trabalho e aquelas associadas a dimensões político-institucionais.

Do ponto de vista da forma social, a centralização de capital é a condição mais geral. Ela permite aos grandes varejistas colocarem-se em situação de oligopsônio diante dos fornecedores, permitindo-lhes a aquisição de poder de barganha sobre os produtores. Essa condição da centralização atua tanto nos planos nacionais quanto no âmbito internacional, onde a condição de oligopsônio demanda massiva centralização de propriedade. A combinação de globalização, TI's e centralização de capital criou condição de oligopsônio para o capital varejista, o qual toma a forma de monopolsônio em circunstâncias específicas (Lichtenstein, 2006; Rosen, 2005; Gereffi, 1994).

---

<sup>15</sup>O autor usa a expressão "king-makers of our days", fazendo uma analogia das grandes empresas varejistas de hoje para com as empresas monopolistas da era dos regimes absolutistas mercantilistas. Dada a dificuldade da tradução, usamos "empresas que fazem a cena política dos nossos dias" para trazer a ideia da influência sobre a política.

Do ponto de vista da dimensão técnica, as condições foram criadas pelas tecnologias da informação específicas do setor. As TI's permitem aos varejistas a detenção de informação privilegiada a respeito dos produtos, uma vez que sua posição de operador das vendas finais permite-lhes conhecer as tendências do mercado. No essencial, essas informações consistem em conhecimento a respeito da dinâmica de mercado, como os locais das vendas, mas abarcam também as preferências do público consumidor. Com frequência a posição dos varejistas no mercado permite-lhes a detenção de mais conhecimento a respeito dos produtos do que o próprio produtor (Abernathy et al 2000).

Do ponto de vista do posicionamento das redes varejistas na divisão social do trabalho, as condições decorrem da posição dos varejistas tanto em mercados nacionais quanto internacionais, posição que se sintetiza no conceito de cadeias de commodities controladas pelos compradores. Com efeito, precisamente o que caracteriza esse tipo de CGC é a presença de uma empresa varejista na sua posição central.

Do ponto de vista institucional, as condições foram criadas pelas reformas neoliberais. A integração comercial coloca produtores de todo o globo em situação de concorrência, deteriorando seu poder de barganha. Já a liberalização financeira facilita a realização de fluxos de capital internacionais, eliminando a dependência do grande varejista em relação a produtores ao mesmo tempo em que intensifica a dependência dos produtores para com os varejistas. Para muitos pequenos produtores, conseguir contrato com empresas como Carrefour e Walmart é questão de sobrevivência; já para estas empresas, é fácil mudar suas cadeias de fornecimento para outra região, estado, país ou continente.

A nova relação de forças entre capital comercial e produtivo se expressa em novas formas de relação entre esses tipos de capital. Essas novas configurações abarcam dimensões quantitativas (distribuição de riqueza) e qualitativas (influência sobre as relações de produção). De modo resumido,

as dimensões quantitativas são aquelas ligadas aos preços do produto e aos prazos de fornecimento, ao passo que as qualitativas dizem respeito à natureza dos produtos e processos de trabalho.

As dimensões quantitativas dividem-se em dois eixos. Primeiramente, elas significam capacidade de imposição de diminuição de custo das mercadorias. Esse fator será fonte de vantagem competitiva para os grandes varejistas ao mesmo tempo em que desencadeará a formação de trabalho precário no âmbito dos fornecedores, sendo uma das causas fundamentais da criação de trabalho em condições degradantes no âmbito das CGC. A expressão mais candente dessa tendência são os países recém industrializados do Leste Asiático, tais como Vietnã, China, Taiwan, etc, mas esse efeito das CGC também se faz presente em toda a periferia do sistema capitalista.

O segundo eixo quantitativo diz respeito à imposição de normas rígidas de tempo de produção e fornecimento. Com efeito o lean retailing se caracteriza por relação dinâmica entre produção, circulação e consumo. A fim de viabilizar esse sistema, os produtores precisam flexibilizar sua produção, uma vez que eles devem ser capazes de fornecer produtos específicos em prazos curtos. Da parte dos fornecedores, a resposta a esse problema é dada por três vias possíveis, as quais não são necessariamente excludentes entre si:

- ⑩ Os fornecedores aumentam seus estoques, permitindo manutenção de certas quantidades de mercadorias para conseguir suprir pedidos com rapidez;
- ⑩ Os fornecedores aumentam o uso de contratos de trabalho flexíveis a fim de responder às mudanças de curto prazo na demanda;
- ⑩ Os fornecedores implementam eles próprios dispositivos técnicos a fim de mapear as tendências de mercado, permitindo-lhes a realização de antecipações relativamente acertadas acerca das necessidades de reposição de estoques.

De um modo ou de outro, as implicações são negativas para os fornecedores. No primeiro caso, há incidência direta sobre a taxa de lucro do fornecedor, tendo em vista que o aumento de estoques implica aumento de investimentos cujo tempo de rotação será grande. No segundo caso, as implicações não necessariamente são negativas para o fornecedor, mas podem sê-lo, pois a contratação de mão de obra temporária nem sempre é empreendimento fácil ou realizável. Ademais, quando não há perdas para os fornecedores, há para os trabalhadores, pois flexibilização dos contratos é forma de precarização do trabalho (Antunes, 2009; Marcelino, 2011).

No terceiro caso, a implicação é o aumento de custos para o fornecedor. No caso de grandes empresas manufatureiras, o tamanho facilita a diversificação das suas atividades. Além disso, dadas as condições da reprodução do capital no capitalismo flexível, a maioria das grandes empresas já possui dispositivos de mapeamento das tendências do mercado, uma vez que conhecimento a respeito das tendências de curto prazo tornou-se condição da valorização do valor. Por essas razões, o impacto é quase nulo no que tange ao grande capital produtivo. No entanto, esse dispositivo é inviável para pequenos fornecedores em razão dos investimentos requeridos. Portanto, as transformações no varejo implicam desvantagem competitiva para os pequenos fornecedores, que não conseguem competir. O resultado é a centralização de capital no âmbito dos fornecedores.

Do ponto de vista qualitativo, também é possível a divisão em dois eixos. Primeiramente, há a imposição de exigências referentes à qualidade dos produtos. No contexto de concorrência acirrada típica do capitalismo flexível, cresce a necessidade de diferenciação qualitativa dos produtos, a qual torna-se condição para a conquista de nichos específicos de mercado (Harvey, 2014). No setor varejista, esse fator se expressa na preferência dos consumidores pelas empresas que oferecem produtos de melhor qualidade, em maior diversidade e de forma regular. Esse traço se traduz na pressão realizada pelas corporações sobre os fornecedores, obrigando-os à contínua

elevação da qualidade dos produtos. Essa tendência é especialmente acentuada no setor agroalimentar (Belik, 1999; Reardon, Timmer e Berdegue, 2004)

O segundo eixo qualitativo diz respeito à imposição de padrões de armazenamento e de embalagem dos produtos, trazendo importantes implicações para sua circulação (com destaque para o transporte). Dado seu poder de mercado, os varejistas conseguem impor padrões no fornecimento, o que facilita seu trabalho na logística. Como um todo, o sistema ganha eficiência. O varejista é seu grande beneficiário e o pequeno fornecedor arca com os ônus.

Além disso, de certo modo, os quatro pontos (qualitativos e quantitativos) se caracterizam por uma relação de influência das empresas varejistas sobre a produção de mercadorias. Do ponto de vista quantitativo, essa influência não se insere diretamente sobre o modo de produzir, embora o faça indiretamente, pois ela cria a necessidade de incremento da intensidade do trabalho e de controle sobre o trabalhador. Porém, do ponto de vista das dimensões qualitativas, é possível dizer que há incidência das corporações varejistas sobre o modo de produzir dos fornecedores. Se se definem os preços, prazos de produção e de entrega e a natureza dos produtos, então as corporações varejistas, ao menos parcialmente, dominam a produção.

No entendimento da presente pesquisa, esse quadro de implicações se enquadra de modo nítido no que Harvey (2014) definiu como acumulação por espoliação. No registro do autor, o capitalismo possui duas formas gerais de acumulação. A primeira delas é a reprodução ampliada, que se caracteriza pelo investimento dos lucros com vistas à expansão da escala da produção. A segunda forma é a acumulação pela via da espoliação. Esta consiste em dispositivos que operam uma *transferência* de riqueza e de força de trabalho para a forma social capitalista, ou seja, operam uma formação de capital sem que haja geração anterior de lucro como produto de investimentos. Na problemática de Harvey, o conceito se define sobretudo pela finalidade e pelo

resultado das ações, e não pelos seus meios, de modo que todo empreendimento que opere transferência de riqueza para um capital é uma forma de acumulação por espoliação. Os dispositivos característicos da hegemonia do capital mercantil se adequam com precisão ao conceito, já que eles implicam em constantes transferências de riqueza e trabalho dos fornecedores para a forma social capitalista. Assim, em parte a hegemonia do capital comercial coincide com o desenvolvimento de recursos de espoliação por parte desta fração capitalista.

## 6. Conclusão

Como exposto, o presente trabalho acompanha Brenner no diagnóstico da crise do capitalismo fordista, sustentando que as transformações do capitalismo pós-70 em parte são explicáveis por meio da depreciação crônica da taxa de lucro. Cada uma atuando ao seu modo, globalização, financeirização e reestruturação produtiva são faces de um problema comum: a necessidade de valorizar capital em contexto de taxas de lucro baixas. Viu-se também que essas respostas podem ser vistas sob o ponto de vista da flexibilização do regime de acumulação, tal como sustenta Harvey.

Como parte da economia capitalista, o setor varejista replicou com força as tendências gerais das sociedades capitalistas. Assim, o setor se globalizou e se informatizou em processos que dependeram da flexibilização (e que em parte se confundem com ela). Como parte da emergência do *lean retailing* globalizado, o setor se automatizou.

Esse conjunto de mudanças criou as condições para a formação de uma relação de forças favorável ao capital comercial, que assim conseguiu aumentar sua apropriação da riqueza social. Na ótica do presente trabalho, essa tese, que originou-se com Lichtenstein (2006), é parte da hegemonia do capital financeiro, bem como da ofensiva de classe mais geral que caracteriza o neoliberalismo.



Esse conjunto de mudanças traz problemas sérios para as análises do mundo do trabalho e das classes sociais. Como visto nos exemplos das cadeias de fornecimento, a precarização do trabalho na contemporaneidade frequentemente ocorre fora do âmbito direto das relações capitalistas. Embora seja evidente o papel do capital nessas reconfigurações, seu adequado entendimento precisa mobilizar o conceito de capital por meio de inúmeras mediações, pois o impulso por apropriação de mais-valor não ocorre diretamente sobre os trabalhadores produtivos para o capital. Desse modo, a adequado assimilação da natureza dessas dimensões da reestruturação produtiva demanda novas análises empíricas e renovações no plano da teoria.

Essas dimensões do capitalismo contemporâneo também trazem problemas para as teorias das classes sociais. Qual o pertencimento de classe dos trabalhadores no âmbito das cadeias de fornecimento? E qual a posição de classe dos capitalistas nessas situações? Essas novas configurações tiram centralidade da exploração do trabalho diretamente realizada pelo capitalista produtivo ou, do contrário, afirmam a sua centralidade sob novas formas? O assalariamento direto continua a ser a base fundamental de acumulação de capital ou, acompanhando Harvey (2003), é correto dizer que no capitalismo contemporâneo a acumulação por espoliação assume posição de destaque? As relações de espoliação entre capitais ou entre capitalistas e pequenos proprietários é dimensão central das lutas de classes na contemporaneidade? E os conflitos políticos, ideológicos e distributivos nesses âmbitos podem ser tratados como formas de expressão da contradição capital-trabalho?

À luz das transformações do setor varejista – que é *um* setor da economia capitalista –, o presente trabalho mostra que é urgente às análises do trabalho e das classes sociais incorporar as novas formas de existência do modo de produção capitalista. De outro modo, continuaremos a replicar velhas teorias diante de novos cenários.

## Bibliografia

ABERNATHY, F. H.; DUNLOP, J. T.; HAMMOND, J. H.; WEIL, D. “Retailing and supply chains in the information age”. In: *Revista Technology in Society*, vol. 22, p. 5–31. 2000.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, SP: Boitempo editorial. 2ª edição, 10ª reimpressão, 2009.

BASKER, E. “Change at the Checkout: Tracing the Impact of a Process Innovation”. In: *The Journal of Industrial Economics*, vol. LXIII, no 2, 2015.

BAUMGARTEN, M. “Reestruturação produtiva e industrial”. In: CATTANI, A; HOLZMANN, L. (Org.). *Dicionário de Trabalho e Tecnologia*. P. 43–8. Porto Alegre: Editora da UFRGS, RS, 2006.

BELIK, W. *Muito além da porteira: mudanças nas formas de coordenação da cadeia agroalimentar no Brasil*. Tese de Livre Docência em Economia. Campinas, SP. IE/UNICAMP, 1999.

BRENNER, R. *The economics of global turbulence*. New Left Books: New York, 2006.

CHESNAIS, F. “Mundialização: o capital financeiro no comando”. In: *Revista Outubro*, nº5, p. 7–25, 2001.

CORTADA, J. *The Digital Hand*. How Computers Changed the Work of American Manufacturing, Transportation, and Retail Industries. Oxford University Press, New York–NY, EUA: 2004.

DUMÉNIL, G., LEVY, D. “Neoliberalismo – neoimperialismo”. In: *Economia e Sociedade*. Volume 16, n. 1, p. 119, 2007.

GEREFFI, G, CHRISTIAN, M. “The impacts of Wal-Mart: Rise and consequences of the world’s dominant retailer”. In: *Annual Review of Sociology*. Vol. 35, p. 573–591. 2009. Pode ser acessado em: <<http://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurevsoc070308115947>>.

GEREFFI, G. “The Organization of Buyer-Driven Global Commodity Chains: How U.S. Retailers Shape Overseas Production Networks”. In: GEREFFI, G.; KORZENIEWICZ, M. (org.). *Commodity Chains and Global Capitalism*. P. 93–122. Greenwood Publishing Group, Londres, Inglaterra: 1994.

HARVEY, D. *A Condição Pós Moderna*. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo, SP: Loyola. 25ª edição, 2014.

\_\_\_\_\_. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

\_\_\_\_\_. *The New Imperialism*. Oxford University Press Inc: Nova York, EUA, 2003.

LICHTENSTEIN, N. “A Template for the 21st Century Capitalism”. In: LICHTENSTEIN, n. (Ed.). *Wal-Mart: The Face of Twenty-First-Century Capitalism*, p. 3–30 The New Press, New York–NY, EUA: 2006.

\_\_\_\_\_. *Two Cheers for Vertical Integration: Corporate Governance in a World of Global Supply Chains*. Working Paper X.

\_\_\_\_\_. *Supply-Chains, Workers' Chains and the New World of Retail Supremacy*. Working Paper Y.

MARCELINO, P. “As palavras e as coisas: uma nota sobre a terminologia dos estudos de trabalho”. In: *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, v. 16, nº 1: Londrina, PR, 2011.

MARX, K. *O capital*. Para uma crítica da economia política. Livro 1. Editorial Boitempo: São Paulo, SP, 2013.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*. Livro 3. Tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1986 [versão digital].

REARDON, T., TIMMER, P., BERDEGUE, J. “The Rapid Rise of Supermarkets in Developing Countries: Induced Organizational, Institutional, and Technological Change in Agrifood System”. In: *Journal of Agricultural and Development Economics*. Vol. 1, No. 2, pp. 168–183. 2004.

ROSEN, E. *Life Inside America's Largest Dysfunctional Family: Working for Wal-Mart*. New Labor Forum, Vol. 14, No. 1 (Spring, 2005), pp. 31–39, Sage Publications, Inc. Acessado em 15-02-2017 no link: ><http://www.jstor.org/stable/40342519><.

RUBIN, I. *A teoria marxista do valor*. Editora Polis Ltda: São Paulo, SP, 1987.

SAAD FILHO, A. *O Valor de Marx*. Editora da Unicamp: Campinas, SP, 2011.

SAES, D. “As Frações da Classe Dominante no Capitalismo: uma reflexão teórica”. In: PINHEIRO, M. (org.). *Ditadura: o que resta da transição*. Boitempo Editorial: São Paulo, SP, 2014.

SCOTT, J. (org.). *Oxford dictionary of Sociology*. 4ª Edição. Oxford University Press: Inglaterra, 2014.

SKLAIR, L. “The transnational capitalist class and the discourse of globalization”. In: *Cambridge Review of International Affairs*, vol. 14, 2000.

TILLY, C. *Global restructuring in retail: What impact on labor?* International Labor Brief (Korea Labor Institute, Seoul), 2007a. Pode ser acessado em: <[https://www.uml.edu/Images/Tillyglobal%20retailKLI10.07\\_tcm1875360.pdf](https://www.uml.edu/Images/Tillyglobal%20retailKLI10.07_tcm1875360.pdf)>

WOLFF, S. ALVES, G. “Capitalismo Global e o Advento da Empresa-Rede: Contradições do Capital na Quarta Idade da Máquina”. In: *Cadernos CRH*, v. 20, n. 51, p. 515–28, 2007.



## Alguém aí falou renda básica?

PEDRO HENRIQUE SANTOS QUEIROZ<sup>1</sup>

### Resumo

A partir da leitura das tendências de evolução no período recente do conflito capital/trabalho e de sua expressão na vida política brasileira, argumento em favor da pertinência do projeto de renda básica universal como horizonte normativo e eixo estratégico para uma política de reformismo forte (nos termos de André Singer) ou de reformismo revolucionário (nos termos de André Gorz). O fracasso da nova matriz econômica (NME), de estímulo e coordenação pelo Estado nacional do investimento privado, evidente na crise que culminou no golpe parlamentar contra a presidenta Dilma Rousseff em 2016, é aqui interpretado como indicador de esgotamento da política que amarra a garantia dos direitos sociais ao vínculo empregatício (i.e o programa de “cidadania salarial”, para usarmos o termo de Robert Castel). Buscarei dialogar com as contribuições teóricas sobre renda básica de vários autores a fim de produzir algumas notas de teor especulativo sobre o potencial de programas de renda básica como instrumento útil para o desenvolvimento de sociabilidades não mercadológicas e mecanismos não capitalistas de mercado.

**Palavras-chave:** Renda Básica, Conflito Capital/Trabalho, Reformismo, Crise

---

<sup>1</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do IFCH/UNICAMP; orientado pelo Prof. Dr. Giovanni Alves; financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; E-mail: pedroqueirozpedro@hotmail.com.



## Terceirizando o Brasil: subjetividades dos gestores de contratos de serviços terceirizados em uma IFES

SANDRA OLIVEIRA MAYER BARROS<sup>1</sup>

### Resumo

Com a promessa de tornar o Estado eficiente, o modelo gerencial adotado pela Administração Pública Brasileira privilegia a redução de custos e a descentralização, construindo o cenário das raízes da flexibilização das relações de trabalho e da terceirização na gestão pública. A partir das perspectivas teórica e empírica, o presente artigo tem como escopo uma discussão sobre a precarização do trabalho dos gestores de contratos terceirizados imersos no contexto gerencialista brasileiro, dando ênfase as rotinas de trabalho e suas subjetividades diante da realidade da sua função pública. Para tanto, apresenta-se um estudo de caso de uma IFES (Instituição Federal de Ensino Superior) do Estado de São Paulo. Por fim, traz os resultados parciais verificando-se que os gestores trabalham com um número exacerbado de contratos, além da carência de treinamento, bem como da ausência de manuais e outras ferramentas facilitadoras, o que causa sofrimento, problemas de saúde, insegurança, desmotivação e sentimento de vulnerabilidade.

**Palavras-chave:** Gestão Pública, Servidor Público, Terceirização, Precarização do trabalho.

---

<sup>1</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pelo IFCH/UNICAMP; E-mail: sandramigli@hotmail.com



## A obsolescência programada: forma de redução do tempo improdutivo do capital na esfera do consumo?

STÊNIO EDUARDO DE SOUSA ALVES<sup>1</sup>

### Resumo

O tema desta pesquisa é a obsolescência programada. O objetivo do trabalho é responder à questão: a obsolescência programada é uma forma de redução do tempo improdutivo do capital na esfera do consumo? Após um breve levantamento na literatura marxista, passando por estudiosos como David Harvey (*Condição pós-moderna*), István Mészáros (*Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*), Ricardo Antunes (*Os sentidos do trabalho*) entre outros, e de uma pesquisa em *O capital* (em seus três livros) e nos *Grundrisse* de Karl Marx, chegamos à conclusão, como hipótese, de que a obsolescência programada é uma forma de redução do tempo improdutivo do capital na esfera do consumo. Isso ocorre devido a manter a mercadoria “dentro da economia” mediante a demanda por novas produções sucessivamente. A obsolescência programada, como hipótese nossa, atinge sua forma máxima no capitalismo contemporâneo quanto aos chamados “bens de consumo duráveis” como mercadorias materialmente falando.

**Palavras-chave:** Obsolescência Programada, Marxismo, Marx, Consumo, Capitalismo Contemporâneo

### 1. Um debate marxista sobre a obsolescência programada

Em termos históricos o fenômeno da obsolescência programada/planejada remonta pelo menos à década de 1920<sup>2</sup>, ou seja, é uma prática quase que centenária no capitalismo. Sua emergência remonta ao período em que o capitalismo era dominado em termos de organização racional do processo produtivo pelo fordismo/taylorismo, de modo que a prática da obsolescência programada é compreendida como expressão da

---

<sup>1</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia do IFCH/UNICAMP; orientado pelo Prof. Dr. Jesus Ranieri. E-mail: stenioche@yahoo.com.br.

<sup>2</sup>Magera (2013, p. 96).

“racionalidade corporativa burocrática” através da “administração científica de todas as facetas da atividade corporativa” (HARVEY, 2014, p. 129).

No princípio, esta prática se manteve limitada a alguns ramos da produção, como o setor de produção de lâmpadas<sup>3</sup>. Em função da crise de 1929 e da reorganização do mundo capitalista no pós-guerra, esta se estendeu a diversos capitais produtores de mercadorias, pelo menos, do tipo “bens de consumo” (MAGERA, 2013). Vale registrar que Chico de Oliveira (2013, p. 93-106), identifica a prática da obsolescência programada entre o fim da década de 1960 e o início da década de 1970 no Brasil, relacionada aos “bens de consumo duráveis”, naquele momento, adquiridos, majoritariamente, pelas “classes de rendas altas”, em função de seu elevado custo.

Por sua vez, Mészáros (2006, p. 670) destaca que o acesso aos “bens de consumo duráveis” se estende às classes trabalhadoras dos países centrais no pós-guerra como uma estratégia de realização do mais-valor, o que é possibilitado pela “difusão do ‘crédito ao consumidor’” (CABRAL, 2003, p. 53). A saturação de mercado desses bens de consumo duráveis leva à obsolescência programada, “a fim de tornar possível o lançamento de um contínuo suprimento de mercadorias superproduzidas no vórtice da circulação que se acelera” (MÉSZÁROS, 2006, p. 670).

No período seguinte, desde o final da década de 1960, de acumulação flexível, os “bens de consumo duráveis” tem seu acesso estendido, inclusive, às classes trabalhadoras dos países da periferia do capitalismo, como é possível inferir a partir de Magera (2013). Para este mesmo período, Cabral (2003, p. 54) entende que a saturação do “consumo” de bens duráveis nos países centrais combinado à obsolescência programada leva à produção de mercadorias mais “individuais, personalizadas e instáveis, produzidas em

---

<sup>3</sup> O caso clássico do cartel de produtores de lâmpada na década de 1920 ilustra um pouco o sigilo sobre a prática recém-inaugurada no capitalismo de então, o documentário *Comprar, jogar fora, comprar* ilustra bem o caso.

estruturas organizacionais descentralizadas, de modo a melhor controlar os riscos e alcançar satisfatório êxito comercial nessas mudanças.”.

Em suma, as contradições acumuladas no “período fordista/tayloriano” do capitalismo quanto à produção de mercadorias, mesmo com recurso à obsolescência programada, conduz a produção capitalista a adotar novas formas de lidar, por exemplo, com a “superprodução” de mercadorias. Neste sentido, no período contemporâneo, a produção passa a ser “por demanda”, com estoques mínimos, ou melhor, considerando mais as condições de mercado, daí a afirmação de uma produção de mercadorias “individuais, personalizadas e instáveis”. A produção “em série” dá lugar a uma produção “flexível”, com uma variedade de mercadorias, de tipos, preços e durações diversas para públicos também diversos, do ponto de vista das classes sociais, mesmo com este apelo à individualidade. Deste modo, a obsolescência programada, no período contemporâneo, se legitima pela lógica do “todos tem acesso”, mesmo que pagando menos por algo menos durável, como uma suposta forma de “inclusão social” ou “democratização”.

O que talvez seja também seja uma novidade é que, enquanto nos anos iniciais se sua aplicação o sigilo industrial parecia ser maior quanto a esta prática e, com isso, a obsolescência programada parece ter se limitado a alguns ramos da produção. Atualmente, por exemplo, quando se questiona à população em geral, das diversas classes sociais, sobre a durabilidade de aparelhos eletrônicos, a resposta expressa a obsolescência programada/planejada<sup>4</sup>.

O que talvez e como hipótese nossa, considerando o grau de diversificação da produção de “bens de consumo”<sup>5</sup> em termos da quantidade de mercadorias diversas e de diversas mercadorias de mesma qualidade, é que esta prática, no capitalismo contemporâneo, parece ter se generalizado, atingindo o mais elevado grau.

---

<sup>4</sup> Cf. pesquisa Ciclo de vida de eletrônicos do IDEC e Market Analysis (2013).

<sup>5</sup> Proteste (2016).

Ademais, o problema dos resíduos também mudou de escala, uma vez que os resíduos eletrônicos tem uma capacidade de contaminação bastante significativa em relação a outras mercadorias com outro tipo de valor de uso<sup>6</sup>. Portanto, no período fordista/taylorista fica a impressão da obsolescência programada ser mais silenciosa, menos disseminada e com menores possibilidades de impacto sobre a natureza do que no atual momento de “acumulação flexível”<sup>7</sup>.

Além disso, Harvey (2014, p. 148) acentua que o fenômeno da obsolescência programada decorre da própria natureza do capitalismo de encurtar o “tempo de giro” na produção ou, para utilizar uma categoria mais precisa, o tempo de produção<sup>8</sup>. Neste sentido, num cenário de capitalismo contemporâneo marcado pela “acumulação flexível”, o desenvolvimento da produção pela automação, robótica etc. tem contribuído para a redução do tempo de produção (HARVEY, *ibid.*, p. 148). Isso contribui para a redução do tempo de rotação e implica na possibilidade de realização de mais ciclos de valorização para um mesmo intervalo de tempo. Harvey (2014, p. 148) também aponta que esta redução no “tempo de giro” da produção vem acompanhada de uma redução do “tempo de giro do consumo”.

Harvey (2014, p. 257) destaca que a “aceleração na produção” teve sua origem na “transição para a acumulação flexível” tendo em vista a “superação da rigidez do fordismo e com a aceleração do tempo de giro como solução para os graves problemas fordismo-keynesianismo, que se tornaram uma crise aberta em 1973”. O argumento de Harvey transita pela crise do modo de regulação social no período pós-guerra, compreendendo, por exemplo, as dimensões do capital e do Estado.

O argumento se segue com a indicação de que a “produção acelerada”, neste cenário de “acumulação flexível”, “envolve acelerações paralelas na

---

<sup>6</sup> Magera (*Ibid.*, p. 108).

<sup>7</sup> Harvey (2014).

<sup>8</sup> Marx (2014).

troca e no consumo” (HARVEY, 2014, p. 257). Na nossa avaliação esta é uma afirmação parcialmente correta. O verbo (envolve, no original *entail*<sup>9</sup>) utilizado para expressar a relação entre a produção e a troca e o consumo vai na direção da produção no sentido da totalidade da relação considerando a troca e o consumo como seus momentos necessários. No entanto, a articulação entre estes momentos necessários mediante o uso termo “acelerações paralelas” (no original, *parallelaccelerations*) deixa a relação formal e estanque.

Em relação ao consumo, dois aspectos, “dentre os muitos desenvolvimentos”, são acentuados por Harvey (2014, p. 258). O primeiro é “a mobilização da moda em mercados de massa” como:

meio de acelerar o ritmo do consumo não somente em termos de roupas, ornamentos e decoração, mas também numa ampla gama de estilos de vida e atividades de recreação (hábitos de lazer e de esporte, estilos de música pop, videocassetes e jogos infantis etc.). (*Id., ibid.*)

Este é um apontamento importante, uma vez que a moda ou o estabelecimento de modismos representa a datação no sentido de impor limites temporais a determinadas mercadorias e suas formas de consumo, sejam elas materiais ou imateriais. No entanto, a impressão que se tem é que a proposição de Harvey é um tanto genérica ao usar o termo “mercados de massa” combinado aos exemplos que ele dá na sequência. A nosso ver, a imposição de limites temporais ao consumo mediante a moda parece ser uma tônica que se estende e intensifica cada vez mais à produção de bens de consumo (*meios de consumo* para utilizar uma terminologia mais precisa) e aos serviços, aqui e a extensão e a intensidade desse fenômeno importam na análise.

O segundo aspecto destacado por Harvey (2014, p. 258), como uma “segunda tendência”, “foi a passagem do consumo de bens para o consumo de

---

<sup>9</sup> “Accelerating turnover time in production entails parallel accelerations in exchange and consumption.” (HARVEY, 1992, p. 285).

serviços – não apenas serviços pessoais, comerciais, educacionais e de saúde, como também de diversão, de espetáculos, eventos e distrações.”. A explicação dada por ele para esta tendência é de que:

O ‘tempo de vida’ desses serviços (uma visita a um museu, ir a um concerto de rock ou ao cinema, assistir a palestras ou frequentar clubes), embora difícil de estimar, é bem menor do que o de um automóvel ou de uma máquina de lavar. Como há limites para a acumulação e para o giro de bens físicos (mesmo levando em conta os famosos seiscentos pares de sapatos de Imelda Marcos), faz sentido que os capitalistas se voltem para o fornecimento de serviços bastante efêmeros em termos de consumo. (*Id., ibid.*)

Em suma, Harvey destaca esta passagem de bens materiais para serviços. E apresenta uma explicação em termos das determinações que os serviços possuem. No caso, sua maior efemeridade em relação aos meios de consumo, ou seja, menor tempo de vida e superar os limites postos pelas determinações inerentes à forma mercadoria materialmente falando, como um objeto exterior que demanda, entre outras coisas, cuidados com o valor de uso no tempo de venda como momento crucial da troca e o tradicional “encalhe” ou aprisionamento do capital industrial nesta forma de seu ciclo. Entretanto, ele não deixa claro se há predomínio de alguma dessas formas de valorização.

Essa passagem é marcada por forte apelo da publicidade pelo desenvolvimento dos meios de comunicação num contexto de desenvolvimento da comunicação via satélite conjugada aos televisores (HARVEY, 2014, p. 261-263). A publicidade constitui um importante elemento para a construção de identidade<sup>10</sup>. E, nesse sentido, valores associados à instantaneidade e à descartabilidade – à volatilidade e à efemeridade – passam a ser enfatizados sobretudo através de imagens, “as pessoas foram forçadas a lidar com a descartabilidade, a novidade e as perspectivas de

---

<sup>10</sup> “A identidade depende cada vez mais de imagens” (HARVEY, 2014, p. 261).

obsolescência instantânea” (*Id., ibid.*, p. 259). Assim, o tempo histórico levado à compressão num cenário de volatilidade “torna extremamente difícil qualquer planejamento de longo prazo” (HARVEY, 2014, p. 259).

A obsolescência programada também é abordada por István Mészáros e é compreendida como uma dimensão do fenômeno da *taxa de utilização decrescente*<sup>11</sup>:

Torna-se, desse modo, necessário divisar meios que possam reduzir a taxa pela qual qualquer tipo particular de mercadoria é usada, encurtando deliberadamente sua vida útil, a fim de tornar possível o lançamento de um contínuo suprimento de mercadorias superproduzidas no vórtice da circulação que se acelera. **A notória “obsolescência planejada” em relação aos “bens de consumo duráveis” produzidos em massa a substituição,** o abandono ou o aniquilamento deliberado de bens e serviços que oferecem um potencial de utilização intrinsecamente maior (por exemplo, o transporte coletivo) em favor daqueles cujas taxas de utilização tendem a ser muito menores, até mínima (como o automóvel particular) e que absorvem uma parte considerável do poder de compra da sociedade; a imposição artificial da capacidade produtiva quase que completamente inutilizável (por exemplo, o “superdesperdício” de um complexo computador usado como “processador de texto” num escritório onde uma simples máquina de escrever seria perfeitamente suficiente); o crescente desperdício resultante da introdução de tecnologia nova, contradizendo diretamente a alegada economia de recursos materiais (por exemplo, o “escritório informatizado sem papel”, que consome cinco vezes mais papel do que antes); o “extermínio” deliberado das habilidades e dos serviços de manutenção, para compelir os clientes a comprar dispendiosos produtos ou componentes novos, quando os objetos descartados poderiam facilmente ser consertados (por exemplo, compelir as pessoas a comprar sistemas completos de silenciosos para carros ao preço de 160 libras, em lugar de um serviço de solda de 10 libras, que seria perfeitamente adequado ao propósito) etc. **Tudo isso pertence a essa categoria, dominada pelos imperativos e determinações subjacentes para perdulariamente**

---

<sup>11</sup> Também podem ser encontradas outras terminologias na obra de Mészáros para definir o mesmo fenômeno como “índice decrescente de utilização”, “lei tendencial da taxa de utilização decrescente”, “tendência a reduzir a taxa de utilização”. No entanto, optamos pelo uso frequente do termo *taxa de utilização decrescente* neste artigo uma vez que é a tradução para “the decreasing rate of utilization” que é utilizada no título dos capítulos 15 e 16 de *Para além do capital*, em que pese as demais terminologias explorarem aspectos do fenômeno com caráter de lei tendencial no “sistema do capital”.

**diminuir as taxas de utilização praticáveis.** (MÉSZÁROS, 2006, p. 260, grifo nosso)

A taxa de utilização decrescente, segundo Mészáros (2006, p. 670), diz respeito à redução da utilização do valor de uso de todas as três dimensões fundamentais da contradição entre a produção e o consumo capitalistas: 1) bens e serviços; 2) instalações e maquinaria e 3) força de trabalho.

A característica central desta tendência é, não obstante a diversa gradação de uso da mesma mercadoria/capital entre regiões do sistema (em virtude da *lei do desenvolvimento desigual*<sup>12</sup>) ou mesmo da gradação de uso entre mercadorias/capitais diversos, a redução progressiva do uso do capital em todas as três dimensões da produção e do consumo capitalista.

Lembrando que para Mészáros (2006, p. 105), o sistema do capital tem três “defeitos estruturais”, incluindo a independência/separação da produção e do consumo, o qual é o aspecto mais relacionado imediatamente com a obsolescência programada. Mas também estão entre os defeitos estruturais do sistema do capital a produção e o controle como isolados e opostos entre si e os microcosmos do “sistema do capital” se combinarem “em alguma espécie de conjunto administrável” (Id. Ibid, p. 105).

Esta é uma tendência que expressa a perdularidade<sup>13</sup> do capitalismo e se constituiu, conforme Mészáros (2006, p. 661), “como um dos principais meios pelos quais o capital conseguiu atingir seu crescimento verdadeiramente incomensurável no curso do desenvolvimento histórico”.

Vale registrar que não temos acordo com a interpretação de Andrade (2007, p. 70) acerca da taxa de utilização decrescente de Mészáros. Não se deve estabelecer que a taxa de utilização decrescente é sinônimo ou um termo alternativo para obsolescência da mercadoria ou taxa decrescente do valor de

---

<sup>12</sup> “O sistema do capital – como se dá com todas as formas concebíveis de controle sociometabólico global, inclusive a socialista – está sujeito à lei absoluta do desenvolvimento desigual” (MÉSZÁROS, 2006, p. 114).

<sup>13</sup> “O sistema como um *todo* é absolutamente *perdulário*, e tem de continuar a sê-lo em proporções sempre crescentes.” (MÉSZÁROS, 2006, p. 662; grifo do autor).

uso da mercadoria<sup>14</sup>. Ambas terminologias alternativas distorcem o sentido original dado por Mészáros para a taxa de utilização decrescente. Em nenhum momento Mészáros parece dar centralidade para a categoria mercadoria. Pelo contrário, a categoria que tem mais centralidade em toda a obra *Para além do capital é capital*. Não à toa sua obra magna se chama Para além do capital e não “Para além da mercadoria”.

Veja que Mészáros (2006, p. 660) quando trata da relação valor de uso e valor de troca não o faz sob a ótica da mercadoria, mas sim sob a ótica do capital: “O capital não trata meramente como separados valor de uso (que corresponde diretamente à necessidade) e valor de troca, mas o faz de modo a subordinar radicalmente o primeiro ao último”.

Ademais, a categoria taxa de utilização decrescente do valor de uso da mercadoria não aparece sequer uma vez em toda a obra *Para além do capital*, a despeito da afirmação contrária da autora: “Taxa de utilização decrescente do valor de uso da mercadoria é o termo utilizado por Mészáros, para designar o processo de degradação ou deterioração empregado à mercadoria” (ANDRADE, 2007, p. 70).

Na esteira do argumento de Mészáros de que a obsolescência programada é constituinte do fenômeno da taxa de utilização decrescente, Antunes (2006, p. 50-51) entende que a qualidade total empresarial constitui a “negação da durabilidade das mercadorias”, de modo que “Quanto mais ‘qualidade’ as mercadorias aparentam (e aqui a *aparência* faz a diferença), menor tempo de duração elas devem efetivamente ter”.

Frente a este debate, uma hipótese que temos, é que a prática da obsolescência programada é uma das estratégias do capital para a redução do seu tempo improdutivo no consumo, como ficará claro na argumentação

---

<sup>14</sup> “A obsolescência da mercadoria ou taxa decrescente do valor de uso da mercadoria, são categorias criadas para designar a deterioração consciente ou intencional da mercadoria realizada pelas empresas com a intenção de uma velocidade maior da circulação desta pelo mercado.”

adiante a partir da obra de Marx, afinal: “economia de tempo, a isso se reduz toda economia” (MARX, 2011, p. 119).

## 2. Um esforço explicativo do fenômeno: a hipótese da redução do tempo improdutivo do capital na esfera do consumo

Outros elementos quanto ao fenômeno da obsolescência podem ser obtidos na discussão que refere-se ao *tempo* de metamorfose das formas do valor como capital (capital produtivo, mercadoria e dinheiro), ou seja, à *rotação*<sup>15</sup> do capital. O critério social para a rotação do capital é o *tempo de rotação*<sup>16</sup>, isto é, o somatório do tempo de produção e do tempo de circulação, de modo que quanto menor o tempo de rotação ou maior a *velocidade de rotação*<sup>17</sup>, maior o número de rotações que o capital pode executar para um dado intervalo considerado.

O tempo de rotação do capital varia não só considerando a dimensão de valor como valor de troca, mas como valor de uso. Deste modo, “Abstraindo das contingências individuais, que podem acelerar ou encurtar o tempo de rotação para um capital individual, o tempo de rotação dos capitais é distinto de acordo com suas diferentes esferas de investimento” (MARX, 2014, p. 237).

Como indicado acima, o tempo de rotação é composto pelo *tempo de produção* e pelo *tempo de curso ou de circulação*. Portanto, reduções no tempo de produção e no tempo de circulação, mantidos constantes todos os

---

<sup>15</sup> “O ciclo do capital, não como fenômeno isolado, mas como processo periódico, chama-se rotação” (MARX, 2014, p. 237). Ou uma passagem com mais elementos: “O processo de reprodução do capital abarca tanto o processo direto de produção como as duas fases do processo de circulação propriamente dito, isto é, o ciclo inteiro, que, como processo periódico – processo que se repete sempre de novo em determinados períodos –, constitui a rotação do capital” (*Ibid.*, p. 449).

<sup>16</sup> “A duração dessa rotação é dada pela soma de seu tempo de produção e seu tempo de curso. Tal soma constitui o tempo de rotação do capital. Esta mede, assim, o intervalo entre um período cíclico do valor de capital inteiro e o período seguinte; a periodicidade no processo de vida do capital, ou, em outras palavras, o tempo de renovação, a repetição do processo de valorização e de produção do mesmo valor de capital” (*Ibid.*, p. 237).

<sup>17</sup> (*Id.*, *ibid.*, p. 321).

demais fatores relacionados, implicam em redução no tempo de rotação ou o contrário: “um prolongamento do tempo de produção diminui a velocidade de rotação tanto quanto um prolongamento do tempo de circulação.” (*Ibid.*, p. 323). O capital procura reduzir estas duas variáveis, tempo de produção e tempo de circulação visando reduzir o tempo de rotação. O tempo de produção é dado pelo tempo que o capital permanece na esfera da produção. Ele compreende o tempo de trabalho, mas se estende para além dele<sup>18</sup>.

No trecho indicado na nota acima, Marx destaca, portanto, a dimensão *improdutiva* do processo de produção como processo de valorização<sup>19</sup>, ou seja, as atividades e momentos da produção que não produzem valor, apesar de serem inseparáveis e indispensáveis<sup>20</sup> à consecução do processo de valorização<sup>21</sup>. E mais, considerando esta característica, o capital visa a coincidência do tempo de produção com o tempo de trabalho, ou seja, reduzir ao mínimo o tempo de produção improdutivo ao capital<sup>22</sup>.

Sobre o tempo de trabalho como momento *produtivo* e constitutivo tempo de produção, o mesmo é composto do tempo de trabalho necessário e

---

<sup>18</sup>“O tempo de produção engloba naturalmente o período do processo de trabalho, mas não é englobado por ele” (MARX, 2014, p. 201). E de forma mais detalhada: “O tempo de produção é, aqui, maior do que o tempo de trabalho. Esse excedente repousa sempre sobre o fato de que o capital produtivo encontra-se latente na esfera da produção, sem atuar no próprio processo de produção, ou no fato de que ele atua no processo de produção sem se encontrar no processo de trabalho” (*Ibid.*, p. 202).

<sup>19</sup> Cf. capítulo 5 do Livro I de *O capital* intitulado “O processo de trabalho e o processo de valorização”, in: Marx (2013).

<sup>20</sup>“As interrupções normais do processo de produção inteiro, ou seja, os intervalos em que o capital produtivo não atua, não produzem nenhum valor nem mais-valor. Daí a tendência a introduzir o trabalho noturno. Os intervalos no tempo de trabalho a que se deve submeter o objeto de trabalho durante o próprio processo de produção não formam valor nem mais-valor, mas fomentam o produto, formam uma parte de sua vida, um processo pelo qual ele tem *necessariamente* de passar” (MARX, 2014, p. 202-203, grifo nosso).

<sup>21</sup>“Desse modo, não se produz valorização alguma do capital produtivo enquanto este se encontra na parte de seu tempo de produção que excede o tempo de trabalho, por mais inseparável que a plena consumação do processo de valorização possa ser dessas suas pausas” (*Ibid.*, p. 203).

<sup>22</sup> “É evidente que quanto maior for a coincidência entre o tempo de produção e o tempo de trabalho, maiores serão a produtividade e a valorização de um determinado capital produtivo num dado intervalo de tempo. Daí a tendência da produção capitalista encurtar o máximo possível o excedente do tempo de produção sobre o tempo de trabalho” (*Ibid.*, p. 203-204).

do tempo de trabalho excedente<sup>23</sup>. No conjunto, a elevação do tempo de trabalho constitui uma incessante busca do capital<sup>24</sup>. Em seu interior, repousa a contradição entre a apropriação do valor pelo trabalho e pelo capital<sup>25</sup>, ou seja, a distribuição do capital produtivo. De modo que, o capital visa encurtar o tempo de trabalho necessário, destinado à reprodução do capital variável que remunera o trabalho, e elevar o tempo de trabalho excedente, destinado à produção de mais-valor, à reprodução do capital.

Ainda sobre a dimensão improdutivo do capital, voltamos nossa atenção ao tempo de circulação ou tempo de curso. Considerando o pressuposto marxiano de que a geração do valor ocorre na esfera da produção, o curso do capital pela esfera da circulação não produz valor<sup>26</sup>, apesar da aparência da produção de valor como apontado por Marx no livro III de *O capital*, inclusive aceito e teorizado pela economia política de seu tempo<sup>27</sup>. Sendo assim, “Tempo de curso e tempo de produção excluem-se mutuamente. Durante seu tempo de curso, o capital não atua como capital produtivo e, por isso, não produz mercadoria nem mais-valor.” (MARX, 2014, p. 204, grifo nosso).

Disto se deduz que o tempo que o capital permanece na esfera da circulação é improdutivo ao capital, e, portanto, apesar de necessária condição do processo de valorização, o mesmo constitui, ao mesmo tempo, um obstáculo<sup>28</sup> ao próprio processo de valorização. Daí que o capital procure constantemente reduzir o tempo de curso ao mínimo possível, afinal: “quanto

---

<sup>23</sup> Marx (2013, p. 293).

<sup>24</sup> Ibid. (p. 307 e p. 309).

<sup>25</sup> Ibid. (p. 307).

<sup>26</sup> Há casos especiais de capitais que operam na esfera da circulação como extensão do capital industrial, portanto, produtores de valor, como a indústria de transportes, comunicação etc. No entanto, esses casos não invalidam o argumento de Marx na exposição do ciclo do capital produtivo, na qual, para estes capitais não há produção de valor na esfera de circulação.

<sup>27</sup> Marx (2008, p. 62–63).

<sup>28</sup> “Portanto, o tempo de curso do capital limita, em geral, seu tempo de produção e, por conseguinte, seu processo de valorização. E os limita, decerto, em relação à sua duração” (MARX, 2014, p. 204).

mais o tempo de curso é = 0 ou próximo de zero, tanto mais atua o capital e tanto maior se torna sua produtividade e autovalorização.” (Ibid., p. 204).

O tempo de curso é composto pelo tempo de compra e o tempo de venda<sup>29</sup>. A venda como momento da circulação como já apontado por Marx no livro I de *O capital* é reiterado no livro II de *O capital*: “Da análise da circulação simples de mercadorias, já sabemos que M-D, a venda, constitui a parte mais difícil de sua metamorfose e, portanto, em condições normais, ocupa a maior parte do tempo de curso.” (Ibid., 205). A compra e a venda marcam a passagem das formas de valor mercadoria e dinheiro uma a outra. Entretanto, nesta etapa da exposição de *O capital* em que a mercadoria se apresenta não mais como simples mercadoria (M), mas capital mercadoria (M’), ela ganha nova determinação. E sua mudança de forma do valor para a forma oposta, a forma dinheiro, não é mero dinheiro (D), mas capital dinheiro acrescido de mais-valor (D’), representa, portanto, não só a mera metamorfose da forma mercadoria como unidade de mercadoria e dinheiro, como opostos que se realizam na forma contrária, como realização não só do valor, mas realização do mais-valor através da realização do valor como valor de troca. Daí Marx afirmar que entre os momentos da circulação, a venda é mais importante que a compra<sup>30</sup>.

Marx nos fornece elementos para compreensão da forma mercadoria, como valor de uso sendo veículo de valor ou o valor de uso como o corpo cuja alma é o valor. Desta forma, é condição para a renovada reprodução do capital a “venda em sua forma-mercadoria acabada, ou seja, sua entrada no consumo produtivo individual” (Ibid., p. 207). E a passagem a seguir é decisiva quanto a este momento: **“Para poder continuar a existir numa nova forma útil, eles têm**

---

<sup>29</sup>“Seu tempo de curso se decompõe, assim, em duas partes: o tempo que ele precisa para se transformar de mercadoria em dinheiro e o tempo necessário para efetuar a transformação contrária” (Ibid., p. 205).

<sup>30</sup>“Há uma diferença entre M-D e D-M que não guarda relação com a diferença de forma entre a mercadoria e dinheiro, mas que deriva do caráter capitalista da produção. Em si mesmos, tanto M-D como D-M são meras transposições de um dado valor de uma forma em outra. Porém, M’-D’ é, ao mesmo tempo, a realização do mais-valor contido em M’. O mesmo não ocorre em D-M. Daí a venda ser mais importante do que a compra” (Ibid., p. 206).

de modificar, dentro de um prazo determinado, sua forma útil antiga. O valor de troca só se conserva mediante essa constante renovação de seu corpo.” (Ibid., p. 207, grifo nosso). E “o [valor de] uso particular aparece como limite natural da mercadoria” (MARX, 2011, p. 208).

Diante dessas características da produção capitalista quanto à forma mercadoria, é possível concluir que estratégia da obsolescência programada é impulsionada e impulsiona a “constante renovação” do valor de uso da mercadoria não só em termos de sucessão de processos produtivos para uma mesma mercadoria, mas em sua extensão rumo à ampliação dos tipos de mercadoria.

Afinal, a nosso ver, o capitalismo visa ampliar os tipos de mercadoria com vistas a superar, dialeticamente, este “limite natural” (valor de uso) posto à mercadoria. Isso, claro, não visando ampliar o atendimento de necessidades autenticamente humanas, mas atender aos movimentos de valorização do capital. Está estreitamente associado à ampliação dos valores de uso o atendimento de necessidades como meio à valorização. Daí que **“o capitalista procura por todos os meios incitá-los ao consumo, conferir novos atrativos às suas mercadorias, impingir-lhes novas necessidades etc.”** (MARX, 2011, p. 225, grifo nosso), qualquer que seja o caráter destas necessidades: físicas, sociais etc.

A venda como momento decisivo da circulação tem acelerado seu tempo através do desenvolvimento do sistema de crédito<sup>31</sup>, do desenvolvimento do capital comercial<sup>32</sup>, do desenvolvimento do sistema de transportes e dos meios de comunicação<sup>33</sup> etc. Assim, a confecção da mercadoria não só em termos físicos (materiais) importa, mas a dimensão de interação subjetiva que ela encerra passa a ser bastante considerada em se tratando de obsolescência programada.

---

<sup>31</sup> Marx (2014, p. 348).

<sup>32</sup> Id. (Ibid., p. 211).

<sup>33</sup> Id. (Ibid., p. 207 e p. 344).

O desenvolvimento dos meios de comunicação, como já destacado por Marx, reduz o tempo de venda. No capitalismo do século XX, a partir do qual é forjada a obsolescência planejada, ocorre um elevado desenvolvimento dos meios de comunicação possibilitando interfaces diversas, seja através do som ou da imagem. Isso conduz o capital ao desenvolvimento da publicidade e da propaganda<sup>34</sup>. Interessa a “cooptação”<sup>35</sup> daquele que compra, reforçando ou despertando necessidades “provenham elas do estômago ou da imaginação”<sup>36</sup>.

É importante observar também que o capital comercial tem se alterado no capitalismo contemporâneo para se adequar às necessidades de valorização do capital no tempo presente<sup>37</sup>. Deste modo, tem ocorrido processos de formação de grandes capitais comerciais com constituição de um sistema de varejo combinado pequenos capitais do tipo feiras de produtos importados de mercadorias com menor tempo de vida útil<sup>38</sup>.

No entanto, a redução da vida útil das mercadorias com vistas a diminuir o intervalo entre vendas de mesma mercadoria ou mercadoria similar se refere também à esfera do consumo, uma vez que é nesta que o caráter de valor de uso é comprovado pelo capital<sup>39</sup>. E é nesta esfera que se faz sentir efetivamente a redução da vida útil da mercadoria.

Não à toa se processa a redução da vida útil de mercadorias, mas a esfera do consumo não só é determinada fundamentalmente pela produção como indicado em seção acima, mas determina a produção porque 1) “apenas no consumo o produto devém efetivamente produto” e 2) “o consumo cria a necessidade de *nova* produção” (MARX, 2011, p. 46). Ou seja, ao reduzir o tempo de duração do valor de uso na esfera do consumo, o capital cria a necessidade de novas produções em intervalos mais curtos, acelera o “tempo

---

<sup>34</sup>Magera (2013, p. 98).

<sup>35</sup> Termo adotado por Magera (2013) para definir o envolvimento subjetivo do sujeito que compra à dinâmica de valorização do capital.

<sup>36</sup> Marx (2013, p. 113)

<sup>37</sup>Lipovetsky (2007) oferece indicações de alterações empíricas que o capital comercial passou desde a virada do século XIX para o século XX nos países centrais do capitalismo.

<sup>38</sup>Magera (2013, p. 100).

<sup>39</sup>“O valor de uso se efetiva apenas no uso ou no consumo.” (MARX, 2013, p. 114).

de giro no consumo”, como diz Harvey (2014, p. 148). Considerando que somente a esfera da produção produz valor<sup>40</sup>, o tempo que a mercadoria permanece na esfera do consumo é improdutivo ao capital. Portanto, a redução da vida útil da mercadoria é uma forma de reduzir o tempo improdutivo do capital gasto na esfera do consumo. Esta é uma hipótese que apresentamos neste projeto.

Outra reflexão acerca do caráter do consumo no capitalismo é que este é dual. Afinal, “o ato conclusivo do consumo, concebido não apenas como fim, mas também como finalidade propriamente dita, situa-se propriamente fora da economia, exceto quando retroage sobre o ponto de partida e enceta de novo todo processo.” (MARX, 2011. p. 45). O caráter dual é definido pela “retroação” do consumo sobre a produção, esta determinação é que mantém ou não a mercadoria dentro ou fora da economia. Deste modo, quando o consumo não só confirma o caráter de valor de uso da mercadoria, mas ao fazê-lo, de forma a demandar/estimular nova produção, se mantém inserido na dimensão da produção (“economia”), aqui entendida como totalidade da produção material. Ao partir deste fato, é possível concluir que a obsolescência programada é também, mas não só, uma estratégia de manutenção constante do consumo “dentro da economia”, ou seja, em constante relação com as demais esferas da produção material.

Finalmente, convém ressaltar que a prática da obsolescência programada se refere à *mercadoria* materialmente falando e não ao *efeito útil*. O efeito útil, apesar de atuar como mercadoria, é inseparável da produção não configurando uma externalidade como a mercadoria materialmente falando como forma (M) ou (M')<sup>41</sup>. O efeito útil é inseparável da produção e seu

---

<sup>40</sup> Ressalvados os casos especiais indicados anteriormente de capitais industriais cujos produtos são efeito útil que produzem valor e se situam na esfera da circulação do capital.

<sup>41</sup> “Ele [o efeito útil] não existe como uma coisa útil diferente desse processo, como algo que só funciona como artigo comercial, só circula como mercadoria depois de ter sido produzido” (MARX, 2014, p. 134).

consumo é realizado durante o próprio processo de produção<sup>42</sup>. Deste modo, o tempo de produção do efeito útil é igual ao seu tempo de consumo e se realizam no mesmo ato. Portanto, a princípio, não nos parece que a obsolescência programada se aplique a este tipo de produção imaterial da mesma forma que à produção material, uma vez que sua finalidade, a redução do tempo de consumo da mercadoria, na forma de efeito útil, atingiu o objetivo máximo do capital: a coincidência entre o tempo de produção e o tempo de consumo. O que não exclui investigar as especificidades da existência de alguma estratégia de obsolescência para este ou qualquer outro tipo de produção imaterial a fim de enriquecer a análise geral apresentada neste estudo sobre a produção material de mercadorias.

### 3. Explicações para a obsolescência programada e seus limites

No geral, as análises David Harvey e István Mészáros postulam hipóteses explicativas que se relacionam com a essência do fenômeno da obsolescência programada. No caso de Harvey, sua hipótese se centra na obsolescência programada/planejada como uma estratégia de elevação da velocidade de rotação do capital.

A obsolescência programada não ocupa um lugar de destaque em sua obra (*Condição pós-moderna*), pelo contrário, ocupa uma posição lateral, uma vez que seu argumento central gira em torno das transformações da sociabilidade capitalista desde o início da década de 1970 a partir da relação da entre a “ascensão de formas culturais pós-modernas” e a “emergência de modos mais flexíveis de acumulação de capital e um novo ciclo de ‘compressão do tempo-espaço’ na organização do capitalismo” (HARVEY, 2014, p. 7).

Harvey, no que tange à obsolescência programada, situa a argumentação do ponto de vista da exposição da categoria capital no plano do Livro II de *O capital*, isto é, da circulação do capital, aqui entendida não como

---

<sup>42</sup> “O efeito útil só pode ser consumido durante o processo de produção” (Ibid., p. 133-134).



mero momento da produção, mas como as metamorfoses do capital em sua totalidade e sua temporalidade. Portanto, associando as transformações da produção, circulação e consumo, mesmo que articulação entre esses momentos seja um tanto formal na sua obra.

Mészáros, por sua vez, coloca a obsolescência como algo central para a tese da destrutividade do capital e seu sistema de sociometabolismo. Afinal a tese da taxa de utilização decrescente é algo vital para a expressão da periculosidade do capital e para a ativação dos limites absolutos do capital e a exacerbção da utilização decrescente da força de trabalho, a dimensão “potencialmente mais explosiva” do fenômeno para Mészáros<sup>43</sup>.

Neste sentido, ele apresenta uma explicação mais profunda (implícita em sua obra *Para além do capital*) que Harvey para o fenômeno na própria constituição do capital, marcada pelos defeitos estruturais entre 1) produção e consumo, 2) os microcosmos do “sistema do capital” se combinarem “em alguma espécie de conjunto administrável” e 3) produção e controle.

Mészáros, em sua obra, procura situar os elementos mais fundamentais para a explicação na unidade interna da relação capital marcados pela ausência de unidade<sup>44</sup> e em como a relação entre os elementos mais gerais da produção (produção, distribuição, circulação e consumo) se apresentam no chamado “sistema do capital”. Ou seja, ele situa a explicação num plano de elevada abstração teórica em relação à Harvey, por exemplo, que situa a explicação considerando níveis mais concretos de abstração:

A linguagem (e, portanto, a hipótese) que vou explorar é uma linguagem na qual vemos eventos recentes como uma transição no *regime de acumulação* e no *modo de regulação social e política* a ele associado (HARVEY, 2014, p. 117; grifo do autor).

---

<sup>43</sup> “Quanto ao terceiro aspecto do nosso problema, que se refere ao uso ou ao não uso da força de trabalho socialmente disponível, vem a ser a contradição potencialmente mais explosiva do capital.” (MÉSZÁROS, 2006, p. 672).

<sup>44</sup> “Em todas as três situações mencionadas acima, o defeito estrutural do controle profundamente enraizado está localizado na *ausência de unidade*.” (Mészáros, 2006, p. 105; grifo do autor).

A nossa hipótese em relação à obsolescência programada também se situa no plano da exposição do capital do Livro II, assim como faz Harvey. Afinal, diz respeito ao tempo do capital, em especial, na esfera do consumo. Na nossa avaliação, portanto, a obsolescência não só implica em responder a uma demanda da produção de elevação da velocidade de rotação do capital como um todo, mas tem, na esfera do consumo um efeito de reduzir o tempo improdutivo do capital ao manter o consumo “dentro da economia”. É um dos componentes de redução geral do tempo improdutivo do capital.

Dizer que a obsolescência programada está em consonância com a elevação do tempo de rotação do capital está absolutamente correto, como aponta Harvey (2014), em que pese o formalismo no tratamento das dimensões mais gerais da produção sob o capital. No entanto, a rotação do capital possui tempos produtivos e improdutivos e a tendência do capital é buscar reduzir o tempo improdutivo a zero, na nossa avaliação, inclusive no consumo.

No entanto, do ponto de vista explicativo todas as análises apresentadas neste artigo carecem de um esclarecimento comum: à primeira vista, nenhuma das análises explica a obsolescência programada/planejada a partir da própria obsolescência do capital industrial (o único produtor de valor).

A categoria decisiva do ponto de vista da exposição categorial considerando a mercadoria como produto é o próprio capital, como *capital industrial*. Do ponto de vista da rotação do capital, a mercadoria não é mera mercadoria, mas *capital mercadoria*, ou seja, a forma de aparecimento do capital industrial no mercado.

Neste sentido, a explicação da obsolescência programada/planejada da mercadoria como capital mercadoria só pode ser feita a partir de seu pressuposto material, a obsolescência do capital. Portanto, a explicação do ponto de vista da essência do fenômeno deve partir, neste momento, do

relacionar-se do capital industrial consigo mesmo como a contradição interna ao capital industrial e ao capital social total. Ou seja, carece uma explicação do fenômeno num nível “intermediário” de abstração entre o apresentado por Mészáros e o apresentado por Harvey. Enfim, mas este é um complexo assunto, foge dos propósitos deste texto, ficando para um desenvolvimento posterior.

### Referências bibliográficas

ANDRADE, V. B. *Estética da mercadoria e obsolescência: um estudo da indução ao consumo no capitalismo atual*. 2007. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia. Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2007. Acesso em: 01 jun. 2017. Disponível em: <[http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/ciencias\\_sociais/1187.pdf](http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/ciencias_sociais/1187.pdf)>.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 8ª reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

CABRAL, F. “Esteticismo e obsolescência: princípios norteadores da cultura do consumo”. In: *Novos Rumos*. n. 39, 2003, p. 48-59. Acesso em: 17 set. 2017. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/4911/3527>>.

COMPRAR, jogar fora, comprar: a história secreta da obsolescência programada. Direção: Cosima Dannoritzer. Espanha/França: Media 3.14 e Article Z, 2011. Título original: Comprar, tirar, comprar. (52 min.). Disponível em:

<[https://www.youtube.com/watch?v=ZSuWRTBmMaU&ab\\_channel=AntigamenteDuravaMais](https://www.youtube.com/watch?v=ZSuWRTBmMaU&ab_channel=AntigamenteDuravaMais)>. Acesso em: 1 ago. 2016.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 25. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

\_\_\_\_\_. *The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change*. Oxford, 1992.

IDEC; MARKET ANALYSIS. *Ciclo de vida de eletrônicos*. 2013. Disponível em: <<http://www.idec.org.br/consultas/teste-e-pesquisa/pesquisa-comprova-obsolescencia-programada-no-brasil>>. Acesso em: 1 ago. 2016.

LIPOVETSKY, G. *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo*. 2ª. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MAGERA, M. *Os caminhos do lixo: da obsolescência programada à logística reversa*. Campinas: Editora Átomo, 2013.

MARX, K. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

\_\_\_\_\_. *O capital*: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. *O capital*: crítica da economia política: livro II: o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

\_\_\_\_\_. *O Capital*. Crítica da economia política. 1. ed. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. v. 4.

MARX, K.; ENGELS, F. *O manifesto comunista*. 15. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

MÉSZÁROS, I. *Beyond capital*: toward a theory of transition. London: The Merlin Press, 1995.

\_\_\_\_\_. *Para além do capital* – rumo a uma teoria da transição. 2ª reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista*: o ornitorrinco. 1.ed. 4ª. reimp. São Paulo: Boitempo, 2013.

PROTESTE. *Revista Proteste*. Nº. 154, fev. 2016. Disponível em: <<https://www.proteste.org.br/>>. Acesso em: 1 ago. 2016.



## Uberização do trabalho: um estudo à luz da experiência de motoristas da região metropolitana de Campinas (apresentação de impressões iniciais)

VIVIANE VIDIGAL DE CASTRO<sup>1</sup>

### Resumo

Pretendo apresentar no trabalho proposto algumas das impressões iniciais obtidas através da pesquisa em andamento intitulada “Uberização do trabalho. Um estudo à luz da experiência de motoristas da região metropolitana de Campinas” que está sendo desenvolvida atualmente no Programa de Mestrado do Departamento de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual de Campinas. O modo uber (uberização) de organizar e remunerar a força de trabalho – a empresa se considera parceira do motorista, auxiliando a conexão entre o usuário que deseja carona com o usuário que quer oferecer, sem estabelecer qualquer vínculo empregatício entre empresa e motorista – distancia-se da regularidade do assalariamento formal, acompanhado geralmente pela garantia dos direitos sociais e trabalhistas, podendo resultar em uma precarização dos direitos laborais. O presente projeto busca entender como o desenho empresarial e as condições de trabalho na uber contribuem para compreendermos o processo de precarização do trabalho.

**Palavras-chave:** Uber, Uberização, Precarização, Trabalho.

---

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/UNICAMP; orientada pela Profa. Dra. Bárbara Castro; E-mail: vivianevidigalcastro@hotmail.com

## GT 4 – Economia, sociedade e meio ambiente

O baixo nível de influencia das perspectivas sociológica e antropológica de sustentabilidade na definição dos impactos da usina hidrelétrica Belo Monte sobre o desenvolvimento regional

ANDRÉ MARCONATO RAMOS<sup>1</sup>

**Resumo**

O presente artigo consiste em uma análise do Relatório de Impacto Ambiental (Rima) da usina hidroelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte). Os objetivos principais da análise são identificar e comparar as perspectivas de sustentabilidade utilizadas pela Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – na definição dos riscos gerados pela instalação da usina e na proposição de políticas de mitigação desses riscos. Dessa forma busca-se apresentara diversidade de perspectivas de sustentabilidade presentes no referido Rima (ecológica, econômica, sociológica e antropológica) e problematizar o fato de que as perspectivas sociológica e antropológica foram pouco utilizadas no processo de compreensão dos impactos da UHE Belo Monte sobre o ordenamento territorial, a regularização fundiária, a gestão ambiental, as atividades produtivas, a saúde e a educação da região onde ela foi construída. Nas considerações finais o artigo procura demonstrar a importância da perspectiva interdisciplinar para se evitar nos futuros relatórios de impacto ambiental de grandes obras os equívocos interpretativos presentes no Rima da UHE Belo Monte.

**Palavras chave:** Relatório de Impacto Ambiental, Usina Hidrelétrica Belo Monte, Perspectivas de Sustentabilidade.

---

<sup>1</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da UNICAMP; orientado pelo Prof. Dr. Emilio Moran e co-orientado pela Profa. Dra. Lucia da Costa Ferreira; financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; E-mail: andreramos20@gmail.com.

## O consumo sustentável como alternativa de enfrentamento à crise ambiental – proposta de um estudo exploratório

FELIPE BARBOSA BERTULUCI<sup>1</sup>

### Resumo

A questão climática, definida em termos das mudanças climáticas e ambientais globais, constitui um dos grandes temas de debate e reflexão de nossa contemporaneidade. Desde meados da década de 1960, ela se consolidou como um campo de embates em torno de posições e atores sociais bastante heterogêneos e cada vez mais numerosos, para enfim abarcar virtualmente a “humanidade como um todo”. Nesse contexto, a noção de desenvolvimento sustentável, com destaque para sua definição hegemônica no âmbito do relatório Brundtland (1987) emerge como uma das ideias-chave presentes no esforço de compreensão e enfrentamento do problema. O presente projeto de pesquisa insere-se neste campo de reflexão e debate, tendo como foco a análise das práticas de consumo ambientalmente orientadas, que aqui são mobilizadas a partir do termo *consumo sustentável*. Com o processo de alargamento e consolidação da problemática climática e ambiental, o consumidor passa a ser considerado peça fundamental para a concretização de mudanças em direção à sustentabilidade. Nosso estudo propõe, então, abordar a maneira como são construídos socialmente e integrados projetos reflexivos, estilos de vida (lifestyles) (Giddens, 1991a, 1991b) e práticas sociais (Cf. Reckwitz, 2002) de consumo cuja preocupação ambiental apareça como elemento de primeira grandeza. Serão realizados questionários semi-estruturados e grupos focais dentre a comunidade universitária discente da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) como forma de aproximação metodológica ao problema de pesquisa assim colocado. Desta forma, pretendemos aprofundar a compreensão acerca das propostas de sustentabilidade em disputa, em suas articulações com o âmbito do consumo.

**Palavras-chave:** Mudanças Climáticas, Sustentabilidade, Consumo Sustentável, Sociologia Ambiental.

### Introdução e justificativa, com síntese da bibliografia fundamental

---

<sup>1</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp; orientada pela Profa. Dra. Leila da Costa Ferreira; financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; E-mail: felipebertuluci@gmail.com

A expressão “Meio Ambiente” encerra, numa fórmula simples, uma heterogeneidade impressionante de pontos de vista distintos. Pode significar desde: o lugar onde se buscam os recursos naturais indispensáveis ao desenvolvimento das atividades econômicas, ou espaço em que se processam os inúmeros ciclos biogeoquímicos do planeta, ou o “cenário” onde se desenrolam as atividades sociais e históricas das múltiplas culturas e sociedades, até ser concebido como sustentáculo à diversidade exuberante de formas de vida que se manifestam ao nosso redor, sendo a espécie humana apenas uma dentre elas. Os sentidos existentes poderiam continuar a serem enumerados aqui, mas o que nos interessa chamar a atenção é precisamente tal multiplicidade de concepções.

Quando adicionamos à equação as interações e dinâmicas entre Meio Ambiente (ou Natureza) e Sociedade, a discussão ganha novos níveis de complexidade, dada a dificuldade também existente em conceituar e explicar o que exatamente devemos entender por “Sociedade”. Nesse sentido, a chamada questão ambiental, expressa nas diferentes formas de crise e desequilíbrios – ecológicos e sociais – atuais, configura-se como um rico campo de reflexão e análise, instigante para o aprimoramento de nossas capacidades em compreender e atuar sobre os grandes desafios a enfrentar. A complexidade e heterogeneidade constitutivas deste campo de conhecimento indicam a importância e necessidade de, por meio do esforço intelectual, reforçarmos o espaço de debate indispensável à busca de pontos de vista e alternativas minimamente comuns.

Temos assim que as mudanças climáticas e ambientais globais constituem um dos grandes desafios que as sociedades contemporâneas precisam compreender, interpretar e enfrentar na dinâmica da ordem mundial globalizada atual, independentemente da maneira específica com que a questão será trabalhada. Em outras palavras, estamos diante de uma realidade histórica em que as dimensões ecológicas dos processos econômicos, políticos, sociais, culturais que compõem a organização da sociedade já não

podem permanecer em segundo plano ou serem tratadas como meras externalidades (Spaargaren et al., 2000).

A preocupação com os impactos ambientais das atividades humanas desenvolveu-se em um sentido crescente desde meados do século passado (a década de 1960 como marco importante no avanço de tais pautas), até atingir um patamar de cristalização que nos permite identificá-la entre um dos temas-chave a serem cotejados por virtualmente a humanidade como um todo (Ferreira, 2011; 2017; Portilho, 2005; Beck, 1992). Sendo um problema de ordem global, que se manifesta e se relaciona com fatores que transcendem as realidades locais e nacionais em referência ao nível mundial (Giddens, 1991), a temática da crise ambiental mobiliza, em maior ou menor grau e sob circunstâncias diferentes, o conjunto das sociedades e nações ao redor do globo. “A preocupação com os danos ao meio ambiente está agora difundida, e é um foco de atenção para os governos em todo o mundo” (Giddens, 1991, p.169). Dando-se necessariamente ênfase ao caráter desigual e heterogêneo com que tais mudanças climáticas e ambientais se manifestam (Ferreira, 2011; 2017; Yearley, 1996; Dunlap e Brulle, 2015; Beck, 1992), trata-se de algo que interessa a todos e cada um de nós.

Em estreita relação com este seu caráter geral, a problemática ambiental envolve o interesse, participação e atuação de uma ampla variedade de atores sociais (Hannigan, 2006), com destaque para os agentes governamentais, os setores econômicos e empresariais, instituições sociais, organizações não-governamentais (ONGs), associações civis e consumidores considerados individualmente. A este respeito, Portilho (2005) nos esclarece alguns dos sentidos envolvidos neste processo de alargamento das discussões e embates acerca da questão ambiental, identificando dois momentos importantes de transição discursiva: em meados da década de 1970, quando a questão deixa paulatinamente de ser interpretada em termos neomalthusianos de pressões demográficas e populacionais sobre os recursos naturais e o meio ambiente (especialmente entre os países chamados então de

subdesenvolvidos) para ser alocada nos padrões de produção ambientalmente degradantes que prevaleciam sobretudo a partir da realidade econômica dos países desenvolvidos; e, em um segundo deslocamento, aproximadamente a partir dos anos 1990, a atenção deixa de ser focalizada no âmbito exclusivo da produção para se voltar também, e com destaque, para a esfera dos padrões e níveis de consumo dos bens e serviços industrialmente produzidos.<sup>2</sup> Desta maneira, a questão ganha uma dimensão e um alcance cada vez maiores, incluindo novos atores como integrantes dos esforços de pensar e atuar sobre o impacto ambiental:

Ações individuais no mercado, motivadas por preocupações ambientais, passam a ser consideradas estratégicas para provocar as mudanças necessárias em direção à sustentabilidade. As ações e as escolhas individuais passaram a ser vistas como essenciais e o consumidor como o responsável, através de suas demandas e escolhas cotidianas, por gerar mudanças nas matrizes energéticas e tecnológicas do sistema de produção. (Portilho, 2005, p.115)

Para nossos propósitos no presente projeto, este segundo deslocamento discursivo apresenta importância central. Nosso objetivo, como ficará claro mais adiante, está em abordar a temática do enfrentamento às mudanças climáticas e ambientais a partir da perspectiva do consumo e, mais especificamente, das práticas e concepções prevalentes entre os consumidores, quando estes agem orientados por preocupações e motivações ambientais. A este respeito, o debate que se consolidou em torno da ideia de desenvolvimento sustentável emerge para o primeiro plano de nossa reflexão.

O marco de maior destaque que, pode-se dizer, inaugura a consideração das mudanças climáticas sob o viés do desenvolvimento sustentável é o relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e

---

<sup>2</sup> Portilho (2005) dedica todo um capítulo de seu livro à consideração destes dois movimentos de transição discursiva que brevemente resumimos aqui. Recomendamos tal referência para melhor desenvolvimento deste ponto, uma vez que, por razões de espaço, devemos nos limitar a somente indicar este importante quadro como central para a reflexão que ora empreendemos.

Desenvolvimento (CMMAD) da ONU, publicado em 1987 com o nome *Nosso Futuro Comum*. Neste documento, a preocupação em se incorporar as dimensões dos impactos ambientais nos processos econômicos ganha a formulação que se tornaria referência principal para a discussão: desenvolvimento sustentável define-se por ser aquele que “satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a habilidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades.” (Brundtland, 1987, p.24, tradução nossa) Tal definição aparentemente simples e consensual dá ensejo a múltiplas abordagens ou pontos de vista que se ancoram sob esse conceito, muitas vezes com orientações teóricas ou práticas conflitantes e mesmo contraditórias entre si (Redclift e Woodgate, 1997; Yearley, 1996). Dentre as diversas questões de controvérsia que tal noção suscita e que poderíamos elencar aqui, interessa-nos neste momento focalizar a atenção para um ponto crucial aos nossos objetivos: a distinção estabelecida entre processos de sustentabilidade “fraca” em contraposição àqueles da sustentabilidade “forte” (Ferreira, 1996; 1998). Outras discussões também pertinentes serão desenvolvidas mais adiante na sequência do texto.

Portilho (2005) desenvolve uma interessante distinção acerca de propostas de consumo ambientalmente orientadas no sentido da sustentabilidade. Trata-se da separação entre “consumo verde” e “consumo sustentável” e que, segundo observamos, está bastante próxima da oposição entre sustentabilidade “fraca” e “forte”. A autora sustenta que, enquanto as propostas de “consumo verde” relacionam-se mais diretamente às dimensões tecnológicas e gerenciais dos padrões de produção e consumo, vinculando-se portanto a mudanças no âmbito administrativo e nos comportamentos individuais, a noção de “consumo sustentável” emerge como uma ação de alcance mais amplo, que pensa também acerca de estratégias de políticas públicas na esfera do consumo, em um sentido de nítida pretensão política e transformadora. “A preocupação se desloca, portanto, do desenho e

tecnologia dos produtos e serviços consumidos e do comportamento individual para os desiguais níveis de consumo.” (Portilho, 2005, p. 134)

Também Redclift e Woodgate (1997) aproximam-se desta discussão em termos bastante semelhantes, ao apontar para a tendência de governantes e formuladores de políticas, em uma perspectiva mais restrita de sustentabilidade, adotarem versões modificadas daquelas alternativas mais completas, acabadas e radicais em debate. Assim, as dimensões mais “fortes” do problema são defendidas por grupos ativistas e entusiastas ambientais, que buscam tocar em problemas e escolhas políticas fundamentais, que vão além de mudanças em padrões de qualidade ambientais ou níveis de alocação de recursos, sendo exemplos a mudança para além da opção pelo transporte rodoviário ou a organização da produção em torno de princípios de minimização de desperdício (Redclift e Woodgate, 1997). Para tais autores, tal perspectiva de sustentabilidade “forte” é pautada por preocupações a favor de maior equidade, baseadas fortemente em princípios, mais amplas e dirigidas politicamente de baixo para cima (bottom-upparticipation)<sup>3</sup>.

Ainda neste particular, Dunlap e Brulle (2015) fornecem uma visão que nos parece especialmente interessante e proveitosa para a consideração neste projeto. Ao elaborarem a revisão crítica da literatura científica em ciências sociais, com destaque para a produção norte-americana, em suas articulações com a questão das mudanças climáticas e ambientais globais, os autores identificam um eixo analítico importante que é denominado de perspectiva “pós-política” dos estudos sociológicos ambientais. Com isto eles procuram se referir àquelas orientações de pesquisa que, em seus resultados, terminam por despolitizar a discussão acerca da mudança climática e reforçam as estruturas do contexto social, econômico, cultural e político atualmente vigentes. Isto não significa, seguramente, desconsiderar a importância de um tratamento rigoroso e cientificamente bem fundamentado a respeito das

---

3 Cf. “Table 3.1 Conservative and radical sustainable development” in Redclift e Woodgate, 1997, p.64

dimensões sociológicas das problemáticas ambientais, mas reconhecer que estas necessariamente envolvem questões de conflito e controvérsia que constituem precisamente o próprio objeto de investigação neste campo do conhecimento. Conforme apontam tais autores,

O enquadramento dominante da mudança climática ignora o “inevitável caráter político de nossas visões e escolhas climáticas” (ReusswigandLass 2010:167). Ao invés disso, a mudança climática é apresentada como “um imaginário completamente despolitizado, que não gira em torno de escolher uma trajetória em detrimento de outra, que não é articulado com programas políticos específicos ou projetos socioecológicos” (Swyngedouw 2011: 263-264). (Dunlap e Brulle, 2015, p. 12, tradução nossa<sup>4</sup>)

Temos, assim, delineada a primeira chave analítica que será importante para o desenrolar do presente projeto de pesquisa. Tomando como ponto de alicerce da investigação as práticas sociais associadas à noção de consumo sustentável, intentamos observar e analisar a abrangência que tais propostas apresentam com relação ao objeto de estudo aqui em questão (a ser desenvolvido nas seções seguintes). Em outras palavras, nosso objetivo será o de aproximar tais perspectivas teórico-analíticas sumariamente apresentadas acima, no que tange à distinção entre abordagens do desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade em um sentido “fraco” ou “forte” (Ferreira, 1996; 1998; 2017), com os levantamentos empíricos a serem realizados por meio de nossa pesquisa. Desse modo, teremos condições de compreender até que ponto as práticas e visões observadas inserem-se numa perspectiva mais ampla ou mais restrita de reflexão e enfrentamento aos problemas ambientais atuais.<sup>5</sup>

---

4 “Thus the dominant framing of climate change ignores the “inevitably political character of our climate views and choices” (Reusswig and Lass 2010:167). Instead, climate change is presented as a “thoroughly depoliticized imaginary, one that does not revolve around choosing one trajectory rather than another, one that is not articulated with specific political programs or socio-ecological projects” (Swyngedouw 2011:263-264).”

5 A este respeito, conferir também a contribuição teórica de Guimarães (1995) e Veiga (2008). Pretendemos desenvolver tal debate no transcórper do esforço de pesquisa e escrita da dissertação.

Ao tratarmos especificamente das ações e atitudes dos indivíduos, enquanto consumidores, para a consideração dos impactos ambientais dos padrões de produção e consumo dos bens e serviços, encontramos a tendência dominante nas ciências sociais das mudanças climáticas e ambientais de referir-se à questão em termos circunscritos e individualizantes. Isso significa pensar a questão no âmbito dos comportamentos e práticas diretamente relacionados ao indivíduo, como se este fosse um agente independente e autônomo das condicionantes que se remetem ao contexto e às estruturas sociais, culturais, econômicas, políticas que o envolvem e conformam a organização de sua existência social.

Ehrhardt-Martinez et ali. (2015) discutem precisamente este ponto, defendendo a importância de se desenvolver a pesquisa sociológica nesta área segundo uma perspectiva sociocultural mais abrangente, que não se limite às considerações econômicas ou individualistas. Neste último caso, o modelo por excelência, e que também é o que prevalece nas pesquisas, está embasado fundamentalmente nos domínios da economia e da psicologia, no qual a teoria do ator ou da escolha racional ganha papel de destaque:

A maioria dos economistas modela o comportamento humano caracterizando os indivíduos com um modelo do ator racional em que os consumidores não são afetados pelas escolhas dos outros – o que é denominado “independência de preferência”. O consumidor tem um conjunto fixo e ilimitado de desejos (preferências) e é um “ator” auto interessado, otimizador (sic) com uma forte tendência a responder a variáveis econômicas tais como preços e rendimentos (Becker 1978). (Ehrhardt-Martinez et ali., 2015, p.99, tradução nossa<sup>6</sup>)

Nesse sentido, o indivíduo é entendido em suas escolhas de consumo como dotado de grande margem de liberdade e soberania, pautando suas

---

<sup>6</sup>“Most economists model human behavior by characterizing individuals with a rational-actor model in which consumers are unaffected by the choices of others – what is termed “preference independence.” The consumer has a fixed and unlimited set of desires (preferences) and is a self-interested, optimizing “actor” with a strong responsiveness to economic variables such as prices and incomes (Becker 1978).”

ações e decisões no exercício autônomo de pensamento e cálculo de vantagens, benefícios e prejuízos. Sob esta perspectiva, ao comparar os bens e produtos à sua disposição segundo critérios e valores que julgue os mais adequados, como preço, qualidade, eficiência e assim por diante, o consumidor cumpre papel central na organização do sistema produtivo, sendo tomado como “a principal fonte de poder nos sistemas econômicos capitalistas.” (Portilho, 2005, p.94) Com isso, tais análises do comportamento humano e da mudança social tendem a apresentar resultados apenas parciais e restritos, uma vez que falham em considerar detidamente a estrutura social mais ampla por meio da qual os indivíduos pensam e agem. (Dunlap e Brulle, 2015) Aqui, a conceituação da ação individual remete-se à noção de *homo economicus*, que constrói uma abstração teórica segundo a qual os agentes sociais (consumidores, no nosso caso) agiriam orientados fundamentalmente por valores e princípios econômicos de utilidade, eficiência, maximização de ganhos e de bem-estar pessoal.<sup>7</sup> Considerações embasadas em outros domínios da existência social, tais como a dimensão cultural e simbólica das práticas de consumo, seriam negligenciadas e comporiam uma importante lacuna na investigação.

O trabalho de Bourdieu (2006) oferece-nos um exemplo notável da importância de se trabalhar as questões associadas às práticas de consumo sob uma perspectiva que supere a mera consideração das dimensões econômicas ou utilitárias. Sua obra busca refinar a análise da formação de gostos e preferências de indivíduos e grupos sociais, expressos em termos de bens e serviços consumidos, segundo lógicas de diferenciação social que operam no sentido de estabelecer hierarquias específicas de *classe* e *status*. Segundo tal abordagem, a mobilização e consolidação de diferentes tipos de capital (social, cultural, econômico, simbólico) conformam determinados *habitus* de classe que, no interior de *campos* também específicos, estruturam (e são estruturados pelas) as práticas dos indivíduos

---

<sup>7</sup>Cf. Paavola (2001), Portilho (2005) e Reckwitz (2002).

na vida cotidiana. Isso significa que as preferências e escolhas de consumo, ambientalmente orientadas ou não, refletem preocupações que não se limitam a apenas cálculos de ordem econômica, integrando a constituição de padrões de diferenciação e estruturação social com forte orientação para as dimensões simbólica (de *status*) e cultural. (Bourdieu, 2006; Portilho, 2005; Ehrhardt-Martinez, 2015)

Em uma direção teórica distinta, que se aproxima mais dos objetivos aqui pretendidos, temos as elaborações de Giddens (1989; 1991a; 1991b) e Beck (1992; 1999; et al. 1997) acerca das transformações ocorridas nas sociedades contemporâneas com o avanço da modernidade, especialmente no que se refere à questão sociológica da relação ação – estrutura, indivíduo – sociedade. Sem pretender apresentar uma exposição exaustiva dos desenvolvimentos teóricos destes dois importantes autores da sociologia contemporânea, nos interessa aqui chamar a atenção para o entendimento semelhante que ambos constroem a respeito do processo de “individualização” (Beck et al. 1997; Beck 1999) da sociedade, em que os sujeitos enfrentam a tarefa e o desafio ininterruptos de construir suas próprias vidas enquanto um “projeto reflexivo.” (Giddens, 1989; 1991b) Nas palavras de Beck,

“individualização” significa que a biografia padronizada torna-se uma biografia escolhida, uma biografia do tipo “faça-você-mesmo” (Ronald Hitzler), ou, como diz Giddens, uma “biografia reflexiva”. Independente do que um homem ou uma mulher foi ou é, o que ele ou ela pensa ou faz constitui a individualidade do indivíduo. Isso necessariamente não tem nada a ver com coragem civil ou personalidade, mas sim com opções divergentes e com a compulsão para apresentar e produzir esses “filhos bastardos” das decisões tomadas por si mesmo e pelos outros como uma “unidade”. (Beck et al., 1997, p.26)

Conforme tal perspectiva, a tradição e as instituições que marcaram fortemente a organização da existência social em condições pré-modernas ou mesmo na “modernidade simples” (Giddens, 1991a) perdem lugar ou força na

modernidade reflexiva ou tardia, característica das sociedades contemporâneas. Isso significa dizer que ao indivíduo são delegadas muitas das atribuições e responsabilidades de definição que antes eram encontradas já relativamente fixas ou consolidadas nas mais diversas áreas da vida social, tais como família, trabalho, relacionamentos amorosos, religião, escolaridade e assim por diante. Nesse contexto, a noção de estilos de vida (lifestyles) ganha papel de destaque, na tentativa de apreender semelhante esforço de (re)construção contínua da própria forma de viver e atuar no mundo, que passa pela consideração reflexiva de escolhas ou opções à disposição e destina a erigir um projeto pessoal, coerente e unificado, de afirmação da identidade individual. (Giddens, 1991a, 1991b) Com base nos variados modelos institucionais e condições estruturais disponíveis, é possível e necessário ao indivíduo que “consinta em se constituir como um indivíduo, para planejar, compreender, projetar e agir – ou sofrer as consequências que lhe serão auto-infligidas em caso de fracasso” (Beck et. al., *ibid.*, p.27).

Tal “construção reflexiva” do eu (self) não implica, por outro lado, a afirmação da absoluta livre decisão ou autonomia dos sujeitos sociais. Tanto para Giddens como para Beck, tais exercícios de escolha a respeito da própria biografia e das trajetórias pessoais estão circunscritas ao âmbito das configurações sócio-históricas características da modernidade reflexiva, tais como os modelos do welfarestate (Beck) e os sistemas especialistas (Giddens). Isso significa que, ao contrário do que poderia parecer à primeira vista, o processo de “individualização” assim descrito não representa a independência ou o desgarramento completo dos indivíduos dos condicionantes sociais. Em contraposição às perspectivas da escolha racional, aqui a ação social (e individual) considera as interações recíprocas entre as dimensões sociológicas da agência e da estrutura. Isso, por sua vez, recoloca a questão da política sobre novas bases.

O diagnóstico de que nossos autores partem estabelece que as instituições típicas da ordenação do mundo político nas etapas anteriores da

modernidade (partidos, sindicatos, parlamentos, governantes) perderam grande parte de sua legitimidade e capacidade de decisão sobre a realidade social atual. Assim, elas sofrem de um “vazio político” que indica apenas que, apesar de continuarem formalmente existindo e atuando, seu papel e sua influência modificaram-se consideravelmente. Tal espaço é preenchido, entre outros desenvolvimentos, justamente pelo indivíduo planejador de sua própria biografia, que passa a estar envolvido em domínios e em ordens de questões de novas dimensões. Beck (1999) cita como exemplo característico de tal processo a crescente importância de grupos autônomos de cidadãos que, no âmbito de sua atuação na sociedade civil, são capazes de exercer pressão e mudar o jogo de poder das forças políticas em disputa. É o que o autor denomina de reinvenção do político, que oferece possibilidades para uma *política da política*, ou também *subpolítica*, abrindo novas alternativas e opções para a ação. Em síntese,

O que parecia ser “uma retirada não política à vida privada”, “nova introjeção” ou “cuidado das feridas emocionais” da antiga visão da política pode, quando visto do ângulo oposto, representar a luta por uma nova dimensão do político.” (Beck et al., 1997, p.32)

Em associação mais estreita com nossa problemática, portanto, entendemos que tal arcabouço conceitual, que gira em torno das práticas sociais enquanto constituintes de projetos identitários e de estilos de vida, representa um ponto de aporte à reflexão bastante interessante e instigante. A questão acerca dos modelos de sustentabilidade que embasam a consolidação de determinadas formas de conceber e praticar o consumo sustentável ganha novas dimensões analíticas a partir de tal perspectiva teórica. Esta disposição é reforçada pelo fato de que os próprios autores fundamentais em que estamos nos baseando aqui também tomam a questão ecológica e a crise ambiental como objeto de reflexão e de desdobramento de suas elaborações intelectuais. O desenho de cenários “apocalípticos”, nos quais o desastre



ambiental se realiza e passa a constituir a própria experiência humana, está presente em todo o pensamento sociológico em questão aqui. O desafio consiste exatamente em elaborar as categorias e chaves de leitura nas quais esta perspectiva de catástrofe é evitada e/ou contornada, através de processos e movimentos societários que partam das atuais condições em direção a um futuro efetivamente sustentável. Neste particular, os processos de adaptação e mitigação adquirem posição central no esforço de compreensão.

Giddens (1991a) desenvolve uma categorização que nos parece relevante para orientar alguns pontos nesta discussão. Escrevendo a respeito da gama de reações de adaptação encontradas em referência ao perfil de risco da modernidade, dentre os quais se destacam os riscos ecológicos, este autor apresenta quatro possíveis categorias: 1. aceitação pragmática; 2. otimismo sustentado; 3. pessimismo cínico; e 4. engajamento radical. Cada uma destas formas de adaptação compreende padrões de respostas, esquemas de compreensão, feixes de atitudes e comportamentos específicos e particulares. Estando todos os indivíduos expostos a condições de existência inerentemente permeadas pelo risco ou insegurança ontológica, cada um adota para si uma maneira própria de lidar e viver cotidianamente sob tais condições. Como forma de ilustração, um sujeito cuja forma de reação esteja alinhada à posição da “aceitação pragmática” admite e compreende a existência dos riscos e seus principais locais de origem, mas prefere não pensar nisto, porque fazê-lo é atemorizante. Isso é compatível ou com um sentimento subjacente de pessimismo ou com a nutrição de esperança, podendo coexistirem de modo ambivalente entre si (Giddens, 1991a).

Outro autor que argumenta na mesma direção, ao apresentar uma proposta de tipificação de padrões de adaptação, é Brand (1997). Partindo da mesma reflexão a respeito de estilos de vida, práticas sociais e comportamento ambientalmente orientado, Brand (1997) desenvolve a reflexão no sentido da constituição de “mentalidades ambientais”



(environmentalmentalities), que se assemelham em muitos aspectos à nossa discussão aqui. Sua classificação aponta para cinco tipos de mentalidades: 1. afirmação de uma reorientação ecológica com o significado de um ‘projeto de desenvolvimento pessoal’; 2. proteção ambiental entendida como um dever cívico; 3. orientação para o sistema ou o estado, acompanhada pela atitude cínica a respeito de expectativas sobre o comportamento individual; 4. indiferença, com os problemas ambientais sendo vistos sem ilusões mas também sem expectativas de atuação individual; 5. negócios como de costume (business as usual), em que a prioridade é dada à ordem existente e suas conquistas (Brand, *ibid.*, p.211). É importante destacar que se trata, tanto neste caso como no anterior, de formas de tipificação que seguem o modelo do tipo ideal, classicamente utilizado por Max Weber (1904) em suas elaborações teórico-conceituais. Assim, as categorias assim descritas não são pensadas como entidades absolutamente estanques e separadas, mas representam um modelo a partir do qual a realidade histórica e social pode ser comparada e compreendida.

Como último ponto de enquadramento teórico sobre o qual se apoia a presente proposta de investigação, e em desdobramento ao caminho que até agora trilhamos em sua definição, encontramos o arcabouço que se denomina “teoria da prática” (practicetheory) (Ferreira, 2011). Não se trata, no entanto, de uma orientação teórica que se tenha desenvolvido de maneira sistematizada, coerente ou unificada, no sentido de oferecer à análise da realidade social um conjunto completo de elaborações e chaves de leitura. Antes, tal linha de investigação reúne a produção de diferentes autores, tais como Bourdieu, Giddens, Foucault (fase tardia), Latour, Butler, Garfinkel, entre outros (Reckwitz, 2002). O que permite a aproximação de perspectivas tão variadas, segundo Reckwitz (2002), é uma abordagem semelhante com relação a novas maneiras de conceber a teorização acerca do mundo social e da agência humana, a partir de um vocabulário relativamente comum. Tal



vocabulário gira em torno da conceitualização de *prática social*, como unidade básica de análise. Nas palavras do autor,

Uma ‘prática’ (Praktik) é um tipo rotinizado de comportamento que consiste em diversos elementos, interconectados uns aos outros: formas de atividades corporais, formas de atividades mentais, ‘coisas’ e seus usos, um conhecimento de fundo na forma de compreensão, saber-fazer [know-how], estados de emoção e conhecimento motivacional. Uma prática – uma maneira de cozinhar, de **consumir**, de trabalhar, de investigar, de cuidar de si mesmo ou de outros, etc. – forma por assim dizer um ‘bloco’ cuja existência necessariamente depende da existência e específica interconexão destes elementos, e que não pode ser reduzido a nenhum destes elementos singulares. (...) Uma prática é assim uma maneira rotinizada em que corpos são movidos, objetos são manipulados, **assuntos são tratados**, coisas são descritas **e o mundo é entendido**. (RECKWITZ, 2002, p. 249-250, grifo nosso, tradução nossa<sup>8</sup>)

Em nosso trabalho, a categoria de prática social assume então um papel de destaque, como eixo fundamental à reflexão. A partir desta perspectiva, pode-se lançar um novo olhar sobre os processos de reprodução e/ou mudança social e o consumo – aqui incluso o consumo sustentável – é entendido como o resultado de uma configuração específica e dependente das *práticas sociais* prevalentes (Ehrhardt-Martinez et al., 2015). Ressaltam-se, neste particular, dois aspectos cruciais: em primeiro lugar, o caráter rotinizado de tais padrões de comportamento, marcante para a configuração de *hábitos* cotidianos; e, por outro lado, a formação histórica e socialmente situada de tais práticas, função da dinâmica das relações sociais e do conhecimento coletivamente compartilhado. O indivíduo é entendido como o ponto de intersecção de múltiplas práticas sociais e sua participação envolve a

---

8 “A ‘practice’ (Praktik) is a routinized type of behaviour which consists of several elements, interconnected to one other: forms of bodily activities, forms of mental activities, ‘things’ and their use, a background knowledge in the form of understanding, know-how, states of emotion and motivational knowledge. A practice – a way of cooking, of consuming, of working, of investigating, of taking care of oneself or of others, etc. – forms so to speak a ‘block’ whose existence necessarily depends on the existence and specific interconnectedness of these elements, and which cannot be reduced to any one of these single elements. (...) A practice is thus a routinized way in which bodies are moved, objects are handled, subjects are treated, things are described and the world is understood.”



performance de tais comportamentos socialmente rotinizados, em detrimento da tomada de decisões propriamente autônomas e independentes (Reckwitz, 2002; Ehrhardt-Martinez et al., 2015).

Sob este prisma, é possível compreender melhor alguns dos processos e condições que tornam árdua e difícil a mudança para padrões mais sustentáveis de condução da vida diária e, em última instância, do desenvolvimento econômico. Isso porque o foco da análise deixa de se concentrar exclusivamente no indivíduo e em suas atitudes isoladamente consideradas, para buscar entender o domínio das práticas sociais, em si mesmo, como chave de reflexão. O interesse, então, concentra-se em investigar como práticas sociais emergem, persistem e desaparecem (Shove, 2003, 2010). Sua definição, como já observamos, envolve uma série de elementos interconectados e inseparáveis, tais como modos de atividade corporal, categorias de pensamento, estados emocionais, objetos materiais e seus usos, formas de conhecimento prático, etc. Desta maneira, ao cotejarmos práticas sociais que podem ser consideradas de alto impacto ecológico, como o uso de transporte individual motorizado ou consumo intensivo de energia elétrica doméstica (com ênfase no caso das matrizes de produção que utilizam combustíveis fósseis), a análise adquire contornos mais refinados e aprofundados. Em lugar de uma visão demasiado simples ou voluntarista, que apele diretamente ao indivíduo e à sua “consciência” no intuito de promover alterações na ordem social, a perspectiva das práticas sociais considera a inscrição histórica, geográfica, econômica que tais modos de comportamento necessariamente trazem consigo.

Shove (2010) apresenta um exemplo, dentre diversos outros, que desenvolve bem este ponto. Sua pergunta é bastante simples: como o uso de ar-condicionado torna-se normal em uma dada formação social? A resposta, sob o viés das práticas sociais, poderia envolver uma série de fatores em interação: evidentemente a existência do resfriamento mecânico, mas também mudanças no vestuário das pessoas, a ordenação temporal do dia e os



significados culturais acerca do corpo, do calor e do suor (Shove, 2010, p. 283). Todos esses diferentes componentes entrariam na configuração da prática de se utilizar ar-condicionado. Assim, também seria possível procurar entender de que maneira se constituem outros casos de comportamentos ambientalmente relevantes, seja como fatores de impacto e degradação ou propostas de sua redução. Fatores usualmente não integrantes das discussões e análises embasadas no indivíduo, tais como o conforto, a conveniência e a limpeza, aparecem aqui no primeiro plano da compreensão (Shove, 2010, 2003; Ehrhardt-Martinez, 2015). Mudanças societárias em direção a estilos de vida e padrões de consumo menos intensivos no uso de recursos e energia passam, necessariamente, pela consideração de tais arranjos sociotécnicos e culturais atualmente vigentes, os quais representam a base a partir da qual as opções e alternativas mais sustentáveis precisam partir e superar.

Com base na produção teórica de Giddens, Spaargaren e Van Vliet (2000) reforçam a centralidade da noção de práticas sociais para a pesquisa em sociologia ambiental (Ferreira, 2011; 2017), especialmente em suas orientações para a dimensão do consumo. Eles tomam como base de fundamentação de suas análises as elaborações conceituais acerca da “teoria da estruturação” e da “dualidade da estrutura”, de Giddens. Trata-se de uma referência importante para nossos propósitos aqui, justamente porque oferece aporte para abordarmos a problemática do consumo sustentável nos mesmos termos por nós mobilizados, a saber: práticas sociais, estilos de vida, narrativas pessoais, rotinização da vida diária. Segundo Spaargaren e Van Vliet (2000),

No âmbito da teoria da estruturação de Giddens, a análise do comportamento ambiental foca principalmente nas *práticas sociais* ou comportamentais nas quais agentes humanos participam. O comportamento individual e suas razões, interesses e motivos subjacentes são estudados no contexto de práticas sociais situadas no tempo e no espaço e compartilhadas com outros. Crenças, normas e valores acerca da ação (ambientalmente amigável) não são, deste modo, tomadas como



existindo em um ‘vácuo social’ – tais como elas são no modelo sociopsicológico – mas em um contexto. Eles são analisados como as *regras* que ‘pertencem a’ uma prática social específica que é compartilhada com outros. (Spaargaren e Van Vliet, 2000, p. 2, grifos do autor, tradução nossa<sup>9</sup>)

Em sua capacidade de ação relativamente autônoma, o indivíduo se vê circunscrito pela “dualidade da estrutura” social, por meio da qual ele deve se adequar às regras e recursos existentes para conformar suas atitudes, mas, ao mesmo tempo, exerce o papel ativo de confirmar e reforçar estas mesmas regras através de suas ações. Isto permite que, teoricamente, haja espaço para a construção de projetos narrativos do eu (self) e estilos de vida que busquem integrar uma variedade de práticas sociais em uma forma coerente e unificada, no intuito de erigir padrões de comportamento ambientalmente equilibrados (Spaargaren e Van Vliet, 2000; Giddens, 1989; 1991b; Ferreira, 2011; 2017). O questionamento acerca da validade empírica do problema assim formulado é o que constitui um dos horizontes norteadores da reflexão proposta na presente investigação.

### Referências Bibliográficas

- BECK, U. *Risk Society: towards a new modernity*. London: SAGE, 1992.
- BECK, U. *The Reinvention of Politics – Rethinking Modernity in the Global Social Order*. Cambridge: Polity Press, 1999.
- BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. *Modernização Reflexiva – Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna*. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.
- BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo, SP; Porto Alegre, RS: EDUSP; Zouk, 2006.
- BRUNDTLAND *Commission*. Our Common Future. Oxford: Oxford University Press, 1987.

---

9 “Within Giddens’ structuration theory the analysis of environmental behaviour focuses principally on the behavioural or social practices in which human agents participate. Individual behaviours and its underlying reasons, interests and motives are studied in the context of social practices situated in time and space and shared with others. Beliefs, norms and values regarding (environmentally friendly) action are therefore not assumed to exist in a ‘social vacuum’ – as they are in the social-psychological model – but in a context. They are analysed as the rules which ‘belong to’ a specific social practice that is shared with others.”



- DUNLAP, R; BRULLE, R. *Climate change and Society: Sociological Perspectives*. New York: Oxford University Press, 2015.
- EHRHARDT-MARTINEZ, K. et al. Consumption and Climate Change. In: DUNLAP, R; BRULLE, R. *Climate change and Society: Sociological Perspectives*. New York: Oxford University Press, 2015.
- FERREIRA, L. da C. *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A Questão Ambiental na América Latina*. Teoria Social e Interdisciplinaridade. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- \_\_\_\_\_. *O Desafio das Mudanças Climáticas – Os Casos Brasil e China*. Jundiaí/São Paulo: Paco Editorial/Fapesp, 2017.
- GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1989.
- \_\_\_\_\_. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991a.
- \_\_\_\_\_. *Modernity and Self-Identity – Self and Society in the Late Modern Age*. Stanford: Stanford University Press, 1991b.
- GUIMARÃES, R. *O desafio político do desenvolvimento sustentado*. Lua Nova, São Paulo, n. 35, p.113–136, 1995.
- HANNIGAN, J. *Environmental Sociology*. 2 ed. London and New York: Routledge, 2006.
- PAAVOLA, J. *Towards sustainable consumption: economics and ethical concerns for the environment in consumer choices*. Review of social economy, v. 59, n. 2, p. 227–248, 2001.
- PORTILHO, F. *Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania*. São Paulo: Cortez, 2005.
- RECKWITZ, A. *Toward a Theory of Social Practices – A Development in Culturalist Theorizing*. European Journal of Social Theory, London, Thousand Oaks (CA) and New Delhi, v. 5, n. 2, p. 243–263, May/2002.
- REDCLIFT, M.; WOODGATE, G. “Sustainability and social construction”. In: REDCLIFT, M.; WOODGATE, G. *The International Handbook of Environmental Sociology*. Cheltenham, UK, Northampton, USA: Edward Elgar Publishing, 1997.
- SHOVE, E. *Converging Conventions of Comfort, Cleanliness and Convenience*. Journal of Consumer Policy, Netherlands, v. 26, n. 4, p. 395–418, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Social Theory and Climate Change*. Theory, Culture & Society, Los Angeles; London; New Delhi and Singapore, Vol. 27 (2–3), p.277–288, 2010.



SPAARGAREN, G.; VAN VLIET, *Bas. Lifestyles, consumption and the environment: The ecological modernization of domestic consumption. Environmental politics*, v. 9, n. 1, p. 50-76, 2000.

SPAARGAREN, G.; MOL, A.; BUTTEL, F. *Environment and Global Modernity*. London: SAGE PublicationsLtda, 2000.

VEIGA, J. E. da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. 3.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

WEBER, M. *A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais* – trad. Gabriel Cohn. São Paulo: Ática, 2006.

YEARLEY, S. *Sociology, Environmentalism, Globalization*. London: SAGE Publications, 1996.

## Estudo das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da meliponicultura no município de Boa Vista Do Ramos – AM

FRANCISCO ALCICLEY VASCONCELOS ANDRADE<sup>1</sup>

### Resumo

O artigo teve como objetivo diagnosticar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da meliponicultura no município de Boa Vista do Ramos/AM. A pesquisa abordou os métodos qualitativos, avaliando o desenvolvimento do setor. A amostra foi de 10 meliponicultores cooperados da Cooperativa dos Criadores de Abelhas Indígenas (COOPMEL) de Boa Vista do Ramos, sendo que 01 deles foi o presidente da Cooperativa. Em 2015, a COOPMEL obteve o Selo de Inspeção Estadual (SIE) expedido pela Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas (ADAF). O presidente da cooperativa afirmou que, somente com o Selo de Inspeção Federal (SIF), poderia expandir a comercialização do mel para grandes polos consumidores, como as cidades de Santarém e Belém/PA. Apesar disso, notou-se que o SIE limita o mercado, o que faz com que muitos apicultores e meliponicultores tenham de comercializar de forma clandestina o mel em garrafas pet, sem fiscalização sanitária. Desde 2015, por meio do Programa de Regionalização da Merenda Escolar, a COOPMEL vem fornecendo mel em sachê para todas as escolas públicas da rede estadual e municipal de ensino do município de Boa Vista do Ramos e de todas as Escolas de Tempo Integral da cidade de Manaus. Como alternativa ao desenvolvimento da atividade no Estado do Amazonas, propõe-se a criação de uma Política Estadual para o Desenvolvimento e Expansão da Meliponicultura, instituindo o Programa Estadual de Incentivo à Meliponicultura (PROMEL); a destinação de linhas de financiamento para meliponicultores junto à AFEAM; a Roteirização Turística do Mel e a assinatura de convênios institucionais.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas, Meliponicultura, Cooperativa, Amazônia.

---

<sup>1</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade do Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais/UNICAMP; orientada pela Profa. Dra. Célia Regina Tomiko Futemma; E-mail: falcicley@gmail.com.



## As mudanças climáticas e o risco: análise sobre o Brasil e a China

JEFFERSON DOS SANTOS ESTEVO<sup>1</sup>

### Resumo

As negociações climáticas globais avançaram em 2015 com adoção do Acordo de Paris. O esforço global é não aumentar a temperatura global acima de 2° Celsius. No atual acordo todos os países devem cooperar, findando a divisão entre os mesmos. Os riscos das mudanças climáticas são globais, imprevisíveis e irreversíveis. A cooperação entre os Estados é necessária para conter os riscos da mudança do clima. O nosso trabalho visa o estudo da percepção do risco nas negociações climáticas globais, no que tange a preocupação com o aumento da temperatura global e a cooperação entre todos os Estados. O trabalho também faz uma análise sobre as principais ações de Brasil e China, no âmbito das mudanças climáticas e a percepção do risco.

**Palavras-chave:** Sociedade de Risco, Mudanças Climáticas, Cooperação Internacional.

### Introdução

As mudanças climáticas são um dos principais problemas globais. Ao longo dos anos as mudanças em todo clima do planeta vêm se agravando, devido ao acúmulo de gases do efeito estufa (GEE) na atmosfera. O efeito estufa é um fenômeno natural do planeta, devido a ele há condições de vida no planeta, evitando cenários de altos índices de glaciação. A maior parte da energia do planeta é proveniente da radiação solar. Grande parcela dela retorna ao espaço, mas devido aos GEE, parte dessa radiação fica na atmosfera. Esse fenômeno mantém a temperatura do planeta em níveis adequados para a existência de vida. O elevado acúmulo desses gases

---

<sup>1</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do IFCH/UNICAMP; orientado pela Profa. Dra. Leila da Costa Ferreira; financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; E-mail: j.s.estevo@gmail.com



têm impacto no efeito estufa maior, que por sua vez transforma a temperatura global, causando as mudanças climáticas (IPCC, 1992).

As mudanças que o planeta enfrentará ainda são incertas, são medidas através de cálculos, análises e modelos, mas não dadas como certas. A certeza é de condições climáticas adversas, dispare das atuais, modificando as condições encontradas no presente. Os modelos são pautados por diferentes cenários, com menores agravantes ao mais assustador, com maior aumento da temperatura. A diferença está nas ações adotadas no presente e no futuro próximo, caso políticas de mitigação sejam adotadas, o cenário previsto pode não ser o pior.

O aumento da temperatura global é irreversível, as mudanças sofridas no clima também. O agravamento das condições climáticas, junto aos problemas advindos, só pode ser mitigado, não existem medidas capazes de reparar ação. Para tanto, é necessária a cooperação entre diversos atores, em fundamental os Estados. As mudanças climáticas necessitam de políticas de mitigação com urgência, para evitar o cenário mais apocalíptico. Os países devem adotar medidas internas, para controle das emissões e políticas nacionais para reduzir os impactos das mudanças climáticas.

Este artigo trabalha a questão da urgência das mudanças climáticas, que está em curso, devido a falta de políticas globais sobre o tema. O artigo analisará o agravamento e crescimento das mudanças climáticas. Os relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), apontam a evolução do problema climático, com aumento constante da temperatura global. O artigo está dividido em quatro partes, na primeira analisaremos a questão do risco climático, apontando os relatórios do IPCC, também o histórico das negociações do clima. A segunda parte realizaremos um estudo sobre as políticas climáticas na China, principal ator nas negociações climáticas. As políticas climáticas do Brasil são trabalhadas na terceira parte. A última parte será de conclusões e apontamentos.



## As Mudanças Climáticas: Riscos e Certezas

As mudanças climáticas, advindas do aquecimento do planeta, não acarretam problemas apenas para gerações futuras, já são consideradas como problema atual, tornando eventos climáticos extremos cada vez mais frequentes (GIDDENS; 2015). Os riscos das mudanças climáticas, mesmo que já sentidos em algumas partes, ainda são desconhecidos. Os riscos são resultados da modernização da sociedade, como o aumento da emissão de gases do efeito estufa, que resulta na tentativa de mitigação. Na análise de Bosco e Di Giulio (2015, p.151), sobre o conceito de risco em Beck: “Na tentativa de prevenir, mitigar ou remediar os riscos e destruições produzidos por sua própria modernização, a sociedade passa a ter de lidar com efeitos não previstos que ela mesma produziu”.

Alguns eventos climáticos já estão em curso, porém conforme o Paradoxo de Giddens, os perigos não são palpáveis e nem visíveis na vida cotidiana, não estimulando ações imediatas. Mas esperar para agir pode ser muito tarde, pois reverter o aquecimento do planeta dependerá de mais ações. As mudanças climáticas ainda são vistas como uma ameaça futura, postergando ações dos governos e da sociedade. A adoção de medidas no presente, que podem acarretar desconfortos no cotidiano, não é prioridade, pois o problema climático parece distante (GIDDENS, 2010).

A mudança climática é um risco global, porém afeta e afetará os países de forma diferente, mas todos serão afetados. Os riscos advindos da mudança do clima são analisado e enfrentado de diferentes formas por cada Estado. O risco é a percepção sobre um determinado acontecimento, não um fato real, presente. Sendo assim, cabe a cada ator tem uma percepção do risco, o que impacta na adoção ou não de medidas para conter os riscos. No caso da mudança climática, a mitigação de GEE é uma das ações adotadas, que pode reduzir os riscos climáticos (BECK, 2009)



Os estudos sobre os cenários globais podem ajudar a entender o futuro climático, mas são apenas previsões, os cenários são múltiplos. Os resultados do avanço dos estudos colaboram com maior conhecimento, dados sobre os riscos futuros, o conhecimento agrava a percepção do risco. O melhor entendimento sobre um risco, no caso as mudanças climáticas, indicando a gravidade do problema, contribuindo para adoção de medidas no presente. No caso dos Estados, a avaliação sobre a gravidade eleva a adoção de medidas, para preservar o bem-estar e segurança dos cidadãos (BECK, 2009). Os estudos do IPCC têm alertado e demonstrado a urgência do tema, aumentando a percepção do risco climático.

O primeiro relatório IPCC foi lançado em 1990, apontou o aumento da temperatura da Terra, devido ao aumento da utilização dos gases causadores do efeito estufa, o dobro dos níveis pré-industriais. O aumento na emissão dos GEE, através de atividades humanas, está substancialmente aumentando o efeito estufa, que poderá causar danos irreversíveis na temperatura global. O relatório indicou aumento na temperatura entre 0.3° to 0.6°C, nos últimos 100 anos, sendo os anos 1990 e 1991, os mais quentes registrados (IPCC, 1992). O relatório confirmou, com bases científicas, o aumento histórico da temperatura global, indicando a participação das emissões de GEE pela humanidade, como um dos causadores. No ano de 1992, no contexto da Rio-92, foi criada a Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas (CQMC), marco inicial nas negociações sobre mudanças climáticas.

O segundo relatório foi publicado em 1995, indicando que a ação humana influenciava nas mudanças climáticas. O texto também indicou a probabilidade de agravamento em eventos extremos, como tempestades, inundações e secas; que já eram percebidos. O relatório apontou aumento no nível dos mares, ocorrência de menos geadas, aumento da precipitação, contínuo crescimento da temperatura, sendo o período entre 1990 e 1995 o mais quente registrado (IPCC, 1995). Após dois anos, durante a terceira Conferência das Partes (COP), foi firmado o Protocolo de Kyoto, que indicou



metas obrigatórias de redução de emissão para os países desenvolvidos, até 5,2%, aos valores de 1990.. O período de redução estabelecido foi entre 2008 e 2012; após esta data, chega ao fim o primeiro período do protocolo (UNFCCC, 1998).

No ano de 2001 o IPCC publicou o terceiro relatório, confirmado a influencia humana para as mudanças climáticas, que o aumento na temperatura nos últimos 50 anos foi causada por atividades humanas. O texto ressalta a acúmulo de GEE nos últimos anos, desde 1990 foram os maiores registrados. O aumento da temperatura contribuiu para o derretimento e não extensão de geleiras e aumento do nível do mar. O relatório também fez comentários sobre os impactos sociais e econômicos das mudanças climáticas (IPCC, 2001). No mesmo ano, o recém eleito presidente dos EUA, George W Bush, retirava o país das negociações de Kyoto. A saída do principal emissor, naquele momento, não impediu a entrada em vigor do Protocolo, em 2005, com a ratificação da Rússia. A COP-11 deu inicio as negociações para substituição do Protocolo de Kyoto, também em 2005.

Na análise de Tilio Neto (2009) o quarto relatório, lançado em 2007, foi o mais abrangente, contendo mais dados científicos sobre as causas da mudança do clima e modelos mais complexos, precisos e confiáveis. Os esforços globais, como o Protocolo de Kyoto, não surtiram efeito, pois o aumento nas emissões persistia aumentando. No que tange as preocupações ambientais, o texto aponta a fragilidade dos sistemas polares, o aumento de eventos extremos, vulnerabilidade maior dos mais pobres. Assim como nos anteriores, o quarto relatório aponta, que até 2006 as temperaturas têm aumentado, batendo recordes anuais. O aumento das emissões de GEE entre 1970 e 2004 foi de 70%, com aumento de 80% nas emissões de gás carbônico. Os dados sobre degelo, aumento do nível do mar, acréscimo nas ondas de calor, aumento em tempestades e ciclones, entre demais mudanças, estavam mais detalhados e confiáveis (IPCC, 2007; TILIO NETO, 2009). No mesmo



ano, o IPCC recebeu o Premio Nobel, por sua contribuição nos estudos climáticos.

A COP-15, realizada em Copenhague, foi um marco nas negociações climáticas, pois diversos países em vias de desenvolvimento, ou seja, sem metas obrigatórias, indicaram metas voluntárias de redução de emissão. O quarto relatório do IPCC alertou sobre a urgência do tema, mas não foi capaz de auxiliar em um consenso entre os países, para criação de um acordo global de mitigação. A COP-15 foi a reunião com maior cobertura da mídia, muito devido ao alarme criado com a divulgação do IPCC, indicando um futuro apocalíptico para o planeta (CAPOBIANCO, 2010; ABRANCHES, 2010).

O último relatório do IPCC foi publicado em 2014, um ano antes da COP-21 em Paris. O texto confirma claramente a influencia humana na mudança do clima. Segundo o IPCC (2014, p.V) *“The SYR (Synthesis Report) confirms that human influence on the climate system is clear and growing, with impacts observed across all continents and oceans”*. O painel afirma ter 95% de certeza sobre a ação da humanidade sobre o clima, caso nenhuma medida for adotada, haverá aumento nos riscos e impactos irreversíveis para a população e ecossistemas. Um marco no relatório é a descrição para a estabilização de no máximo 2 ° C no aumento da temperatura, em relação aos níveis pré-industrias. Assim como os relatórios anteriores, aponta dados sobre o aumento da temperatura global, elevação dos níveis dos oceanos, decréscimo do gelo Antártico e impactos socioeconômicos das mudanças climáticas (IPCC, 2014).

O acordo de Paris, negociado ao final da COP21, visa de manter o aumento da temperatura média global abaixo de 2°C, tendo como base os níveis pré-industriais e maiores esforços para limitar o aumento da temperatura em 1,5°C, também acima dos níveis pré-industriais. O acordo demonstrou que eram necessárias modificações no processo negociações, os grandes emissores rejeitaram metas obrigatórias. O novo acordo deveria abranger todos os países, não mais na divisão encontrada em Kyoto. Apesar

da indicação da INDC de diversos países, as atuais reduções não são suficientes para alcançar a meta de não aumento da temperatura global (SELIN, 2015; GOLDEMBERG; GUARDABASSI, 2015).

Ao longo dos anos, o IPCC demonstrou o agravamento das mudanças climáticas, conectado ao aumento das emissões de GEE. Os relatórios indicam, com mais certezas, que as mudanças climáticas estão em curso e são irreversíveis. Os riscos provenientes do aquecimento do planeta são presentes, com tendência de expansão no futuro. O IPCC analisa dados, expõe modelos científicos sobre o futuro, os quais em cada relatório indica diversos cenários catastróficos, caso medidas de mitigação não ocorram. Os países devem cooperar e agir internamente, para reduzir os impactos das mudanças climáticas, cada país têm uma percepção do risco.

### **A China e as Mudanças Climáticas**

A soberania e o desenvolvimento do país, somado ao princípio das responsabilidades históricas, baseiam o posicionamento chinês nas negociações climáticas. Apesar de metas voluntárias, investimento em energias renováveis, problemas ambientais internos, a política externa chinesa ainda é pautada na defesa de maior participação dos países desenvolvidos (HUNG, TSAI, 2012; STENDAL, 2014; YU, ZHU, 2015; ZHANG, 2015).

Segundo a análise de Moreira (2015) a política sobre mudanças climáticas chinesa está dividida em dois níveis. O primeiro o nível interno, com a importância do desenvolvimento econômico, a preocupação com a vulnerabilidade advindas da mudança do clima e o setor energético. O segundo é nível internacional, a soberania, a defesa do princípio das responsabilidades diferenciadas e o reconhecimento da preocupação e ações do país frente às mudanças climáticas.

As grandes cidades têm sofrido nos últimos anos com a poluição, devido à produção de carvão e utilização de combustíveis fósseis. As

dificuldades para população geraram diversas reclamações e solicitações de medidas contra poluição junto ao governo. Conforme apresentado, a China tem tomado medidas de mitigação, com a diminuição de utilização do carvão e investimento em energias renováveis. O acordo firmado com os EUA foi uma medida importante sobre o uso de energia, foi um passo substancial para as negociações das climáticas em Paris. A China acordou em elevar para 20% a utilização de energias renováveis (ZHANG, 2015).

A China é um dos países mais vulneráveis com as mudanças climáticas. O vasto território, diferentes climas e biodiversidade, serão afetados com o aumento da temperatura global, o que têm elevado a preocupação chinesa com o tema. As regiões com maior desenvolvimento econômico estão na área costeira, que sofrerão com o aumento no nível dos oceanos. Outra preocupação com a mudança no clima está na agricultura. A China é um país bastante dependente de seu setor agrícola, alterações climáticas afetarão as regiões agrícolas, o que causará falta na produção de alimentos. Eventos climáticos extremos também podem ocorrer, ocasionando falta de chuvas, causando dificuldades para as hidrelétricas do país e distribuição de água para as populações. Além da falta chuvas, eventos extremos causarão mais desastres naturais, como desertificação e aumento de tempestades. Os conflitos internos também podem se acirrar, devido a escassez de recursos, como água, alimentos e energia (LEWIS, 2009; HUNG, TSAI, 2012).

O uso do carvão causa elevada concentração de gases poluentes nas principais cidades chinesas. A poluição se tornou um grave problema para o governo chinês, que tem adotado medidas nos últimos anos. Junto ao carvão para geração de eletricidade, também ocorreu o aumento da frota de veículos, o que trouxe problemas de saúde para população das grandes cidades. A pressão interna por melhores condições de saúde vêm crescendo no país. Por outro lado, a China precisa manter o crescimento econômico, o que necessita de energia (ZHANG, 2015; VIERIA, 2017). A utilização do carvão como



principal fonte energética, se explica com os dados das reservas nacionais. Segundo Viera (2017, p.190):

Ao lado do “fator trabalho”, o uso do carvão em larga escala garantiu que os insumos energéticos e a eletricidade tivessem seus custos reduzidos, de modo a garantir o barateamento dos produtos finais, dessa forma, sua competitividade no mercado mundial.

No ano de 2009 a China adotou metas voluntárias de emissões, o que representou uma mudança em sua posição internacional sobre o tema, já que ao longo dos anos não aceitava metas, nem mesmo voluntárias. As metas internacionais estavam de acordo com ações internas, primordiais para combate à poluição e os riscos trazidos pelo aquecimento global. Após o acordo com os EUA, visando a diminuição dos combustíveis fósseis, em 2014, a China indicou a sua INDC junto à UNFCCC, para o período pós Kyoto, firmado no Acordo de Paris em 2015. A INDC chinesa indica a participação ativa da política externa chinesa nas negociações do clima, o país propôs reduções entre 60% até 65 % em relação ao ano de 2005 e 20% da matriz energética baseada em energia renováveis, ambos até 2030.

A China, junto com EUA, é ator central nas negociações climáticas. Ao longo dos anos tem apresentada evolução em alguns pontos, como adoção de metas. Porém, sua política externa ainda é conectada aos países do Grupo 77+ China, os quais demandam investimentos dos países desenvolvidos, defendem as responsabilidades diferenciadas, a importância das emissões per capita, a soberania em decisões internas, reconhecimento internacional e o desenvolvimento econômico. Os países participantes do BASIC também são essenciais para a não elevação de 2 graus na temperatura global, acordado em Paris. A China, desde 2009, vem atuando nas negociações ao lado destes países, por apresentarem demandas compatíveis. As negociações do clima dependem da participação chinesa, ao qual tem aumentado sua preocupação e atuação sobre o tema.



As emissões chinesas ainda são elevadas representam 30% do total global. O setor de energia, baseado no carvão, é o grande responsável. Após anos de crescimento nas emissões, houve redução de 0,7% na comparação entre 2014 e 2015, diferente do crescimento de 9% em média entre 2002 e 2011(OLIVIER, *et al*, 2016). Nos últimos anos o crescimento foi menor, devido a políticas domésticas no setor energético. A INDC chinesa indica a transição para um novo setor energético, com maior participação de fontes renováveis. O setor energético é fundamental para redução de emissões, a implementação de políticas de eficiência energética e ampliação das energias renováveis, são fundamentais para diminuição da dependência do carvão, reduzindo as emissões do país.

O Décimo Segundo Plano Quinquenal (2011) foi o primeiro a indicar medidas de redução de intensidade de carbono na economia, 17% até 2015, comparadas aos valores de 2010. O plano também visa a redução da intensidade energética em 16% no mesmo período (ZHANG, 2016; BARBI, 2016). A economia chinesa, após a crise financeira de 2008, passou por um processo de “*New Normal*”, revelando a preocupação com o setor energético e os problemas ambientais. Um novo modelo de crescimento era necessário, com menor em valor, mas com melhor qualidade, destacando a redução da desigualdade, inovação tecnológica e preocupação ambiental (HILTON; KERR, 2016; GREEN, STERN, 2017).

A percepção da importância energética, com o crescimento da demanda e aumento da poluição, foi responsável para o país revisar o setor energético. O aumento nas emissões nacionais de GEE, ultrapassando o EUA em 2007, elevou a preocupação nacional com o tema, trouxe também a oportunidade de investimentos em nova infraestrutura energética, reformulação nos planos de consumo e investimentos em renováveis. O âmbito doméstico, com a preocupação com o setor energético, aliado aos riscos climáticos, influenciam a tomada de decisão no plano exterior. A política externa chinesa climática tem evoluído, deixando seu posicionamento



defensivo, para se tornar o negociador mais importante. A saída dos EUA do Acordo de Paris encaminha a China a liderar as negociações.

O plano doméstico é fundamental para a cooperação no âmbito internacional. A política externa chinesa climática foi influenciada por avanços em políticas domésticas, ascensão do tema no governo chinês. A pressão internacional sofrida pelo país, para adoção de medidas de redução, também influenciou para modificação do posicionamento, até 2008 defensivo. A cooperação com o BASIC auxiliou a China a manter sua posição nas negociações, não aceitando obrigаторiedades. Uma análise sobre negociações climáticas necessita abarcar os dois níveis, o internacional e o doméstico.

### **O Brasil e as mudanças climáticas**

O tema das mudanças climáticas ascendeu dentro da política brasileira apenas em 2000, com a criação do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas (FBMC). O Fórum engloba diversos ministérios, representantes da sociedade civil, academia e atores do setor privado. O objetivo é dar assistência ao governo federal, sobre o tema das mudanças climáticas (BARBI, 2016). O segundo ato importante foi a elaboração da Política Nacional sobre Mudanças Climáticas (PNMC), estabelecida em 2009 (BRASIL, 2009; BARBI, 2016). A PNMC apresentou pela primeira vez metas voluntárias de reduções, entre 36,1% e 38,9% em relação às emissões projetadas até 2020, concentradas nos setores de uso da terra, agropecuária e energia (BRASIL, 2009).

O desmatamento é o principal responsável pelas emissões brasileiras. O Ministério do Meio Ambiente, chefiado por Marina Silva, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) criou um grupo de trabalho com finalidade de ações para redução do desmatamento na Amazônia Legal, em 2003. Em 2004 foi entregue ao presidente Lula o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal. A redução da impunidade para crimes de desmatamento, a criação do DETER (Detecção do Desmatamento em Tempo Real), a criação de Unidades de Conservação, são

ações importantes do Plano, que ajudaram na redução do desmatamento. A Lei da Gestão sobre Florestas Públicas (Lei Nº 11284/2006), que visa valorizar a produção sustentável, também auxiliou na redução (CARVALHO, 2010; BOUCHER *et al*, 2013).

No ano de 2005 houve queda dos níveis de desmatamento, passando 27.772 Km<sup>2</sup> em 2004, até alcançar 7.464 Km<sup>2</sup> em 2009 (INPE, 2016). As políticas contra o desmatamento durante a gestão de Marina no MMA, elevaram o ministério para centralidade das negociações climáticas nacionais. A ascensão do MMA não foi imediata, pois dentro do governo brasileiro, o ministério tem menos poder de barganha. Durante o governo de Lula, Marina precisou negociar com diversos ministérios para aplicação das políticas ambientais. As quedas nos índices de desmatamento contribuíram para as reduções nacionais, o que foi importante para mudança de política exterior climática (KASA, 2013; HOCHSTELLER, 2017).

A adoção de metas voluntárias descritas na PNMC, divulgadas durante a COP-15 pelo presidente Lula, comprovou uma ruptura com a tradicional postura negociadora do Brasil. Até 2009, pautado no posicionamento defensivo do MRE e MCT, o Brasil não aceitava ter metas de redução de emissão (VIOLA, 2009; CARVALHO, 2010; GOLDEMBERG, 2010; FERREIRA *et al*, 2016). O controle do desmatamento, iniciado em 2005, foi de suma importância, além de redução das emissões nacionais, colaborou para projeção do MMA nas negociações, contrapondo os setores defensivos. Com o avanço das negociações sobre florestas, atores nacionais entenderam os ganhos com a preservação das mesmas, setores do agronegócio, grupos industriais, governos locais, ongs, pressionaram para mudança do país sobre o tema das florestas e clima.

No ano de 2010 aex presidente Dilma indicou para o MMA Isabela Teixeira, funcionária de carreira do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A ministra não possuía o mesmo perfil dos ministros anteriores, é funcionária de carreira, não associada com

partidos políticos e organizações da sociedade civil. A gestão Marina esteve em comunicação com diversos setores da sociedade civil e também com seu partido, o PT. Carlos Minc era também do PT, suas conexões com a sociedade civil foram menores, sofrendo diversas críticas em sua gestão, devidas as reformas no Código Florestal e licenças ambientais, como da Usina de Belo Monte. A ex-ministra Teixeira era vista como tecnocrata, conectada com as decisões de Dilma (ABERS, OLIVEIRA, 2015; HOCKSTETLER, 2017).

O tema das mudanças climáticas perdeu a importância durante a gestão de Rousseff, a qual tinha recebido atenção ao final de 2009, com a adoção das metas voluntárias, junto com a criação da PNMC. O desmatamento seguiu em redução, mas ainda com alto índice. As emissões nacionais mantêm o mesmo patamar de 2009, com crescente participação dos setores de agropecuária e energia. Com a necessidade de enviar para a UNFCCC a INDC, o governo brasileiro iniciou os preparativos para elaboração. O MRE lançou uma consulta pública para subsidiar a elaboração da INDC. A abertura da participação da sociedade civil era inédita, indicando maior abertura do MRE (MRE, 2015).

O Brasil foi um dos últimos países a registrar sua INDC junto a UNFCCC, em 27 de setembro de 2015, pouco tempo antes da COP-21 em Paris. A contribuição foi dividida em dois períodos, o primeiro em 2025, com redução de 37% de GEE em comparação com os valores de 2005. O segundo período, 2030, com redução 43% das emissões também com 2005 como ano base. O documento assinala os esforços brasileiros com redução de 41% dos níveis de emissão, entre 2005 e 2012. A INDC enfatiza que é necessário não elevar a temperatura global acima dos 2 graus Celsius, o Brasil estará comprometido com os esforços globais, destaca as responsabilidades históricas dos países desenvolvidos. O documento indica a redução do desmatamento, a matriz energética por fontes renováveis e a utilização de biocombustíveis, como três itens de esforços nacionais, já em curso. O alcance das metas se dará por ações em todos os setores, máxime agricultura, energia e mudança do uso da terra (BRASIL -INDC ,2015).



No âmbito das adversidades das mudanças climáticas, o Brasil poderá sofrer grandes impactos. Uma parte do nordeste brasileiro já sofre com as secas, o que poderá se agravar com a intensificação das mudanças no clima. O Brasil é um grande exportador de grãos, a agricultura deverá se adaptar também as novas condições climáticas. O Brasil já sofre mudanças em seu clima, há um aumento das secas em diversas regiões, também alterações nos ciclos de chuvas e surgimento de eventos extremos (FERREIRA, 2017).

### Considerações Finais

Os relatórios do IPCC indicam o avanço das mudanças climáticas. A análise dos textos apontam o aumento da temperatura global, ano após ano, indicando transformações no clima global. Ao longo dos relatórios, o IPCC demonstrou a participação da humanidade na contribuição das mudanças climáticas, através das emissões de GEE. Em paralelo aos relatórios, os países buscaram acordos globais para redução de emissão, que até o momento não surtiram efeito, já que os recordes de emissões e temperatura persistem. O IPCC também faz análises sobre cenários futuros, desde o primeiro relatório já apontava condições adversas para o planeta, caso não ocorressem mudanças. As previsões evoluíram com os anos, sendo cada vez mais complexos e confiáveis. Os riscos das mudanças climáticas já estão em curso, com agravamento no futuro. Os países devem avaliar o quanto devem agir, para reduzir os riscos em seus territórios.

Conforme o Paradoxo de Giddens, as mudanças climáticas ainda são um risco futuro, mesmo já ocorrendo em diversas partes do planeta. O Brasil e a China já sentem as alterações no clima, com aumento das secas, tempestades, diminuição e aumento de chuvas, entre outras. Ambos os países estão revendo suas políticas sobre o clima, adotando metas voluntárias, as quais implicam em adoção de políticas de redução de emissão. No caso da China, os principais investimentos estão na redução do carvão na geração de energia, como também o aumento da utilização de energias renováveis. A

China ainda é o maior emissor global, sua economia cresce e a demanda por energia seguirá aumentando. Apesar da adoção de metas de redução, necessita de um longo tempo para a estabilização das emissões. No Brasil, já há alguns anos ocorre uma redução no desmatamento, que ainda assim são altos. Mas as emissões provenientes de outros setores, como energia e agropecuária, estão em ascensão.

Os dois países avaliam os riscos das mudanças climáticas, os custos e consequências serão muito maiores, caso não sejam adotadas políticas de mitigação. A COP indicou a retomada da relevância do tema nas políticas externas e internas de Brasil e China. O mais importante é que de fato não fique apenas no discurso internacional, na busca por prestígio. As mudanças climáticas exigem políticas imediatas, para que ainda seja possível não elevar a temperatura além dos 2 graus. A China tem adotado políticas climáticas importantes nos últimos anos, existe a preocupação com os riscos climáticos, principalmente o problema da poluição. No caso do Brasil, o tema ambiental perdeu força dentro do governo, não é tratado com preocupação, na verdade sofre retrocessos nos últimos anos. O desmatamento voltou a crescer, não existindo medidas para redução, mas sim para aumento do desmatamento. O setor de energia, diferente da China, não possuiu um plano para investimentos em renováveis, pois para o governo o Brasil já está acima dos níveis globais, com as hidrelétricas.

### Bibliografia

ABERS, R; OLIVEIRA, M. “Nomeações Políticas no Ministério do Meio Ambiente (2003–2013): Interconexões entre ONGs, Partidos e Governos”. In: *Opinião Pública*. V. 21, n. 2, 2015. p. 1–29.

BARBI, F. “Governing Climate Change in China and Brazil: Mitigation Strategies”. In: *Journal of Chinese Political Science* / Association of Chinese Political Studies, 2016.

BECK, U. *World at risk*. Cambridge: Polity Press, 2009.



BRASIL. *Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009*. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências. Brasília, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores – MRE. *Pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada para Consecução do Objetivo da CQNUMC*. Brasília, 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente – MMA. *Fundamentos para a elaboração da Pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada (iNDC) do Brasil no contexto do Acordo de Paris sob a UNFCCC*. Brasília, 2016.

BOSCO, E; DI GIULIO, G. “Ulrich Beck: considerações sobre sua contribuição para os estudos em Ambiente e Sociedade e desafios”. In: *Ambiente e Sociedade*. vol.18, n.2, pp.145–156, 2015.

BOUCHER, D.; ROQUEMORE, S.; FITZHUT, E. “Brazil’s success in reducing deforestation”. In: *Tropical Conservation Science*.v. 6, n. 3, 2013. p.426–445.

CARVALHO, F. *A posição brasileira nas negociações internacionais sobre florestas e clima (1997–2010): do veto à proposição*. 2010. 218 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais)–Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

FERREIRA, L. C. “O desafio das mudanças ambientais globais no Antropoceno”. In: *O desafio das Mudanças Climáticas: Os Casos Brasil e China*. Jundiaí: Paco Editorial: 2017.

\_\_\_\_.; BARBI, F.; OTAVIANO, M. “Global Environmental Changes: environmental policies in China and Brasil”. In: *Revista Tempo do Mundo*, v. 2, p. 99–122, 2016.

GIDDENS, A. *A Política das Mudanças Climáticas*. Ed. UNESP. São Paulo, 2010.

\_\_\_\_\_. “The politics of climate change”. In: *Policy & Politics • vol 43 • no 2 •* 155–62 Policy Press, 2015.

GOLDEMBERG, J. “Mudanças Climáticas e Desenvolvimento”. In: *Revista Estudos Avançados*. São Paulo. 2000.

\_\_\_\_.; GABASSI, P. “Burden sharing in the implementation of the Climate Convention”. In: *Energy Policy* 81, p 56–60, 2015

GREEN,F; STERN,N. “China's changing economy: implications for its carbon dioxide emissions”. In: *Climate Policy*, 17:4, 2017.

HILTON,I; KERR, O. “The Paris agreement: China’s ‘New Normal’role in international climate negotiations”. In: *Climate Policy*, 17 (1), 48–58, 2016.

HOCHSTELLER, K. “Tracking presidents and policies: environmental politics from Lula to Dilma”. In: *Policy Studies*. v. 38, n. 3, p. 262–276, 2017

- HUNG, M; TSAI, T. “Dilemma of choice: China's response to climate change”. In: *Revista Brasileira de política internacional*. Brasília, v. 55, n. spe, p. 104–124, 2012.
- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE). Proedes. *Taxa de Desmatamento Anual na Amazônia Legal (1988 – 2016)*, 2017.
- IPCC. *Climate Change: The IPCC 1990 and 1992 Assessments*. Intergovernmental Panel on Climate Change .Printed in Canada, 1992.
- \_\_\_\_\_. *IPCC Second Assessment Climate Change 1995*. Intergovernmental Panel on Climate Change, 1995.
- \_\_\_\_\_. *IPCC Third Assessment Report*. An Assessment of the Intergovernmental Panel on Climate Change, 2001.
- \_\_\_\_\_. *IPCC, 2007: Climate Change 2007: the Fourth Assessment* .Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change, 2007.
- \_\_\_\_\_. *2014: Climate Change 2014: Synthesis the Fifth Assessment*. Report. of the Intergovernmental Panel on Climate Change, 2014.
- KASA, S. The Second-Image Reversed and Climate Policy: How International Influences Helped Changing Brazil's Positions on Climate Change. *Sustainability*.5, p. 1049–1066, 2013.
- LEWIS, J. “Climate change and security: examining China's challenges in a warming world”. In: *International Affairs* 85: 6 1195–1213, 2009.
- MOREIRA, H.M. 2015. *A nova Geopolítica das Mudanças Climáticas: o papel de Estados Unidos e China*. Tese do Programa de Doutorado em Geografia: Universidade de São Paulo.
- SELIN, H. “Diálogos sobre o clima na ONU em Paris: como chegamos aqui e o que esperar”. In: *Revista Política Externa*. Vol. 24 No 1 e 2 Jul/de 2015.
- STENDAL, I. “Chinese Climate-Change Policy, 1988–2013: Moving On Up”. In: *Asian Perspective* 38 111–135, 2014.
- OLIVIER, J.; MAENHAOUT, G.; MUNTEAN, M.; PETERS, J. *Trends in global CO<sub>2</sub> emissions - 2016 Report*. The Hague: PBL Netherlands Environmental Assessment Agency; Ispra: European Commission, Joint Research Centre, 2016.
- TILIO NETO, P. *Ecopolítica das Mudanças Climáticas: o IPCC e o ecologismo dos pobres*. São Paulo: Plêiade, p. 255, 2009.
- UNITED NATIONS. *Kyoto Protocol to the United Nations Framework Convention on Climate Change*, 1998.
- VIOLA. Impasses e Perspectivas da Negociação Climática Global e Mudanças na Posição Brasileira. *Relatório do CINDES*. Rio de Janeiro. Dezembro de 2009.



VIERIA, L. “A Internalização paradoxal dos critérios de sustentabilidade na formulação das estratégias de China e Brasil para o setor energético”. In: FERREIRA, L (org.). *O Desafio das Mudanças Climáticas: Os Casos Brasil e China*. Jundiaí, Paco Editorial: 2017.

ZHANG, Z. China’s Role in Climate Change Negotiations, Perspectives for COP21. *Study- China’s Role in Climate Change*. Friedrich-Ebert-Stiftung | Department for Asia and the Pacific, 2015.

—. Are China’s climate commitments in a post-Paris agreement sufficiently ambitious. *CCEP Working Paper 1607, Sep 2016*. Crawford School of Public Policy, The Australian National University, 2016.



## Segundo Plano Quinquenal – o grande salto chinês que não deu certo: desastres ambientais, desaparecimentos e a maior mortandade por fome da história (1958 a 1962)

LISANDRA ZAGO<sup>1</sup>

### Resumo

O Grande Salto para frente corresponde ao Segundo Plano Quinquenal Chinês que ocorreu entre 1958 e 1962 sob o comando de Mao Zedong. Como resultado houve morte por inanição de milhões de chineses e a causa foi tirar todos os agricultores das próprias terras para iniciar uma revolução industrial insustentável. Por coincidência, exatamente no mesmo período que o governo central chinês declarou o Grande Salto para Frente ocorreram três anos de desastres naturais. No campo e nas cidades reinavam a fome e o aumento dos preços, o caos organizacional e as calamidades naturais juntaram-se aos desastres ambientais acentuando ainda mais os desaparecimentos e a mortandade. O objetivo deste artigo é fazer uma reconstrução histórica das estratégias político-econômicas e das consequências socioambientais do Segundo Plano Quinquenal Chinês. O método utilizado parte da investigação historiográfica, de articulação e análise das fontes primárias e secundárias a partir da Sociologia Histórica, da Sociologia Ambiental e da História Ambiental.

**Palavras-chave:** China, Mao Zedong, Segundo Plano Quinquenal, Grande Salto para Frente, Fome.

### Introdução

Mao Zedong foi o líder chinês do século XX responsável pela união e consolidação do país sob o regime comunista, esteve à frente do seu país entre 1949 até sua morte em 1976. Quando assumiu o poder em 1949 na Proclamação da República Popular da China o país enfrentava os mais diversos obstáculos e vivia num caos permanente desde a Guerra do Ópio

---

<sup>1</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/UNICAMP; orientada pela Profa. Dra. Leila da Costa Ferreira; E-mail: zagolisandra@gmail.com

(1839-1842), encontrava-se politicamente esfacelada pelos infindáveis conflitos, guerra civil, presença e invasão estrangeira.

A proclamação da República Popular da China ocorreu com grande legitimidade local e imediato reconhecimento pela União Soviética (URSS) que por sua vez, a China proclamou amizade e prioridade na sua política externa (MIKHAILOVA, 2013). A partir de então, a meta era “revolucionar”, mais especificamente, “reformular” e Mao já centralizava em suas mãos as relações sociais, políticas e econômicas do país.

As contribuições financeiras da União Soviética iniciaram com a assinatura de um Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua Sino-Soviético para o período de 30 anos, firmado em Moscou em fevereiro de 1950<sup>2</sup>. A visita de Mao Zedong a Moscou durou dois meses e bateu o recorde da duração de visitas oficiais do século XX<sup>3</sup>, o importante é que firmou acordo em financiamentos, ajuda técnico-científica e créditos em longo prazo na construção de projetos industriais de grande porte.

A aliança chinesa com a União Soviética foi importante para a economia na adoção do plano quinquenal de planificação centralizada<sup>4</sup>, implantado por Stalin na URSS com o objetivo de estabelecer prioridades para a produção industrial e agrícola do país para períodos de cinco anos. A aproximação inicial da China com a URSS tornou inevitável uma política econômica semelhante aos soviéticos, cuja ênfase do Primeiro Plano Quinquenal (1953-1958) priorizou a implantação da indústria pesada, segundo Mikhailova (2013) muito semelhante ao Primeiro Plano Quinquenal Soviético.

---

<sup>2</sup>Cabe ressaltar que a amizade entre os dois países logo esfriou e em 1960 foi revogado o Tratado de Amizade e Aliança. Segundo o presidente chinês Jiang Zemin, que esteve à frente do país entre março de 1993 e março de 2003, encerramento deste acordo é visto como uma das falhas cometidas por Mao (ZEMIN, 2002).

<sup>3</sup> Segundo Guilhermaz (1975), Stalin deixou propositalmente Mao por dois meses à espera de uma audiência como demonstração de poder na hierarquia do movimento comunista; Segundo Bärthlein (2013), Stálin relutava em conceder ajuda temendo provocar os norte-americanos e depois de perceber que os Estados Unidos não iriam intervir então Stálin mudou de opinião.

<sup>4</sup> O plano quinquenal tem o objetivo de estabelecer as prioridades e metas por setor econômico, nominando o que deve ser investido e produzido em períodos de cinco anos (vigente até os dias atuais).



No Primeiro Plano Quinquenal (1953-1957) devido à ajuda da União Soviética, a China conseguiu desenvolver setores industriais diversificados e fortalecer o setor agrário conforme as metas propostas. A população foi cobrada ao máximo para acelerar a coletivização no campo, e na cidade a Campanha das “Cem Flores” agiu com uma vasta repressão aos “direitistas”. À primeira vista, o balanço do Primeiro Plano Quinquenal pareceu positivo: a taxa anual de crescimento da produção industrial foi considerável, no entanto, em contradição, dificuldades múltiplas apareceram na agricultura com a consecutiva redução das exportações e dos investimentos em 1957. Resultado: o êxito do Primeiro Plano Quinquenal custou alto preço ao Governo Chinês que não podia fazer como antes, em recolher e distribuir o excedente agrícola aos soviéticosfoinecessário aumentar a produção.

Entusiasmados em melhorar os resultados do Primeiro Plano Quinquenale precisando aumentar a produção, no Segundo Plano Quinquenal a meta era acelerar o ritmo. O Grande Salto para Frente tinha o slogan “Mobilizar todas as energias, mirar ao alto, construir o socialismo melhor, mais velozmente e a menor custo”, porém, não deu certo,teve grandes dificuldades e sérias consequências.A partir disso, o objetivo deste artigo é fazer uma reconstrução histórica do Segundo Plano Quinquenal (1958-1962), investigando como foi o processo estratégico de desenvolvimento político e econômico e as consequências socioambientais. A pergunta desta pesquisa é: Quais foram as estratégias político-econômicas de desenvolvimento do Segundo Plano Quinquenal e quais foram as consequências socioambientais?

Os aspectos metodológicos deste artigo incluem a investigação histórica e a articulação da análise sociológica com ênfase nas consequências socioambientais. Optou-se pela metodologia da investigação historiográfica, articulação e análise das fontes primárias e secundárias, principalmente a partir da Sociologia Histórica, da Sociologia Ambiental e da História Ambiental.



Para tanto, esse artigo está subdividido em cinco partes. Primeiro, são explorados os objetivos e metas do Segundo Plano Quinquenal. Segundo, é apresentada a estratégia que visava o acelerado desenvolvimento econômico. Na sequência, o afastamento dos técnicos, as metas surreais e as mentiras. Em seguida, como resultado, o impacto socioambiental e a grande fome. Por fim, as considerações finais.

### 1. Objetivos e metas do Segundo Plano Quinquenal: o Grande Salto para Frente<sup>5</sup>

A necessidade de aceleração do ritmo de desenvolvimento nacional ainda era um problema a ser solucionado. Entre 5 e 23 de maio de 1958, Mao convocou os integrantes do Partido Comunista Chinês – PCC para aprovar planos econômicos ainda mais grandiosos do que os já planejados e aprovados anteriormente. Sob o slogan “mobilizar todas as energias, mirar ao alto, construir o socialismo melhor, mais velozmente e a menor custo”, dava início ao Segundo Plano Quinquenal (1958–1962), conhecido como “O Grande Salto para Frente”. A parcela do grupo dirigente que apenas dois anos antes havia tentado reduzir o poder de Mao agora não ousava opor-se (CHANG-SHENG, 2004).

O Segundo Plano Quinquenal (1958–1962) tinha como meta: a) continuar a construção industrial com foco na indústria pesada, impulsionar a reconstrução técnica e estabelecer uma base sólida para a industrialização socialista da China; b) continuar a transformação socialista, consolidar e ampliar as ações de propriedade coletiva e propriedade do povo; c) com a construção de base e transformação socialista já estabelecida, impulsionar ainda mais a indústria, agricultura, artesanato, transporte e comércio; d) cultivar talentos, fortalecer a pesquisa e desenvolvimento para atender as necessidades de desenvolvimento econômico e cultural socialista científico e;

---

<sup>5</sup> Também conhecido como: O Grande Salto Adiante, Grande Salto em Frente e O Grande Salto.



e) desenvolvimento industrial e agrícola de base, para reforçar a defesa nacional e melhorar as condições de vida e consciência cultural (PAN, 2006).

Os líderes chineses acreditavam que, ao se apoiarem no ardente desejo de centenas de milhões de chineses de erradicar a pobreza e o atraso, aliado a seu ardor político de construir o socialismo, poderiam acelerar tremendamente o ritmo de crescimento econômico, visando alcançar e até mesmo superar países desenvolvidos em um curto período de tempo. Porém, devido à falta de planejamento, estudos e projetos de desenvolvimento nacional, seu rumo foi caracterizado pela busca cega de alta velocidade econômica e o resultado foi a adoção de metas altas impraticáveis (ZAGO, 2015).

O Grande Salto ou Segundo Plano Quinquenal (1958-1962) foi um programa econômico e sociopolítico de princípios marxista-leninistas focado na modernização da agricultura e da industrialização, com o objetivo de acelerar o desenvolvimento econômico do país e a igualdade todos num curto período de tempo. Visava transformar a China de um país agrário e atrasado em um país industrial, avançado e verdadeiramente socialista. Toda a China foi mobilizada num gigantesco esforço de coletivização integral e de industrialização, porém, por falta de planejamento e coordenação, este programa radical acabou em 1962 com milhões de chineses mortos de fome e inanição e deixou o país numa grande depressão<sup>6</sup> (BERGÈRE, 1980; CHANG, 1993; BECKER, 1998; MEZZETTI, 2000; CHANG-SHENG, 2004; GIFFONI, 2007; MARTI, 2007; ZAGO, 2017).

## 2. A estratégia de acelerado desenvolvimento econômico

Em termos de estratégia de desenvolvimento, a China adotou a política de "ter a siderurgia como elo-chave". Requeria-se que a produção de 1958

---

<sup>6</sup> A maior mortandade de pessoas por fome, em curto espaço de tempo já registrado na história da China Moderna. Ver Quadro 3.

fosse o dobro da de 1957, ou seja, ir de 5,35 milhões de toneladas de aço para 10,7 milhões de toneladas. Para atingir essa meta, toda a nação mobilizou-se para produzir aço em enorme escala (ZHENG, 2004).

O objetivo era superar a indústria siderúrgica da Inglaterra em quinze anos, e o governo propunha um sistema de comunas para a produção de aço. Agricultores de todo o país receberam a ordem de cumprir determinadas cotas de produção de aço, com exclusão de tudo o mais. Milhões de pessoas, incumbidas de produzir aço, construíram em seus terrenos fornos caseiros, utilizando todo o conteúdo metálico das aldeias: colheres, pratos, velhas máquinas e tudo o que fosse compatível aos fornos para cumprir as enormes cotas de produção. Milhares de fábricas comunitárias, aldeões bem-intencionados, mas sem nenhum ou pouco treinamento e com as máquinas mais rudimentares do planeta, muitos não tinham ideia de como produzir o aço. Todos os recursos disponíveis foram utilizados, principalmente a mão de obra, outras fábricas e até escolas e hospitais concentraram esforços (CHANG, 1993; BECKER, 1998).

Fornos pequenos são construídos em todos os lugares para aumentar a produção de aço. Objetos úteis, como talheres e ferramentas são derretidos para aço, que geralmente é de qualidade tão baixa que nada pode ser feito com ele (Tradução da autora. Fonte: Great Leap Forward (1956-1960) s/d.).

Foi o momento de maior ardor e romantismo ideológico e revolucionário de Mao. A tentativa de superação do desnível entre cidade e campo, transferindo para o campo grandes massas urbanas com a convicção de que os impulsos idealistas e voluntaristas eram melhores que serem peritos, na certeza de poder construir a “partir do nada” uma sociedade e uma economia diferente, gerou acentuado impacto socioambiental (FEJTÖ, 1976; BERGÉRE, 1980; ZAGO, 2017).

A nova estratégia no Grande Salto também consistia em estabelecer comunas populares. A primeira comuna popular surgiu em Henan na primavera de 1958, depois de ter recebido a visita e a aprovação de Mao, sendo

proposta como exemplo a todo o país. Em agosto de 1958, o Comitê Central sancionou a criação das comunas rurais: “Quatro meses serão suficientes para substituir 700 mil cooperativas por 26 mil comunas. Mas a consolidação exigirá vários anos e muitos retoques” (BERGÈRE, 1980, p. 45).

As comunas nasciam da fusão das aldeias e fazendas cooperativas com coletivização integral e integrada da agricultura, da indústria, do artesanato e do comércio, reuniam de 10 mil a 50 mil pessoas, e se estendiam por vários milhares de hectares. Moravam em dormitórios, comiam em refeitórios comunitários, não faziam mais o trabalho individualmente e sim em equipe, tal como decidido pela organização (BETTELHEIM; CHARRIERE; MARCHISIO, 1971; BERGÈRE, 1980). Era a coletivização da vida como um todo, em termos militares com a força de trabalho dividida em batalhões, companhias, brigadas e regimentos. Era uma teoria que colocava em tônica os rápidos e coletivos progressos, a aceleração da coletivização da vida quotidiana e a eliminação ou a baixa remuneração do trabalho<sup>7</sup>. Acarretou em reações hostis dos camponeses, certo desinteresse pelas tarefas menos remuneradas e uma baixa no nível de produção (BETTELHEIM; CHARRIERE; MARCHISIO, 1971).

### 3. O afastamento dos técnicos, as metas surreais e as mentiras

Houve grande esforço para as obras de irrigação, mas devido à campanha antidireitista do ano anterior (1957) não era politicamente aceitável

---

<sup>7</sup> “A cada um segundo o seu trabalho”. Uma das características próprias da agricultura era o grande número de trabalho, dos mais simples aos mais qualificados, o camponês era obrigado a fazer ao sabor das estações. “Os níveis de divisão do trabalho e de especialização eram relativamente baixos... A maioria dos camponeses tinha que fazer todos os gêneros de trabalho e não conseguiam fixar-se numa especialidade (LIU ZHENG, 1961, p. 25 apud BETTELHEIM; CHARRIERE; MARCHISIO, 1971, p. 96). Um camponês teria seu rendimento elevado ou baixo conforme o trabalho que estava qualificado, e nestas condições, o sistema de remuneração ou qualificação não refletia as diferenças em qualidade e quantidade de trabalho efetivado, logo, não havia a aplicação correta do princípio “A cada um segundo o seu trabalho”. As mulheres eram desfavorecidas, pois eram sempre qualificadas, em geral, um nível abaixo dos homens (BETTELHEIM; CHARRIERE; MARCHISIO, 1971).

utilizar os técnicos, que na maioria haviam sido “mandados para baixo”<sup>8</sup> e ali deveriam permanecer, era preciso confiar no ardor ideológico e revolucionário e não na competência específica de peritos (BERGÈRE, 1980; CHANG-SHENG, 2004; MEZZETTI, 2000; GIFFONI, 2007).

No campo, os dirigentes do Partido mobilizaram os camponeses para tarefas gigantescas de controle de águas e irrigação, para provar que a vontade e a força humana podiam vencer os desafios naturais e técnicos. Multidões empenhavam-se nas grandes obras de infraestrutura, foram transferidas das cidades pelo menos vinte milhões de pessoas para os trabalhos agrícolas, as quais, no entanto, não tinham condições de cumprir as tarefas. Havia, sobretudo, o imperativo de aumentar a produção agrícola, produzir ferro, aço e gusa em toda a parte e de qualquer maneira, nas unidades de trabalho, nas cidades e no campo; um esforço executado em geral com técnicas primitivas e sem preocupar-se com as questões ambientais (MEZZETTI, 2000; ROBERTS, 2006).

Segundo Chang-Sheng (2004, p. 110), “(...) havia uma coação quase militar ao trabalho (...)”, e nos projetos de irrigação novos problemas sociais foram gerados à medida que os homens eram afastados para trabalhar longe de casa. Coube às mulheres assumir maior trabalho agrícola fora de casa, e houve a tentativa de centralizar o cuidado das crianças e das tarefas domésticas, inclusive a preparação de refeições.

Na indústria, o Grande Salto começou com a “febre de aço” com milhares de pessoas envolvidas com metas de produção cada vez mais “surrealistas”.

O governo lançou propagandas enganosas de colheitas causando euforia por vários meses, enquanto os números impressionantes da produção relatados pelos quadros rurais do

---

<sup>8</sup> Isto é, colocados em trabalhos como limpar fossas em suas unidades de trabalho, encarregar-se das privadas públicas, ou foram transferidos para o interior para reeducação, realizando trabalhos manuais pesados em condições precárias (MEZZETTI, 2000; MARTI, 2007).

Partido eram multiplicados pelos líderes provinciais antes de ser enviados à Pequim (CHANG-SHENG, 2004, p. 115).

Na segunda e última vez que Mao fez sua viagem para Moscou, anunciou em 18 de novembro de 1957, na reunião dos representantes dos partidos comunistas (e trabalhistas) vindo de 64 países do mundo, que, em 15 anos, a China ultrapassaria a Inglaterra na produção do aço. Para isso, Mao decretou a campanha do aço e o primeiro-ministro Zhou Enlai dividiu os ministérios em 8 grupos, cada um sendo responsabilizado pela montagem dos fornos de aço no seu respectivo setor. Mais de 20 províncias estavam empenhadas na corrida pelo aço; em compensação, na agricultura, houve o espetáculo de mentiras referente às colheitas, e os números da produção tinham sido desastrosamente inflacionados (CHANG-SHENG, 2004). Dia por dia o Partido divulgava nos veículos de comunicação os locais envolvidos, promovendo uma corrida do aço entre as províncias e superação na produção (Quadros 1 e 2).

**Quadro 1:** Divulgação do Partido: Províncias empenhadas na corrida pelo aço

Jornal	Local	N.º Trabalhadores
Diário do Povo: 12 out. 1958	Província de Henan	6.000.000
Agência de Notícias Xinhua: 13 out. 1958	Província de Sichuan	8.000.000
Diário de Yunnan: 15 out. 1958	Província de Yunnan	3.000.000

**Fonte:** Quadro desenvolvido pela autora a partir de Chang-Sheng (2004, p. 113).

Segundo notícia da Agência Xinhua, trabalharam 100 milhões de pessoas na campanha de aço, ou seja, um sexto da população chinesa, incluindo a população local, os funcionários do governo, os alunos das escolas

primárias e secundárias, os estudantes das faculdades e os soldados do exército (SHENGJI, 1998; CHANG-SHENG, 2004).

**Quadro 2:** Número de trabalhadores na campanha de aço entre setembro e dezembro de 1958

Mês	N.º Trabalhadores
Setembro de 1958	50.000.000
Outubro de 1958	60.000.000
Dezembro de 1958	90.000.000

**Fonte:** Quadro desenvolvido pela autora a partir de Chang-Sheng (2004, p. 113).

Na agricultura foram recorrentes as mentiras referentes às colheitas, mas nenhum funcionário do Partido ousaria questionar os números. O início do ciclo mentiroso foi numa conferência de trabalho do Comitê Central do Partido realizada em janeiro de 1958, na cidade de Nanning (capital da província de Yunnan), Mao propôs a ideia de “duplos planos”, sendo o “Plano I” obrigatório e divulgado oficialmente; o “Plano II” era a expectativa de ultrapassagem do “Plano I”, que não seria divulgado oficialmente. E desta forma, as províncias também deveriam elaborar os seus “Planos III”, que eram obrigatoriamente baseados no “Plano II” do governo central, e o “Plano IV” com a expectativa de ultrapassagem do plano anterior(CHANG-SHENG, 2004).

A intenção de Mao não era provocar um ciclo mentiroso, o fato é que ele tinha pressa em “edificar o socialismo o mais rápido possível”. O que aconteceu foi que os “duplos planos” levaram os quadros do Partido às mentiras. Todos os 2 mil condados da China emitiram relatos fantasiosos. A euforia durou vários meses, os números da produção eram desastrosamente inflacionados(CHANG-SHENG, 2004).

O total de grãos anunciado em 1958 foi de 375 milhões de toneladas, porém em 1983 as autoridades chinesas aceitaram que a produção daquele ano foi em torno de 200 milhões de toneladas. Nenhum funcionário do Partido,



naquela época, ousaria questionar os números por medo de ser rotulado de “contrarrevolucionário” ou “derrotista”, portanto, não estavam em condições de anunciar palavras de cautela (CHANG-SHENG, 2004).

Em 1958, milhões de pessoas foram deslocadas de atividades agrícolas para a produção de aço, e como consequência, houve uma grande baixa na produção alimentícia.

No outono de 1958 as colheitas foram magníficas, mas muitas apodrecem sem serem estocadas, houve falta de mão-de-obra para isso. Milhões de camponeses são mobilizados pelas grandes obras ou em torno dos pequenos altos fornos, outros partiram a trabalhar na cidade, em novas usinas. Nas províncias do Norte, o *déficit* de trabalhadores rurais chegava a 50% (BERGÈRE, 1980, p. 46).

As estatísticas anunciadas de início foram impressionantes, mas depois que acabou a oferta “fácil” de ferro, os efeitos colaterais começaram a aparecer. A exemplo de Xinyang, cidade da Província de Henan, o governo local disse que a produção de grãos havia dobrado, no entanto, havia caído quase pela metade da produção do ano anterior. Os prefeitos e governos provincianos mentiam sobre os números da produção para impressionar, mais tarde havia centenas de cadáveres pelo vilarejo. Os médicos relataram que o remédio seria a comida, mas não tinham coragem de falar a verdade, o governo central chinês, por sua vez, atribuiu a grande fome aos “Três anos de Desastres Naturais”<sup>9</sup>.

Além dos problemas ambientais e dos investimentos maciços, aos quais eram sacrificadas as tarefas produtivas cotidianas, e que nem sempre tinham os efeitos esperados, a política hidráulica improvisada agravava as inundações, as quais deveriam impedir. Com a meta de “construir o socialismo melhor, mais velozmente e a menor custo”, funcionários e camponeses esqueceram-se com frequência de prever a drenagem das terras irrigadas. A

---

<sup>9</sup> A produção de grãos despencou e o governo central chinês denominou como os Três Anos de Desastres Naturais (1959-1961), que, coincidentemente, ocorreram no mesmo período, deixando o país em terríveis condições de fome em escala gigantesca (BECKER, 1998; CHANG-SHENG, 2004).



evaporação provocou a concentração de sais nas águas de superfície e a salinização das terras. Bergère (1980) cita outros exemplos de danos ambientais: quer se trate de obras (demasiado) profundas, que traziam à superfície camadas estéreis, ou de sementeira (demasiado) próxima, que esgotavam o solo. O empobrecimento das terras era tanto mais grave porque os adubos naturais se tornaram raros. A produção caiu, com efeito, durante o Grande Salto, de 1.100 a 745 milhões de toneladas.

Além do desvio de trabalhadores para a produção de aço, em 1959 a União Soviética rompeu unilateralmente com o regime chinês, e a China começou a pagar as dívidas com os soviéticos em grãos, intensificando a falta de alimentos no país (YANG, 2012).

#### 4. Impacto socioambiental e a grande fome

O Grande Salto não tardou se revelar um colossal fracasso que fez tombar ao caos toda a economia nacional. Apesar dos gritos de vitória com falsas estatísticas, a produção agrícola caiu verticalmente. O golpe de misericórdia foi desferido pelos desastres naturais e provocados pelo homem, como inundações em algumas regiões e seca em outras, fenômenos, aliás, recorrentes na China, e agravadas, também, pela retirada de técnicos à “reeducação”<sup>10</sup>(Ver: Mao Zedong, *Selected works*, vol. V, Pequim, 1977; cf.: MEZZETTI, 2000, p. 65). A fome não era algo novo para a população chinesa, enchentes, pestilência, terremotos, secas, facilmente perturbavam o frágil equilíbrio e provocavam inanição.

Com o afastamento dos técnicos e junto à coletivização, o governo central decretou várias mudanças nas técnicas agrárias que não deram certo. As mudanças radicais coincidiram com mudanças climáticas adversas,

---

<sup>10</sup> Sobre reeducação, Liu (2004), descreve que: “O método utilizado contra a oposição foi pensado na reforma através da ‘lavagem cerebral’ (sem conotação pejorativa), que é um princípio de preferir a mudança da consciência de opositores políticos, em vez de fisicamente liquidá-los”.

incluindo secas e enchentes. Em março de 1959, toda a região de Hunan estava sob inundações, e logo depois, a colheita foi perdida pela seca (LIU, 2004). Conforme Kobiyama (2006) e a Lista dos desastres mais mortais do século XX<sup>11</sup>, em julho de 1959, o rio Amarelo inundou o Leste da China e diretamente provocou 2 milhões de mortes, seja por inanição, afogamento ou doenças inerentes, - outras áreas também foram afetadas.

Os “Três anos de Desastres Naturais” foram denominados por Henry C. K. Liu (2004)<sup>12</sup>, como período de “clima anormal”: seca seguido de enchente. O ano seguinte também foi seguido de secas e enchentes por todo o país. “Em 1960, pelo menos algum nível de seca ou clima ruim afetou 55% da terra cultivada, enquanto 60% do plantio não recebeu chuvas”. A produção ficou muito abaixo do previsto e a situação climática melhorou ligeiramente apenas após 1962 (LIU, 2004).

Os camponeses de todo o país já estavam famintos em suas aldeias e a quantidade média de grãos disponível para cada pessoa no campo caía a cada ano. O resultado foi a maior mortandade por fome da história já registrada (cf. Quadro 3). A fome e o excesso de trabalho arrasaram todo o país, de Norte a Sul, muitos morreram pouco depois dos efeitos do Grande Salto (BERGÈRE, 1980; CHANG-SHENG, 2004; GIFFONI, 2007; CHANG, 2012).

### **Quadro 3:** Estimativa de mortalidade entre 1959–1961, “Três anos de Desastres Naturais”<sup>13</sup>

---

<sup>11</sup>The Most Deadly 100 Natural Disasters of the 20th Century. Disponível em: <<http://www.disastercenter.com/disaster/TOP100K.html>>. Acesso em: 16.09.16.

<sup>12</sup> Henry C. K. Liu é comentarista independente sobre cultura, economia e política. Nascido em Hong Kong e educado na Universidade de Harvard em arquitetura e urbanismo. Liu escreve sobre a crítica da política econômica chinesa e argumenta que: “A maioria dos movimentos de massa iniciadas por Mao Zedong foram bem-sucedidos na mudança de ideias antigas de remodelar a sociedade chinesa”. E continua: “Mesmo o Grande Salto Adiante, para o qual Mao é vilipendiado, foi bem-sucedido em áreas importantes, e as estimativas de 30 milhões de mortes são muito exageradas. O mau tempo, a fome e o embargo comercial dos Estados Unidos causou a maioria das mortes. A globalização neoliberal de hoje causou mais morte e sofrimento do que o Grande Salto” (LIU, 2004).

<sup>13</sup>Os analistas debatem sobre as estimativas da mortalidade entre 1959 e 1961 (que confunde com o período do Grande Salto Adiante (1958–1962) e ainda assim os dados são variados).

Referência	Número de mortes
Paine (1983); Hunter; Sexto (1999)	10.000.000 a 30.000.000
Ashton et al (1984)	>30.000.000
Banister (1984)	23.000.000
Coale (1984); Zhenghua (1986)	17.000.000
Banister (1987); Chang-Sheng (2004)	17.000.000 a 40.000.000
Chengrui (1998)	22.000.000
Shuji (2005)	32.500.000
Giffoni (2007)	30.000.000 a 60.000.000
Lores (2008)	36.000.000
Scaruffi (2009)	> 38.000.000
Chang (2012)	≅ 38.000.000
Yang (2012)	36.000.000
Dikötter (2016)	> 45.000.000

**Fonte:** Quadro desenvolvido pela autora a partir das referências nele citado.

O jornalista chinês, JishengYang (2012)<sup>14</sup>, que viu familiares e amigos morrerem de fome, passou anos pesquisando e tentando desvendar o porquê de tantas mortes entre 1959 e 1961, um dos maiores tabus do Partido Comunista. Muitas pessoas morriam e como não havia comunicação entre as localidades e, sem saber o que fazer, muitos acreditavam se tratar de casos isolados. Rádios e jornais, todos do governo, diziam que o país caminhava para tornar-se uma potência e ninguém tinha coragem de criticar o governo. Após temporadas de expurgos, nenhum funcionário do Partido ousaria

<sup>14</sup> A primeira publicação do livro “Lápide” foi em 2008 por uma editora de Hong Kong e está proibido na China. Ver: YANG, 2012.

questionar os números, por medo de ser rotulado de “direitista”, e muitos dos economistas e sociólogos haviam sido condenados à “reeducação” durante a campanha antidireitista de 1957<sup>15</sup>. “Num círculo concêntrico, as mentiras se tornaram cada vez mais verdadeiras e as verdades, cada vez mais distantes” (CHANG-SHENG, 2004, p. 115). O Grande Salto para Frente matou mais que os piores assassinatos em massa da história, tanto em termos numéricos, quanto com relação ao curto espaço de tempo.

A partir do estudo da Província de Anhui pode ser observada a gravidade da fome. De acordo com as estatísticas oficiais, em 1957 a população de Anhui era de 33,3 milhões, e no final de 1961, este número diminuiu para 29,8 milhões, aldeias se tornaram comunidades fantasmas. Na província de Henan, morreram de fome cerca de 2 milhões de pessoas<sup>16</sup> (MACFARQUHAR, 1997; CHANG-SHENG, 2004).

Mao via vantagens práticas nas mortes em massa: “As mortes trazem benefícios”, disse ao alto escalão em 9 de dezembro de 1958. “Elas podem fertilizar o solo”. No congresso de maio de 1958 que deflagrou o Grande Salto, Mao disse à plateia que, ao contrário de temer, deveriam saudar a morte. “Não seria desastroso se Confúcio ainda estivesse vivo?” Argumentou. Lembrava que era um ciclo normal, as pessoas vivem e morrem. Usar luto foi proibido; até mesmo derramar lágrimas, porque Mao falou que a morte deveria ser celebrada.

Podemos dizer agora com segurança de quantas pessoas Mao estava pronto para se desfazer. Em 1957, quando se encontrava em Moscou, ele disse: ‘Estamos preparados para sacrificar 300 milhões de chineses pela vitória da revolução mundial’. Isso equivalia a cerca de metade da população da China de então. Em 17 de maio de 1958, ele disse ao congresso do partido: ‘Não se preocupem tanto com uma guerra mundial. No máximo, morrem pessoas [...] Metade da população aniquilada – isso aconteceu algumas vezes na história chinesa [...] É melhor que

---

<sup>15</sup> Para mais informações sobre a Campanha Antidireitista de 1957, ver: Chang-Sheng, 2002; 2004; 2005.

<sup>16</sup> “O informe do Comitê de Henan ao Comitê Central”, SuXiokang, *Elogio à Utopia*, p. 390. Cf.: Chang-Sheng (2004, p. 116).

sobre metade da população, melhor ainda, um terço' (CHANG, 2012, p 437).<sup>17</sup>

O colapso do Grande Salto para Frente que coincidentemente ocorreu no mesmo período dos “Três Anos de Desastres Naturais” – declarados pelo governo – deixou o país em terríveis condições de fome que flagelaram toda a China em escala gigantesca. A consequente depressão provocou um grande impacto sobre a política partidária do país<sup>18</sup>. Mao anunciou em fins de 1958, que não desejava ser reconduzido à presidência da República e preferiu retirar-se a uma “segunda linha”, a fim de ocupar-se somente dos grandes problemas estratégicos e ideológicos sem ter de tratar dos assuntos de Estado. O Partido começava a fazer os primeiros exames críticos da situação e modificações nas comunas, sinalizando contra Mao a desaprovação da política por ele preconizada (BERGÉRE, 1980; BECKER, 1998; MEZZETTI, 2000).

Em abril de 1959, Liu Shaoqi foi eleito para o cargo de presidente da República<sup>19</sup>. Mao admitiu parcialmente os próprios erros de avaliação econômica no Salto para Frente, como não era mais presidente da República, ficava confirmado líder de honra, porém transformado de fato em ícone, e ainda a maior autoridade no país, pois era o Presidente do Partido Comunista.

No campo e nas cidades reinavam a fome e o aumento dos preços. O caos organizacional era geral, apesar da militarização da força de trabalho nas comunas, as calamidades se intensificaram com os impactos socioambientais.

No início de 1962, em um congresso para 7.000 funcionários de alto nível, Mao declarou que as causas da fome tinham sido 70% de desastres

---

<sup>17</sup> Mais tarde os chineses explicaram que Mao queria a “paz a qualquer preço”, queria sublinhar que o outro lado teria muito mais a perder em caso de guerra que o campo socialista (FEJTÖ, 1976, p. 80).

<sup>18</sup> Os principais líderes do país demonstraram “boa vontade” em sofrer junto com o povo, Mao retirou a carne do cardápio por cerca de 7 meses em 1960, assim como Zhou Enlai e Liu Shaoqi (BECKER, 1998; CHANG-SHENG, 2004; MEZZETTI, 2000).

<sup>19</sup> Foi presidente entre 27 de abril de 1959 a 31 de outubro de 1968, quando afastado e morto pelo PCC acusado de traição, por fazer parte da facção oposta ao Mao Zedong (MEZZETTI, 2000; CHANG, 2012).

naturais e 30 por cento de erro humano. O presidente Liu Shaoqi contrapôs, aparentemente num impulso, que esses valores teriam sido precisamente o contrário: 30% das culpas podiam ser imputáveis a desastres naturais, e 70% a erro humano. Outra das causas mencionadas foram as “calamidades sem precedentes”. A China é um país imenso, e o mau tempo causa todos os anos escassez de alimentos numa ou outra província. Ninguém, exceto os mais altos dirigentes, tinha acesso às informações meteorológicas a nível nacional. Na realidade, devido à grande imobilidade das populações, poucos sabiam o que se passava na região vizinha, ou até mesmo do outro lado da montanha (BERGÈRE, 1980; CHANG, 1995, 2012).

Não disponho de um quadro completo, mas de todas as pessoas com quem falei, oriundas das mais diversas regiões do país, poucas tinham conhecimento de grandes calamidades naturais nas áreas onde viviam. Todas as histórias que tem para contar são a respeito das mortes causadas pela fome (CHANG, 1995, p. 186).

Durante muito tempo o regime ocultou as dimensões da catástrofe, somente em abril de 1981, com a publicação de estatísticas sobre a evolução demográfica (cf. Tabela 1), foi possível fazer uma quantificação inicial e aproximada do acréscimo de milhões de mortos por fome e doenças causadas por inanição, “na maior penúria provocada pelo homem na história da humanidade”(ASHTON et al., 1984).

**Tabela 1:** Taxas de Mortalidade das Províncias, 1957-1962 (por mil)

	1957	1958	1959	1960	1961	1962
Anhui	9,10	16,72	n.d	68,56*	n.d	8,23
Beijing	8,19	8,08	9,66	9,14	10,80	8,77
Fujian	7,85	7,46	7,88	15,34	11,87	8,28
Gansu	11,32	21,11	17,47	41,46	11,47	8,24
Guangdong	8,43	9,13	11,74	15,12	10,67	9,32



Guangxi	12,35	11,74	17,49	29,46	19,50	10,25
Guizhou	8,77	13,69	16,18	45,38	17,73	10,41
Hebei	11,30	10,92	12,29	15,84	13,63	9,06
Helongjiang	10,40	9,10	12,80	10,50	11,10	8,70
Henan	11,81	12,70	14,12	39,60	10,18	8,03
Hubei	9,64	9,64	14,50	21,19	9,19	8,76
Hunan	10,41	11,65	12,99	29,42	17,49	10,23
Jiangsu	10,26	9,40	14,55	18,41	13,35	10,36
Jiangxi	11,48	11,34	13,01	16,06	11,54	11,00
Jilin	9,10	9,10	13,40	10,10	12,00	10,00
Liaoning	9,40	8,10	11,80	11,50	17,50	8,50
Neimenggu	10,50	7,90	11,00	9,40	8,80	9,00
Ningxia	11,06	14,98	15,82	13,90	10,71	8,49
Qinghai	10,40	12,99	16,58	40,73	11,68	5,35
Shaanxi	10,30	11,00	12,70	12,30	8,70	9,40
Shandong	12,10	12,80	18,20	23,60	18,40	12,40
Shanghai	6,00	5,90	6,90	6,80	7,70	7,30
Shanxi	12,70	11,70	12,80	14,20	12,20	11,30
Sichuan	12,07	25,17	46,97	53,97	29,42	14,62
Tianjin	9,35	8,66	9,88	10,34	9,89	7,36
Xinjiang	14,00	13,00	18,84	15,57	11,71	9,71
Yunnan	16,29	21,62	17,95	26,29	11,84	10,85
Zhejiang	9,32	9,15	10,81	11,88	9,84	8,61

\* **Nota:** Os dados de Anhui divergiram entre si em 3 lugares no *AnhuiFence*, pp.78-79; 91, 130-131 do *ZhongguoRenkou*(População da China), MacFarquhar, 1997, p. 8, optou pelo mais alto; Cf. CHANG-SHENG, 2004, p. 126.



Especialistas acreditam que o número de mortes reportado pelo governo foi seriamente reduzido. As estimativas variam largamente por causa dos dados imprecisos, graças às tentativas do governo de esconder a situação real, todos os dados relacionados eram classificados como extremamente confidenciais até 1983. No entanto, devido às implicações políticas, algumas pessoas negam a validade de qualquer destas estimativas baseadas na "falta de um confiável censo nacional chinês", a exemplo do especialista chinês em Demografia, Ho Ping-ti (1959). Segundo ele, a afirmação de que na década de 1960 um número entre 17 milhões e 29 milhões de pessoas foi "perdido" é inútil, se nunca houve qualquer certeza sobre os 600 milhões de chineses. Muito provavelmente essas "pessoas desaparecidas" na verdade nunca existiram. Esta afirmação, porém, não menciona o fato que o governo chinês tornou público o número de mortes há mais de 30 anos atrás.

Afinal, quantas pessoas morreram em todo o país durante os "Três anos de Desastres Naturais" (1959-1961)? Conforme a estatística oficial (final de cada ano), em 1959, a população total era de 672,07 milhões, em 1960 era de 662,07 milhões, e em 1961, 658,59 milhões. Logo, segundo este cálculo, presente nos relatórios oficiais, a perda da população foi de 10 milhões entre 1959 e 1960 e 3,48 milhões entre 1960 e 1961, totalizando 13,48 milhões. No entanto, pesquisadores debatem sobre as estimativas da mortalidade que variam em grandes proporções, conforme apresentado, sem uma conformidade.

Em 1 de julho de 1958, no 37º aniversário do Partido Comunista Chinês, Mao disse que em breve o futuro seria de fartura, ao contrário, em menos de 2 anos o país estava em uma grande fome, que ceifou milhões de vidas. Mas, por que faltou comida? A primeira causa foi a dedicação da população aos campos de aço e às obras de conservação d'água, as plantações deixaram de ser colhidas por falta de coletores, pois a tarefa mais importante era implementar corretamente as políticas do presidente Mao. (WORDEN; SAVADA; DOLAN, 1987). A segunda causa da falta de alimentos foram as lutas



de poder. Segundo a campanha nacional o “oportunismo de direita” impediu a correção dos “desvios para a esquerda”, agravando os problemas da coletivização forçada e as crises no campo, que culminou no expurgo do Ministro da Defesa PengDehuai (SHU, 1997; CHANG-SHENG, 2004; LIU, 2004). A terceira causa da falta de comida foi que, Mao expurgou milhares de “oportunistas de direita” ao invés de corrigir os “desvios esquerdistas” (SHU, 1997; CHANG-SHENG, 2004). Por fim, a quarta causa, foram os desastres naturais em locais isolados e de más condições atmosféricas em áreas maiores, intercalando entre inundação, seca e estiagem (LIU, 2004).

Conforme o segundo motivo apontado, o Ministro da Defesa PengDehuai (1898-1974), foi expurgado porque discordou da visão de estratégia de Mao. Peng visitou vários lugares do país e testemunhou os desastres causados pelo Grande Salto para Frente, criticou o programa extremista de Mao e expressou sérias dúvidas acerca dos números da colheita de grãos que foram anunciados para 1958. Mao o acusou de formar uma “camarilha oportunista de direita” e de “atividade antipartidária”, e lançou em setembro uma campanha nacional de repressão aos “oportunistas de direita” (SHU, 1997; CHANG-SHENG, 2004; LIU, 2004).

Enfim, no início dos anos 1980, os oficiais chineses reconheceram a importância dos erros políticos que causaram o desastre da grande fome, alegando que foi causado por 35% problemas naturais e 65% por ingerência (ZEMIN, 2002). Os “Três anos de Desastres Naturais”, foram largamente resultados de uma série de desastres acumulados com erros de planejamento ocorridos no Segundo Plano Quinquenal. Fora da China, pesquisadores concordam que as massivas mudanças institucionais e políticas foram os fatores chave da fome que se estenderam além do Segundo Plano Quinquenal e o Grande Salto Adiante. Logo, foi necessário interromper o plano quinquenal a fim de reorganizar as urgências nacionais, para então depois, quando o país reparasse o mínimo necessário, poder retomar aos planos quinquenais. Foi a única parada ocorrida desde o início dos planos quinquenais aos dias atuais.



## 5. Considerações finais

Devido ao fato da China ser o país mais populoso do mundo, quando algo dá errado o erro é gigantesco. Desde os tempos imemoriais, o problema da China é encontrar uma forma de alimentar a enorme população. Mao Zedong tentou resolver essa questão exercendo controle político central rigoroso, implantando uma estratégia audaciosa, com perseguição aos “contrarrevolucionários”, afastamento dos técnicos, restrição do movimento das pessoas e restrição da liberdade de expressão, seriam essas algumas das razões que justificam as mortes entre o Segundo Plano Quinquenal ser ainda um dos maiores tabus do Partido Comunista.

Diversos fatores convergiram para provocar um dos piores desastres da história da humanidade, causado principalmente pelo homem, neste caso, gerenciado pelo presidente Mao Zedong e o Partido Comunista da China. O Grande Salto para Frente, que tinha o slogan “Mobilizar todas as energias, mirar ao alto, construir o socialismo melhor, mais velozmente e a menor custo”, sugeria um ato de fé no futuro do país. Foi o momento de maior ardor e romantismo ideológico e revolucionário de Mao, que o impediu de perceber a natureza monumental do erro que se estendia, somada a mentira e ao orgulho, e o resultado foi a morte de milhões de pessoas. A estimativa conservadora é de que 20 a 25 milhões de chineses morreram de fome em consequência do Grande Salto para Frente. No entanto, há quem aumente esse número para até 60 milhões de chineses mortos em menos de 5 anos.

Talvez ainda mais surpreendente que a calamidade seja o silêncio sobre o fato. As perdas humanas e o custo para o meio ambiente foram altos, o desaparecimento dos considerados “contrarrevolucionários” devido às críticas que se intensificaram dentro e fora do Partido, à medida que vinha à luz a verdade, levou às perseguições contra os dissidentes e intelectuais, conhecida mais tarde como Revolução Cultural, que, até certo ponto, poderia ser interpretado como mais uma consequência do Grande Salto para Frente. O Grande Salto não realizou as esperanças nele depositadas, mas retardou

vários anos de desenvolvimento da economia chinesa e trouxe de volta o problema milenar da fome. Por isso, pode-se afirmar que o Segundo Plano Quinquenal – O Grande Salto Chinês não deu certo e ficou marcado por desastres ambientais, desaparecimentos e a maior mortandade por fome da história em curto espaço de tempo, nos inesquecíveis anos de 1958 a 1962, anos que o Partido Chinês faz questão de “apagar da história”.

### Referências bibliográficas

- ASHTON, B.; HILL, K.; PIAZZA, A.; ZEITZ, R. *Famine in Cina – 1958-61*, em: *Population and development review*, n. 4, Dezembro de 1984.
- BANISTER, J. Analysis of recent data on the population of China. *Population and Development*, v.10, n.2, 1984.
- \_\_\_\_\_. *China's Changing Population*. Stanford University Press, 1987.
- COALE, A. J. *Rapid population change in China, 1952-1982*. National Academy Press, Washington, D.C., 1984.
- BÄRTHEIN, T. 1950: Assinado o Tratado de Amizade e Aliança Sino-Soviético. Calendário Histórico. DW.DE. 14.02.2013. Disponível em <<http://www.dw.de/1950-assinado-o-tratado-de-amizade-e-alian%C3%A7a-sino-sovi%C3%A9tico/a-300726>>. Acesso em 01 de setembro de 2014.
- BECKER, J. *Hungry Ghosts: Mao's Secret Famine*. Nova York: Henry Holt, 1998.
- BERGÈRE, M-C. *A Economia da China Popular*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1980.
- BETTELHEIM, C.; CHARRIERE, J.; MARCHISIO, H. *A Construção do Socialismo na China*. Portucalense Editora, Porto, 1971.
- CHANG, J. *Wild Swans: Three Daughters of China*. Londres: Flamingo, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Mao: a história desconhecida* / Jung Chang, Jon Halliday; tradução Pedro Maia Soares. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- CHANG-SHENG, S. *Movimento das Cem Flores: uma reflexão sobre a relação entre os intelectuais chineses e o Estado*. Tese de doutorado. Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2002.
- \_\_\_\_\_. “Do Grande Salto para Frente à Grande Fome: China de 1958-1962”. In: *Diálogos*, DHI/UEM, v. 8, n. 1, p. 107-129, 2004.
- \_\_\_\_\_. “Interações entre Mao e os Guardas Vermelhos na Revolução Cultural”. *Diálogos* – Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, vol. 9, 2005, pp.

137-166. Disponível em: <[http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path%5B%5D=135&path%5B%5D=pdf\\_116](http://www.uem.br/dialogos/index.php?journal=ojs&page=article&op=view&path%5B%5D=135&path%5B%5D=pdf_116)>. Acesso em: 14 de setembro de 2014.

CHENGRUI, L. *Population Change Caused by The Great Leap Movement, Demographic Study*, no.1, 1998 pp.97-111

DIKÖTTER, F. "Looking back on the Great Leap Forward". In: *History Today*. Volume 66 Issue 8 August, 2016. Disponível em: <http://www.historytoday.com/frank-dik%C3%B6tter/looking-back-great-leap-forward>. Acesso em 19 de agosto de 2016.

FEJTÖ, F. *O Conflito China-U.R.S.S. - De l'alliance au conflit 1950/1972*. Tradução de António Reis. Publicações Europa-América, 1976.

GIFFONI, L. *China, o despertar do dragão: viagem ao milagre econômico chinês*. Belo Horizonte: Editora Leitura, 2007.

GreatLeapForward (1956-1960) (s/d). Disponível em: <http://chineseposters.net/gallery/e16-191.php>. Acesso em 12 de agosto de 2016.

GUILHERMAZ, J. *El PC chino em el poder*. Barcelona, Península, 1975.

HUNTER, A.; SEXTON, J. *Contemporary China*. New York: Saint Martin Press, 1999.

KOBIYAMA, M. et al. *Prevenção de desastres naturais: conceitos básicos*. Curitiba: Ed. Organic Trading, 2006. p. 15 e 16.

LIU, H. C. K. Mao and Lincoln. Part 2: The Great Leap Forward not all bad. 2004. <http://www.atimes.com/atimes/China/FD01Ad04.html>. Acesso em: 27 de setembro de 2016.

MACFARQUHAR, R. *The origins of the Cultural Revolution*. Vol. 3: The Coming of Cataclysm, 1961-1966. New York: Columbia University Press, 1997

MARTI, M. E. *A China de Deng Xiaoping*. Trad. Antonio Sepulveda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007.

MEZZETTI, F. *De Mao a Deng: a transformação da China*. Tradução de Sérgio Duarte. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

MIKHAILOVA, I. "Rússia e China: Transformações Econômicas à luz da História das Relações Bilaterais". *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, Dourados, v.2. n.3, jul. /dez., 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes>. Acesso em: 03 de setembro de 2014.

PAINE, S. "Spatial Aspects of Chinese Development: issues, outcomes and policies 1949-1979". *The Journal of Development Studies*, 1983.

PAN, L. *The 2nd Five-Year Plan (1958-1962)*. Official Web Portal, Government of China, 2006. Disponível em [http://www.gov.cn/english/2006-04/05/content\\_245706.htm](http://www.gov.cn/english/2006-04/05/content_245706.htm). Acesso em: 20 de agosto de 2014.

PING-TI, H. *Estudos sobre a População da China, 1368-1953*. Havard East Asian Series, 1959.

ROBERTS, John A. G. *Hirtory of China*. PalgraveMacMilan, 1999 (primeira edição), 2006 (segunda edição).

ROBERTS, John A. G. *Hirtory of China*. PalgraveMacMilan, 1999 (primeira edição), 2006 (segunda edição).

SCARUFFI, P. Wars and Casualties of the 20th and 21st Centuries. 2009. Disponível em <<http://www.scaruffi.com/politics/massacre.html>> Acesso em: 12 de julho de 2014.

SHU, D. *O Desastre dos Homens*. Hong Kong: Editora JiushiNiandaiZhazhishe (editora da revista Década Noventa), 1997.

SHUJI, C. *The deaths of China's population and its contributing factors during 1959-1961*. China's Population Science (Jan. 2005).

The Most Deadly 100 Natural Disasters of the 20th Century. Disponível em: <<http://www.disastercenter.com/disaster/TOP100K.html>>. Acesso em: 16.09.16.

YANG, J. *Tombstone: the Great Chinese Famine, 1958-1962*. Translation Jian Guo and Stacy Mosher. Hardcover. By Farra, Straus and Giroux, 2012.

WORDEN, R. L.; SAVADA, A. M.; DOLAN, R. E.; editors. *China: A Country Study*. Washington: GPO for the Library of Congress, 1987.

YANG, J. *Tombstone: the Great Chinese Famine, 1958-1962*. Translation Jian Guo and Stacy Mosher. Hardcover. By Farra, StrausandGiroux, 2012.

ZAGO, L. Discussões sobre a questão ambiental na China: impactos e perspectivas. *ClimaCom Cultura Científica* - pesquisa, jornalismo e arte, 2015, v. 2, p. 60-68. Disponível em: <http://climacom.mudancasclimaticas.net.br/?p=1828>. Acesso em: 20 de julho de 2015.

\_\_\_\_\_. A Questão Ambiental na China de Mao Zedong e Deng Xiaoping. In: Leila da Costa Ferreira. (Org.). *O desafio das mudanças climáticas* - Os casos Brasil e China. Jundiaí: Paco Editorial, 2017, p. 83-109.

ZEMIN, J. *Reforma e construção da China*. Tradução da Rádio Internacional da China. Rio de Janeiro: Record, 2002.

ZHENG, L. *O Caminho do Desenvolvimento Econômico Chinês*. Tradução de NadjaNicolaevski e Marcel Nicolaevski, a partir do original em inglês. In: BELLUCCI, B. (org.). *Abrindo os olhos para a China*. Rio de Janeiro. Centro de Estudos Afro-Asiáticos, v.1, 2004, p.p. 75-100. Disponível em



<bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/china/04.rtf>. Acesso em: 04 de setembro de 2014.

ZHENGHUA, J. *Method and Result of China Population Dynamic Estimation*. Academic Report of Xi'an University, 1986(3). Pp 46,84.



## Estado, Sociedade Civil e Questão Ambiental na China

MARIANA DELGADO BARBIERI<sup>1</sup>

LEILA DA COSTA FERREIRA

### Resumo

A presente pesquisa busca contextualizar a problemática ambiental chinesa e a atuação da sociedade civil nessa temática. O Estado, precursor na política ambiental, incapaz de atuar isoladamente perante as mudanças climáticas, recebe auxílio de outras esferas sociais, como a Sociedade Civil, que passa a se organizar em ONGs a partir da década de 1990. Propomos a compreensão de que a China vivencia um ambientalismo autoritário ao longo dos anos 90, mas começa a efetivar uma transição rumo ao ambientalismo democrático nos anos 2000. Em virtude da complexidade das mudanças climáticas e da questão ambiental, propomos a necessidade de uma governança multiatores, na qual haja a atuação de diversas esferas sociais frente à criação de políticas públicas, de mitigação, adaptação e redução dos impactos e vulnerabilidades, possível a partir da possibilidade de participação pública das ONGs e cidadãos.

**Palavras-chave:** China, Sociologia Ambiental, ONGs, Sociedade Civil.

---

<sup>1</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (NEPAM/IFCH/UNICAMP); orientada pela Profa. Dra. Leila da Costa Ferreira; financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoas de Nível Superior; E-mail: marianabarb@yahoo.com

## GT 5 – Trajetórias e interseccionalidade



## Mulheres na migração internacional: trabalhadoras domésticas Filipinas em São Paulo

ESTER GOUVÊA MARTINS RIBEIRO<sup>1</sup>

### Resumo

Este trabalho se insere no projeto temático “Observatório das Migrações em São Paulo: Migrações Internas e Internacionais contemporâneas no Estado de São Paulo” (projeto Fapesp n. 2014/04850-1), em desenvolvimento no Núcleo de Estudos de População, sob a coordenação da Professora Rosana Baeninger. O estudo para o mestrado em Sociologia se refere às mulheres imigrantes internacionais no trabalho doméstico, destacando o caso do recente movimento de imigrantes filipinas para o Brasil. No contexto da globalização, de acordo com as estimativas, 100 mil mulheres de todo o mundo se movem anualmente em fluxos migratórios para assumirem trabalhos domésticos na esfera privada. O Brasil também passa a retratar essa imigração, refletindo característica essencial da globalização em forjar fluxos migratórios específicos, sendo um fator na geração da demanda por serviços estratégicos para a manutenção desse sistema socioeconômico, que afeta, de maneira bastante particular, mulheres de diversas partes do globo, a partir da formação de uma rede global de assistência. Assim, objetiva-se estudar a presença dessas mulheres imigrantes internacionais com origem nas Filipinas no Brasil, que revela, de um lado, as desigualdades nessa estrutura global e o país como um novo lugar de destino. De outro lado, denota também o “recrutamento ativo de trabalhadores” por parte dos empregadores brasileiros que reproduzem, nessa nova configuração global do trabalho doméstico, antigas estruturas de distinção social, divisão sexual e racial desta atividade.

**Palavras-chave:** Migração internacional de mulheres, Trabalho doméstico, Rede global de assistência, Filipinas.

---

<sup>1</sup>Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/UNICAMP; orientada pela Profa. Dra. Rosana Baeninger; financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; E-mail: [ester.gmartins@gmail.com](mailto:ester.gmartins@gmail.com)



## Imigração e Insegurança: Representações aprisionam? Uma etnografia no bairro

Veronetta

FABIANE CRISTINA ALBUQUERQUE <sup>1</sup>

### Resumo

Esse resumo se refere à pesquisa de mestrado realizada em Veronetta, um bairro da cidade de Verona (norte da Itália), entre dezembro de 2015 e abril de 2016. Através de um trabalho etnográfico, entrevistas semiestruturadas e observação participante, buscou-se compreender se os imigrantes incorporam ou não a representação dominante sobre eles, a saber, ligada à insegurança e às condições de vida e suas lutas num contexto de globalização, fronteiras materiais e invisíveis e leis cada vez mais rígidas que criminalizam o próprio ato de imigrar. Ao todo, foram feitas 37 entrevistas com imigrantes de diversas nacionalidades (marroquinos, albaneses, romenos, brasileiros, indianos, cingaleses, japonês, alemão, macedônio, nigerianos, Guineenses etc.). Como parte da metodologia e trajetória de pesquisa reflito sobre minha inserção em campo a partir do **meu próprio corpo**, corpo esse “marcado, nas palavras de Haraway (1995) e que circulava no bairro com seus limites e possibilidades. Como parte dos desafios e possibilidades de uma pesquisa de campo reflito minha inserção a partir do meu corpo de mulher, brasileira e negra. Os acessos a lugares e pessoas foram condicionados por esse elemento, quase sempre transcurado nas pesquisas de campo. Ao mesmo tempo que meu corpo era um obstáculo, por exemplo, ao sofrer assédio, “cantadas” e ser confundida com prostituta, ao mesmo tempo, meu corpo permitia circular no bairro e em outros lugares frequentados por imigrantes sem alterar a rotina do lugar, pois eu era sempre confundida com “um deles”, nas palavras de muitos dos entrevistados. Uma das grandes descobertas da pesquisa foi justamente ser uma “outra”, entrevistando grupos estigmatizados.

**Palavras-chave:** Imigração, Insegurança, Etnografia, Itália, Corpo.

---

<sup>1</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/UNICMP; orientada pela Profa. Dra. Barbara Geraldo de Castro; E-mail: fabcrisbr@hotmail.com



## O Gênero comomum dos fatores da diversidade entre imigrantes haitianos no Brasil no período de 2010 a 2016

JOSEPH ENOCK PLACIDE<sup>1</sup>

### Resumo

Desde 2010, logo após o terremoto que atingiu o Haiti, imigrantes haitianos de ambos os sexos e de diversas gerações começaram a migrar para o Brasil. Como foi indicado por Dieme (2016), estudos de autores como Handerson(2015), Fernandes e Castro, (2014), Dieme (2016), Cotiguimba, (2014) e Baptiste (2015) mostram que migram para o Brasil homens e mulheres do Haiti de gerações diferentes, comníveis de instrução diferentes, capacidades e características diversas, em condições diferentes e com objetivos não necessariamente convergentes. Uma destas diferenças é a de classe entre os recebidos em abrigos no Norte do Brasil e os que dispensavam este tipo de apoio naquela região, conforme Handerson (2015), e outra delas está ligada ao gênero. Quando se olha para o grau de instrução dos haitianos no Brasil, percebem-se diferenças entre homens e mulheres e variações de um ano para outro. Neste sentido, este trabalho tem como objetivo principal analisar o perfil das diversidades entre os imigrantes haitianos presente na onda migratória entre o ano 2010 a 2016. Como procedimento metodológico, este trabalho fará um levantamento bibliográfico das dissertações, teses, artigos e pesquisas publicadas sobre a temática.

**Palavras-chave:** Migração haitiana, Gênero, Diversidades.

### Introdução

O fluxo migratório internacional não é algo novo. Ele existe há muito tempo na história da humanidade de maneira complexa e permanente, tal como indica Sayad (1998). As pessoas migram por diversas razões, por exemplo, por fatores políticos, climáticos, estudos, questões de saúde, acompanhamento familiar econômica, por questões de classe, pelo bem-estar, pelo meio ambiente etc. Moraes et al. (2013) enfatizam sobre a importância de

---

<sup>1</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/UNICAMP; orientado pela Profa. Dra. Bárbara Geraldo Castro; financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo; E-mail: plácido\_18@yahoo.fr

fatores “repugnantes e atraentes” relacionados à migração. Germani (*apud* Moraes *et al.* 2013) entende que, na análise desse fenômeno, “a pesquisa precisa avaliar, também, as demais condições sociais, culturais e subjetivas presentes tanto no país de origem quanto no de destino, ou seja, em todo o sistema” (GERMANI *apud* MORAES *et al.* 2013: 96).

Durante os últimos anos, de acordo com Bógus e Fabiano (2015), houve um crescente aumento de imigrantes internacionais no Brasil, o que indica que a questão da migração se tornou mais “complexa e desafiadora”. No início da segunda metade de século XX, devido ao encerramento da chegada dos imigrantes europeus, não se houve falar da imigração para Brasil, além daquela feita por imigrantes vindos dos países vizinhos<sup>2</sup>. Ao contrário, o que falava no final deste século era a emigração de brasileiros para outros países<sup>3</sup>. Segundo Cogo (2014), devido à estabilidade econômica e política do Brasil, o país volta a receber um número cada vez maior de imigrantes oriundos de países como o Haiti, Bolívia e Congo, além de indivíduos que fogem de conflitos armados em países da África e da Ásia.

Após o terremoto de 12 de janeiro 2010 que atingiu o Haiti, o Brasil considera-se como o principal destino dos imigrantes haitianos. Este fluxo migratório massivo que veio ao país é estimado em 85 mil pessoas, segundo o Jornal Nacional<sup>4</sup>. De acordo com Handerson (2015), estas pessoas estão presentes nos diversos estados do Brasil em diferentes grupos, geralmente à procura de emprego em diversas ocupações. Baeninger e Peres (2017) salientam que o estado de São Paulo responde pelo maior volume da imigração haitiana já com visto permanente (31% do total), seguido pelos estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

---

<sup>2</sup> Durante esta época, a imigração para o Brasil foi feita por cidadãos dos países vizinhos como Bolívia e Peru (COTIGUIMBA, 2014: 17).

<sup>3</sup> Durante os anos 1990, a emigração dos brasileiros tem como principais destinos, além dos Estados Unidos, o Japão e países da Europa, especialmente, Portugal, Espanha, Itália e Reino Unido (OLIVEIRA, 2015).

<sup>4</sup> JONAL NACIONAL, Brasil deixa de ser um dos principais destinos dos imigrantes haitianos. Disponível em <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/10/brasil-deixa-de-ser-um-dos-principais-destinos-dos-imigrantes-haitianos.html>. Acesso em 05/08/2017



Este fato, de ser o primeiro movimento migratório desse país caribenho para o Brasil, obviamente, é novo na história tanto da emigração haitiana quanto na imigração no Brasil, sendo que o Haiti passou por um longo processo de emigração que tem gênese no século XIX, imediatamente após o período pós-colonial ou independente. Este acontecimento, segundo Cotinguiba (2014), “só se torna um fenômeno social no país a partir do século XX e isso se justifica, em parte, por questões econômicas e políticas consideradas desastrosas para o país”. Handerson(2015),Cotinguiba(2014), Baptiste (2015) eDieme(2016) mostram que a emigração haitiana é objeto de vários destinos, por exemplo, a República Dominicana, de Cuba, dos Estados Unidos, de Canadá, as Bahamas, as Guianas, etc. Nos últimos anos, países como Argentina, Bolívia, Brasil, Chile e Equador registraram números inexpressivos de haitianos em seus territórios após o desastre que arrasou o país.

A emigração haitiana, no seu conjunto,apresenta diferentes momentos ou épocas de alta, como demonstrado por Handerson (2015). Este fato continuou a ocorrer e a se ampliar geograficamente. No contexto do Brasil, a migração dos haitianos mostra uma diversidade nos perfis dos migrantes. Neste sentido, este trabalho tem como objetivo principal analisar o perfil da diversidade entre os imigrantes haitianos presentes na onda migratória compreendida entre 2010 e 2016.

### **A migração haitiana no Brasil**

Durante séculos, o Haiti passou por momentos muito difíceis durante da sua história, por exemplo, desastres ambientais, intervenções políticas, corrupção, período ditatorial, desigualdade social e violência. Entretanto, no dia 12 de janeiro de 2010, um terremoto de magnitude 7.2 MW destruiu a capital haitiana e partes do país e provocou a morte de mais de 200.000



peessoas, além de ferir outras 300.000<sup>5</sup>. Esta catástrofe, segundo Seguy (2014), que é considerada como o desastre mais mortal que o país vivenciou, vem agravando a já delicada situação socioeconômica do país. É a partir de 2010, em virtude do terremoto, que se inicia um novo fluxo migratório haitiano no Brasil<sup>6</sup>. Este fluxo se constitui de forma gradativa, tendo aumentado consideravelmente ao longo dos anos nas diferentes capitais do país (CAVALVANTE, 2014).

De acordo com Fernandes (2011),Cotinguiba (2014), Magalhães e Baeninger(2016), Baptiste (2015) e Dieme (2016), o recente fluxo migratório haitiano para o Brasil começou pela concentração de pequenos grupos de imigrantes haitianos na fronteira do Brasil com o Peru, particularmente nos estados do Acre e do Amazonas. Cabe-se ressaltar que a migração haitiana no Brasil ocorreu de duas maneiras diferentes, dependente da situação de legalidade dos imigrantes. Segundo Baptiste (2015), aqueles que chegam legalmente podem ter feito uma viagem direta de Porto Príncipe, no Haiti, ou Santo Domingo, na República Dominicana, para o Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo. Para aqueles que chegam ilegalmente, parte da viagem é similar, mas a outra parte envolve uma série de riscos e provações. Segundo Patarra

O processo de entrada desses imigrantes [haitianos] em território brasileiro é semelhante na quase totalidade dos casos. A viagem começa em Porto Príncipe ou na República Dominicana, e por via aérea chegam a Lima, Peru, ou em Quito, no Equador, países que não exigiam visto de entrada para os haitianos. Destas duas cidades partem por via terrestre em uma viagem que pode se estender por mais de um mês, ao longo do

---

<sup>5</sup>“No número oficial de 300 000 mortos, projetado pela Presidência da República, sem qualquer correspondência a um esforço de identificação dos corpos sepultados em valas comuns, só constam os mortos enterrados pelo governo. Não entram nessa contagem os mortos enterrados pelos familiares nem aqueles que foram abandonados debaixo dos escombros.”. Ainda para Seguy, os 300 000 mortos representam cerca de 10% da população da região mais atingida” (SEGUY, 2014: 24-25)

<sup>6</sup>Télémaque (2012) enfatiza que, antes de 2010, a imigração haitiana no Brasil era em geral feita legalmente por estudantes.



percurso eles vão alternando trechos percorridos em ônibus e barcos (PATARRA, 2012: 13-14).

Ao chegar às fronteiras do Brasil, a maioria desses haitianos fez um pedido de refúgio às autoridades brasileiras no qual abrem um processo de concessão de CPF e fazem a abertura de Protocolo para o Registro de Estrangeiro. De acordo com Magalhães (2017), entre os anos de 2010 a 2014, 34.887 haitianos fizeram o pedido de refúgio. Entretanto, os haitianos que fugiram de seu país após o devastador terremoto de 12 de janeiro de 2010 não se qualificam como refugiados. Baeninger e Moreira (2014 apud BAPTISTE, 2015) apontam que, de acordo com o sistema internacional de proteção dos refugiados atualmente em vigor, refugiado é aquele que é forçado a cruzar as fronteiras de seu país de origem em busca de proteção contra a violência, conflitos, perseguições políticas e violações de direitos humanos. Baptiste (2015) entende que “os fatores relacionados à motivação desses migrantes estão mais associados à busca de melhores condições de vida”. Neste sentido, a definição mais em consonância com a realidade seria a “de migrantes econômicos”, uma vez que se entende que essas pessoas deixam seu país de origem em busca de emprego e melhores condições de vida (BAPTISTE, 2015, p. 43).

Moraes et al (2013) aponta que, segundo a análise de CONARE, os motivos apresentados pelos imigrantes haitianos (desastre natural, econômico e social) não fazem parte das hipóteses de perseguição estabelecidas no direito internacional nem na legislação brasileira. Neste contexto, foram negados os pedidos de refúgios feitos pelos imigrantes haitianos, já que de acordo com a Convenção de 1951, com o Protocolo das Nações Unidas de 1967 sobre o Estatuto dos Refugiados e com a Lei 9.474<sup>7</sup>, os imigrantes

---

<sup>7</sup> De acordo com art. 1º da lei n. 9.474, de 22 de julho de 1997, será reconhecido como refugiado todo indivíduo que: I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou



haitianos não se encaixam nas condições que caracterizam o status de refugiado (LEÃO, 2011 apud ARRUDA, 2013 apud BAPTISTE, 2014).

Com o objetivo de resolver a situação dos haitianos no Brasil (solicitações de refúgio), foi adotada a Resolução Normativa nº 97 na qual os imigrantes haitianos poderiam ter seus vistos<sup>8</sup> permanentes concedidos por razões humanitárias (COTINGUIBA, 2014; BAPTISTE, 2014). Esta resolução têm dois efeitos: regulariza a situação dos haitianos no país e oferece aos haitianos que desejam imigrar para o Brasil a oportunidade de tirar seu visto no embaixada do Brasil no Haiti em Porto Príncipe em vez de terem de fazer uma longa viagem para a obtenção de um possível visto, o que já faz com que esses haitianos tenham que entrar como ilegais no Brasil, uma vez que estão sem o visto, além de terem que permanecer muitas vezes em situação de ilegalidade até a obtenção desse visto. Baptiste (2015) entende que o visto humanitário concedido aos haitianos significa o reconhecimento da situação precária desses migrantes no país.

De acordo com Fernandes e Castro, (2014), o efeito esperado pelas autoridades brasileiras ao avaliar a aplicação da Resolução Normativa nº 97<sup>9</sup> não foi alcançado, isso devido ao volume de imigrantes haitianos que chegam à fronteira norte de Brasil através de outros países da região. Por meio da Resolução Normativa numero 103, sempre na tentativa para acabar com

---

não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior: III – devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9474.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm). Acesso em 31/08/2017.

<sup>8</sup> O visto garante o prazo de 5 anos para os haitianos resolverem a situação de emprego e residência no Brasil. Eles podem, por exemplo, ter direito a um documento de identificação e à carteira de trabalho. Esses vistos podem ser retirados na embaixada do Brasil no Haiti em Porto Príncipe e são restritos a 1.200 concessões por ano sem prever nenhuma necessidade de contrato de trabalho estabelecido no Brasil. Esse cálculo foi feito de acordo com uma média de 100 (cem) concessões por mês (BAPTISTE, 2015: 45).

<sup>9</sup> [...] fosse uma viagem direta entre o Haiti e o Brasil, uma pessoa gastaria cerca de mil e quinhentos dólares estadunidenses (US\$), mas devido à limitação do número de vistos a um total de cem por mês – com a Resolução 97–, a alternativa de quem não consegue é buscar uma rota alternativa e esta é praticamente dominada pelo *raketè*, que cobra pelo percurso e, em muitos casos, é o agiota que empresta o dinheiro para quem parte. Assim, os custos duplicam ou triplicam (COTINGUIBA, 2014: 93).

migração clandestina haitiana, o governo brasileiro decidiu cancelar a restrição de visto em abril de 2013 e também conceder aos haitianos vistos em certos países de trânsito como Peru, Equador, Bolívia e República Dominicana (BAPTISTE, 2015). Cabe salientar que países como Peru e Equador não exigiam visto para cidadãos haitianos. Sob a pressão diplomática do Brasil, o Peru passou a exigir obrigatoriamente o visto de entrada, o que não reduziu o volume do fluxo. Ainda sim, há outra dificuldade: o Equador continua a não exigir visto devido ao seu princípio de cidadania universal (BAPTISTE, 2015; MAGALHÃES 2017).

A motivação da escolha do Brasil como destino para os haitianos não tem uma explicação clara. De acordo com Cotinguiba (2014), desde a chegada dos primeiros haitianos em Porto Velho em 2011, a noção de trabalho “permeia” essa migração devido à ascensão econômica do país nesta época (MORAES et al, 2013), à liderança das tropas brasileiras na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), à presença de várias organizações não governamentais brasileiras (ONGs), à criação de projetos financiados pelo Brasil no Haiti, à sedução cultural e pelo crescimento econômico do Brasil, o que faz com que o país seja visto como um país de oportunidade para essas pessoas.

Algumas das justificativas para esse importante aumento estão relacionadas ao [...] crescimento econômico do Brasil nos últimos anos e à realização de obras para grandes eventos como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, à consolidação do país no mercado internacional e à sua maior visibilidade global. (COGO e BADET, 2013 *apud* DIEME, 2016: 103).

A pesquisa empírica de Nieto (2014) enfatiza dois fatores que podem ajudar a explicar a origem da migração haitiana no Brasil. O primeiro está ligado às bolsas oferecidas aos haitianos e o segundo à presença do exército brasileiro no Haiti. Alessi (2013) enfatiza que esta migração se liga também a

fatores como a Copa do Mundo de 2014, os Jogos Olímpicos de 2016 e à presença dos tropas brasileiros no Haiti. Fernandes e Castro (2014) argumentam que, no caso da migração haitiana, a escolha do Brasil como destino seria vinculada à legislação migratória nos países desenvolvidos, já que, antes do terremoto, países como Estados Unidos e França já impuseram muitas restrições à imigração e agiram de forma mais firme contra a imigração ilegal. Esta decisão foi reforçada após o terremoto.

Países como os Estados Unidos e a França, que estão profundamente ligados ao passado e ao presente do Haiti, optaram pela não aceitação desta população segundo a qual, nos termos da Convenção de 1951, as condições legais não são não consideradas como refugiados. Para evitar uma possível migração em massa, os Estados Unidos impuseram um bloqueio naval em torno de suas costas e a França recorreu a um maior controle sobre as fronteiras da Guiana Francesa (THOMAZ, 2013 apud DIEME, 2016).

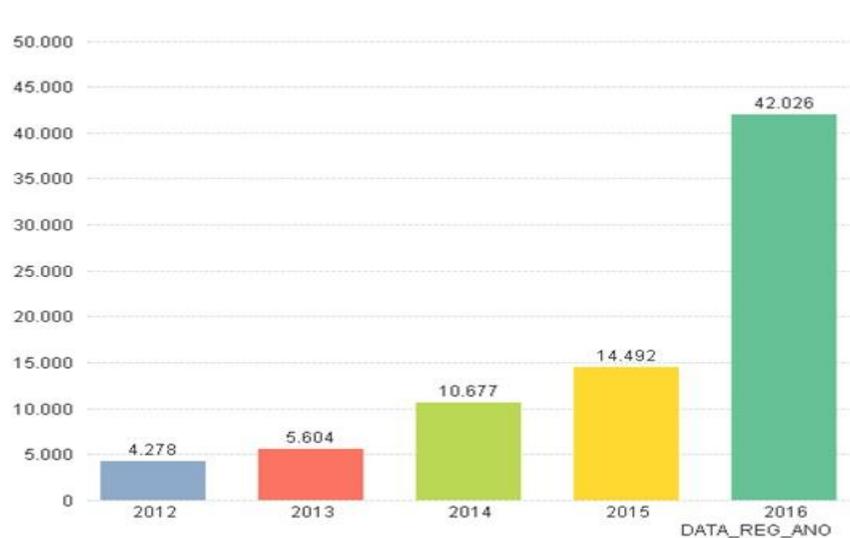
A migração haitiana para destinos tradicionais não foi completamente interrompida, apesar das mudanças significativas no mercado de trabalho e integração social que exacerbaram a seletividade de migração nesses países. Com a recente contração da atividade econômica brasileira, a imigração haitiana no Brasil está reorientando esses destinos clássicos (como os Estados Unidos) para criar novas mobilidades para países como a Argentina, Chile e Colômbia e até mesmo retornar ao Haiti.

O recente fluxo migratório haitiano, que se iniciou em 2010 após o sismo que arrasou o país, não é o início da migração haitiana para o Brasil, mas na história da migração haitiana no Brasil nunca houve um período comparável em números e perfis, considerando os efetivos que percorreram a distância Haiti-Brasil para chegar ao país pela fronteira norte, principalmente pelo Acre, e também pelo Estado do Amazonas. Entendemos que nesta migração houve uma diversidade entre os imigrantes. Este fato é o objeto da seção a seguir.

### Perfil dos imigrantes haitianos no Brasil

No seu conjunto, a migração haitiana no Brasil é complexa e dinâmica. Nos estudos de Handerson (2015), Fernandes e Castro (2014), Cotiguimba (2014), Castro (2014) e Baptiste (2015), este fluxo migratório pode ser dividido em parâmetros como idade, sexo e escolaridade, etc. Como foi mostrado por Morokvasic (1984 *apud* DIEME, 2016), “a migração é comumente analisada no masculino, considerada como um privilégio reservado aos homens”. No que diz respeito à emigração de haitianos, é necessário considerar e enfatizar a presença de mulheres em relação à de seus compatriotas (DIEME, 2014, p. 123), embora no início deste fluxo migratório, como indicado por Cotinguiba (2014) e Magalhães (2017), foi observada a presença de homens, mulheres e de menores (crianças). Segundo Souza e Boing (2017), os dados do Instituto de Migração e Direitos Humanos (2016) estimam que o número de haitianos que estão devidamente registrados pela Polícia Federal brasileira é de 42.026 pessoas, sendo que milhares de haitianos estão aguardando a publicação de seus nomes pelos órgãos responsáveis pela autorização e concessão da residência permanente. O gráfico um apresenta os números sobre a presença dos haitianos no Brasil no período de 2012 a 2016.

**Gráfico 1**–Haitianos registrados na Polícia Federal, de 2012 a 2016.



**Fonte:** Instituto Migrações e Direitos Humanos (2016) *apud* SOUZA & BOING (2017)

Desta forma, podemos dizer que desde 2012 a imigração haitiana no Brasil vem aumentando, sendo que o maior grupo de migrantes estrangeiros no país é de haitianos (CALVACANTE, 2014). Cabe salientar que não há uma estimativa exata de imigrantes haitianos no Brasil segundo as fontes consultadas. Dieme (2016) cita os dados do Ministério da Justiça, que estima que o total de haitianos no solo brasileiro era de 60.000 em 2015, e os números do jornal haitiano *LeNouveliste*, que relatou haver mais do que 60.000 haitianos vivendo no país. Baeninger e Peres (2017), fazendo referência aos dados de Sistema de Tráfego Internacional (STI)<sup>10</sup> entre os anos 2010 e 2015, estimam que haviam entrados no país 85.079 imigrantes haitianos, englobando vistos permanentes e solicitações de refúgio.

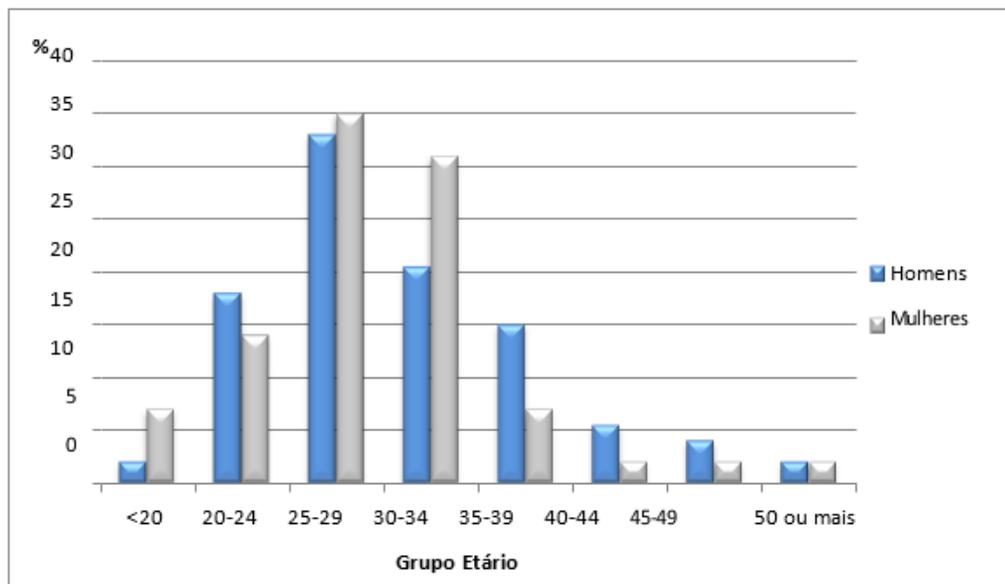
As análises de Baeninger e Peres (2017) mostram uma predominância de entrada das mulheres haitianas por aeroportos entre os anos 2010 e 2015. Sob um total de entradas de homens haitianos (62.944 imigrantes), 54% ingressaram pelas fronteiras como requerentes de refúgio. Entretanto, do total de 22.135 mulheres haitianas que vieram para o Brasil, 11.974 haitianas

<sup>10</sup>Sistema de Tráfego Internacional: Movimento de imigrantes haitianos e haitianas, segundo áreas de fronteiras e aeroportos internacionais Brasil – 2010–2015.

ingressam por aeroportos (documentadas), ou seja, 54,1% do total das haitianas que entraram no Brasil já apresentavam o visto permanente.

De acordo com Fernandes e Castro (2014), a migração haitiana foi majoritariamente constituída pelo sexo masculino, com homens de idade entre 20 a 35 anos (Gráfico 2). Segundo os dados levantados nesta pesquisa, sub um total de 248 entrevistados em seis cidades brasileiras (Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Curitiba, Porto Velho e São Paulo), 275 são de sexo masculinos e 65 de sexo feminino, possuem nível médio de escolaridade, alguns possuem qualificação de nível técnico e outros ainda possuem curso superior completo ou incompleto (Tabela 1).

Gráfico 2. Distribuição etária de haitianos por sexo em 2013



Fonte: Fernandes e Castro (2014)

Tabela 1. Grau de instrução dos haitianos entrevistados por sexo em 2013

Grau de instrução	Sexo			
	Homens		Mulheres	
	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
Ensino fundamental incompleto	16	5,8	5	7,7
Ensino fundamental completo	56	20,4	10	15,4
Segundo grau incompleto	50	18,2	13	20
Segundo grau completo	65	23,6	20	30,8
Superior incompleto	22	8	4	6,2
Superior completo	29	10,5	4	6,2
Não responderam	37	13,5	9	13,8
<b>Total</b>	<b>275</b>	<b>100</b>	<b>65</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Fernandes e Castro (2014).

Ao contrário do que ocorre entre 2011 e 2012, segundo os dados de Fernando e Castro (2014 apud DIEME 2016), os perfis de instrução da maioria dos imigrantes haitianos sofreram algumas alterações em 2013. Aqueles que têm segundo grau completo representaram o maior percentual tanto para homens (23,6%) como para mulheres (30,8%). A soma entre aqueles que têm Ensino Médio “completo” e “incompleto” ultrapassa os 50% de conjunto de homens e mulheres entrevistados segundo os dados levantados por esta pesquisa. Em relação a 2011 e 2012, os autores explicam

Em relação ao nível de instrução, observa-se [...] que, para o ano de 2011, a maioria dos imigrantes do sexo masculino declarou ter o primeiro grau incompleto, fato que não se repetiu em 2012, em que o nível de instrução com maior prevalência foi o segundo grau incompleto. No caso das mulheres, em 2011, dentre as que indicaram o nível de instrução, não havia diferença entre o número daquelas com o primeiro grau incompleto e o segundo grau incompleto. Em 2012, o nível de instrução segundo grau incompleto foi o mais apontado dentre as mulheres que declararam o nível de instrução (FERNANDES e CASTRO, 2014: 31).

Magalhães (2017) indica que não somente os perfis de instrução dos imigrantes que sofrem alteração, mas também os grupos etários. Entre 2010 e 2014, segundo a observação de autor, houve o crescimento de participação relativa do grupo etário de 20 a 34 anos, que passa de 51,87% do total em 2010 para 67,42% em 2014. O grupo etário entre 35 e 49 anos passa de 41,5% em 2010 para 27,15% em 2014. No entanto, houve o crescimento dos menores de 20 anos, passando de 0,66% em 2010 para 3,03% do total em 2014. Esse crescimento não reflete apenas o aumento da participação de jovens de 18 e 19 anos, mas também de crianças, uma tendência crescente devido ao uso de vistos de reunificação familiar por migrantes que vivem no país (MAGALHÃES 2017, p. 152).

A taxa das mulheres haitianas nesta migração também sofreu crescimento, segundo os dados de Dieme (2016), que afirma que “a presença de mulheres foi de 10% até mais ou menos o ano passado (2014)” e agora (em 2015) as mulheres representam 20% do total de haitianos no país. Segundo o autor, este aumento é devido a reunião familiar, isto é, os homens que encontraram trabalho fizeram, no último ano, com que suas esposas também viessem para o Brasil (DIEME, 2016, p. 129).

De acordo com Baptiste (2014), Dieme (2016) e Fernandes e Castro (2014), o objetivo desta migração é trabalhar, estudar e buscar novas oportunidades. As reuniões familiares foram também o motivo de migração de mulheres, homens e crianças para o Brasil. Ao falar de trabalho, que é considerado como uma prioridade para diversos haitianos, segundo Dieme (2014) e Cotinguiba (2014) “as oportunidades variam, muitas vezes, segundo o sexo”.

A quase totalidade dos nossos entrevistados (Oliveira; Molinari; Almeida; Parisi) concordam que, independentemente da taxa de mulheres na imigração haitiana, arrumar emprego é, desde o princípio deste afluxo, um desafio para a mulher haitiana se comparada com seu compatriota de sexo masculino. Num quadro geral, diz Almeida, as mulheres haitianas não se dirigem para atividades industriais que exigem força física, nas quais boa parte dos homens encontram trabalho. Elas teriam um perfil para “outro tipo de indústria, mas também têm um perfil mais para o comércio, os serviços, que são áreas onde o domínio do idioma é mais importante do que no setor industrial” (DIEME, 2016: 127).

Dentre aqueles que vieram para estudar, é possível fazer uma divisão em dois grupos. O primeiro refere-se a um grupo de jovens que, ao sair do Haiti, vem com intuito exclusivo de estudar<sup>11</sup> através de programa pró-Haiti. O

---

<sup>11</sup> A propósito, mencionamos o PRÓ-HAITI, que previu a concessão de “até 500 bolsas de estudo, por um período de, no máximo, 60 (sessenta) meses incluindo um semestre de curso de língua portuguesa” (CAPES, 2012). Este programa se iniciou no segundo semestre de 2011. O primeiro grupo de selecionados neste Programa Emergencial foi composto por 88 estudantes haitianos então matriculados em alguma universidade, escola superior, instituto ou



outro grupo iniciou sua migração para o Brasil com o objetivo de buscar uma vaga numa universidade ou em um curso técnico (BAPTISTE, 2015). Ao analisar o fluxo migratório haitiano de estudantes para o Brasil, percebe-se que a maior parte são jovens que estão em busca de uma vida melhor.

A chegada dos imigrantes haitianos no Brasil a partir de 2010 se justifica não só diante do agravo da situação de vida no país depois do terremoto que atingiu o Haiti em janeiro de 2010, mas também por um conjunto de fatores que implicam uma mudança nos rumos da migração dos haitianos em relação aos países de destino tradicional de emigrantes haitianos. Porém, é necessário considerar que as relações bilaterais entre o Brasil e o Haiti vem sendo reforçadas com a presença da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH) e do trabalho do Brasil nesta missão, que conseqüentemente passa a ser visto como um país de oportunidades pelo povo haitiano.

### Considerações Finais

A imigração haitiana para o Brasil, que se iniciou logo após o terremoto que devastou o país em 2010, compõe hoje o atual cenário de migração internacional. Antes esse período, o principal destino dos migrantes haitianos eram países europeus, os Estados Unidos e o Canadá. No entanto, com o endurecimento das leis desses países, o Brasil tornou-se o principal destino para os haitianos que fogem da situação trágica em que encontra o país, confirmando também que o Brasil assume definitivamente o papel liderança econômica e política na América Latina. Portanto, entendemos que as principais motivações que levaram os haitianos a deixar seu país são a busca

---

centro de formação no Haiti. As universidades brasileiras anfitriãs destes estudantes são a Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, a Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR. Destes 88 estudantes, 21,4% eram mulheres e 78,6% eram homens. A Unicamp é uma das universidades brasileiras que aderiram a este Programa, a que mais admitiu estudantes com 45 aceitos em diversos cursos, o que representa 51% do primeiro grupo de selecionados (DIEME, 2016).

de um lugar digno de ser viver, trabalho e as possibilidades de que esse imigrante possa apoiar e enviar dinheiro para sua família que permanece no Haiti.

As pesquisas e dados sobre a imigração haitiana no Brasil mostram uma migração heterogênea e que cresce ao longo tempo. Os dados de estudos analisados mostram uma diversidade entre os perfis de imigrantes, seja no grupo etário quanto nos objetivos, e ainda salientam que a idade média dos haitianos no Brasil varia entre 20 e 35 anos, além de que esta faixa etária corresponde exatamente ao perfil de mão-de-obra que as empresas costumam solicitar. Majoritariamente, os imigrantes são do sexo masculinos, embora haja um aumento mulheres, crianças e de jovens de 18 a 19 anos de um ano para outro, justificado pelo contexto de reunificação familiar em que os homens, após encontrar trabalho, buscam mulheres e filhos e os trazem para o Brasil com o intuito de reunificarem suas famílias.

### Referências bibliográficas

- BAPTISTE, J. C. *Transição para a vida adulta e migração internacional: o caso dos jovens haitianos na cidade de São Paulo*. Dissertação (mestrado). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2015.
- CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, A.; TONHATI, T. *A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro*. Brasília: Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais, 2014.
- COTINGUIBA, G. *Imigração haitiana para o Brasil – a relação entre trabalho e processos migratórios*. Dissertação (Mestrado). Rondônia: Universidade Federal de Rondônia-UNIR, 2014.
- DIEME, K. *Imigração haitiana e política de acolhimento institucional na cidade de São Paulo: 2010-2015*. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Campinas, 2016.
- FERNANDES, D.; CASTRO, M. *Projeto: Estudos sobre a migração haitiana ao Brasil e diálogo bilateral*. Belo Horizonte, 2014.
- HANDERSON, J. *Diaspora*. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa. Tese (Doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.



JORNAL NACIONAL, Brasil deixa de ser um dos principais destinos dos imigrantes haitianos. Disponível em <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/10/brasil-deixa-de-ser-um-dos-principais-destinos-dos-imigrantes-haitianos.html>. Acesso em 05/08/2017

MAGALHÃES, L. F. *Imigração Haitiana em Santa Catarina: perfil sócio demográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti*. Tese (Doutorado) Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2017.

MORAES, I. *et al.* « A imigração haitiana para o brasil: causas e desafios”. In: *Revista Conjuntura Austral* | ISSN: 2178-8839 | Vol. 4, nº. 20 | Out/Nov. 2013, p. 95-114. Disponível em: <http://oaji.net/articles/2015/2137-1438733643.pdf>. Acesso em 02/04/2017.

MOROKVASIC, M. Birds of Passage are also Women...” In: *International Migration Review*. Vol. 18, No. 4, Special Issue: Women in Migration, pp. 886-907, 1984.

BAENINGER, R.; PERES, R. “Migração de crise: a migração haitiana para o Brasil”. In: *Rev. bras. estud. popul.* vol.34 no.1 São Paulo jan./abr. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010230982017000100119&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010230982017000100119&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 22/09/2017.

## GT 6 – Capitalismo contemporâneo e tecnologia



## Os movimentos sociais e as novas tecnologias de informação e comunicação – Um estudo comparativo entre movimentos sociais brasileiros.

GUILHERME FLYNN PACIORNIK<sup>1</sup>

### Resumo

O objetivo geral é analisar discursos e usos das tecnologias de informação e comunicação–TICs por parte de movimentos sociais brasileiros e comparar estes entre si. Os objetivos específicos são: Elaborar uma contribuição sobre mudanças de padrões de ação coletiva no Brasil a partir da massificação das TICs e; Averiguar se elementos da ética hacker ao entrar em contato com culturas políticas brasileiras estão criando novas práticas hacker e novos gêneros morais hacker. Essas questões ganharam relevância social e política após o golpe legislativo de 2016, o qual mostrou uma particular incapacidade de reação massiva por parte de movimentos e grupos políticos orientados por valores de redistribuição, transparência, democracia e justiça social bem como também a partir dos estudos de polarização política induzida a partir de ambientes comunicacionais digitais. A contribuição é a socialização de discursos críticos existentes à atual situação das redes informáticas – vigilância massiva, captura de dados, uso colonizado das possibilidades tecnológicas disponíveis – bem como às ferramentas digitais de redes sociais (ex: Facebook)–personificação algorítmica, filtros bolha, câmaras de eco, temporalidade efêmera, alcance insuficiente e controlado de mensagens; Bem como a oferta de práticas de usos alternativos de softwares, hardwares e dispositivos de comunicação como, por exemplo, para criação de novas subjetividades e conhecimentos locais (Puraqué) para criação de redes locais e nacionais (Redes Mocambos), criação de mapas com escala e visibilidade local para questões distributivas (Casa dos Meninos), organização colaborativa online para formulação de programas, leis (Thacker) e trocas simbólicas diversas. Mesmo sem escala, se trata de um portfólio de práticas e possibilidades diferentes das majoritariamente colocadas na discussão teórica e política brasileira.

**Palavras-chave:** Tecnologia, Movimentos Sociais, Tecnologias de Informação e Comunicação, Sociologia da Tecnologia, Redes Comunitárias.

---

<sup>1</sup>Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/UNICAMP; orientado pela Profa. Dra. Marta Mourão Kanashiro; financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; E-mail: guile29@gmail.com



## Sociedade conectada e espécie humana: as novas transformações capitalistas

GUSTAVO BISSOTO GUMIERO<sup>1</sup>

### Resumo

Para construir a genealogia do sujeito moderno, Michel Foucault analisa os modos de verificação (domínio ser-saber), as técnicas de governamentalidade (domínio ser-poder) e as práticas de si (domínio ser-consigo). Por relacionar sujeito, poder e verdade, a teoria foucaultiana se enriquece nos dias atuais quando acoplamos a ela o conceito de servidão maquínica, que é o modo pelo qual as grandes empresas mundiais de tecnologia governam, através de relações nas quais os próprios humanos são partes constituintes de uma máquina, que eles compõem entre si com outras coisas, como diagramas, protocolos, e em que não há a proeminência de um elemento sobre o outro. Temos, portanto, hoje, com relação ao domínio ser-consigo, um governo de si e um conhecimento de si cada vez mais exteriores ao sujeito. O conhecimento de si se realiza através de equipamentos vestíveis e biochips; e governa-se a si mesmo cada vez mais através dos comentários, opiniões, avaliações, índices alheios. Essas técnicas de si fazem parte de um mesmo processo – conexão mundial de indivíduos – e a consequência desse duplo movimento é o aumento da vulnerabilidade do ser humano como espécie, pois tais transformações (consequências do governo de si cada vez mais exterior) podem incidir anatomoneurologicamente no ser humano. Não perdemos de vista a relação micro-macro: transformações nas relações de poder, nas técnicas de poder, juntamente com o governo de si cada vez mais exterior, transformam o ser humano, em sua própria composição anatômica-cerebral.

**Palavras-chave:** Capitalismo, Governamentalidade, Máquinas.

---

<sup>1</sup>Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia IFCH/UNICAMP; orientado pelo Prof. Dr. Sílvio César Camargo; E-mail: gustavo.gumiero@gmail.com

## Governança da Internet: esboço sobre a infraestrutura da rede mundial de computadores

RAPHAEL SILVEIRAS<sup>1</sup>

### Resumo

Este trabalho expõe elementos norteadores para o estudo da infraestrutura da Internet, especificamente para a análise de uma disposição sociotécnica de atores que exercem a governança da Internet (GI) e possibilitam ou vetam certos usos da rede mundial de computadores. Isto se dá ancorado no entendimento da centralidade da Internet em nossas vidas. Pois é sabido que a comunicação mediada por computadores potencializa a interação entre os humanos ao mesmo tempo em que se inclina a criar um individualismo de atores conectados cujo centro passa a ser o “eu” e não as redes, conforme coloca Barry Wellman por meio da sua concepção de individualismo em rede. Isto dialoga com a constatação de Norbert Elias sobre o vigor do “eu” frente ao “nós” em sua contemporaneidade. Ciente então da presença da Internet em nossos dias, coloco a seguinte questão: quem media as mediações que acontecem na Internet? Com vistas a oferecer um norte para a resposta desta pergunta, são apresentados conceitos, concepções e análises que delimitam o campo de investigação da governança da Internet. Este trabalho se desenvolve amparado em autores como Michel Foucault e Gilles Deleuze, mas defende a utilização de outros pensadores, pois propõe a constituição de um mosaico investigativo sobre GI que contemple as mais diversas perspectivas que, ao dialogar, construam um mapa onde seja possível visualizar esse campo de relações tecnopolíticas. O trabalho explora o campo da governança da Internet, algo debatido com maior intensidade no direito e nas relações internacionais, mas ainda pouco explorado pela sociologia, seja em âmbito nacional ou internacional.

**Palavras-chave:** Internet, Governança da Internet, Infraestrutura, Poder.

### I – Introdução

---

<sup>1</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/UNICAMP; orientado pela Profa. Dra. Gilda Figueiredo Portugal Gouvêa; financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo; E-mail: raphaelsilveiras@outlook.com. Trabalho apresentado no GT 39 (Sociologia Digital) do 18º Congresso Brasileiro de Sociologia.



Na primavera californiana de 1990 Blair Newman se retira da vida virtual destruindo todas as contribuições que fez durante anos para a comunidade eletrônica The Well (*The Whole Earth 'Lectronic Link*). Após algumas semanas de seu “suicídio” nessa comunidade, Newman se mata. Ele foi prestigiado com um funeral eletrônico (MARKOFF, [1990]<sup>2</sup>). Este é um dos primeiros casos em que o óbito em uma rede de computadores encontra a morte. Esse caso pode ser visto como indício do que a Internet poderia vir a representar para as sociedades que se valem dela. É certo que uma morte virtual não significa o fim do humano. O mundo não começa na Internet e não vai acabar nela. Mas é inegável a sua presença em nosso cotidiano e como ela pode potencializar suicídios. Em 2013 Júlia se mata após ter um vídeo pessoal divulgado na rede. Quatro dias depois Ana faz o mesmo após a viralização na Internet de uma foto em que seus seios foram expostos (COISSI, [2013]). No mesmo ano, o programador e ativista Aaron Swartz se mata depois de sofrer pressões durante meses em decorrência de violações de direitos autorais. Não se pode esquecer dos desafios propostos pelo jogo “Baleia Azul” e seus consequentes óbitos. Ainda que esses casos de suicídio sejam isolados, alguns fios tecem a relação entre eles.

A obra *O suicídio*, de Durkheim [1897], apresenta a relevância do suicídio na compreensão da sociedade. Ao tomar isso como pressuposto, não se pode negar que essas mortes geram ruídos. É dessa cacofonia pode-se apreender a força da Internet na vida e morte do humano. Portanto, essa rede de redes não é apenas uma conexão entre computadores que oferece ao usuário determinados serviços. Ela afeta nossas vidas criando novas experiências e meios de interação bem como potencializando elementos que precedem essa rede mundial de computadores. No que diz respeito às relações sociais, a Internet potencializa os laços fracos.

---

<sup>2</sup> Coloco chaves para destacar o ano da primeira publicação da referência. Na parte *Referências* são empregados o ano de publicação da versão utilizada.



Granovetter [1973] já dissertava em 1973 sobre os laços fracos e sua importância para a manutenção das redes sociais, pois são eles que conectam pessoas de diferentes grupos, rompendo a configuração de “ilhas isoladas” de relações construídas sobretudo por laços fortes – os quais comumente conectam pessoas pertencentes a um mesmo círculo social. Os laços débeis são propagadores de inovações na medida em que difundem experiências e referências. Segundo Wellman [2005], as novidades possuem maior probabilidade de vir dos laços fracos porque eles conectam círculos sociais diversos.

Rainie e Wellman [2012] acrescentam que com a Internet o individualismo em rede se torna predominante, pois no mundo de indivíduos conectados o centro é o “eu” e não a família, o trabalho, a vizinhança ou um grupo social. Esse individualismo não se relaciona a um “eu” autônomo e isolado, mas ao “eu” conectado onde as pessoas param a fazer parte de diversas comunidades, sendo mais fácil transitar entre essas comunidades do que em concepções tradicionais de comunidade – entendida aqui como “rede de laços interpessoais que proporcionam sociabilidade, apoio, informação, sentimento de pertença e identidade pessoal” (WELLMAN, 2005: 71). E a imersão na comunidade personalizada se dá, por conseguinte, de maneira superficial. Ao invés da comunidade conhecer seus membros em profundidade, explora ele a partir de sua superfície – o que constitui numa perspectiva genérica redes fragmentadas e superficiais. Isto vai de encontro com o que coloca Norbert Elias [1987], visto que para este pensador as sociedades ocidentais modernas tendem a balançar entre “eu” e “nós” para o “eu”, de modo que se pode compreender a Internet como um catalisador desse processo. Como se sabe, esse movimento acontece em decorrência de uma série de aplicações vinculadas à Internet e ao desenvolvimento de diversos meios de comunicação, onde o smartphone aparece como uma das principais referências da convergência digital.



Castells [1996] fala da sociedade em rede na busca de compreender os efeitos da tecnologia da informação no contemporâneo, onde uma “sociedade em rede” acaba por representar aquilo que a Internet conseguiu evidenciar: máquinas conectadas que conectam atores. Por outro lado, é importante frisar que não se constitui a partir disso uma sociedade conectada, mas antes uma intensificação e propagação do número de conexões presentes na tessitura social. De todo modo, a Internet assume importância nas redes que se estabelecem, atuando nas mais diversas ramificações das relações sociais e, inclusive, na morte.

Ora, desse fluxo do desenvolvimento tecnológico onde a Internet tem centralidade apresentam-se uma série de questões que diversos autores das humanidades realizam o exercício de aventurarem-se em responde-las. Essas questões se dividem em uma série de temáticas específicas, entre elas: relação entre real e virtual; depressão e Internet; humano e o desenvolvimento de tecnologias de comunicação em massa; propriedade intelectual e Internet; relação entre humano e máquina; e vigilância, segurança e privacidade. Evidente que a problematização dessas temáticas ajuda na reflexão sobre o recente. A partir dessas questões relacionadas à Internet, formulei a seguinte que busco responder em parte na minha pesquisa: quem media as mediações que acontecem na Internet? Para isso, recorro à compreensão da infraestrutura da Internet e da dinâmica presente em sua governança. Dedico esta apresentação à exposição de parte do material produzido para delimitar a esfera de análise na qual me disponho a responder essa questão.

## II – Demarcação de limiares

Demarcar os limiares da pesquisa sobre governança da Internet (GI) é uma atividade trabalhosa na medida em que não há um consenso sequer sobre o que seria a governança da Internet. No presente trabalho, recorro à definição do Grupo de Trabalho sobre Governança da Internet (WGIG),

formado pelas Nações Unidas em 2003 para pensar sobre o futuro da governança da Internet. O grupo define que: “[g]overnança da Internet é o desenvolvimento e aplicação por governos, setor privado e sociedade civil, em seus respectivos papéis, de princípios compartilhados, normas, regras, procedimentos de tomada de decisão e programas que moldam a evolução e o uso da Internet”<sup>3</sup> (WGIG, [2005]: 04).

O ponto forte desta definição é a inclusão da sociedade civil e do setor privado, se pensarmos na concepção de governo que normalmente se vincula à noção de Estado (BOBBIO; MATTEUCI; e PASQUINO, [1983]). Todavia, a definição peca por não precisar os limites da Internet, os alcances dessa governança. Há essa demarcação das fronteiras em evento que discutem a governança da Internet<sup>4</sup>. Fazem isso opondo a Internet ao setor de telecomunicações. Às telecomunicações caberia o acesso do usuário e o transporte dos pacotes de informação, como a Telefônica, a Claro e a Level 3. Assim, à Internet caberia os provedores de serviço e conteúdo, como email, entretenimento, mídia, propaganda, comércio eletrônico etc. Todavia, esses espaços de discussão da GI não conseguem separar esses campos na prática, pois há neles representantes da área de telecomunicação versando sobre a governança da Internet.

Laura DeNardis [2014] faz sua contribuição quanto à delimitação do escopo da governança da Internet. Na obra *The global war for internet governance* (DENARDIS, [2014]) propõe o seguinte: (1) o estudo da governança Internet é diferente do estudo de seu uso; (2) questões sobre a GI referem-se à arquitetura técnica única da Internet e não de uma esfera maior

---

<sup>3</sup> “Internet governance is the development and application by Governments, the private sector and civil society, in their respective roles, of shared principles, norms, rules, decision-making procedures, and programmes that shape the evolution and use of the Internet”.

<sup>4</sup> Nos últimos anos pude participar de alguns eventos que me auxiliaram nessa percepção, como eventos organizados pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) bem como sua Escola de Governança da Internet no Brasil; reuniões da Corporação da Internet para Atribuição de Nomes e Números (ICANN); reunião de 2014 do Fórum de Governança da Internet (IGF); e participação na Escola de Governança da Internet da Índia (inSIG), em Hyderabad, no ano de 2016.



de design e política de tecnologia da informação e comunicação; (3) a prática da governança da Internet ultrapassa suas instituições; e (4) a governança da Internet inclui a promoção da interoperabilidade da Internet e acesso ao conhecimento como também técnicas voltadas a restringir a liberdade na Internet. Isto inclui, por exemplo, leis sobre pornografia, implicações políticas e econômicas sobre o conteúdo gerado por usuários e o espectro utilizado para a transmissão de informação. Por outro lado, para entender a GI e o que está em debate nela é necessário dar um passo para trás com o fito de compreender o modo de funcionamento da Internet e, por conseguinte, sua parte técnica. Diante disso, qual é o limite técnico da Internet? Eis outro ponto que não há consenso na literatura, mas ela concorda que a Internet deve ser dividida em camadas.

Dada a complexidade da Internet, sua divisão em camadas hierárquicas não só facilita sua compreensão como também permite a modificação de um serviço dentro desse sistema sem afetar outros componentes do mesmo (KUROSE; ROSS, [2000]). Cada camada possui um conjunto de protocolos que podem ser utilizados para finalidades variadas e oferece um serviço para a camada seguinte, superior, dessa hierarquia. O protocolo é um conjunto de normas e especificações técnicas que controlam a interação entre duas máquinas ou dois processos semelhantes ou processos com funções semelhantes (MOREIRAS; RIBEIRO, [2014]). Ou seja, ele pode auxiliar no estabelecimento de disposições comuns entre as redes de computadores para que elas possam se comunicar, visto que a Internet é uma rede de redes, uma composição por justaposição de redes privadas de computadores. À guisa de exemplo, dois protocolos centrais na Internet são o IP (*Internet Protocol*) e o TCP (*Transmission Control Protocol*). Sinteticamente, o primeiro é responsável pela identificação de um equipamento em uma rede pública ou privada e o segundo um dos protocolos responsáveis por fazer determinada informação chegar em sua completude no seu destino passando por uma rede

ou redes. Esses dois protocolos dão nome ao modelo em camadas mais popular no estudo e operação da Internet: modelo TCP/IP.

O RFC<sup>5</sup> 1122 [1989] é considerado um dos documentos mais tradicionais para o estabelecimento das camadas de protocolos e adota quatro camadas: (1) enlace – delimita como enviar com confiabilidade mensagens entre computadores diretamente conectados; (2) rede – atem-se ao envio e recebimento de mensagens entre computadores distantes, o que inclui obter o melhor caminho para o envio de pacotes informacionais entre eles; (3) transporte – reforça o processo de entrega dos pacotes que atendem às necessidades dos mais distintos aplicativos; e (4) aplicação – contém programas que se valem da rede de computadores para funcionar, sendo que a grande maioria das aplicações possuem uma interface com o usuário, como é o caso de um navegador *web* (TANENBAUM; WETHERALL, [2011]).

Por outro lado, manuais frequentemente utilizados nos cursos de graduação em engenharia ou ciências da computação, como o *Redes de computadores e a Internet* (KUROSE; ROSS, [2000]) e *Redes de computadores* (TANENBAUM; WETHERALL, [2011]), acrescentam uma quinta camada: física. Esta camada especifica como transmitir *bits* através dos diferentes tipos de meios, como sinais elétricos, óticos e analógicos, pois são diversos os elementos que conectam os computadores – como cabo de fibra ótica, cabo coaxial, roteador WiFi etc.

Modelos TCP/IP de camadas da Internet

RFC 1122		Tanenbaum e Kurose	
4	Aplicação	5	Aplicação
3	Transporte	4	Transporte
2	Rede	3	Rede
1	Enlace	2	Enlace
		1	Física

<sup>5</sup> Os RFCs (*Request for Comment*) são um conjunto de documentos, em sua grande maioria técnicos, mantidos pelo IETF (*Internet Engineering Task Force*), um grupo formado por diversos setores que se preocupa com o desenvolvimento e proposição de padrões para a Internet.



Essas camadas não são implementadas em todos os equipamentos da rede, mas o hospedeiro (*host*, computador conectado a uma rede) precisa implementar sua totalidade. Isto é consistente com a ideia de que muito da complexidade presente na Internet está nas pontas da rede (KUROSE; ROSS, [2000]).

Depois de delimitar as camadas, as quais são relevantes para pensar na governança da Internet, chega-se a mais demarcações. Temos então um escopo conceitual e do campo analítico da GI, e técnico de Internet. A definição de um campo analítico tomando como referência as colocações de Laura DeNardis aparece como um primeiro passo para a escolha do objeto de análise dentro de uma miríade de atores e objetos técnicos que compõem a Internet – o que inclui, como se sabe, a utilização de recursos fornecidos pelas empresas de telecomunicações. Em decorrência do conhecimento técnico é possível delinear instâncias físicas, geográficas, dessa rede de redes. E diante disso, torna-se evidente que o Estado não possui condições de governar sobre a Internet, mas apenas sobre parte da rede de redes que trafega por seu território. Nesse sentido, a ideia de governo se fragiliza e a de governança passa a fazer sentido, como colocado acima. Por outro lado, essa situação mostra que embora o Estado não exerça o governo sobre a totalidade da rede de redes, ele tem a potência de agir sobre a ação dos outros em determinado território, bloqueando o acesso a sites, aplicativos, filtrando informações que trafegam na Internet, entre outros. Portanto, faz sentido pensar em uma concepção de governança onde haja a participação do setor privado e da sociedade civil, mas que não exclua o Estado. Diante dessas circunscrições, quais seriam os elementos sem os quais não haveria a Internet?

Embora hoje seja comum vincular a Internet com uma nuvem – como serviços de computação em nuvem, os quais estão relacionados à utilização de aparelhos técnicos como servidores, processadores, entre outros, com a

finalidade de realizar determinados serviços para o usuário –, devemos fazer o exercício contrário à sua abstração. Como dito, a Internet é uma rede de redes. Essas redes são autônomas e comumente chamadas de sistemas autônomos (ASs), de maneira que podem gerir o tráfego de pacotes informacionais em sua rede a partir de protocolos específicos; selecionar os equipamentos a serem utilizados e o modo como eles operam; enfim, são capazes de criar uma política interna e agir sobre a ação de seus usuários, definindo o que pode ou não ser acessado por ele. Assim, uma rede que se conecta à rede de redes pode ser um objeto de análise da GI, mesmo porque um AS pode possuir proporções que transcendem países e continentes – como o Hurricane Electric (AS6939) e a Level3 (AS3356). Todo AS tem um número de identificação assim como um computador precisa de um IP, para acessar a Internet. Sem eles a Internet não conseguiria estabelecer a comunicação entre máquinas que podem tecer relações entre humanos. Nesse sentido, os protocolos são de fato fundamentais justamente por também possibilitarem essas comunicações. Eis mais dois entre os diversos pontos de inflexão para o estudo da GI: identificadores e protocolos. Assim, temos um limite estabelecido por atores genéricos – setor privado, sociedade civil e Estado – e elementos técnicos de identificação e protocolos, ciente de que não se pode esquecer da associação entre técnico e político (SANTOS, [2003]; DENARDIS, [2014]; ABBATE, [1999]). Como coloca Abbate ([1999]: 179): “a paixão com a qual as partes interessadas contestam decisões sobre padrões nos alerta sobre os mais profundos significados por trás desses mecanismos”<sup>6</sup>. Devemos desconfiar do puramente técnico ou mesmo da neutralidade científica.

A partir de alguns componentes fundamentais da Internet brevemente mencionados no parágrafo anterior (sistemas autônomos, identificadores e protocolos) e considerando as demarcações postas (conceitual e campo

---

<sup>6</sup> “[T]he very passion with which stakeholders contest standards decisions should alert us to the deeper meanings beneath the nuts and bolts”.



analítico da GI, e técnico da Internet), torna-se mais palpável a delimitação de atores a serem analisados nessa profusão de redes e relações, sejam instituições, humanos, máquinas ou uma associação entre eles. À guisa de exemplo, poder-se-ia eleger grandes ASs<sup>7</sup> e suas políticas de gerenciamento da rede – como Level 3 (AS3356), Hurricane (AS6939) e Vodafone (AS1273) –, a entidade responsável pela identificação de ASs e distribuição de IPs – ICANN (Internet Corporation for Assigned Names and Numbers) – ou entidades que desenvolvem e promovem novos padrões e/ou protocolos – IETF, W3C (*World Wide Web Consortium*), IEEE (*Institute of Electrical and Electronics Engineers*). E todos esses pontos poderiam ser pensados a partir de um país ou região, pois o micro também afeta a experiência com o macro e, por conseguinte, faz parte da governança da Internet. Tomemos como exemplo uma prática tecnopolítica do AS53187, a rede da Unicamp.

### III – AS53187 e sua política de inibir o modelo P2P

A rede da Unicamp oferece o serviço de acesso à Internet para alunos, funcionários e visitantes. Como faz parte da rede *eduroam*, membros de outras universidades também podem se valer dessa rede para acessar a Internet. Todos esses usuários estão ligados à sua política interna no momento em que se conectam a ela. Segundo o site *PeeringDB*<sup>8</sup>, o AS53187 tem interconexão com dois pontos de troca de tráfego (PPT ou IX – *Internet Exchange*): IX.br e NDB. Essas conexões possuem a capacidade de tráfego de, respectivamente, 10Gbps e 1Gbps, o que deixa claro a primazia de fluxo com o IX.br. Um PTT é um espaço no qual diversos ASs podem se interconectar diretamente, uma construção repleta de roteadores de diversas redes, contendo ao menos um roteador de cada rede pertencente àquele PTT. As conexões entre ASs se dão por meio da ligação dos roteadores das entidades

---

<sup>7</sup> Eles são facilmente identificáveis em sites como: <<http://as-rank.caida.org/>>; e <<http://bgp.he.net>>.

<sup>8</sup><<https://www.peeringdb.com>>.

envolvidas. Esse tipo de conexão é mais econômico do que conectar um AS ao outro fora de um PTT, pois ao invés de levar um cabo a cada um dos ASs, basta os mesmos se conectarem por meio de um ponto em comum, um PTT. É tecnicamente possível se conectar com todos os ASs presentes em um dado PTT. Dado o fato do PTT ser um ponto de convergência de ASs, um gargalo da Internet, ele tem uma posição privilegiada para se estabelecer pontos de vigilância e censura – privada ou governamental – e potência de servir como alvo para a suspensão da Internet em determinadas regiões.

Conforme o site da *Hurricane Electric*<sup>9</sup>, o AS53187 mantém conexão com 32 ASs, entre eles a RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa) (AS1916) – instituição fundamental para o desenvolvimento da Internet no Brasil em seu âmbito acadêmico –, FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) (1251) – outra instituição historicamente importante para o desenvolvimento da Internet no país – e a Hurricane Electric (AS6939) – provedora global de acesso à Internet. Essas conexões (ou *peers*) tornam a rede resiliente a quedas de conexão, de modo que um AS pode se valer de diversos caminhos para se manter conectado à rede de redes e, por conseguinte, acessar os mais diversos conteúdos e serviços que ela disponibiliza. Como colocado, um AS consegue, entre outras coisas, criar uma política interna e agir sobre a ação de seus usuários. A Unicamp faz isso. Durkheim ([1895]) afirma que uma das maneiras de perceber um elemento coercitivo é ir contra ele, pois muitas vezes não se nota a presença de determinada coerção senão no momento em que por algum motivo age-se em desconformidade com determinadas prescrições. Foi a partir de um “problema” na utilização de determinada aplicação que percebi a política adotada pela rede da Unicamp ao P2P. Antes de explicar o P2P é necessário compreender a arquitetura cliente-servidor.

De modo geral, a Internet é vista pelo modelo cliente-servidor, onde o cliente requisita um serviço e o servidor executa o mesmo. Esta relação pode

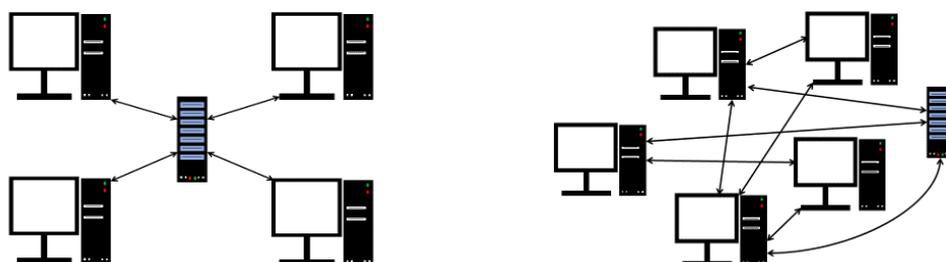
---

<sup>9</sup><<http://bgp.he.net>>.

acontecer dentro de uma máquina ou entre máquinas. Quando digito o endereço de um site no navegador e pressiono “enter”, é estabelecida uma série de requisições para máquinas. No final do processo consigo acessar a página desejada – caso a mesma esteja disponível. O servidor tende a ser uma máquina mais potente que computadores convencionais, pois pode receber milhares de requisições por dia. Neste tipo de arquitetura de redes os clientes não se comunicam diretamente (Kurose, e Ross, [2000]), os servidores geralmente possuem um endereço fixo (como <<https://www.google.com.br>>) e estão sempre acessíveis – excetuando problemas técnicos.

Por outro lado, na arquitetura P2P (*peer-to-peer*) os computadores que realizam o serviço requisitado podem não estar disponíveis e geralmente não possuem um endereço fixo. Nessa arquitetura há a relação direta entre os usuários. Várias aplicações se valem da arquitetura P2P para compartilhamento de arquivos ( $\mu$ Torrent e o Soulseek), telefonia por IP (Skype), filmes *online* (Popcorn Time), proteção de privacidade (Tor), entre outros. Na figura a seguir há a distinção entre essas arquiteturas, onde é possível observar que a relação cliente-servidor pressupõe uma hierarquia ao passo que a P2P é não-hierárquica.

#### Arquiteturas cliente-servidor e P2P



Ao tentar utilizar a arquitetura P2P para ter acesso a determinado conteúdo conectado à Internet pela rede da Unicamp, percebi que não conseguia estabelecer uma interconexão com outros pares. Primeiro tentei o programa  $\mu$ Torrent e depois o Soulseek. Não consegui estabelecer conexão



com usuários em nenhuma das duas aplicações. Inquiri o Centro de Computação da Unicamp se havia algum tipo de restrição à utilização de protocolos que operavam em P2P. Fui informado que por política de segurança a rede não oferece suporte a protocolos que seguem o modelo P2P. Como essa rede não oferece acesso a outras organizações – ao contrário de empresas de telecomunicações –, ela pode fazer isso, possui autonomia para isso. No limite, ela poderia negar o acesso a sites que comecem com a palavra “casa”, letra “a” etc.

Essa opção respaldada na política de segurança da Unicamp não impossibilita apenas o compartilhamento de arquivos por P2P, mas uma arquitetura descentralizada de utilização da Internet. Ou seja, ela age diretamente sobre o modo como seus usuários podem se relacionar com a rede mundial de computadores. É certo que não há aí apenas questões técnicas, mas implicações econômicas, políticas e sociais.

Esse acontecimento, assim como outras questões atinentes à governança da Internet, poderia ser trabalhado de diversas formas, a partir de diversos escopos teórico-metodológicos capazes de dialogar com o estudo da GI. Nos próximos parágrafos apresento alguns deles para analisar a governança da Internet, os quais são fundamentais para pensarmos em possíveis ferramentais analíticos para a GI. Compreendo-os como possíveis justamente por não entender que existe uma perspectiva mais estável para a GI ao recorrer a certos ferramentais. Pelo contrário, defendo a constituição de um mosaico investigativo sobre GI que contemple as mais diversas perspectivas que, ao dialogar, construam um mapa sobre a governança da Internet, onde seja possível visualizar esse campo de relações tecnopolíticas.

#### **IV – Multiplicidade dos ferramentais analíticos para o estudo da GI**

As bases teórico-metodológicas de uma pesquisa servem como referência para ferramentais analíticos que auxiliam na compreensão de um objeto sociológico investigado. Entendo como ferramentais analíticos noções,

conceitos, percepções do social fragmentadas ou não que contribuem com a análise de um objeto de análise. É necessário levar em consideração a natureza dinâmica dessa rede mundial de computadores bem como a complexidade do objeto na seleção desses ferramentais. Diante disso, parece conveniente trabalhar a governança da Internet antes com ferramentais abertos, adaptáveis, atualizáveis, flexíveis, do que com sistemas, circuitos fechados<sup>10</sup>, ou seja, a partir de uma base teórico-metodológica que possibilite a utilização desse tipo de ferramental. Dentre autores estudados, Foucault e Deleuze apresentam concepções teóricas e metodológicas que resultam em potentes ferramentais na análise da governança da Internet, embora sequer tenham dissertado sobre a Internet. No entanto, a eleição dos ferramentais desses autores se deu ciente de que outros pesquisadores se valeram deles para investigar Internet<sup>11</sup>.

Um argumento de que Deleuze e Foucault oferecem potentes ferramentais para o exame da GI é que ambos não desenvolveram uma teoria geral. Um segundo argumento é decorrente do primeiro, pois a inexistência de uma teoria geral possibilita trabalhar seus pensamentos a partir de uma *leitura em intensidade*. Desenvolvo o primeiro argumento para então dissertar sobre a *leitura em intensidade*.

Foucault não possui uma teoria geral porque entende as teorias como provisórias, ligadas a uma dada realidade. Portanto, elas podem ser revistas. Foucault se vincula antes com o empirismo do que com o racionalismo<sup>12</sup>, e

---

<sup>10</sup> Ora, isso certamente não exclui a utilização de sistemas no exame da GI. O problema está na complexidade da associação de um sistema com um objeto moveidço como a Internet. Por exemplo, a cibernética apresenta conceitos passíveis de dialogar com a Internet, como *controle, sistema, informação, entropia, equivalência, entrada, saída* etc. Para maior aprofundamento dessa possibilidade, conferir Wiener [1954], Ashby [1956], Epstein [1973] e Bennaton [1984]. Vale salientar que esses textos não dialogam diretamente com a Internet, mas esclarecem os conceitos acima apresentados e, por conseguinte, oferecem subsídios conceituais para refletir sobre a relação entre cibernética e Internet. No entanto, a aplicação de todo o sistema na análise sobre GI parece, ainda assim, algo árido.

<sup>11</sup> Foucault e Deleuze aparecem como referência em pesquisas sobre a Internet de diversos pensadores, como Boyle [1997], Krueger [2005], Lyon [1998] e Galloway [2001].

<sup>12</sup> Sobre a relação entre racionalismo e empirismo no autor, cf., Chomsky e Foucault ([1971]) e o texto introdutório de Fons Elders ([2011]) à transcrição desse debate. E em *Poder e*

antes com a multiplicidade do que com a unidade<sup>13</sup>. Foucault sequer tinha a pretensão de formular uma teoria geral; e mesmo as palavras que fundamentam teorias gerais tendem a mudar de significado no devir histórico. Do mesmo modo, não é possível estabelecer um método genérico nas análises de Foucault, pois ele utiliza instrumentos encontrados ou forjados durante sua pesquisa, os quais são corrigidos pelos objetos de análise que seleciona e revistos por esses instrumentos: “[p]rocuro corrigir meus instrumentos através dos objetos que penso descobrir e, neste momento, o instrumento corrigido faz aparecer que o objeto definido por mim não era exatamente aquele” (FOUCAULT, [1977a]: 229). Por outro lado, Foucault aponta precauções de método para o estudo do poder, como colocado na aula do dia 14 de janeiro de 1976, no *Collège de France* (FOUCAULT, [1976]).

Foucault sequer tem uma teoria geral do poder, embora reconhecesse que provavelmente alguém faria isso após ele (FOUCAULT, [1977a]). Não faz uma teoria geral do poder porque não acredita em uma natureza do poder<sup>14</sup>. O poder se configura enquanto relações de poder (FOUCAULT, [1977a]: 276) que estão presentes em todas as sociedades (FOUCAULT, [1982]: 247), existem de formas distintas e se modificam constantemente, estando presentes onde houver liberdade (FOUCAULT, [1975a]: 276-7). Embora o autor tenha um texto (*Sujeito e Poder* (FOUCAULT, [1982])) que faz uma descrição detalhada da justificativa e de como trabalhar o poder, inicia

---

*saber* (FOUCAULT, [1977a]) o próprio autor se considera um empirista cego por não ter uma teoria geral e um instrumento.

<sup>13</sup> Conforme Roberto Machado ([1979]: XI) na *Introdução* à versão brasileira de *Microfísica do Poder*: “[é] que, para ele, toda teoria é provisória, acidental, dependente de um estado de desenvolvimento da pesquisa que aceita seus limites, seu inacabado, sua parcialidade, formulando conceitos que clarificam os dados – organizando-os, explicitando suas inter-relações, desenvolvendo implicações – mas que, em seguida, são revistos, reformulados, substituídos a partir de novo material trabalhado”.

<sup>14</sup> “Se o objetivo for construir uma teoria do poder, haverá sempre a necessidade de considerá-lo como algo que surgiu em um determinado ponto, em certo momento, de que se deverá fazer a gênese e depois a dedução. Mas se o poder na realidade é um feixe aberto, mais ou menos coordenado (e sem dúvida mal coordenado) de relações, então o único problema é munir-se de princípios de análise que permitam uma analítica das relações do poder” (FOUCAULT, [1977b]: 248).



curiosamente o artigo do seguinte modo: “[a]s ideias que eu gostaria de discutir aqui não representam nem uma teoria nem uma metodologia” (FOUCAULT, [1982]: 231).

Deleuze em certa medida não se distingue de Foucault ao afirmar que os conceitos se vinculam a circunstâncias e não a essência: “[p]ara nós [referindo-se a ele e Guattari], o conceito deve dizer o acontecimento, e não mais a essência” (DELEUZE, [1980]: 37). E se há um sistema ele deve ser visto como aberto (DELEUZE, [1980])<sup>15</sup>. Por isso, as reflexões de Deleuze podem ou não servir para lidar com uma dada realidade.

Portanto, Foucault e Deleuze concebem um fazer filosófico que se em alguma medida cria um sistema o mesmo deve ser aberto, permeável e que não necessariamente seja aplicável a outras análises. O próprio percurso analítico de Foucault se dá em progressões por justaposição (FOUCAULT, [1977a]) ou deslocamento-inclusão, incluindo elementos que preenchem lacunas de pesquisas precedentes<sup>16</sup>, evidenciando a flexibilidade de seu fazer filosófico.

Sobre o método em Deleuze a partir de seus escritos com Guattari, é possível apreender um anti-método em *Capitalismo e esquizofrenia* (DELEUZE; GUATTARI, [1972]), pois o livro apresenta a negação de um método para lidar com o rizoma, o qual lembra a composição por justaposição, deslocamento-inclusão de Foucault:

Primeiro, caminhe até tua primeira planta e lá observe atentamente como escoa a água de torrente a partir deste ponto. A chuva deve ter transportado os grãos para longe. Siga

---

<sup>15</sup> “Um sistema é aberto quando os conceitos são relacionados a circunstâncias, e não mais a essências” (DELEUZE, [1980]: 45).

<sup>16</sup>O deslocamento-inclusão das noções de *episteme* na noção de dispositivo responde à necessidade de incluir o âmbito do não discursivo na análise do saber. A formação das ciências humanas, por exemplo, já não será somente consequência de uma disposição epistêmica, mas encontrará nas práticas disciplinares sua condição histórica de possibilidade. Do mesmo modo, a importância das noções de governo e governamentalidade será uma consequência das insuficiências dos instrumentos teóricos para analisar o poder (CASTRO, [2004]: 190).



as valas que a água escavou, e assim conhecerá a direção do escoamento. Busque então a planta que, nesta direção, encontra-se o mais afastado da tua. Todas aquelas que crescem entre estas duas são para ti. Mais tarde, quando estas últimas derem por sua vez grãos, tu poderás, seguindo o curso das águas, a partir de cada uma destas plantas, aumentar teu território (CASTAÑEDA *apud* DELEUZE; GUATTARI, [1980]: 29).

Portanto, o método está vinculado a dadas realidades, circunstâncias, por meio das quais constroem instrumentos para lidar com aquela realidade. Diante disso, defendo que a leitura desses autores pode se realizar através de uma análise sistemática de suas contribuições intelectuais sem se preocupar em seguir seus passos. Isso faz com que seus ferramentais analíticos sejam passíveis de serem apropriados em uma análise da GI<sup>17</sup>. Feito essas considerações, passo agora para o segundo argumento.

Como esses autores não trabalham com teorias gerais, não é necessário concatenar diversos “conceitos” de suas concepções para fechar um sistema de análise “foucaultiano” ou “deleuziano” sobre um objeto investigado. O próprio Deleuze disserta sobre como ler um livro apresentando duas maneiras. Me aproprio do segundo modo, a *leitura em intensidade*: “[o]u a outra maneira: consideramos um livro como uma pequena máquina a-significante; o único problema é: ‘isso funciona, e como é que funciona?’. Como isso funciona para você? Se não funciona, se nada se passa, pegue outro livro. Essa outra leitura é uma leitura em intensidade: algo passa ou não passa” (DELEUZE, [1973]: 16-7).

Essa ideia seria para leitura de livro em sentido genérico. De uma perspectiva teórica, esta prática poderia corromper sistemas analíticos propostos que, por sua vez, acabaria por fazer esses sistemas perderem

---

<sup>17</sup> Desenvolvi na minha pesquisa de mestrado a análise de consultas públicas *online* tomando como referência central esses autores e pude perceber a flexibilidade de seus ferramentais e como os mesmos possibilitam maior compreensão do objeto investigado. No doutorado desenvolvo movimento semelhante com esses autores tendo em vista a questão da governança da Internet, pensada principalmente a partir de sua infraestrutura.



sentido. Portanto, faço aqui a defesa da utilização de uma *leitura em intensidade* para analisar a GI a partir de não-sistemas ou sistemas abertos, sobretudo se os mesmos não dialogarem diretamente com a Internet. Por isso, em uma perspectiva de *leitura em intensidade* a linearidade analítica viria dos escopos previamente estabelecidos para um estudo de GI e não dos ferramentais analíticos utilizados. No entanto, a utilização de certos ferramentais – como a noção de poder em Foucault, rizoma em Deleuze ou dispositivo nos dois – para a pesquisa sobre governança da Internet certamente nos induz a enxergar certos caracteres que compõem uma realidade em detrimento de outros. Diante disso, é mister a multiplicidade dos ferramentais analíticos na pesquisa sobre GI que somados a partir de diferentes investigações será capaz de oferecer uma visão multifacetada da governança da Internet ou de outro objeto de análise, o que pressupõe uma diversidade de escopos teórico-metodológicos.

## V – Conclusão

Este trabalho se dedicou a apresentar uma proposta de delimitação do campo de investigação da GI, o qual certamente aceita diversas perspectivas e referenciais teóricos. Isso se faz necessário dado o fato de termos poucas pesquisas de viés sociológico sobre a governança da Internet, principalmente no Brasil.

Máquinas conectadas que conectam atores acabam por intensificar e ramificar o número de conexões presentes na tessitura social, de modo que nos motiva a refletir sobre como isso afeta nossa sociedade. Essa rede de redes é recente, mas presente em nossa sociedade, pois passa a ser comercializada na década de 1990 e hoje cria contextos inclusive para o estímulo de suicídios e reforça a balança entre “eu” e “nós” para o “eu” que ganha um viés relacional de individualismo em rede em comunidades atentas a sua superficialidade.



Para demarcar esse campo de análise, foi apresentada a definição de governança da Internet com o intuito de mostrar como o Estado e a dimensão de governo que se pauta nele acaba por perder força, abrindo espaços para outros atores; as fronteiras que demarcam os elementos técnicos pertencentes à Internet e a defesa da compreensão dos mesmos; a delimitação de um domínio analítico para a GI tomando como referência contribuições de DeNardis; e a apresentação de escopos teórico-metodológicos que possibilitam potentes ferramentais para observar a GI pautando-se principalmente na defesa de trabalhar com ferramentais flexíveis e sistemas abertos ao invés de sistemas fechados. Esses movimentos foram feitos tendo em conta que demarcações e ferramentais tendem a se modificar na relação com o objeto investigado, de modo que mesmo as demarcações propostas não devem ser encaradas como inflexíveis. E essa proposta defende a compreensão do técnico mesmo quando a análise sobre a governança da Internet se concentrar em apenas uma de suas camadas, como acontece nas pesquisas sobre a camada de aplicação da Internet – a qual, como dito, se relaciona mais diretamente com o usuário – porque existem fatores tecnopolíticos por detrás dessa camada que condicionam a mesma. Mesmo porque exerce o controle da Internet quem possui domínio sobre seus elementos fundamentais.

Foram apontados alguns dos elementos fundamentais da Internet, como sistemas autônomos, identificadores e protocolos, mas outros poderiam ser incluídos, como gargalos de fluxo de informação – como *data centers*, pontos de troca de tráfego e alguns sistemas autônomos –, constituição de protocolos e instituições centrais na governança da Internet. E a partir da compreensão do que está no cerne da Internet, torna-se possível estudar regiões mais periféricas.

A relação entre técnico e político é evidente. Apresentei apenas um caso de como um AS pode afetar nossa experiência com a rede mundial de computadores. Nesse sentido, deve-se desconfiar de discursos puramente



técnicos ou mesmo da neutralidade científica e considerar as práticas tecnopolíticas. Pois, conforme Bourdieu [1988], há interesse mesmo no desinteresse, de modo que pensar na existência do puramente técnico e em uma neutralidade científica parece algo deslocado.

Ao puxar alguns fios da malha que constrói o “espectro” da Internet percebe-se que ela é formada por elementos concretos, relações sociais e fluxos informacionais que muitas vezes querem passar despercebidos. Não apenas a complexidade do sistema, mas a própria noção de “nuvem” colabora com a desmaterialização da Internet, com seu desaparecimento. Em uma mesma perspectiva, ela tende a assumir um caráter imanente aos computadores na expressão “Internet das coisas”. Assim como outras tecnologias – como a energia elétrica que chega em nossas casas –, a Internet inclina-se a ser incorporada em nossas vidas, a entrar em nossos automatismos, onde a percebemos somente quando não estamos conectados a ela. E é certo que com esse automatismo muitos elementos tecnopolíticos vão para a nuvem, para a abstração. No sentido contrário, é a partir da compreensão de seu modo de funcionamento e do que está em jogo nas escolhas “técnicas” que se potencializa o processo de politização da Internet e sua governança. E a partir do estudo da Internet e sua governança apreende-se que ela é menos distribuída do que dizem e mais controlada do que parece.

### Referências bibliográficas

#### *Livros*

- ABBATE, J. (1999) *Inventing the Internet*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2000.
- ASHBY, W. R. (1956) *Introdução à cibernética*. São Paulo: Perspectiva, 1970. (Estudos, 01)
- BENNATON, J. (1984) *O que é cibernética*. São Paulo: Nova Cultural: Brasiliense, 1986. (Coleção primeiros passos; 90)
- BOYLE, J. (1997) *Foucault in Cyberspace: Surveillance, Sovereignty, and Hard-Wired Censors*, 1997. Disponível em: <<http://www.law.duke.edu/boylesite/foucault.htm>>. Acesso em 24 mai. 2017.

- CASTELLS, M. (1996) *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1)
- CASTRO, E. (2004) *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus lemas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CHOMSKY, N.; FOUCAULT, M. (1971) *Natureza humana: justiça vs. poder: o debate entre Chomsky e Foucault*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. (1972) *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1*. São Paulo: Editora 34, 2010. (Coleção TRANS)
- DENARDIS, L. (2014) *The global war for internet governance*. New Haven: Yale University Press, 2014.
- DURKHEIM, E. (1895) *As regras do método sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Coleção Tópicos)
- \_\_\_\_\_. (1897) *O suicídio: estudo de sociologia*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. (Biblioteca do pensamento moderno)
- ELIAS, N. (1987) *A sociedade dos indivíduos*. Publicações Dom Quixote: Lisboa, 1993. (Nova Enciclopédia, 45)
- EPSTEIN, I. (Org.) (1973) *Cibernética e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, Editora da Universidade de São Paulo, 1973.
- FOUCAULT, M. (1977b) *Sobre a História da Sexualidade*. In: \_\_\_\_\_. (1979) *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2007. p. 243-276
- GALLOWAY, A. (2001) *Protocol: how control exists after decentralization*. Massachusetts: MIT Press, 2004.
- KRUEGER, B. (2005) *Government Surveillance and Political Participation on the Internet*. *Social Science Computer Review* Winter, 23: 439-452, 2005. Disponível em: <<http://ssc.sagepub.com/content/23/4/439.full.pdf+html>>. Acesso em 24 mai. 2017.
- KUROSE, J.; ROSS, K. (2000) *Computer Networking: A Top-Down Approach*. New York: Pearson, 2013. (6ª Ed.)
- RAINIE, L.; WELLMAN, B. (2012) *Networked: the new social operating system*. Massachusetts: MIT Press, 2012.
- BOBBIO, N.; MATTEUCI, N.; e PASQUINO, G. (1983) *Dicionário de Política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994 (2 v.)
- SANTOS, L. G. (2003). *Politizar as novas tecnologias: o impacto sócio-técnico da informação digital e genética*. São Paulo: Editora 34, 2012.
- SILVEIRAS, R. (2014) *Consultas públicas para o Marco Civil da Internet e Reforma da Lei de Direito Autoral: a relação entre direito, Internet e Estado na contemporaneidade*. 2014. 297 p. Dissertação (mestrado) – Universidade

Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000936336&opt=1> . Acesso em 22 mai. 2017.

TANENBAUM, A. S.; WETHERALL, D. J. (2011) *Computer Networks* (International Edition). New York: Pearson, 2012. (5ª Ed.)

WIENER, N. (1954) *Cibernética e Sociedade: O uso humano dos seres humanos*. São Paulo: Cultrix, 1968.

*Artigos, capítulos de livro, introduções e apresentações*

BOURDIEU, P. (1988) “É possível um ato desinteressado?” In: \_\_\_\_ (1994) *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas-SP: Papyrus, 1996. p. 137-156

DELEUZE, G. (1973) “Carta a um crítico severo”. In: \_\_\_\_ *Conversações (1972-1990)*. São Paulo: Editora 34, 2010. (Coleção TRANS) p. 11-22

\_\_\_\_. (1980) “Entrevista sobre *Mille plateaux*”. In: \_\_\_\_ *Conversações (1972-1990)*. São Paulo: Editora 34, 2010. (Coleção TRANS) p. 37-49

ELDERS, F. (2011) “Noam Chomsky e Michel Foucault: um choque de paradigmas”. In: CHOMSKY, N.; FOUCAULT, M. *Natureza humana: justiça vs. poder: o debate entre Chomsky e Foucault*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014. p. V-XI

FOUCAULT, M. (1975a) “Poder-corpo”. In: \_\_\_\_ (1979) *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2007. p. 145-152

\_\_\_\_. (1976) “Aula de 7 de janeiro de 1976”. In: \_\_\_\_ *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos) p. 03-26

\_\_\_\_. (1977a) “Poder e Saber”. In: \_\_\_\_ *Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. (Ditos e escritos; IV) p. 223-240

\_\_\_\_. (1982) O Sujeito e o Poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249

GRANOVETTER, M. (1973) The Strength of Weak Ties. *American Journal of Sociology*, v. 78, n. 6, mai. 1973. p. 1360-1380

LYON, D. (1998) The world wide web of surveillance: The internet and off-world power-flows. *Information, Communication & Society*, v.1, n.1, 1998.

MACHADO, R. (1979) “Introdução: Por uma genealogia do poder”. In: FOUCAULT, M. (1979) *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2007. p. VII-XXIII

MOREIRAS, A. M.; RIBEIRO, J.. (2014) “Como funciona a Internet: Camadas e Protocolos”. Apresentação realizada na primeira turma do *Curso de Curta duração da Escola de Governança da Internet no Brasil* (EGI), 12 ago. 2014.

WELLMAN, B. (2005) “Lugar físico y lugar virtual: El surgimiento de las redes personalizadas”. In: PORRAS, José Ignacio; ESPINOZA, Vicente. *Redes: Enfoques y Aplicaciones del Análisis de Redes Sociales (ARS)*. Santiago: Editora Universidad Bolivariana, 2005. p. 69-116

### *Jornais*

COISSI, J. (2013) Julia, 17, e Giana, 16, tiveram imagens íntimas divulgadas. *Folha de S. Paulo*, 01 dez. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/141636-julia-17-e-giana-16-tiveram-imagens-intimas-divulgadas.shtml>>. Acesso em 25 mai. 2017.

MARKOFF, J. (1990) Programmed for Life and Death. *The New York Times*, 26 ago. 1990. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/1990/08/26/weekinreview/ideas-trends-programmed-for-life-and-death.html>>. Acesso em 25 mai. 2017.

### *Documento*

WGIG – Working Group on Internet Governance. (2005) *Report of the Working Group on Internet Governance*, Châteu de Bossey, junho de 2005. Disponível em: <<http://www.wgig.org/WGIG-Report.html>>. Acesso em 22 mai. 2017.



## Autonomia freiriana e tecnicidade simondoniana: conceitos para análise da educação básica no uso de tecnologias informáticas proprietárias e livres

STEFANO SCHIAVETTO<sup>1</sup>

### Resumo

Este resumo apresenta uma discussão teórica preliminar sobre os conceitos de autonomia, de Paulo Freire, e de tecnicidade, de Gilbert Simondon, com o objetivo de fundamentar uma problematização do uso de tecnologias informáticas por estudantes de educação básica no Brasil. Esta discussão teórica consiste no estágio atual de uma pesquisa de doutorado em Sociologia recém-aprovada (iniciada em 2017) pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp. Em breves palavras, entende-se por autonomia freiriana tanto um conceito teórico como uma proposta formativa: uma competência que torna o educando um sujeito crítico, autônomo, capaz e com interesse de problematizar suas vivências, objetivado para a percepção e para a superação de opressões, injustiças e desigualdades do ambiente onde vive. Também em breves palavras, entende-se por tecnicidade simondoniana o conjunto das características técnicas que definem o modo de funcionamento de objetos técnicos, os quais não podem ser compreendidos sem análises socio-políticas de suas existências e tampouco em abstenção de uma filosofia da técnica. A partir dessas definições preliminares, pretende-se definir a tecnicidade de tecnologias informáticas como: o uso de microcomputadores em seus fins gerais, desde a manipulação de suas peças (hardware ou software) para criação de novos objetos, até o uso de massa e seus demais usos possíveis a partir do acesso à internet e de tecnologias de comunicação. Mediante o exposto, este artigo problematiza propostas educacionais de desenvolvimento da autonomia de estudantes em dois cenários escolares: de um lado, escolas que optam pela educação a partir de tecnologias proprietárias – notadamente: Intel, Google e Microsoft; de outro lado, escolas que optam pela educação a partir de tecnologias livres – notadamente, Arduino.

**Palavras-chave:** Freire, Simondon, Autonomia, Tecnicidade, Microcomputador

---

<sup>1</sup>Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/UNICAMP; orientado pelo Prof. Dr. Pedro Peixoto Ferreira; E-mail: stefanoschiavetto@outlook.com.

## GT 7 – Vida urbana, conflito e violência

## Todos sangram na fantástica fábrica de cadáver: uma análise da Chacina do Pavilhão 09

CAMILA DE LIMA VEDOVELLO<sup>1</sup>

### Resumo

A presente pesquisa de doutorado tem por objetivo analisar a Chacina do Pavilhão 09, ocorrida em 18 de abril de 2015, na quadra de uma das torcidas organizadas do time de futebol Sport Club Corinthians Paulista, o Pavilhão 09. Intentamos traçar um estudo sociológico sobre essa chacina em questão a partir dos relatos de integrantes da torcida organizada e de familiares das vítimas, da análise dos autos do processo, além de traçarmos uma análise dos discursos estatais sobre esse evento. Objetivamos ainda, inter-relacionar esse estudo de caso com o universo de chacinas ocorridas na cidade de São Paulo entre os anos 1990 e 2016, através de levantamentos das chacinas ocorridas na cidade e mapeamento territorial dessas para, desse modo, entendermos se as chacinas que contém letalidade policial, podem ser práticas estatais ilegais que se perfazem nas margens do Estado como instrumento de gestão das populações pobres. O estudo de caso sobre a Chacina do Pavilhão 09 poderá nos trazer reflexões sobre a construção social, as memórias e construção jurídica e estatal desses eventos violentos e, ao correlacionarmos o estudo de caso em questão com o levantamento mais abrangente acerca das chacinas na cidade de São Paulo, poderemos deslindar mais sobre essas práticas de violência existentes nas cidades e o possível controle social que engendram sobre as populações.

**Palavras-chave:** Violência, Chacinas, Pavilhão 09, Gestão Das Populações.

---

<sup>1</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/UNICAMP; orientada pela Profa. Dra. Arlete Moysés Rodrigues; financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; E-mail: camilasociais@gmail.com



## Violência *by design*: uma análise sobre formas de interação social nas plataformas digitais

CRISTIANA DE OLIVEIRA GONZALEZ<sup>1</sup>

### Resumo

Os estudos sobre a violência constituem uma parte importante da sociologia. Em geral, tratam tanto de aspectos da vida cotidiana, quanto de mudanças sociais de maior dimensão: relações interpessoais e crime; governo e resistência; relações entre Estados e entre Estados e cidadãos; e outras múltiplas variedades que desestabilizam noções antigas sobre a modernidade. Pesquisas sobre a violência contra mulheres, LGBTQ, minorias indígenas e racismo tem conferido cada vez mais força à necessidade de se incluir a violência como uma questão central na sociologia. No entanto, pouco ou nada tem sido mencionado neste campo sobre fenômenos ligados à violência online, ou seja, sobre as práticas sociais mediadas pela internet que resultam em ações violentas. Mesmo que hoje uma parte significativa da população mundial faça uso das diferentes ferramentas de comunicação e interação digitais, grande parte dos estudos sobre esse tema da violência no universo online ficam restritos a áreas como direito, comunicação, psicologia ou relações internacionais. Este trabalho busca, portanto, associar conceitos chave da sociologia da violência com as práticas que ocorrem por meio da internet, tais como *ciberbullying*, assédio e violência de gênero, *trolling*, ataques de DDoS e outros ciberataques, entre outras, para identificar de que forma os estudos sobre a internet e as tecnologias de informação podem contribuir para o entendimento sobre as formas contemporâneas de violência social. Para isso, além da revisão bibliográfica sobre o tema, será apresentado um mapeamento preliminar das práticas consideradas violentas em algumas plataformas digitais, situando-as nas diferentes chaves de interpretação oferecidas pela sociologia da violência.

**Palavras-chave:** Sociologia da Violência, Tecnologia, Internet, Violência Online.

---

<sup>1</sup>Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/Unicamp; orientada pela Profa.Dra. Marta M. Kanashiro; E-mail: crizalez@gmail.com



## Exército vermelho: a caminhada para a degenerescência social dos conflitos armados em Citésoleil?

JEAN FABIEN<sup>1</sup>

### Resumo

Após o golpe de 30 de setembro de 1991, um conjunto de movimentos sociais surgiu na sociedade haitiana para protestar contra o novo governo militar. Em *Cité Soleil*, a liderança destes era assumida pelos jovens que, parece, teriam abandonado tudo para se tornarem ferventes defensores do mandato constitucional do presidente exilado, Jean-Bertrand Aristide. Visto a amplitude dos mesmos, esses jovens eram tratados de « Exército vermelho », quer dizer grupo envolvido em atos criminosos banditistas. A expressão ganha importância de tal maneira que atingiu uma dimensão semântica, histórica e sociológica inacreditável. À luz dos discursos da imprensa nacional e internacional e dos inquéritos e entrevistas reunidos pelo meio do nosso trabalho de campo neste município, o artigo propõe problematizar os aspectos semântico e sociológico do conceito de « Exército vermelho » a fim de determinar seu eventual envolvimento na degenerescência social dos conflitos armados em *Cité Soleil*.

**Palavras-chave:** Cité Soleil, Exército vermelho, Conflitos armados, Degenerescência social.

### Introdução: Os antecedentes<sup>2</sup>

O presente trabalho tem um duplo objetivo. Primeiro, ressaltar a traçabilidade semântica e conceptual da palavra « Exército Vermelho » principalmente no espaço político e mediático a fim de compreender se realmente este grupo existiu, e, se sim, qual seria seu significado sociológico. O segundo objetivo consiste em problematizar o elemento sociológico na criação desta palavra na perspectiva de enfatizar em que determinado

---

<sup>1</sup> Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/UNICAMP; orientado pelo Prof. Dr. Renato Ortiz; financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; E-mail: jeandefabien1982@yahoo.fr

<sup>2</sup> Este artigo faz parte dos relatos de trabalho de campo realizado no município de Cité Soleil do Haiti, entre janeiro e julho de 2017.

momento sua criação participaria da degenerescência social dos conflitos armados em *Cité Soleil*. Baseando nas matérias que dispomos (entrevistas, inquéritos, história oral) o artigo se articulará em torno de dois aspectos da expressão « Exército Vermelho ». Por um lado, conceptual que se acentua nas realidades sociais da época que têm contribuído à sua formação e, por outro lado, sociológico para determinar os elos que esta noção teria desenvolvido com a degenerescência social do fenômeno dos conflitos armados em *Cité Soleil*. Nossa abordagem consiste menos em justificar, confirmar ou infirmar a existência de uma organização denominada « Exército Vermelho » em *Cité Soleil* do que em ajudar a compreender quais foram os fatores sociais que eram atrás da sua construção e sua emergência. Mas antes de tudo, seria bom saber o contexto socio-histórico que conduziu a tal formulação semântica ou conceptual do nome « Exército Vermelho ».

Com efeito, as lutas e resistências sociais difíceis que acabaram com a ditadura dos Duvalier, em 1986, precipitaram Haiti num processo de democratização tropeçaste. Era uma nova era histórica pelo país tanto do ponto de vista social como política. Mas, ela foi interrompida brutalmente, cinco anos depois, por um golpe de estado militar de 30 de setembro de 1991. Este golpe revoltou a consciência coletiva, provocou uma revolta social quase geral e várias coletividades entraram em rebelião e organizavam um conjunto de lutas sociais clandestinas no país para protestar contra a ilegitimidade do novo governo militar golpista. Em *Cité Soleil*, são os jovens que assumiam a liderança das resistências, e, seu principal objetivo era defender a ordem constitucional e querer seu líder carismático exilado de volta. Estas resistências geraram violência tanto nas repressões policiais como nas reações populares e, visto as confrontações violentas entre civis e policiais que elas provocaram, seus membros eram chamados « Exército Vermelho ». O governo recusa todo diálogo com eles visto sua origem periférica.

Esta expressão era uma maneira incompreensiva ou discriminatória para desqualificar as lutas populares dos moradores de *Cité Soleil* que se

assemelhavam com os dos anos oitenta. A partir daí, a expressão ganhou força e importância tanto no espaço político e social como na mídia de tal maneira que alcançou uma dimensão semântica, histórica e sociológica inesperada. O espaço de diálogo político e de interação social entre os movimentistas e o governo era quase inexistente. Na sua significação sociolinguística, a expressão « Exército Vermelho » seria uma organização criminosa a ser reprimida e baleada pela polícia. E, como a maioria dos jovens que a compõem vem da periferia e a natureza criminosa é sempre atribuída à pobreza, então, com esta caracterização fica mais fácil de marginalizar, discriminar, perseguir e matar esses indivíduos.

Sobre o plano de visibilidade e de popularidade, o nome *Cité Soleil*, anteriormente uma seção comunal do município de Delmas até março de 2002<sup>3</sup>, começou a se tornar famoso tanto dentro da sociedade haitiana como no mundo exterior a partir desses anos noventa que marcaram suas resistências à ditadura e ao regime golpista. Sua rebelião às forças infernais neo-duvalieristas conduzidas pelo exército, pela *FRAPH*<sup>4</sup> e pelos *Attachés*<sup>5</sup> durante o reino do regime militar golpista demonstraram sua

---

<sup>3</sup> A Lei de 11 de abril de 2002 criando as comunas Cité Soleil e Tabarre, em virtude da qual Cité Soleil passou doravante do estatuto de seção comunal ao estatuto de município dotado assim de uma certa autonomia administrativa e dirigida por um conselho municipal de três membros. Disponível em: [http://ciat.bach.anaphore.org/file/misc/20020326\\_Loi.pdf](http://ciat.bach.anaphore.org/file/misc/20020326_Loi.pdf). Último acesso em: 26 jul. 2017.

<sup>4</sup> Força Revolucionária pelo Avançamento e pelo Progresso do Haiti. Uma milícia paramilitar, braço direito do exército, constituída majoritariamente por antigos Macoutes, mas também por novos adeptos dedicados à perpetuação das ideologias duvalieristas no Haiti. Eles eram determinados a transtornar o governo do Sr. Aristide até sua derrota. Por isso, eles se engajaram numa oposição feroz, cega e radical tornando assim toda negociação ou consenso impossível.

<sup>5</sup> Este nome significa adjuvantes, colaboradores e apertados ao corpo Fraph. Eles trabalham em estrita harmonia com este força paramilitar no cumprimento das suas obras sujas. Espiões que eles eram, sua tarefa principal consistia em vigilar e relatar os fatos e gestos de toda pessoa surpreendida criticando o regime. Eles são distintos uns dos outros no sentido de que os membros de Fraph são diretamente associados a Palácio nacional, mas os *Attachés* não tem vínculos com ele. Os membros dos *Attachés* são em maioria antigos macoutes recrutada dentro da população. Se os membros de Fraph estão em funções oficiais e importantes no governo militar, os *Attachés* são tratados em retrógrada, enfim, eles são um corpo mais ou menos hierarquizado, sua hierarquia vem da mesma estrutura de Fraph. Ambos eram uma espécie de reprodução dos VSN da época de Duvalier remobilizados sob outra denominação e se uniam para manter o terror. Os *Attachés* e o *FRAPH* têm a mesma base localizada na época

capacidade de se impor na cena política apesar das perseguições e opressões políticas. *FRAPH* e *Attachés* são milícias paramilitares coadjuvantes do exército para reprimir as manifestações populares e manter o estado de medo, de terror e de inquietação em todos os espíritos. Em *CitéSoleil* elas cometeram muitos atos de barbárie contra a população perseguindo todos os que se opuseram ao regime, em particular, os do partido político *Lavalas*. Um terror, como diria Constant Benjamin (1988), que mata nos grandes espíritos toda humanidade e todo bom senso surgiu neste município. Em outras palavras, os maltratos humanos, castigos corporais e violências políticas persistem.

Os momentos pós-golpistas (1992-1994) eram marcados principalmente pelo retorno com força dos *Tontons Macoutes*<sup>6</sup> que precipitou drasticamente o país na inconstitucionalidade, ingovernabilidade, insegurança e instabilidade total. Sem exagerar, este período era caracterizado também

---

no centro da cidade em frente ao Palácio Nacional. Eles compõem o sistema suplementar do exército. Em qualquer caso, eles trabalham tão perfeitamente em harmonia que às vezes é difícil distingui-los.

<sup>6</sup>Parece que os antigos *Tontons Macoutes* expulsos da cena política em 1986 para ressurgirem em 1991 após o golpe, ainda poderosos e intransigentes no Haiti, não estavam prontos para perdoar às palavras pronunciadas por Aristide durante suas campanhas eleitorais em 1990, durante as quais ele disse em crioulo haitiano: "paneglijebayosayomerite" falando com o povo. Este "yo" que é traduzido como "eux" em francês e "eles" em português é um pronome pessoal plural indefinido que provavelmente criará confusão e dúvida nas mentes, designando uma multidão ou uma categoria de pessoas indexadas pelo uso de uma linguagem metafórica. No entanto, vários comentários atribuíram esse "yo" aos *Tontons Macoutes*. Eles também pensavam que Aristide estava falando deles ao utilizar o pronome "yo". As declarações de Aristide foram feitas num contexto de grandes distúrbios sociais em que os *Tontons Macoutes* perseguidos pelo povo foram realmente queimados vivos se eles, por acaso, se deixaram apreendidos por uma multidão colérica. Além de coincidirem com o fenômeno da alta violência civil caracterizada por linchamentos, tiroteios, massacres, caças, e assim por diante, essas palavras envenenaram a situação. Na verdade, a prática popular de queimar vivos os *Macoutes* ou os *Attachés* ou membros do *FRAPH* ou qualquer pessoa vítima da *cultura de intolerância* social geral – muito frequente desde 1986 – consistiu em suspender em torno dos pescoços da vítima borrachas molhadas com gasolina, alguém só tem que acender uma partida e aqui estamos na presença de uma cena horrível de um ser humano lutando, lutando sob fogo. Sem nomeá-los e talvez sem avaliar as consequências da sua atitude odiosa a respeito dos *Tontons Macoutes*, as palavras de Aristide aumentaram o pináculo da divisão e do ódio. Além disso, pouco depois de sua inauguração como presidente da república em fevereiro de 1991, ele teria novamente estigmatizado esta categoria tão odiada e detestada na sociedade haitiana. Alguns descreveram suas frases metafóricas como incitações à violência. Assim, Aristide foi acusado de ser responsável pelos *Tontons Macoutes* queimados vivos.



pelo nível de insocialidade que atingiu todas as camadas sociais da sociedade haitiana. Este estado se traduz primeiro pela decomposição social absoluta da coesão social e do *vivre-ensemble* coletivo, segundo, pela negação da solidariedade social para não falar da aniquilação da confiança e de tudo que constituiu a força coletiva no ser haitiano, ele, que, por tentativas e incertezas, se contentou só de uma sobrevivência precária. Em *Cité Soleil*, as violências começaram a alcançar um nível de exageração e de extensão insuportável. A desconfiança estava em todo lugar. O espírito coletivo desaparece. A miséria declara guerra contra os indefensíveis.

É que as repressões políticas, as excessividades criminais do governo militar (violência institucional ou estadual) contra uma população famélica, miserável e pauperizada (violência social), lhe impedindo expressar livremente suas opiniões (violência simbólica), enfim, todas essas formas de violência eram ilimitadas. Jovens, cidadãos honestos, profissionais oriundos de famílias modestas eram obrigados de entrar na clandestinidade para escapar-se às atrocidades militares. No sentido que Jean Fouchard (1988) o sublinhou, eles se tornavam marrons do silabário, não para se esconderem nas montanhas longe das ferocidades dos brancos no objetivo de instruir-se, mas, desta vez, para fugir as atrocidades dos seus próprios compatriotas que transformaram sua vida em um inferno lhe impedindo de pensar e refletir para a realização do seu sonho (violência psicológica). Para sobreviver, a resistência e os agrupamentos clandestinos são o caminho irreversível.

Mas, esta situação levou às confrontações internas e externas. De um lado, os mal-entendidos entre os grupos de resistências que se tornaram rivais, as respostas às violências policiais às vezes por coalizações ou de maneira isolada do outro. Assim, no município de *Cité Soleil*, todas as condições eram reunidas para qualificar arbitrariamente e impropriamente esses grupos de organização criminosa usando a expressão mais apropriada que é « Exército Vermelho ». Ela haveria formas variadas difíceis de decifrar segundo a polícia nacional. Começamos então a entrar na irreversibilidade dos conflitos

armados entre eles e a polícia, das rivalidades interindividuais entre eles mesmos. Os organismos internacionais eram dentre os primeiros a chamar atenção do mundo sobre o que estava acontecendo em *Cité Soleil* nesta época. Amnesty International, um deles, declarou:

Uma gangue conhecida como o Exército Vermelho é considerada responsável pela violência que ocorreu em Cité Soleil após o tiroteio da polícia de novembro de 1995. Em dezembro de 1995, o chefe da polícia local disse que ele estimou que o tamanho da gangue na cidade era de cerca de 200 membros, divididos em células pequenas, e que a maioria era conduzida apenas pela atração do ganho (AMNESTY INTERNATIONAL, 1996, p. 5) (Nossa tradução).

Em 1998, um grupo de pesquisadores canadenses da organização *Immigration and Refugee Board of Canada (IRBC)* demonstrou um interesse crucial pela mesma situação. A conclusão do relato da sua pesquisa se lê assim:

Nenhuma informação suplementar sobre o grupo «Exército Vermelho» foi encontrada entre as fontes consultadas pela direção das pesquisas nos detalhes prescritos para a resposta a este pedido (IRBC, 1998, p. 2) (Nossa tradução).

Assim, o « Exército Vermelho » seria o produto de uma desinformação e da vontade de um setor interessado da sociedade para diabolizar os movimentos desses jovens revolucionários que, no meio do golpe de estado, lutavam por uma melhoria das suas condições de vida na cidade, se quisermos acreditar nas palavras do denominado África numa entrevista concedida ao jornal *Le Devoir*. Segundo este jornal, as únicas entidades armadas que existiam na cidade no momento em que as pessoas falavam daquele «Exército Vermelho» eram *FRAPH e Attachés*. A terrorização da população foi, portanto, causada por esses grupos paramilitares, por isso não era concebível que existissem outros grupos armados paralelos no mesmo espaço em que eles desejavam governar sozinhos. Era obvio que tenha alguns grupos armados em

*Cité Soleil* – um fato incontestável e incontestado –, mas isso não significa no entanto que eles cometem atos criminosos (LE DEVOIR, op. cit. p. B5).

### **Elos de causalidade entre "Exército Vermelho" e degenerescência social dos conflitos armados em Cité Soleil**

O «Exército Vermelho» causou mais danos em seu aspecto conceitual do que em sua dimensão real, social. A força do conceito é muito mais rápida do que as realidades sociais propriamente ditas. Não é uma noção sem sentido e vaga, mas a tradução errada ou certa dos fatos sociais irrefutáveis. Com efeito, de qualquer maneira, em seu nível real ou imaginário com sua propaganda e expansão, acreditamos que a noção «Exército Vermelho» em diversas vertentes tenha alguns elos com a degenerescência social dos conflitos armados em *Cité Soleil* do ponto de vista sociológico. É isso que, através dos inquéritos, propomos destacar nos parágrafos seguintes.

#### ***E se admitirmos que o "Exército Vermelho" existia realmente?***

Admitir que, à origem, uma tal organização nascesse em *Cité Soleil* num período em que havia o reino de medo, terror, preocupação, incerteza, frenesia nos corações e nos espíritos, muitas violações dos direitos humanos, é entender que ela refletia a resistência armada dos jovens ociosos, desorientados e abandonados contra os paramilitares. Partindo desta suposição, esta criação não seria apenas a expressão dos movimentos sociais revolucionários, mas também uma possibilidade de ter atos criminosos nas massas empobrecidas, inferiores e desumanizadas que são, há muito tempo, empilhadas em favelas produzindo e reproduzindo uma criminalidade planejada.

O que se entende por criminalidade planejada é o fato de que atores sociais, políticos e econômicos (o Estado, órgãos sociais e políticos, instituições privadas, ONGs nacionais e internacionais, etc.) precipitam ou



incitam voluntariamente por suas ações desonestas e desleais, os indivíduos a uma criminalidade de sobrevivência, abandonando-os e explorando sua miséria e pobreza. Ao invés de participar do bem-estar dessas pessoas através do trabalho, emprego, salários razoáveis e dignos lhes facilitando um modo de vida decente, uma renda razoável para alcançar seus sonhos, eles as expõem à violência. Nesse sentido, essas pessoas não podem ser consideradas como pobres, mas como empobrecidas, elas não são miseráveis, mas reduzidas a um miserabilismo planejado.

Aqueles que viveram nos anos noventa viam nesses jovens acusados de serem membros de «Exército Vermelho», não só a bravura, a perspicácia e a resistência à máquina militar sanguinária e implacável, mas ainda a esperança de um *Cité Soleil* forte, unida e organizada. Mas se sua luta se deteriorou gradualmente e sua associação tornou-se desconfiável pela população de *Cité Soleil*, é que as condições sociais e econômicas e a marginalização que sofreram estão em questão. Todo desejo de pacificidade desapareceu nas guerras fratricidas despertadas pelo seu estado de fragilidade, maleabilidade e vulnerabilidade. Sem trabalho ou emprego, abandonados, sem recursos próprios, com um nível de educação inadequado no mercado de trabalho já saturado, alguns jovens mais impacientes criaram suas próprias atividades lucrativas: assalto à mão armada, crime organizado, banditismo, sequestro, assassinatos, para sobreviver.

O «Exército Vermelho» representaria então uma parte incapacitante da população de *Cité Soleil* inteira. Os esforços dos jovens para parar sua propagação eram infrutíferos, pois o setor responsável pela sua popularização e expansão, a saber, a imprensa e a opinião política era determinado. Estrutura social não hierarquizada, «Exército Vermelho» continua sendo uma das realidades sociais da época que outras pessoas confirmam ter visto e vivido. Para isso, nossos argumentos se basearão nas declarações de alguns dos nossos entrevistados cujas entrevistas nos permitem de reconstruir sociologicamente os fatos passados.



*O «Exército Vermelho»: uma estrutura coletiva cuja existência é confirmada por alguns habitantes de Cité Soleil*

Em uma investigação realizada em *Cité Soleil*, entre maio e junho de 2017, intitulada *Processo de Formação dos Grupos Armados* (Questionário 4), dezoito pessoas entre 25 e 70 anos concordaram em responder nossas perguntas. Esta investigação procurou entender principalmente por qual mecanismo os grupos armados foram formados e mobilizados com tanta frequência neste município e, em segundo lugar, trouxe informações sobre o primeiro grupo armado que existia lá. Em relação ao segundo objetivo, descobriu-se que à questão: *O primeiro grupo armado que surgiu ou se formou em Cité Soleil volta em que ano? (Questão 15)*, 9 pessoas – representando 50% de uma amostragem de 18 entrevistados – mencionaram explicitamente o nome do Exército Vermelho como o primeiro grupo armado que teria existido em *Cité Soleil*. Outros, por falta de memória, lembrem-se dos nomes mais famosos como Ti Blanc, Fedner, Ti Americain, Ti Mizè, que são os pioneiros das primeiras bandas armadas em *Cité Soleil*. A tabela a seguir apresenta em detalhes o que estamos falando:

Idade	Sexo	Escolaridade	Respostas
46	M	3ème sec.	L'armée rouge = mouvement révolutionnaire surgiu le 12 nov. 1991
60	M	licence em théologie	l'armée rouge em 1994
42	M	8ème a.f.	l'armée rouge depuis 1996
66	M	moyens 1	je ne sais pas
36	M	Philo	l'armée rouge, um groupe opposé à la fadh après le départ d'aristide em 1991. elle a commencé em 1996.
42	F	licence en informatique	le groupe des dénommés ti mizè et fedner à brooklyn
32	M	Rhétó	l'armée rouge entre 1995–1996
70	M	moyens 2	groupe ti américain, après vient l'armée rouge
41	M	universitaire	je ne sais pas
42	M	Seconde	em 1992–1993 à bélékou
43	M	universitaire	groupe d'un dénommé ti mizè qui opérait avec les armes blanches
28	F	universitaire	l'armée rouge est le 1er, le 2ème était formé de kovington, c'était des cambrioleurs à armes blanches
37	M	universitaire	je ne sais pas
44	M	élémentaire 2	1996



28	M	préparatoire 2	1990
25	M	Seconde	legroupe à ti blanc
49	M	nesaitnilireniécrire	l'arméerouge em 1994
48	M	élémentaire 2	l'arméerouge em 1994

**Tabela 1. Fonte: Autor.**

No aperfeiçoamento das investigações, verificamos que se os nomes como Ti Américain, Ti Blanc e Ti Mizè, várias vezes citados pelos entrevistados, não fossem os principais líderes daquele «Exército Vermelho», quando mesmo elesteriam tido alguns laços muito estreitos com ele. Então, concluimos que quatro dos respondentes que mencionavam esses nomes admitiram que eles fizessem parte deste grupo real em *Cité Soleil*. Além disso, sete dentre eles situam o aparecimento desta organização entre 1994-1996, enquanto outros sustentam que desde novembro de 1991 ela era presente, ou seja, dois meses após o golpe de 30 de setembro de 1991. Finalmente, a maioria dos nossos entrevistados se refere aos anos que sucederam o golpe de estado para concordar sobre o surgimento do «Exército Vermelho». Talvez, esta criação resulte do golpe de 1991.

Nesta mesma perspectiva de relação entre o início dos conflitos armados e o nascimento do «Exército Vermelho», realizamos um outro inquérito sociológico intitulado: *Os eventos de 2004-2006* (Questionário 2). Entre um total de noventa e dois entrevistados, 42, 32% argumentam que os conflitos armados em *Cité Soleil* datam após 1990, período correspondente à derrubada de Aristide pelo golpe de estado de 30 de setembro de 1991, ao estabelecimento de um regime militar no Haiti e, possivelmente, ao surgimento de vários grupos rebeldes dentro da capital. O objetivo era verificar a partir de quando começaram os conflitos armados e os grupos armados foram identificados em *Cité Soleil*. Para chegar a este resultado, nossos noventa e dois entrevistados responderam à seguinte questão: *os conflitos armados começaram em Cité Soleil antes, depois ou exatamente em 1990?* (Q4).

Comparando os resultados dos *Questionário 3* e *Questionário 4*, constatamos uma certa correlação entre o início dos conflitos e a formação



daquela organização denominada « Exército Vermelho » no sentido de que a ênfase foi colocada no período posterior a 1990 em que os eventos alcançaram um nível de degenerescência social e política em *Cité Soleil*.

Ainda viva e bastante fresca em *Cité Soleil*, a geração de 1990 tem agora 27 anos. Estimamos que, em 1990, uma criança de 6 anos, se não sofreu de um problema de falta de memória, tem a capacidade de lembrar dos eventos que ocorreram ao seu redor, razão pela qual a idade mínima que consideramos era 18 anos. De fato, 62 pessoas de ambos os sexos de 33 anos ao menos foram entrevistadas dentre os noventa e dois. 23 destes 62 afirmam que os conflitos armados em *Cité Soleil* começaram bem antes de 1990. Para 28 pessoas eles se situam após 1990 enquanto 9 afirmam que foi exatamente em 1990 que as coisas se deterioraram na comuna. Finalmente, se levarmos em consideração todas as 92 pessoas entrevistadas, 32 dentre elas afirmam que os conflitos armados vêm antes de 1990, 12 sublinham que eles começaram exatamente em 1990, enquanto 44 concordam que eles surgem após 1990 conforme mostrado na tabela a seguir.

Idade	Quant.	M	F	Antes 1990	1990 exato	Após 1990	Je ne sais pas
Moins de 33 ans	30	13	17	9 (23,33%)	3 (10%)	16 (53,33%)	2 (6,66%)
Plus de 33 ans	62	39	23	23 (37,09%)	9 (12,9%)	28 (45,93%)	2 (3,22%)
<b>Total</b>	<b>92</b>	<b>52</b>	<b>40</b>	<b>32 (34,78%)</b>	<b>12 (13,04%)</b>	<b>44 (47,82%)</b>	<b>4 (4,34%)</b>

Tabela. Fonte do Autor.

O nome «Exército Vermelho» constituiu um excesso linguístico perigoso na história da cidade de *Cité Soleil*. Já, podemos observar esta obsessão dentre os nossos entrevistados. Ele foi citado mais vezes pelos homens (16) do que pelas mulheres (2). Um resultado que não é surpreendente na medida em que a categoria feminina foi muito menos movida por essas atividades em

*Cité Soleil* nos últimos 20 anos e pouca interessada por este assunto social, mas altamente politizado do que os homens. Assim, há provas evidentes de que a partir dos anos noventa alguns grupos armados começaram a aparecer em *Cité Soleil*, e eram vistos como organização criminal e terrorista. Do ponto de vista sociológico, este nome é menos importante do que os fatos sociais que serviam a criá-lo.

Os fatos que marcaram o início dos conflitos armados em *Cité Soleil* não são unânimes entre os nossos entrevistados. No âmbito do Questionário 1 intitulado: *Situação dos conflitos armados*, a pergunta nove (Q9) formulada da maneira seguinte: *Quais seriam, segundo você, os fatos que marcaram o início dos conflitos armados em Cité Soleil?*, foi respondida por 24 entrevistados. Cada um mencionou um evento diferente. No entanto, todos os eventos citados refletiram a realidade da época e estão de acordo com a cronologia que estamos tratando.

Os conflitos armados começaram com Simon Pelé e Cité Soleil em torno de 1990-1992 e foram causados por um cão que pertencia a um residente de Simon Pelé. Este cão foi morto por pessoas de Cité Soleil com uma arma crioula, mas marchetes e varas foram os mais utilizados nesses conflitos, que fizeram dezenas de vítimas<sup>7</sup> (entrevistado 1) (nossa tradução).

Isto é a declaração do respondente # 16 do *Questionário 1* de 47 anos, licenciado em Direito e professor de ensino médio em *Cité Soleil*. Ele não mora mais em *Cité Soleil* desde 2004. Mas, trabalha lá e frequenta o bairro pelo menos cinco vezes por semana por causa do seu cargo de diretor acadêmico. Um líder de uma organização social e cultural que evolui dentro da cidade, de 44 anos, informático, morando em Cité Soleil desde 1973, a quem é atribuído o # 20, argumentou:

Os conflitos armados existiram em *Cité Soleil* desde sua fundação em 1967 por François Duvalier. Boston e *Brooklyn* são as primeiras localidades construídas e os primeiros conflitos em

---

<sup>7</sup> Entrevista concedida pelo respondente 16 no âmbito do *Questionário 1* em 5 de maio de 2017.



1988 entre Warf e *Linthau 1* foram devidos a uma questão de água<sup>8</sup> (entrevistado 2) (Nossa tradução).

Se um consenso é difícil de encontrar na data de nascimento do Exército Vermelho em *Cité Soleil*, a situação é mais grave no que diz respeito ao seu local de nascimento. Para encontrar uma resposta a este problema, fizemos a seguinte pergunta a dezoito pessoas que participaram ao inquérito do *Questionário 4: Quais seriam, conforme você, os bairros em Cité Soleil onde os grupos armados são formados de maneira mais frequente? (Q8)*. As respostas não surpreendem: o nome de *Boston* aparece 10 vezes e o de *Bélécou* 8 vezes. Na história de Cité Soleil, Boston é sempre percebida como o bastião dos sujeitos armados mais perigosos.

Nossos entrevistados dos Questionários 1, 3 e 4 são quase unânimes em admitir a existência no tempo e no espaço do «Exército Vermelho» que eles atribuíam à palavra *Baz*<sup>9</sup>. As *Baz* abandonaram o uso das armas brancas em prol das armas de fogo. O armamento das *Baz* em *Cité Soleil*, que serão confundidas com as Organizações Populares (OP) é um processo longo e muito complexo. Talvez, ele tenha sua origem na caça popular dos *Tontons Macoutes* em 1986, no desmantelamento descontrolado dos *Attachés e FRAPH* em 1994 após o retorno de Aristide, ou fosse causado por negligência

---

<sup>8</sup>Entrevista concedida pelo respondente 16 no âmbito do *Questionário 1* em 3 de maio de 2017.

<sup>9</sup> Um tipo de agrupamento social onde se pratica a solidariedade coletiva e a assistência social mútua, em grande parte composto por jovens desempregados que dependem apenas de pequenos empregos ou de atividades econômicas esporádicas para comer. Nas *Baz*, a reciprocidade e a mutualidade predominam, então o "bem" de alguém é o de todos. Por exemplo, uma camisa, uma camiseta, um par de calças, um tênis ou outro pode ser colocado por várias pessoas. Mesmo um cigarro provavelmente fuma entre várias pessoas, passando-o de mão em mão. A adesão às *Baz*, não obedecendo a nenhuma regra lógica, racional ou objetiva, é baseada na afinidade, amizade, solidariedade, familiaridade, proximidade ou reconhecimento. Se no início as *Baz* tivessem esta vocação de ajuda social e fraterna, ao longo do tempo esta foi manchada. Por conseguinte, transformando-se em uma verdadeira garota de bandidos e grupos criminosos envolvidos em atos anti-sociais: roubo, estupro, banditismo, assassinato, assalto etc., as *Baz* são mais reconhecidas por sua expressão de vida coletiva. No entanto, algumas *Baz* bairros populares resistiram à marginalização, à discriminação e à fobia e às críticas de serem santuários dos bandidos. Algumas conservaram sua forte dimensão social e coletiva muito cara para elas. É nesse sentido que devemos entender o fenômeno sociológico das *Baz* que existem até hoje em Cité Soleil.



de alguns soldados onusianos ou americanos presentes no Haiti na época, que nunca conseguiram proteger cuidadosamente suas armas. Elas eram facilmente acessíveis às crianças chamadas improvisadamente *cocorates*<sup>10</sup>. O mesmo jornalista canadense do jornal *Le Devoir* descreve muito bem uma das ocorrências frequentes em *Cité Soleil* nos anos noventa, que poderia ser um fator deste armamento invisível e clandestino na época em que os soldados onusianos e americanos eram presentes no Haiti:

Meio-dia. Um longo engarrafamento bloqueia a circulação na estrada nacional número 1, nos arredores de Cité Soleil. De repente, uma dúzia de crianças, de oito a doze anos, derretem em um caminhão branco da ONU. Em questão de segundos, eles puxam a bagageira para fora da van. Quando dois soldados de Bangladesh descem da cabine, aglomerados com seus rifles, os meninos já estão longe com várias caixas como estragos. Produtos da miséria e símbolo do crescimento da delinquência, essas crianças da rua, conhecidas como "cocorates", dão enxaqueca aos funcionários da MINUHA. Não sabendo como lidar com as pilhagens dos "cocorates", eles recomendam rotas desviadas para chegar a sede da MINUHA (CAROIT, Opcit, p. B5) (Nossa tradução).

Caixas de quê? De comidas, de sucos, de brinquedos, de armas, de roupas, de livros, de águas? Se o autor não estiver claro a respeito do conteúdo das caixas, ele é, no entanto, muito certíssimo sobre um fenômeno muito frequente nos conflitos armados em Cité Soleil, a saber, o uso das crianças como adjuvantes. É claro que elas não estejam presentes nesta hora e neste lugar por acaso. Na época, elas eram sempre usadas pelos sujeitos armados mais experimentados a estes fins: estarem no local certo e na hora certa para distrair os soldados onusianos e roubar suas armas, ou irem às bases dos *Marines* Americanos, brincar com eles e roubar suas armas, pois, eles sabem que militares não atiram nas crianças. As belas mulheres haitianas eram também usadas a estes fins porque os soldados onusianos e americanos

---

<sup>10</sup> Crianças de rua

adoravam vê-las. Era uma prática muito comum dos grupos armados nesta época. Assim, é muito provável que o conteúdo dessas caixas era armas.

As crianças, após roubarem as armas, vão entregá-las aos membros das *Baz* com quem eles têm um relacionamento doméstico, familiar ou amigável muito íntimo. Como recompensa, elas se tornam gentes de confiança dos chefes, recebem dinheiro, comida, brinquedos, roupas. O uso das crianças como contrabandistas, informantes ou adjuvantes em grupos armados, a situação das meninas usadas como escravas sexuais e, o pior, seu envolvimento forçado em assassinatos, são um problema social crucial no fenômeno dos conflitos armados em Cité Soleil.

Em resumo, o processo de armamento acelerado e ininterrupto dos grupos armados em *Cité Soleil* pode ser, hipoteticamente, explicado por quatro fatores. Primeiro, em *Cité Soleil*, como noutros bairros populares, os *Macoutes em 1986*, os *Attachés e* os membros de *FRAPH em 1994* foram caçados pela própria população, em particular, por aqueles grupos clandestinos de jovens que asseguravam as resistências. Segundo, durante a missão dos *Marins Americanos* implantados no Haiti em 1994 e das tropas onusianas presentes no Haiti desde 1992, as crianças eram utilizadas para roubar as armas deles ou por negligência ou cumplicidade deles durante as patrulhas nos distritos de alta intensidade de violência. Terceiro, as invasões das prefeituras e subprefeituras de polícia que era um fenômeno muito comum em *Cité Soleil* era também uma possibilidade para os grupos invasores conseguirem armas e munições. E, finalmente, o roubo das armas dos indivíduos particulares durante os assaltos.

### Considerações Gerais

Se o nome de «Exército Vermelho» fosse incessantemente atribuído aos jovens de *Cité Soleil*, não era porque eles eram armados, pois noutros bairros populares como *Fontouron, La Saline, Delmas 2* havia também grupos armados. Ademais, havia também nesses mesmos bairros frequentemente



confrontações entre grupos armados e policiais, mas lá nunca ouvimos falar de tal organização. Este nome que surgiu logo depois do armamento das *Baz* em diferentes bairros de *Cité Soleil*, se justifica, primeiro, pelo fato de que *Cité Soleil* era o bairro mais rebelde ao regime militar, segundo, pela organização dos grupos brigadeiros que assemelhava verdadeiramente a um exército durante as exibições de 1996. Era muito raro que um fato deste tamanho se produza. Em uniformes militares e policiais<sup>11</sup>, os líderes projetavam posturas militares e gesticulavam como soldados verdadeiros, os outros sob suas ordens repetiam os mesmos movimentos.

Ora, por ter sido tão famosa durante a ditadura dos Duvalier como zonas de represália, lugar de sangue, de todas as calamidades humanas, de todos os tipos de crimes, *Cité Soleil* foi sempre muito mal vista pela sociedade haitiana e pela comunidade internacional. Lá predominavam as situações seguintes: cadáveres não identificados muito frequentemente encontrados no mar na década de 1990; insalubridades desbordantes; ambiente enchido de lixos em todas as ruas; crianças nuas brincando nas águas sujas, bandidos roubando o dia inteiro; exploração pelas ONGs locais e internacionais da pobreza dos habitantes, repetidas rivalidades entre os diferentes distritos, insatisfação contínua da população sempre expressada com violência, hostilidades aos policiais, tudo isso participa da má reputação de *Cité Soleil*.

Em suma, longe de ser um exército altamente militar bem organizado e treinado com os princípios e regulamentos que regem qualquer instituição militar normal, o exército vermelho de *Cité Soleil* não permanece na sombra

---

<sup>11</sup>Conflitos violentos e armados entre as forças policiais e as bandas armadas, por vezes, resultam na apreensão por estas últimas equipamentos e matérias das forças de ordem. Assim, durante os primeiros confrontos armados entre a polícia e as bandas armadas de *Basrail*, *Boston* e *Soleil 9*, que ocorreram entre novembro de 1995 e janeiro de 1996, os indivíduos armados levaram consigo uniformes policiais, armas e um carro. Também deve ter em mente que, durante as revoltas populares de 1986, uniformes e armas militares também foram roubados, Tontons Macoutes assassinados, maltratados e seus quartéis saqueados pela população. Em 1994, o retorno de Aristide provocou o mesmo cenário com os Attachés. Em 2004, não foi possível estimar o número de equipamentos, de armas e de matérias da polícia nacional levados pelos bandidos tanto na subprefeitura de Warf como na prefeitura da estrada nacional #1 – antes de serem incendiadas – de 2004 a 2004 durante a *Operação Bagdá*.

dos seus inventores, mas está conectado com os fenômenos sociais da época que ele não esmiúça bem. Assim, que se trata de uma discriminação, de uma linguagem excessiva, de uma violência linguística – como é usual na sociedade haitiana –, de uma tentativa de corrupção da opinião pública, de uma banalização das reivindicações dos jovens que aspiravam às mudanças sociais, políticas e econômicas, fora de tudo isso, a formulação do «Exército Vermelho» era, particularmente, interessante do ponto de vista sociológico para entender o ponto de partida das violências coletivas e dos conflitos armados que estão longe de desaparecer nesta grande favela.

### Referências bibliográficas

AMNESTY INTERNATIONAL. Haïti: “Une Question de Justice”. *Amnesty International*, Londres, 1 fev. 1996. Disponível em: <http://www.refworld.org/docid/3ae6a9a80.html>. Acesso em: 31 jul. 2017.

CAROIT, J. “Lesactes de violence se multiplient en Haïti”. *Le Monde*, Paris, 18 mar. 1995. Disponível em: [http://www.lemonde.fr/archives/article/1995/03/18/les-actes-de-violence-se-multiplient-en-haiti\\_3867300\\_1819218.html?xtmc=fraph&xtcr=12](http://www.lemonde.fr/archives/article/1995/03/18/les-actes-de-violence-se-multiplient-en-haiti_3867300_1819218.html?xtmc=fraph&xtcr=12). Acesso em: 31 jul. 2017.

CAROIT, JI. “Guérillaur baineen Haïti: La mystérieuse « arméerouge » de Cité Soleil”. *Le Devoir*, Montréal, 3 jan. 1996, p. B5. Disponível em: [http://collections.banq.qc.ca:81/jrn03/devoir/src/1996/01/03/B/5226335\\_1996-01-03\\_B.pdf](http://collections.banq.qc.ca:81/jrn03/devoir/src/1996/01/03/B/5226335_1996-01-03_B.pdf). Acesso em: 31 jul. 2017.

CONSTANT, “Benjamin. Des effets de la terreur”. In: *De la force dugouvernementactuel de la France et de lanécessité de s’yallier: Des réactions politiques; deseffects de laterreur*. Paris: Flammarion, 1988. p. 161-178.

DEBRAY, L, STEINER, A. *La fraction armée rouge: guérillaurbaineen Europe occidentale*. Paris: Meridiens Klincksieck, 1988.

FOUCHARD, J. *Les marrons du syllabaire*. Port-au-Prince: Henri Deschamps, 1988.

GROSSMAN, V. *Um escritor na guerra: Vasily Grossman com o exército vermelho 1941-1945* / editado e traduzido do russo para o inglês por Antony Beevor e Lula Vinogradova, tradução Bruno Casotti. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

HAÏTI. Loi de 11 de abril de 2002. Portant la création des communes de Tabarre et de Cité Soleil. Disponible em: [http://ciat.bach.anaphore.org/file/misc/20020326\\_Loi.pdf](http://ciat.bach.anaphore.org/file/misc/20020326_Loi.pdf). Acesso em: 26 jul. 2017.

HOPQUIN, B. “La guerre de l’eau à Cité Soleil”. *Le Monde*, Paris, 15 jun. 2007. Disponible em: [http://www.lemonde.fr/ameriques/article/2007/06/15/haiti-guerre-de-l-eau-a-cite-soleil\\_923953\\_3222.html?xtmc=cite\\_soleil&xtcr=5](http://www.lemonde.fr/ameriques/article/2007/06/15/haiti-guerre-de-l-eau-a-cite-soleil_923953_3222.html?xtmc=cite_soleil&xtcr=5). Acesso em: 30 jul. 2017.

IMMIGRATION AND REFUGEE BOARD OF CANADA. Haïti: Information sur une organisation appelée « Armée rouge » à Cité-Soleil (Port-au-Prince), ses liens avec le mouvement Lavalas (pro-Aristide) et attitude des autorités à l'endroit de ses membres (1990-1998). 1 jul. 1998. Disponible em: <http://www.refworld.org/docid/3ae6ad13c.html>. Acesso em: 20 jul. 2017.

INSTITUT HAÏTIEN DE STATISTIQUE ET D'INFORMATIQUE (IHSI). Population totale, population de 18 ans et plus ménages et densités estimées en 2015. Disponible em: [www.ihsi.ht](http://www.ihsi.ht). Acesso em: 31 jul. 2017.

LE MONDE. “Haïti, carnage d’après la messe”. *Le Monde*, Paris, 2 oct. 1994. Disponible em: [http://www.lemonde.fr/archives/article/1994/10/02/haiti-carnage-d-apres-messe\\_3843289\\_1819218.html?xtmc=fraph&xtcr=21](http://www.lemonde.fr/archives/article/1994/10/02/haiti-carnage-d-apres-messe_3843289_1819218.html?xtmc=fraph&xtcr=21). Acesso em: 30 jul. 2017.

LE MONDE. Haïti: “À Cité Soleil, l’électricité a vaincu le vainqueur”. *Le Monde*, Paris, 4 oct. 1994. Disponible em: [http://www.lemonde.fr/archives/article/1994/10/04/haiti-a-cite-soleil-l-electricite-a-vaincu-la-peur\\_3843942\\_1819218.html?xtmc=cite\\_soleil&xtcr=4](http://www.lemonde.fr/archives/article/1994/10/04/haiti-a-cite-soleil-l-electricite-a-vaincu-la-peur_3843942_1819218.html?xtmc=cite_soleil&xtcr=4). Acesso em: 30 jul. 2017.

LE MONDE. Haïti: “Les néo-duvaléristes célèbrent leur ‘victoire’”. *Le Monde*, Paris, 2 nov. 1993. Disponible em: [http://www.lemonde.fr/archives/article/1993/11/02/haiti-les-neo-duvalieristes-celebrent-leur-victoire\\_3935822\\_1819218.html?xtmc=fraph&xtcr=42](http://www.lemonde.fr/archives/article/1993/11/02/haiti-les-neo-duvalieristes-celebrent-leur-victoire_3935822_1819218.html?xtmc=fraph&xtcr=42). Acesso em: 31 jul. 2017.

LE MONDE. D’après la revue américaine “The Nation” La CIA aurait financé le principal mouvement paramilitaire anti-Aristide. *Le Monde*, Paris, 8 oct. 1994. Disponible em: <http://www.lemonde.fr/archives/article/1994/10/08/d-apres-la-revue-americaine-the-nation-la-cia-aurait-finance-le-principal-mouvement-paramilitaire>. Acesso em: 31 jul. 2017.

LE MONDE. Haïti: “Massacre aux Gonaïves”. *Le Monde*, Paris, 27 avr. 1994. Disponible em: <http://www.lemonde.fr/archives/article/1994/04/27/haiti-massacre-aux-gonaives>



[massacre-aux-gonaives\\_3825747\\_1819218.html?xtmc=fraph&xtcr=31](http://www.lemonde.fr/archives/article/1994/05/29/haiti-le-retour-des-tontons-macoutes_3831278_1819218.html?xtmc=fraph&xtcr=31).

Acesso em: 31 jul. 2017.

LE MONDE. Haïti: “Le retour des ‘tontonsmacoutes’”. *Le Monde*, Paris, 29 mai. 1994. Disponível em:

[http://www.lemonde.fr/archives/article/1994/05/29/haiti-le-retour-des-tontons-macoutes\\_3831278\\_1819218.html?xtmc=fraph&xtcr=28](http://www.lemonde.fr/archives/article/1994/05/29/haiti-le-retour-des-tontons-macoutes_3831278_1819218.html?xtmc=fraph&xtcr=28). Acesso em: 31 jul. 2017.

LE MONDE. Haïti: “La terreurrèglesurles médias”. *Le Monde*, Paris, 9 août. 1994. Disponível em:

[http://www.lemonde.fr/archives/article/1994/08/09/haiti-la-terreur-regne-sur-les-medias\\_3813841\\_1819218.html?xtmc=fraph&xtcr=26](http://www.lemonde.fr/archives/article/1994/08/09/haiti-la-terreur-regne-sur-les-medias_3813841_1819218.html?xtmc=fraph&xtcr=26). Acesso em: 31 jul. 2017.

THOMPSON, P. *A voz do passado: Historia oral*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

WHITE, D. Pedotoff. *O exército vermelho*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1945.

## Mobilidade de classes na economia política da urbanização em São Paulo

SANDRO BARBOSA DE OLIVEIRA<sup>1</sup>

### Resumo

A mobilidade urbana tornou-se recentemente na metrópole de São Paulo tema de discussão social a partir de seu inverso na crise das cidades: a imobilidade. No estudo sobre localização e deslocamento, o ponto de partida de nossa investigação é a recente crise de mobilidade urbana na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), que remete ao problema social relativo à dinâmica de circulação e deslocamento diário de trabalhadores e mercadorias. Uma das hipóteses desse trabalho é a da relação direta entre trabalho precarizado, localização urbana e deslocamento precário na relação casa-trabalho na RMSP. O estudo parte de um problema social para discutir um problema sociológico: a cisão e a fragmentação entre as teorias de mobilidade urbana e mobilidade social. O problema da mobilidade urbana advém dos processos de industrialização e urbanização da sociedade, que produz o espaço urbano socialmente construído, mas também aglomeração e localização em grandes cidades e metrópoles. Por isso, as noções de produção do espaço e de direito à cidade de Henri Lefebvre são referências nesse estudo, bem como as noções de acumulação por espoliação de David Harvey e economia política da urbanização de Paul Singer. O estudo pretende problematizar criticamente análises de teorias sociológicas que definem modelos de mobilidade social baseando-se em noções de estratificação por renda e consumo. Nessa exposição, apresentamos uma análise preliminar de dados da Pesquisa Origem e Destino e Mobilidade do Metrô e da Pesquisa do Perfil de Usuários da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos de São Paulo, para discutir a relação entre produção do espaço, circulação de trabalhadores e articulação de diferentes interesses de classes e contribuir com a ampliação da teoria das classes sociais a partir urbanização.

**Palavras-chave:** Mobilidade urbana, Teoria do valor, Produção do espaço, Classes sociais.

### Introdução e desenvolvimento

---

<sup>1</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/UNICAMP; orientado pelo Prof. Dr. Sávio Machado Cavalcante; E-mail: ontologicosan@hotmail.com.



A produção e a reprodução da riqueza socialmente produzida nas sociedades em que domina o modo de produção capitalista se apresentam imediatamente mediadas pela forma mercadoria.<sup>2</sup> A forma mercadoria, que se generalizou enquanto relação social coisificada a partir de uma base econômica, política e social, está calcada em diferentes particularidades dos processos de industrialização e urbanização nas sociedades em que domina esse modo de produção. Nesses processos, sujeito (produtores) e objeto (realidades e coisas produzidas) se constituem na relação contraditória de inversão e dominação determinadas por uma lógica de acumulação, exploração e espoliação do trabalho tornado meio de vida pelo capital. O capital é entendido aqui como valor que se valoriza, em outras palavras, relação social em que o trabalho morto (valor) se apropria do trabalho vivo (trabalho) para sua expansão e acumulação, referenciada na unidade contraditória entre divisão social do trabalho e propriedade privada dos meios de produção, aspectos que determinam a divisão e os conflitos entre as classes sociais. Na contradição entre processo de valorização e processo de trabalho é que inicia nossa investigação, com estudo e análise da mobilidade entre as classes sociais a partir do processo de urbanização da sociedade.

O ponto de partida de nossa investigação é a recente crise de mobilidade urbana na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) que, semelhante a outras metrópoles ou grandes concentrações urbanas brasileiras, remete ao problema social relativo à dinâmica de circulação e deslocamento diário de trabalhadores e mercadorias. A hipótese que desenvolveremos aqui é a da relação direta entre trabalho precarizado, localização no espaço urbano e deslocamento precário na relação casa-trabalho na RMSP. Nesse sentido, nosso estudo parte de um problema social

---

<sup>2</sup> Karl Marx (2013) em *O capital* inicia pela forma mercadoria ao dizer que “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma “enorme coleção de mercadorias”[...]”, e define o que entende por mercadoria: objeto externo e coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz as necessidades humanas de qualquer espécie e que se constitui com duplo valor – valor de uso e valor de troca.



(crise de mobilidade urbana) para discutir um problema sociológico: a cisão e a fragmentação entre as teorias de mobilidade urbana e mobilidade social. Na exposição que segue, analisaremos a dinâmica de mobilidade urbana e algumas de suas teorias, deixando para outro momento a análise da mobilidade social.

A mobilidade urbana tornou-se recentemente na metrópole de São Paulo e em outras metrópoles brasileiras um tema importante de discussão social e entre especialistas, a partir da crise das cidades oriundas de barreiras espaciais que geram o seu inverso representado pela “imobilidade”. Na discussão sobre deslocamento e acessibilidade após a revolta da tarifa de 2013, a crise de mobilidade urbana tem sido estudada e debatida com referência ao problema relativo à circulação de trabalhadores e mercadorias, sobretudo, os custos e o tempo desses deslocamentos, o que tem exigido análises que estabeleçam nexos com a dinâmica de mobilidade social nessas duas últimas décadas. Não por acaso que o debate sobre a mobilidade urbana vem expondo o problema relativo à dinâmica de circulação na metrópole, ao sugerir que sua crise tem afetado o desenvolvimento da qualidade de vida da população e de realização da valorização do capital, ao passo que tem sido senso comum nos discursos dos meios de comunicação, de gestores do capital e do Estado a necessidade de investimento em infraestrutura urbana para destravar a circulação de mercadorias para um suposto desenvolvimento econômico da sociedade.

O problema da mobilidade torna-se evidente com os processos de industrialização e urbanização da sociedade enquanto expressões do processo de acumulação e expansão do capital, momento de metamorfose da forma-mercadoria em que a zona crítica dessa urbanização se apresentou de maneira evidente exigindo da teoria social novas categorias e conceitos de análise para compreensão desse fenômeno. Essa zona crítica da urbanização podemos situá-la historicamente a partir da década de 1960, e uma das importantes contribuições para sua análise advém de Lefebvre (1999; 2000 e 2009) com a



formulação do conceito de *produção do espaço* e da noção de direito à cidade, e mais recentemente Harvey (2014) com a noção de acumulação por espoliação, ao exporem teorias que tratam da problemática do espaço urbano em uma totalidade rica de determinações sociais. O espaço, segundo Lefebvre, envolve o tempo, e esse tempo recortado em fragmentos (tempos de trabalho, de consumo, de lazer, de deslocamento) são oriundos de espaços com atributos e práticas correspondentes, o que exige a compreensão conjunta das dinâmicas de mobilidade urbana e mobilidade social quanto expressões da mobilidade de classes.

Nesse trajeto, Lefebvre (2000) contribui para se pensar o espaço estruturado pelo capital para interpretá-lo a partir de quatro aspectos: 1º) *desenho espacial*, aspecto fundamental das forças produtivas da sociedade que permite entender como a sociedade funciona a partir do espaço produzido; 2º) *práxis*, atividade possível em escala local que pleiteia o engajamento da ação na organização social, que remete ao conhecimento das práticas sociais em contraposição ao caos espacial (teoria e prática); 3º) *espaço*, não é apenas parte das forças e meios de produção da sociedade, mas produto dessas relações, o que implica em conhecer sua dinâmica relacional e o conjunto de suas determinações; e 4º) *conflito de classes sociais*, cuja origem encontra-se nas contradições oriundas das relações entre capital e trabalho nas relações de classes na produção e apropriação do espaço.

Para Lefebvre (2009) o capital se expandiu e subordinou tudo ao seu redor, inclusive o espaço. Ele destacou a necessidade de mostrar por que o capitalismo apossou-se do solo e, conseqüentemente, do espaço, para assim evidenciar a tendência de que o “imobiliário” teria se tornado central para a reprodução capitalista por se tratar de indústria nova, menos submetida aos entraves e dificuldades das indústrias fabris. Esse setor, o da construção civil associado ao imobiliário, apresenta uma função primordial na reprodução do capital: a luta contra a tendência à queda da taxa de lucro médio, evidenciada no setor fabril. O setor contribui na regulação da reprodução capitalista diante

de suas contradições originárias em outros setores da indústria. A construção civil, por sua vez, ainda proporciona lucros superiores à média, e atualmente se vê associada ao setor financeiro e da especulação imobiliária, ao produzir grandes massas de mais-valia.

Por isso, para se entender a importância do espaço é necessário recorrer ao processo de urbanização. Paul Singer (1973) traduziu bem o papel da urbanização no processo de desenvolvimento capitalista no Brasil a partir de São Paulo, ao expor uma economia política da urbanização e discutir a história das relações entre campo e cidade nesse processo. Segundo o autor, a cidade sempre representou a sede do poder da classe dominante, e sua origem se confundiu com a origem da sociedade de classes. Nessa cidade das classes, a classe que domina está isolada espacialmente do restante da sociedade. Ela faz questão desse isolamento que, a partir de sua dominação, pode especular sobre a “racionalidade” ou a “funcionalidade” da segregação urbana. Nesse processo de dominação, a cidade se converteu em um modo de organização espacial que se expandiu com a aglomeração urbana e permitiu a expansão da divisão do trabalho que, com a expansão da indústria e do transporte mecanizado, introduziu o custo do transporte e impedimento efetivo da expansão dos mercados e dificuldades para a classe dos trabalhadores. Ele destacou ainda que a estrutura de classes concreta resulta da presença simultânea de diferentes modos de produção, e que cada modo de produção produz o seu espaço, o que remete considerar que o efeito sobre o desenvolvimento das forças produtivas é tão ponderável que é ilícito se pensar numa “revolução urbana” em sentido análogo ao da revolução industrial, já que é na cidade (e metrópole) que se concentra o excedente e a aglomeração populacional de um determinado país.

As noções de economia política do espaço, de Lefebvre, e economia política da urbanização, de Singer, permitem deslocar a análise da economia para o espaço e o urbano na perspectiva da produção do espaço. Essa forma de produção define-se pela cadeia produtiva da construção civil no âmbito da

produção habitacional e infraestrutura (ruas, avenidas, rodovias, aeroportos, metrô, trem) e, conseqüentemente, pelas diversas formas de distribuição dos rendimentos, circulação de materiais, valores, trabalho assalariado e consumo da força de trabalho, de materiais e do local produzido. A produção por construtora e incorporadoras, ao lado da produção estatal em parceria com as empreiteiras, se destacam como formas de produção inseridas na lógica do mercado imobiliário e na mediação do tripé terra, capital e trabalho. Em busca da valorização imobiliária através da produção do espaço, as construtoras e incorporadoras passaram a deter o poder de produção de boa parte das cidades e metrópoles, ao passo que determinam sua forma urbana a partir de um desenho espacial que viabilize a reprodução do capital nas cidades.

A renda nesse caso de produção está determinada pela diferença entre o preço de produção e o preço de mercado de imóveis que diferem em cada lugar. No entanto, depende da regulação estatal para se viabilizar mediante a construção de infraestrutura e vias de acesso. De acordo com Harvey (1982) o estado capitalista garante a distribuição desigual do espaço produzido, por meio da ação de agentes diversos que permitem visualizar uma economia urbana. Os agentes são representados pelo: 1) Estado; 2) proprietários de terras; 3) incorporador; 4) capital financeiro; 5) corretores de imóveis; 6) usuários ou compradores. Em tais condições, a produção do espaço para o transporte público e vias de coletivos fica limitada diante da apropriação da renda da terra e imobiliária por esses agentes diversos e diante do espaço produzido em outros ciclos de acumulação. Nesse sentido, a compreensão da problemática da mobilidade urbana vincula-se ao entendimento da regulação e inserção do Estado capitalista, cuja característica é a de um estado classista que visa garantir as condições para a reprodução do capital e de si mesmo através dos recursos via impostos arrecadados.

Atualmente, a mobilidade e a imobilidade nos deslocamentos metropolitanos no Brasil aparecem sob um conjunto de problemas ocasionados pela gradativa diminuição dos investimentos em infraestrutura de

transporte ferroviário que, desde a década de 1970, tem sido verificado no sistema de transporte em todo o país retomado apenas recentemente por governos diante da necessidade de circulação em massa de trabalhadores na condição de força de trabalho. Nesse período, foram reduzidos investimentos nos modais ferroviário, hidroviário e marítimo, enquanto que houve um aumento expressivo em investimentos no modal rodoviário entre as décadas de 1970 a 2000. Após anos de ausência de investimento e ampliação do transporte coletivo, a condição de mobilidade nas metrópoles brasileiras se apresenta como problema social e complexo de difícil resolução diante dos interesses antagônicos de agentes e classes sociais na apropriação da renda urbana. A mobilidade urbana, no entanto, expressa o fenômeno característico dos processos acelerados de urbanização no modo de produção capitalista com a consequente implosão e explosão das cidades, que levou aos processos de metropolização e até de formação de megalópoles por aglomerar boa parte da população no território nacional, o que exige novas categorias e novos conceitos de análise para compreensão de seu movimento complexo e contraditório.

Diante dessa complexidade, quando tratamos do urbano percebemos uma multiplicidade de aspectos e facetas que permitem ir além da dualidade analítica e reencontrar a dialética do tempo e do espaço a partir de análises das contradições e dos conflitos sociais. No caso das metrópoles brasileiras, em consequência da forte concentração industrial, comercial e de serviços e do intenso processo de urbanização desigual entre as décadas de 1950 e 1980, houve um vertiginoso crescimento da população e de ocupações em áreas periféricas em diversas cidades e regiões metropolitanas, locais que desenvolveram sistemas de mobilidade aparentemente limitados e de alto custo na relação localização-deslocamento. As localizações são produzidas socialmente, e uma localização pode ser de “fácil” ou “difícil” acessibilidade e por isso não é possível pensá-la separadamente da dinâmica de deslocamento, ao passo que exige ser apreendida a partir da produção e reprodução do

espaço urbano e, conseqüentemente, da relação entre produção habitacional e circulação da classe trabalhadora para se reproduzir cotidianamente através do trabalho. É comum uma pessoa morar em Diadema, trabalhar em São Bernardo e estudar em São Paulo, aspecto da realidade que exige entender a dinâmica da mobilidade a partir da estrutura urbana e da *segregação socioespacial* das classes.

Como se sabe, nos últimos anos da década de 2000 houve um aumento acentuado de veículos automotores no Brasil dez vezes maior do que o aumento da população,<sup>3</sup> aspecto que mostra que, desde os governos militares da década de 1970, houve não apenas uma opção política por um modelo de mobilidade, mas que tal opção é oriunda do modelo de industrialização automotivo e produtivista que teria determinado a hegemonia de um tipo de modal de transporte nos deslocamentos inter (entre as metrópoles) e intra (no interior das metrópoles) urbano no país. Não por acaso, as estatísticas mostram<sup>4</sup> o que a população vivencia cotidianamente nas metrópoles e que está presente nos noticiários: congestionamentos intensos, engarrafamentos de veículos, passageiros nas paradas à espera do ônibus e/ou amarrotados em vagões de trens e metrô superlotados.

Dessa maneira, o problema da mobilidade urbana exige a compreensão de que a realização das necessidades sociais e econômicas de indivíduos, empresas, instituições e classes sociais requer seu deslocamento frequente no espaço urbano metropolitano induzida pela lógica do processo de acumulação do capital, que pode ser feito por diversos modais de transporte, como automóveis, ônibus, metrô, trem, entre outros. Diante disso, as pesquisas recentes de mobilidade constataam que o meio de transporte que passou a predominar em regiões metropolitanas foi o automóvel (transporte

---

<sup>3</sup> Entre os anos de 2001 e 2010, enquanto a população cresceu 12,2% os veículos motorizados cresceram 138,6%, de acordo com o Denatran.

<sup>4</sup> Segundo dados do Denatran, o país encerrou o mês de maio de 2015 com cerca de 48,7 milhões de automóveis, o que totaliza 55% dos veículos; 19,6 milhões de motocicletas (transporte individual), cerca de 22,2%; e com uma frota de 2,6 milhões de caminhões (2,96%) e de 582 mil ônibus (0,66%) (transporte de carga e coletivo).

individual privado), seguido por ônibus, metrô e trem (transporte coletivo privado e público). No entanto, a somatória das viagens de ônibus, metrô e trem, no caso da RMSP, ultrapassa as viagens de automóveis e motocicletas, o que demonstra a importância do transporte coletivo e público de massa na circulação residência-trabalho para maior parte da classe trabalhadora.

A Pesquisa de Mobilidade 2012 do Metrô de São Paulo evidenciou o principal motivo de deslocamento da população: por causa do trabalho, seguido por educação e compras. Todavia, o recente processo de reestruturação produtiva e de diversificação do trabalho desencadeou a intensificação de um tipo distinto de urbanização que, mediada pelo processo de *segregação socioespacial*, teria se estabelecido como mote do modelo predominante de deslocamento. Por *segregação socioespacial* entendemos o processo de produção e separação das classes no espaço urbano, aspecto da realidade de cidades e regiões metropolitanas que influencia nas características da mobilidade urbana e das localizações produzidas socialmente, ao evidenciar fatores de dominação e exploração por meio da espoliação urbana e não apenas na fábrica. A noção de *segregação socioespacial* contribui para compreender a dinâmica da luta de classes especializada no urbano e influenciada por relações socioespaciais na luta por espaço e território, articulada à ampliação de expropriação através da *espoliação urbana*<sup>5</sup>, que refere-se à externalização dos custos de reprodução da força de trabalho para os trabalhadores tais como habitação, transporte, saúde, educação, que estão desigualmente distribuídas no espaço urbano.

As análises sobre o urbano se construíram num movimento inverso àquelas que consideravam o tempo e a fábrica como únicas dimensões definidoras da sociabilidade nas décadas de 1970 a 1980, e que negavam o espaço como dimensão explicativa da sociedade. A partir de então, fortaleceu-se a necessidade de compreensão e explicação da dinâmica pela qual as relações sociais de produção se realizavam nas dimensões

---

<sup>5</sup> Lúcio Kowarick, *A espoliação urbana*, São Paulo, Paz e Terra, 1979.

socioespaciais. Essas dimensões passaram a exercer forte influência na luta de classes, aspecto que indicou a ampliação do processo de trabalho e valorização do capital do industrial para o urbano, numa espécie de *fabricalização da cidade*<sup>6</sup>, ao colocar em questão a possibilidade de apropriação do espaço mediada por formas de propriedades privadas diversas. A fábrica passou por transformações nesse processo de urbanização, processo que criou as condições de infraestrutura espacial para a reestruturação e a fragmentação da produção fabril no espaço metropolitano, ao gerar um extenso debate sobre a desindustrialização ou mesmo queda da importância do setor industrial e da centralidade do trabalho, a partir da década de 1970 nas economias centrais e na década de 1990 no Brasil.

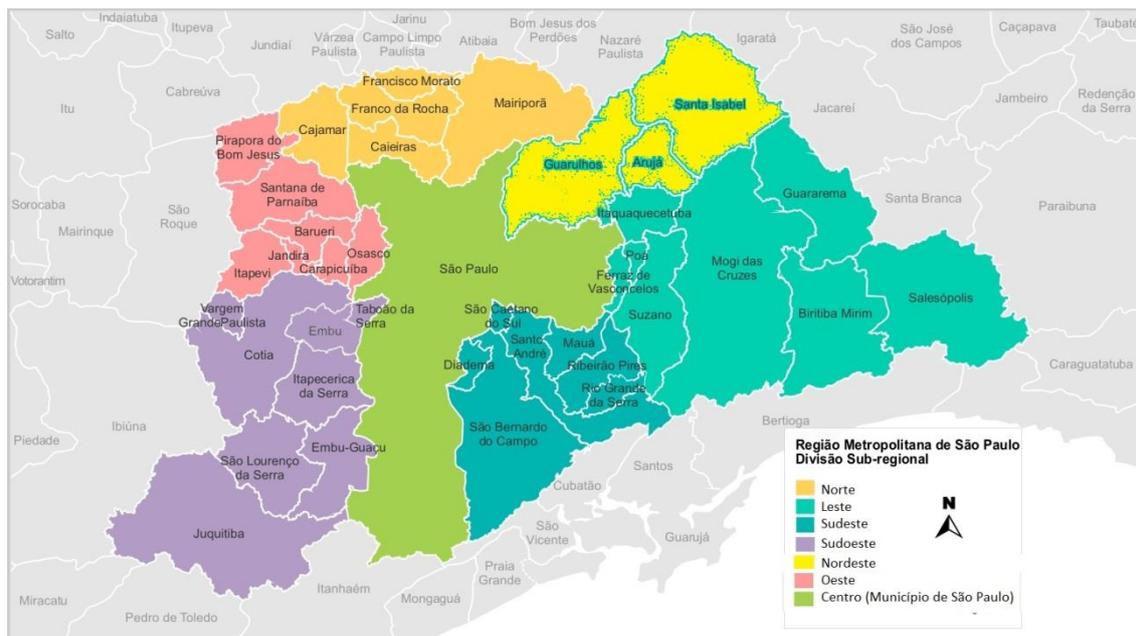
Para analisar algumas dessas mudanças e a dinâmica de mobilidade urbana, apresentaremos alguns dados em tabelas e iniciaremos com o mapa abaixo para ilustrar a divisão da RMSP em sub-regiões enquanto critério da pesquisa de mobilidade de 2012:

### Mapa 1

#### Região Metropolitana de São Paulo – Divisão Sub-regional

---

<sup>6</sup> Terezinha Ferrari em *Fabricalização da cidade e ideologia da circulação* analisa a relação entre os processos de reestruturação produtiva e de redefinição urbana da metrópole paulistana, e se referencia na atualização da teoria do valor e na necessidade de compressão do espaço pelo tempo a partir do capital.



Fonte: Metrô-Pesquisa de Mobilidade 2012 e Emplasa.

No mapa acima a divisão das sub-regiões contribui para que pesquisadores possam fazer análises específicas em cada área, possibilitando mapear suas diferenças e perceber a espacialidade de suas contradições. Todavia, nos territórios da RMSP há um conjunto de relações socioespaciais que precisam ser analisadas em suas situações concretas e, para uma aproximação diante dos dados da Pesquisa de Mobilidade do Metrô, destacamos a distribuição dos empregos pelo principal motivo dos deslocamentos por essas sub-regiões:

**Tabela 1**  
**Empregos por Sub-Região RMSP 2007 e 2012**

SUB-REGIÃO DE EMPREGO	EMPREGOS			
	2007 (x 1.000)	%	2012 (x 1.000)	%
Sudoeste	215	2,3	256	2,6
Oeste	724	8,0	833	8,5
Norte	135	1,5	149	1,5
Nordeste	540	6,0	600	6,1
Leste	462	5,1	464	4,7
Sudeste	1.060	11,7	1.139	11,6
Centro	5.930	65,4	6.372	65,0
<b>TOTAL</b>	<b>9.066</b>	<b>100,0</b>	<b>9.813</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Metrô-Pesquisas OD 2007 e Mobilidade 2012.

Nessa tabela há uma comparação da distribuição dos empregos por sub-regiões entre os anos de 2007 e 2012. O que é possível aferir desses dados é que o centro da metrópole, representado pela cidade de São Paulo, ainda concentra a maioria dos empregos totalizando em 2012 cerca de 65% das oportunidades de trabalho e renda, seguida pelas sub-regiões sudeste com 11,6%, oeste com 8,5% e nordeste com 6,1%. Na sub-região sudeste estão localizadas as cidades do chamado ABCD Paulista: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano e Diadema que, por mais que tenham perdido indústrias nos últimos 20 anos, ainda concentram mais de um décimo dos empregos na RMSP.

A população de Santo André em 2010, por exemplo, era de 676.407 habitantes<sup>7</sup>, com a média mensal de 3 salários mínimos e população empregada de 242.095 em 2015 (34,1% da população), e cerca de 30,5% da população com rendimento per capita de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo em 2010<sup>8</sup>; a de São Bernardo do Campo era de 765.463 habitantes<sup>9</sup>, com a média mensal de 4,3 salários mínimos e população ocupada de 307.986 pessoas (37,7% da população) em 2015 e cerca de 32,5% com rendimento per capita de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo; São Caetano do Sul estava com 149.263 habitantes<sup>10</sup>, com a média mensal de 3,9 salários mínimos e população ocupada de 122.427 (77,5% da população) em 2015, com cerca de 26,6% de rendimento per capita de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo; e Diadema com 386.089 habitantes<sup>11</sup>, com a média mensal de 3,3 salários mínimos e população ocupada de 111.763 (27,1% da população) e de 34,6% com rendimento per capita de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo.

Todos esses municípios estão com estimativa de crescimento populacional para 2017, ao mostrar a importância de sub-regiões com concentração industrial, comercial e de serviço para sua população ou

---

<sup>7</sup> Santo André está com uma população estimada em 2017 de 715.231, dados do Censo Cidades do IBGE.

<sup>8</sup> Dados do Censo Cidades 2015 e do Censo de 2010 do IBGE.

<sup>9</sup> São Bernardo do Campo está com a estimativa de 827.437 em 2017.

<sup>10</sup> São Caetano do Sul está com a estimativa de 159.608 em 2017.

<sup>11</sup> Diadema está com estimativa de 417.869 em 2017.

daquelas com proximidade na metrópole. Curioso é que somente São Caetano do Sul desponta com 77,5% da população empregada, enquanto Diadema apresenta 27,1%, mostrando desequilíbrios na distribuição do emprego nos territórios municipais. Outro destaque é que durante um longo período Santo André, São Caetano do Sul e São Bernardo do Campo foram o destino de muitos trabalhadores do extremo da zona leste da cidade de São Paulo, moradores dos distritos de Itaquera, José Bonifácio, São Miguel Paulista, Guaianases e Lajeado. Muitos dos trabalhadores dessas cidades tiveram que mudar para a zona leste de São Paulo nos anos 1970-80 fugindo de alugueis altos e em busca de terrenos baratos e programas habitacionais como os da COHAB. Esse foi o movimento pendular entre casa-trabalho que ligava a zona leste de São Paulo à sub-região do ABCD Paulista por meio do transporte intermunicipal de ônibus, mostrando a separação espacial e territorial entre o local de trabalho e o local de moradia.

A sub-região do ABCD Paulista adquiriu importância histórica no âmbito do crescimento da economia nacional e metropolitana, ao transformar-se em zona industrial e residencial para a população trabalhadora com paisagem industrial-urbana semelhante ao que os bairros da Mooca, Ipiranga, Brás e Pari tiveram para a cidade de São Paulo no início do século XX, porém, nesse caso, já no contexto da industrialização pesada de bens de consumo duráveis no período desenvolvimentista da economia. Sua industrialização e urbanização, inicialmente, esteve ligada a construção da ferrovia no final do século XIX, com investimentos de fazendeiros do café e incentivos fiscais do Estado para o transporte de cargas e produtos. A Estrada de Ferro aproximou os centros urbanos de produção e comercialização, ao contribuir também para a expansão do trabalho assalariado que se fixaram nas Vilas que se erguiam ao longo da própria ferrovia<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Para análise aprofundada do processo ver o artigo de Silmara Fonseca, *Diadema e o Grande ABC: expansão industrial na economia de São Paulo*.



Com o processo de industrialização desenvolvimentista na década de 1950, o país iniciava a superação do predomínio da economia agrário-exportadora para a economia industrial-urbana dependente com intervenção política do Estado na indução do desenvolvimento econômico. O modelo, baseado no tripé capital estrangeiro, capital estatal e capital agroexportador teve a predominância de um tipo de indústria para o crescimento econômico: a indústria automotiva, que estabeleceu o modelo rodoviário enquanto forma de desenvolvimento econômico, social e político. A sub-região do ABCD Paulista foi designada por esses capitais para ser a ponta de lança desse desenvolvimento, ao passo que as indústrias passaram a ocupar os espaços às margens das rodovias que se erguiam pelo Estado indutor, tais como a Via Anchieta e Rodovia dos Imigrantes, para circular com facilidade a produção. Esse tipo de indústria dinamizou o setor metalúrgico e mecânico, ao exigir investimentos no setor de autopeças. Em síntese, esse modelo estabeleceu a prioridade do transporte rodoviário para essa região e o restante do país, já que para se produzir automóveis e veículos era preciso produzir rodovias, ruas e avenidas nas cidades e entre elas para circulação de produtos e mercadorias. Este foi o enlace da industrialização dependente mediada por uma urbanização periférica nas cidades e metrópoles brasileiras.

Com efeito, a industrialização dependente com urbanização periférica estabeleceu o modal de transporte dominante – o rodoviário – e contribuiu, a partir dessa economia política, com a estruturação das cidades na metrópole paulistana baseada em rodovias, avenidas e ruas. Em contrapartida, as políticas dos regimes militar e democrático-liberal incentivaram o rodoviário e sucatearam as ferrovias, o que deixou os trabalhadores nas cidades mais dependentes do transporte de ônibus, apesar da manutenção precária das linhas ferroviárias urbana na RMSP até a criação em 1992 da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), que unificou as empresas FEPASA (Ferrovia Paulista S.A.) e a CBTU (Companhia Brasileira

de Transportes Urbanos) e modificou morosamente o histórico de precariedades no transporte ferroviário de passageiros.

Com a expansão de algumas linhas do Metrô ainda na década de 1980 e início de 1990 na cidade de São Paulo, mas com posterior estagnação até a década de 2000, e a renovação, reforma de estações e implantação de novos trens nas linhas da CPTM, as viagens de transporte sobre trilhos aumentaram, amenizando a saturação do transporte de ônibus e automóveis. No entanto, o problema da mobilidade urbana aumentou com a expansão urbana e crescimento da aglomeração na RMSP. Abaixo a tabela 2 apresenta uma comparação importante para nossa análise:

**Tabela 2**

**Viagens Diárias Motorizadas por Modo Principal RMSP 2007 e 2012**

MODO PRINCIPAL	2007		2012	
	Viagens (x 1.000)	%	Viagens (x 1.000)	%
Metrô	2.223	8,8	3.219	10,8
Trem	815	3,2	1.141	3,8
Ônibus	9.034	35,9	9.383	31,6
Fretado	514	2,0	390	1,3
Escolar	1.327	5,3	2.011	6,8
Auto	10.381	41,2	12.351	41,5
Táxi	91	0,4	135	0,5
Moto	721	2,9	1.039	3,5
Outros	61	0,2	70	0,2
<b>TOTAL</b>	<b>25.167</b>	<b>100,0</b>	<b>29.739</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Metrô–Pesquisas OD 2007 e Mobilidade 2012.

A tabela acima faz uma comparação entre o número de viagens diárias motorizadas por modo principal entre os anos de 2007 e 2012. É perceptível o aumento no número de viagens, o que coincide também com a ampliação e inauguração de novas estações e de uma das linhas do Metrô (Linha 4 Amarela), que é operada e gerida por uma Parceria Público-Privada com a

empresa CCR<sup>13</sup>. Após a inauguração dessa linha em 2011, foi ampliada a demanda de uso do Metrô e de baldeações com diversas outras linhas dessa companhia, inclusive com três linhas da CPTM. Vemos que no transporte sobre trilhos, o Metrô ainda é a opção mais utilizada. Contudo, o transporte coletivo mais utilizado pela população na RMSP ainda é o ônibus com 9.383 milhões de viagens diárias em 2012. O transporte individual privado por auto, isoladamente, aparece como o mais utilizado pelas diversas classes sociais, o que implica considerar a necessidade de inversão de prioridades das políticas públicas do transporte rodoviário para o transporte ferroviário e metroviário no sentido de ampliar a mobilidade dessas classes, em particular da classe trabalhadora.

Não por acaso que o crescimento de viagens diárias por cada modal tem mostrado uma distinção significativa entre modo coletivo e modo individual. Nos dados apresentados pela pesquisa, o modo tem caído proporcionalmente em relação ao modo coletivo, o que mostra uma inversão no uso pela população entre esses modos. No entanto, essa mudança ocorre em ritmo lento e não atende a urgente demanda e necessidade de circulação dos trabalhadores. Abaixo alguns dados que mostram isso:

**Tabela 3**  
**Evolução das Viagens Diárias por Modo Principal – 1997, 2007 e 2012**

MODO	VIAGENS					
	1997		2007		2012	
	(x 1.000)	%	(x 1.000)	%	(x 1.000)	%
Coletivo	10.473	51,2	13.913	55,3	16.144	54,3
Individual	9.985	48,8	11.254	44,7	13.595	45,7
Motorizado	<b>20.458</b>	<b>100,0</b>	<b>25.167</b>	<b>100,0</b>	<b>29.739</b>	<b>100,0</b>
						<b>0</b>

<sup>13</sup> A CCR, antiga Companhia de Concessões Rodoviárias, é uma empresa de capital aberto de concessão de infraestrutura, transportes e serviços com forte atuação no mercado acionário brasileiro. A empresa foi criada em 1999 após a unificação de ações detidas por grandes construtoras como o Grupo Andrade Gutierrez, Grupo Camargo Corrêa e Grupo Soares Penido. A CCR administra atualmente a Rodovia Nova Dutra (SP-RJ), Rodovia Via Lago (RJ), RodoNorte (PR), AutoBan (SP), ViaOeste (SP), Rodoanel (SP), SPVias (SP), Renovias (SP), CCR MSVia (MS), a Linha 4 do Metrô de São Paulo e o Metrô de Salvador (BA).



Bicicleta	162	1,5	304	2,4	268	1,9
A pé	10.812	98,5	12.623	97,6	13.708	98,1
Não-motorizado	<b>10.974</b>	<b>100,0</b>	<b>12.927</b>	<b>100,0</b>	<b>13.976</b>	<b>100,0</b>
TOTAL	<b>31.432</b>		<b>38.094</b>		<b>43.715</b>	

Fonte: Metrô-Pesquisas OD 1997, 2007 e Mobilidade 2012.

Nessa tabela é possível verificar a variação do percentual de evolução das viagens diárias por modo principal num período de 15 anos. No modo motorizado o transporte coletivo cresceu em 2007 em relação a 1997, mas caiu em 2012 em relação a 2007. No caso do transporte individual, houve uma queda em 2007 em relação a 1997, porém, um leve crescimento em 2012 em relação a 2007. Isso se deve em decorrência de alguns fatores, um deles foram as políticas do período do lulismo, que incentivou a indústria automotiva com redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), com a finalidade de dinamizar a economia e alimentar o consumo. A população passou a comprar mais automóveis e veículos motorizados entre os anos de 2007 e 2012, o que provocou a retomada do crescimento no modo individual.

Em relação ao modo não-motorizado, é perceptível o crescimento do transporte a pé de parte significativa da população, o que pode evidenciar um conjunto de dinâmicas e necessidades, uma delas é a de que muitos trabalhadores, sobretudo os estudantes, não dispõe de recursos para custear os transportes coletivo e individual e, portanto, andam a pé até seus destinos. Isso foi perceptível entre os anos de 2007 a 2010 em que o pesquisador trabalhou num Centro de Profissionalização de Adolescentes que atendia cerca de 800 adolescentes por dia e a maioria desses jovens andava entre 2 a 3 quilômetros para chegar ao equipamento, alguns andavam até 6 quilômetros (aqueles que moravam no distrito de Cidade Tiradentes caminhavam até o distrito do Iguatemi). Todos esses adolescentes filhos e filhas de trabalhadores vivem na periferia da cidade de São Paulo, oriundos das condições sociais de trabalhadores que recebem baixos salários e convivem com a precariedade do trabalho, do urbano e de sua periferia. Em relação a

RMSP como um todo, a tabela abaixo mostra a diferença de viagens diárias para cada sub-região:

**Tabela 4**  
**Viagens Diárias por Modo Principal e Sub-região RMSP – 2012**

(em milhares)

SUB- REGIÃO	VIAGENS POR MODO PRINCIPAL											
	Met rô	Tre m	Ônib us	Freta do	Escol ar	Aut o	Tá xi	Mo to	Bicicl eta	A Pé	Outr os	Tot al
Sudoeste	44	9	295	14	76	308	5	26	10	504	7	1.298
Oeste	74	186	942	72	216	1.034	-	107	29	1.155	7	3.822
Norte	35	74	144	24	31	208	-	23	-	303	1	843
Nordeste	70	9	650	28	108	667	-	63	24	921	6	2.546
Leste	73	112	468	25	59	641	4	53	35	1.105	9	2.584
Sudeste	116	189	1.174	127	350	2.165	17	172	13	1.737	9	6.069
Centro	2.807	562	5.710	100	1.171	7.328	109	595	157	7.983	31	26.553
<b>TOTAL</b>	<b>3.219</b>	<b>1.141</b>	<b>9.383</b>	<b>390</b>	<b>2.011</b>	<b>12.351</b>	<b>135</b>	<b>1.039</b>	<b>268</b>	<b>13.708</b>	<b>70</b>	<b>43.715</b>

Fonte: Metrô-Pesquisa de Mobilidade 2012.

Os dados acima permitem comparação importante de diversos modais do transporte nas sub-regiões. O transporte sobre trilhos apresentou um total de 4,3 milhões de viagens diárias (3,2 milhões do Metrô e 1,1 milhão da CPTM). A malha ferroviária e metroviária é relativamente pequena para uma população de aproximadamente 20,2 milhões de habitantes, e suas linhas reproduzem a lógica espacial radial-concêntrica na capital e RMSP. O Metrô atende apenas o território da capital paulista, enquanto que a CPTM atende 19 municípios da RMSP. As sub-regiões mais industrializadas (Centro, Sudeste e Oeste) o uso do trem é maior do que em outras sub-regiões, bastante utilizada na capital paulista também. No caso do Metrô, a população da sub-região Sudeste é a que mais utiliza em comparação com outras sub-regiões (exceto centro). Isso mostra uma defasagem de política urbana com relação à

RMSP, já que as linhas do Metrô não atendem os municípios da região e as linhas da CPTM percorrem trajetos sempre na direção centro-periferia da metrópole, pois não há linhas circulares de integração entre diversas sub-regiões.

As viagens diárias de ônibus superam em conjunto as de trem e metrô, ao expressar o domínio do transporte rodoviário junto com o de automóveis. A somatória das viagens diárias de ônibus e auto totalizam 21,7 milhões, o que mostra o predomínio do transporte rodoviário (coletivo e individual) sobre os demais modais de transporte. Ônibus e auto são expressivos tanto na capital como na sub-região sudeste. No caso da capital paulista, ônibus e auto isoladamente só estão abaixo das viagens a pé, o que pode mostrar alguns aspectos de uma realidade avessa às proposições de direito à cidade que remete ao direito de não só acessar ao que existe na cidade, mas o de fazer outra cidade. O transporte escolar também é significativo e mostra crescimento vertiginoso diante da necessidade de deslocamentos de filhas e filhos de trabalhadores e pequeno-burgueses para a escola.

A comparação por renda na RMSP por modo principal apresenta uma variação significativa entre os modais de transporte e as faixas de renda, e mostra a estratificação por renda no uso desses modais. Cabe destacar que as pesquisas do Metrô e da CPTM diferem na categorização das faixas de renda e, por esse motivo, apresentaremos ambas para comparação. Nesse momento, vamos nos ater apenas aos dados e o que eles indicam:

**Tabela 5**  
**Viagens Diárias por Modo Principal e Renda Familiar Mensal RMSP – 2012**

MODO PRINCIPAL	VIAGENS POR RENDA FAMILIAR (*)					Total
	até 1.244	1.244 a 2.488	2.488 a 4.976	4.976 a 9.330	mais de 9.330	
Metrô	308	1.009	1.162	588	152	3.219
Trem	153	437	402	123	26	1.141
Ônibus	1.598	3.438	3.070	786	142	9.034
Fretado	65	144	223	69	13	514
Escolar	208	443	460	163	53	1.327

Auto	596	1.717	3.700	2.827	1.541	10.381
Táxi	7	19	20	23	22	91
Moto	79	264	258	105	15	721
Bicicleta	75	138	68	21	2	304
A Pé	3.047	4.925	3.481	899	271	12.623
Outros	6	19	25	10	1	61
<b>TOTAL</b>	<b>6.061</b>	<b>12.111</b>	<b>12.387</b>	<b>5.342</b>	<b>2.193</b>	<b>38.094</b>

Fonte: Metrô-Pesquisa de Mobilidade 2012.

(\*) Em Reais de outubro de 2012.

O salário mínimo de 2012 era de R\$ 622,00, o que permite interpretar essa tabela por cada faixa de renda estimada em 2 salários mínimos. A primeira faixa somada a segunda (até 4 salários mínimos) totalizam 18,1 milhões de viagens diárias e cerca de 47,0% do total geral de viagens. A faixa de até R\$ 1.244,00 aparecem trabalhadores que utilizam majoritariamente ônibus, no caso de transporte motorizado, e a pé, no caso de não-motorizado, o que podemos considerar de baixíssima renda. Curiosamente auto supera em conjunto metrô e trem na segunda faixa de renda de até 4 salários mínimos (de R\$ 1.244,00 até R\$ 2.488,00) que podemos considerar de baixa renda, o que mostra que a mobilidade urbana de parcela significativa da classe trabalhadora precarizada e periférica dessa faixa de renda poderia ser resolvida com a acessibilidade de metrô e trem enquanto modo rápido, porém, a prioridade do Estado nos últimos quarenta anos foi a de destinar recursos para a circulação de automóvel e transporte individual, o que corrobora com a indução da produção automotiva da mais-valia, ao prejudicar o estrato de trabalhadores de baixíssima e baixa renda que não tem condições de adquirir um automóvel e sofre com a precariedade e longos deslocamentos no transporte coletivo.

A parcela de trabalhadores que mais utiliza ônibus está na faixa de baixa renda, com cerca de 38,0%, seguida pela de renda intermediária (de 4 até 8 salários mínimos) com 33,9%, e baixíssima renda com 17,6%. No caso do metrô, trabalhadores, profissionais liberais e pequenos proprietários que mais utilizam estão na faixa de renda intermediária, com cerca de 36,0%, seguida

pela faixa de baixa renda com 31,3% e a faixa de alta renda (de 8 até 15 salários mínimos) com 18,2%.

Na CPTM, por sua vez, há uma distinção que pretendemos apresentar com dados da própria companhia. Abaixo uma tabela de renda mensal dos usuários:

**Tabela 6**  
**Renda Mensal de Usuários da CPTM – 2012**

Faixa de Renda	Ocorrência	Percentual
Até R\$ 510,00	287	3,13%
Entre R\$ 511,00 e R\$ 765,00	912	9,95%
Entre R\$ 766,00 e R\$ 1.020,00	2008	21,90%
Entre R\$ 1.021,00 e R\$ 1.530,00	2017	22,00%
Entre R\$ 1.531,00 e R\$ 2.040,00	1026	11,19%
Entre R\$ 2.041,00 e R\$ 2.550,00	467	5,09%
Entre R\$ 2.551,00 e R\$ 3.060,00	244	2,66%
Entre R\$ 3.061,00 e R\$ 3.570,00	125	1,36%
Entre R\$ 3.571,00 e R\$ 5.100,00	130	1,42%
Entre R\$ 5.101,00 e R\$ 7.650,00	70	0,76%
Acima de R\$ 7.651,00	29	0,32%
Não declarou	1855	20,23%
Total	9170	100,0%

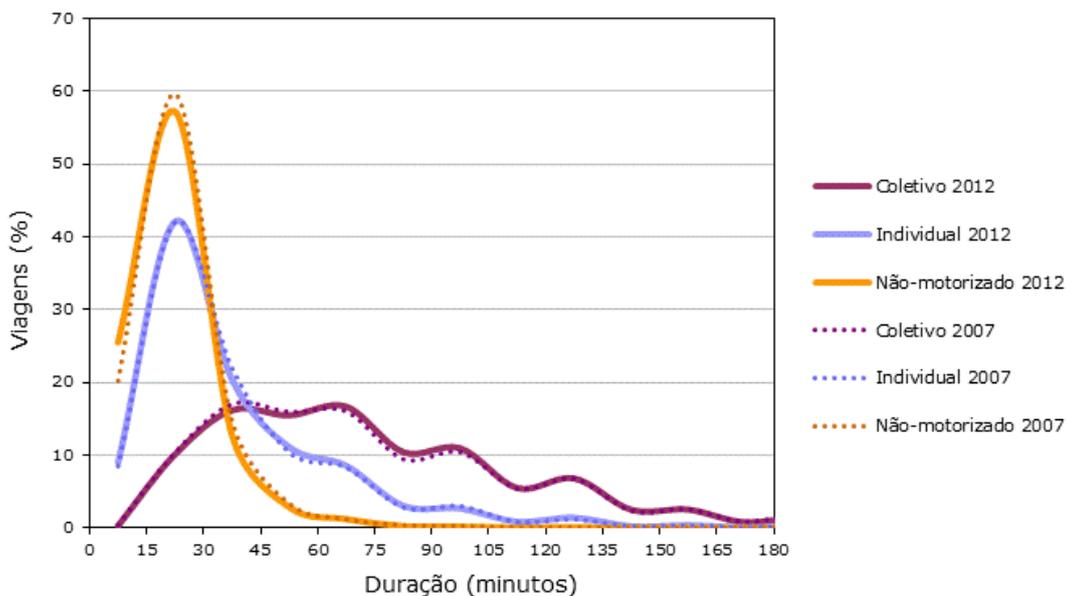
Fonte: CPTM–Pesquisa Geral de Hábitos dos Usuários 2012.

Somadas as quatro primeiras faixas de renda totalizam um percentual de 56,98% de trabalhadores que recebem renda até R\$ 1.530,00, sendo que a renda média de usuários da CPTM é de R\$ 1.407,59, inferior a renda média do paulistano que é cerca de R\$ 1.813,10 apurada pela PNAD de 2012. Isso mostra que a maioria dos trabalhadores que utiliza o trem está nas faixas de baixíssima e baixa renda, o que confirma parcialmente a hipótese da relação direta entre trabalho precarizado, localização no espaço urbano e deslocamento precário na relação casa-trabalho na RMSP. Essa hipótese será verificada amplamente com a investigação em curso da pesquisa das categorias de trabalhadores precarizados ou em vias de precarização através de entrevistas em grupos focais sobre deslocamentos a partir de suas localizações e experiências vividas no transporte coletivo para o trabalho.

O tempo de deslocamento relacionado ao crescimento no número de viagens por modo também permite confirmar a hipótese acima de que trabalhadores precarizados e com baixos salários são os que dispõem de mais tempo para se deslocar na metrópole.

Figura 1

Distribuição das Viagens Diárias Segundo Modo e Duração RMSP – 2012 e 2007



Fonte: Metrô-Pesquisas OD 2007 e Mobilidade 2012.

O gráfico acima mostra o aumento das viagens não-motorizadas (a pé) e o tempo médio de 30 minutos, seguida pelo modo individual (carro) com tempo médio de 31 minutos. O modo coletivo mostra variações no tempo de deslocamento, com destaque para os intervalos entre 60 e 75 minutos no tempo de viagem. Portanto, os trabalhadores de baixa renda que utilizam o modo coletivo motorizado (metrô, trem e ônibus) são os que passam mais tempo se deslocando da casa para o trabalho na RMSP.

### Considerações finais do artigo e preliminares da pesquisa

Investigar as causas da crise de mobilidade urbana nas metrópoles brasileiras e a necessidade de longos deslocamentos de grande parte da classe trabalhadora é passo importante na *suprassunção* dessa problemática, sendo uma das exigências a superação das ciências parcelares na explicação



do fenômeno urbano para a proposição de políticas para além dos limites estreitos da economia política da urbanização e reprodução do capital. Não obstante, como analisaram Marx (2013) e Lefebvre (2016), o conhecimento científico da sociedade coincide com a crítica dessa sociedade, o que exige da teoria social novas abordagens, categorias e métodos de apreensão dessa realidade.

O problema da mobilidade urbana implica na compreensão de suas determinações sociais, políticas e econômicas, cuja origem estaria na capacidade de movimentar os produtos que definiria a mobilidade do capital sob a forma mercadoria, o que depende das relações de transporte modificadas pelos atributos das mercadorias – peso, tamanho, tempo de entrega, o que mostra que produção e circulação estariam indissociáveis. Essa condição já havia sido percebida por Marx (2011) que afirmou que “a condição espacial, o levar o produto ao mercado, faz parte do próprio processo de produção”. Então, o transporte precisa ser visto enquanto produção de deslocamento em relação à produção-circulação para entendimento da sociedade. Essa noção permite problematizar a lógica de organização do setor de transporte que vende a “mudança de localização” como seu produto, dimensão essencial para a compreensão das mobilidades do capital e da força de trabalho, o que influencia diretamente a luta entre as classes no espaço urbano e em seus deslocamentos. Em síntese, o tempo de deslocamento faz parte do tempo de trabalho socialmente necessário na metrópole e, portanto, da dinâmica da luta de classes no espaço produzido.

Por isso, a mobilidade do capital parece ser a chave para entender a mobilidade da força de trabalho em meio à “mudança de localização”, o que exige investigar o desenvolvimento do setor de transportes, momento posterior dessa pesquisa. Nessa problemática, a mobilidade da força de trabalho estaria vinculada à mobilidade da mercadoria em geral, que depende de investimentos nos fluxos de capitais em setores presentes nas metrópoles e cuja finalidade tem sido a de lucratividade. Isso explicaria porque o Governo

do Estado de São Paulo, na gestão do PSDB, priorizou a construção do rodoanel para circulação de mercadorias físicas e protelou, além de adiar, a construção do monotrilho da Linha 15 (Prata) do Metrô que beneficiaria a classe trabalhadora na zona leste da cidade de São Paulo, decisão política que dificulta o deslocamento de trabalhadores pelo fato de que o principal motivo de deslocamento ser o trabalho, o que exige a reflexão sobre a centralidade do trabalho na sociedade e de como os trabalhadores são reduzidos à mera força de trabalho, inclusive nessa circulação às vezes precária e cara.

Para finalizar o artigo numa análise preliminar da pesquisa, os estudos sobre mobilidade urbana precisam analisar a tendência de como o capital consegue realizar a integração espacial para sua reprodução. Nesse sentido, a ampliação na produção do valor a partir do setor de transporte torna-se central, pois compreendê-la permite visualizar a organização do setor, a exploração da força de trabalho e as relações de classes que articuladas à mobilidade social nas ocupações, aspectos não discutidos por engenheiros de tráfego e planejadores, o que implica em continuar a reproduzir as desigualdades espaciais e ampliar os problemas e a vida nas metrópoles diante da necessidade insólita de circulação de seus habitantes e de mercadorias para a reprodução do capital.

### Referências Bibliográficas

- AMORIM, H. *Teoria Social e reducionismo analítico: para uma crítica ao debate sobre a centralidade do trabalho*. Caxias do Sul, RS: Educs, 2006.
- BRAGA, R. *A política do precariado: Do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- CARLOS, A. F. *A reprodução do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 2008.
- CIDADES REBELDES, *Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- D'ANDREA, T. *Nas tramas da segregação: O real panorama da polis*. São Paulo: FFLCH USP, Dissertação de mestrado, 2008.
- FERRARI, T. *Fabrilização da cidade e ideologia da circulação*. São Paulo: Terceira Margem, 2005.

FIX, M. *São Paulo cidade global: Fundamentos financeiros de uma miragem*. São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. *Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil*. São Paulo: IE UNICAMP, Tese de doutorado, 2012.

HARVEY, D. “O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído”. In: *Revista Espaço e Debates*, n 6, jun/set, 1982, p. 6-35.

\_\_\_\_\_. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2ª Ed., 2006.

\_\_\_\_\_. *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IPEA. “Infraestrutura Social e Urbana no Brasil: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas”. In: *A mobilidade urbana no Brasil*. Doc nº 94, 2011.

KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, H. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

\_\_\_\_\_. *La production de l'espace*. 4<sup>e</sup> éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

\_\_\_\_\_. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro Editora, 2009.

\_\_\_\_\_. *Espaço e política: o direito à cidade II*. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

MARQUES, E. (ed.). *A metrópole de São Paulo no século XXI: espaços, heterogeneidades e desigualdades na metrópole*. São Paulo: Ed.Unesp/CEM, 2015.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*. Livro II. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOISES, J. A. *Contradições urbanas e movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª ed., 1978.

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista: oornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2002.

SINGER, P. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed., 1975.

VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

## GT 8 – Teoria social: passado presente



## A erótica weberiana: entre o texto e o contexto

CAIO CÉSAR PEDRON<sup>1</sup>

### Resumo

A esfera erótica Weberiana é ainda uma temática desconhecida dentro do leque de estudos que se desenvolveram a partir da obra de Max Weber (1864-1920); mesclando sua análise da ação social, o emergente pensamento psicanalítico (em sua expressão intelectual primeira, o freudismo) ao conhecimento empírico/pessoal dos movimentos eróticos emergentes, Weber constitui a erótica inserida no processo de autonomização das esferas de valor, secularização, em busca de um sentido extra-cotidiano e a/antirracional frente às “frias mãos esquelética da razão”. Através de uma análise biográfica documental pretendem-se compreender quais foram os substratos materiais e mentais (valorativos) nos qual Weber se apoiou identificando a incidência do contexto social na produção sociológica do autor. Num segundo momento, pretende-se observar o papel da erótica dentro da teoria da racionalização do mundo e suas direções, apontando a tentativa de apreensão dos movimentos eróticos como formas de envolvimento e consolidação de vias alternativas ao modelo de socialização racional vigente.

**Palavras-chave:** Erótica, Weber, Biografia.

---

<sup>1</sup> Mestrando pelo programa de pós-graduação em sociologia do IFCH/UNICAMP; orientado pelo Prof. Dr. Fábio Mascaro Querido; financiando pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; E-mail: caiocp9@hotmail.com.



## O problema do desvio na teoria sociológica norte-americana

FELIPE RESENDE SIMIQUELI <sup>1</sup>

### Resumo

Analisando o desenvolvimento do conceito de desvio de 1949 a 1973, o presente trabalho tem por objetivo acompanhar as inserções, convergências e rupturas ao seu entorno no contexto da sociologia norte-americana. Considerada a coadunação das teorias do desvio e suas distinções nomotéticas e idiográficas são eleitas as obras *The Social System* e *Social Theory and Social Structure*, de Talcott Parsons e Robert Merton, em contraste à *Stigma* e *Outsiders*, de Erving Goffman e Howard Becker, respectivamente. Além do aprofundamento da noção da institucionalização em suas formulações teóricas, incorporamos ao estudo dimensões acerca da norma, da sociabilidade, do papel e do eu, do estigma, da delinquência e coexistência, do controle frente a interação – em suma, da configuração distintiva entre desviantes e não desviantes no meio social. Entre expoentes do estrutural funcionalismo e do interacionismo simbólico, é traçado o caráter contínuo e recorrente do desviante – representado pelas teorias na posição ocupada por este no meio social em meio a abordagens sistêmicas, de médio alcance e microsociológicas. Tal recorte constitui uma parcela do projeto de pesquisa atualmente incumbido pelo proponente, acerca do conceito de desvio enquanto problemática na teoria social contemporânea – entre as produções da sociologia norte-americana supracitadas e aquela de Michel Foucault.

**Palavras-chave:** Teoria social, Desvio, Estrutural funcionalismo, Interacionismo simbólico

---

<sup>1</sup> Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/UNICAMP; orientado pelo Prof. Dr. Silvio Camargo; financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior; E-mail: felipe.simiqueli@gmail.com



## Os sentidos do conceito de capital em *O Capital*, de Karl Marx: problemas em torno da apreensão da natureza de um conceito

HYURY PINHEIRO<sup>1</sup>

### Resumo

Este trabalho diz respeito à estrutura hipotética de minha tese, que ainda se encontra em desenvolvimento. Ele está estruturado em cinco pontos, de modo a apresentar as três seções da tese, com uma introdução e uma conclusão. O objeto do texto abrange, nesse sentido, 1- as noções de crítica, ciência e método em Marx; 2- possíveis modos de ler *O Capital* a partir da polêmica em torno do “capital em geral”; e 3- questões acerca da natureza do conceito de capital em Marx. Em suma, o texto tem por objetivo sintetizar alguns resultados positivos que venho obtendo nos últimos quase dois anos com a pesquisa. Tais resultados têm me levado a perceber tanto à necessidade de atualização do conceito de capital quanto me convencido de que essa atualização só é possível mediante um esforço de pesquisa multidisciplinar.

**Palavras-chave:** Crítica, Ciência, Método, Capital, *O Capital*.

### Introdução

Com o texto que se segue, pretendo apresentar alguns aspectos do estágio atual de minha pesquisa. Para cumprir essa pretensão, desenvolvo um comentário acerca de uma estrutura hipotética que formulei para minha tese. Essa estrutura se apresenta em três seções, as quais se constituem, por sua vez, de subseções ou capítulos mais ou menos nítidos que, por serem indefinidos, não constituem demarcações explícitas no texto. A apresentação dele é demarcada, portanto, pelas seções que pretendo desenvolver na tese. Por fim, aponto, como conclusão, a finalidade da pesquisa e meus anseios com relação a ela. O importante aqui é fornecer um desenho total da argumentação que pretendo desenvolver no texto final da tese e tentar agregar em uma

---

<sup>1</sup>Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/UNICAMP; orientado pelo Prof. Dr. Jesus Ranieri; financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior; E-mail: hyure.pnh@gmail.com



única reflexão alguns insights que venho tendo a partir do confronto com o material de pesquisa.

A primeira seção tem por título *Crítica, ciência e método em Marx*; a segunda, *Modos de ler O Capital*; e a terceira, *Questões acerca da natureza do conceito de capital*. Espero que essa estrutura venha a se aprofundar cada vez mais em si mesma, de modo a tornar mais nítidos e precisos os conteúdos de cada seção. É possível, também, que a estrutura aqui apresentada imploda em função do próprio andamento da pesquisa, e que eu tenha que articular uma nova estrutura. Mas isso não poderá ser entendido como tempo perdido, já que os entulhos resultantes dessa implosão me fornecerão, nesse caso, os materiais para a reconstrução de uma nova estrutura. Por conta disso, a nova estrutura conterá a velha, de modo que a última se constitua como momento daquilo que ainda não é conhecido, a saber, a tese.

Antes de seguir, esclareço que todas as fontes em língua estrangeira citadas neste texto foram traduzidas por mim. Segue, assim, a apresentação das seções.

### Seção I: Crítica, ciência e método em Marx

Na primeira seção tentarei buscar em textos de introdução, prefácio e posfácio para obras publicadas ou não, terminadas ou não por Marx, elementos que me permitam determinar 1- a qualidade da sua crítica, 2- sua concepção de ciência e 3- como opera seu método. A fim de apontar a possível riqueza de nuances dessas determinações, optei por um recorte cronologicamente amplo, aglutinado por meio da chave de leitura proposta por minha dissertação, a saber, por meio do papel que a *abstração* empenha nas formulações teórico-críticas do autor.

Grosso modo, notei que nos escritos de juventude de Marx, notadamente aqueles que vão até a *Miséria da filosofia* (1847), a abstração é tratada a partir de um viés marcadamente *negativo*. Ela aparece, portanto, 1- como “totalidade abstrata”, 2- como lógica que predestina o objeto, 3- como



potencialmente desmistificante e efetivamentemistificante e 4- como velamento das relações sociais (PINHEIRO, 2016: 51-73). Ao apontar tais características da abstração, Marx põe a necessidade da sua negação por meio de uma *crítica imanente*<sup>2</sup>. Em termos gerais, ao mediar a relação entre sujeito e objeto, ela impede a percepção das coisas efetivas presentes na realidade social, de modo que o objeto se confunda com as formas de consciência que o expressam.

Por outro lado, a partir de 1851, com os chamados *Cadernos de Londres*, é possível notar que, à preocupação de Marx em criticar *negativamente* as categorias da economia política clássica se soma uma preocupação em *sistematizar* os conteúdos produzidos por meio da negação dessas abstrações categoriais. O objetivo é obter um discurso *positivo* do conteúdo daquilo que seja o conceito<sup>3</sup> efetivo da economia política. Tal conceito só será conhecido após sua construção, isto é, após a sistematização dos conteúdos obtidos pela pesquisa segundo a racionalidade a eles intrínseca e a apresentação da razão interna desse sistema mediante a exposição discursiva de uma rede de categorias mutuamente determinantes. As abstrações, tais como as categorias hegelianas de *fenômeno*, *essência*, *qualidade*, *quantidade* e *suprassunção* ou *suspensão* (Aufhebung) aparecem aqui também sob aspecto *positivo*, na medida em que o autor delas se utiliza como “ferramentas teóricas” para produzir seu discurso crítico.

Portanto, os textos que servirão de base para essa primeiraseção serão: 1- Introdução à *Crítica da filosofia do direito de Hegel*; 2- Prefácio do caderno III, dos *Manuscritos econômico-filosóficos*; 3- Carta de Marx a Annenkov (28 de dezembro de 1846), sobre a *Filosofia da Miséria*, de Proudhon; 4- introdução aos *Grundrisse*; 5- prefácio a *Para a crítica da*

---

<sup>2</sup>Uso aqui o termo “crítica imanente” de modo mais ou menos livre. Não me ateno, por ora, ao sentido de “crítica imanente” desenvolvido por Benhabib (1986: 105-108), na medida em que a autora o apresenta como um dos três níveis de crítica presentes em *O Capital*.

<sup>3</sup>Uso “conceito” aqui no seu sentido hegeliano, tal qual pode ser apreendido no terceiro livro da *Ciência da lógica*.

*economia política*; e 6- prefácio à primeira edição e o posfácio à segunda edição alemã de *O Capital*. Faço esse recorte por entender que, se é notável que Marx não apresenta reflexões explícitas sobre o que seja a crítica, a ciência e seu método em seus discursos teóricos acabados, essas reflexões aparecem, ainda que com grau oscilante de nitidez, nesses escritos preambulares, pois elestomam por objeto aqueles discursos “totalizados”, independentemente de terem sido efetivamente publicados, ou de terem permanecido dentro dos limites físicos de seu gabinete – limites *físicos*, pois é de se pensar que, publicados ou não, seus estudos se refletiam em algum grau na ação política do autor, ganhando, assim, uma forma de objetividade determinada, ainda que distinta daquela da publicação.

De modo preliminar e com base em minha dissertação, é possível afirmar que, não só o papel da abstração muda dos três primeiros para os três últimos textos que aqui são postos em questão (isto é, passa de uma apreensão marcadamente negativa para uma assimilação também positiva das abstrações), mas também – e essa é uma hipótese mais recente – mudariao modo como a dialética é compreendida pelo autor, passando de uma apreensão mais “essencialista” dela, pautada na ideia de *práxis* e na relação do ser humano com a natureza, isto é, uma dialética mais marcada pela crítica feuerbachiana e pela filosofia engajada de Fichte, para uma apreensão mais “sistêmica”, isto é, mais próxima de Hegel e de sua *Ciência da lógica*. Essa mudança diria respeito às ênfases que Marx dá à dialética, na medida em que seu objeto de pesquisa as demanda: uma vez que na década de 1850 seu problema seja organizar e apresentar criticamente as categorias da economia política segundo os resultados obtidos pela pesquisa, é de se esperar que a questão da relação entre ser humano e natureza passe, pelo menos, a um plano de latência, o que não significa, em absoluto, um abandono completo dessa problemática, o que se evidencia, por exemplo, pelo seu expresso interesse em etnologia nos anos 1880/82 (KRADER, 1974). Significa, antes,



uma outra ênfase dada à dialética – ênfase que, vale ressaltar, é resultante da própria necessidade do objeto que é expresso teoricamente.

Essa *dialética sistemática*<sup>4</sup> deve ser aprofundada nessa seção, a partir da qual serão discutidos os possíveis sentidos de *ciência* e *método* no decurso da formulação de *O Capital*, notadamente a partir dos *Grundrisse*. Dado que um dos pressupostos de *O Capital* é a dialética *hegeliana* em sua “*figura racional*”<sup>5</sup>, tal aprofundamento consistirá, basicamente, na busca de uma compreensão acerca do que seja essa dialética, a partir do ponto de vista daqueles seus elementos que foram conservados mediante a suspensão marxiana. Há uma leitura recente a respeito da dialética de Hegel (NOLASCO, 2015) que a entende devedora do modo como Goethe produzia ciência, modo esse que caracteriza o seu tratado de botânica intitulado *A metamorfose das plantas* (1790) e intenta apresentar uma descrição enciclopédica das partes da planta, ou, mais precisamente, da *Urpflanze* (que significa algo como “planta originária” e que “funciona” como uma espécie de “planta absoluta”), cuja ordem racional de apresentação respeita justamente a ordem do seu desenvolvimento. A verdade da planta seria, assim, o seu nascimento, desenvolvimento e morte, isto é, a história da sua vida, o vir-a-ser contínuo de si mesmo, e não a mera descrição de suas partes isoladas. Imagino que essa forma de pensar é próxima da de Marx, na medida em que ele não trata, em *O Capital*, de um ou muitos capitais empíricos, mas de uma espécie de “*Urkapital*”, que uns chamarão de “capital em geral”, como Rosdolsky (2001)

---

<sup>4</sup>Apesar desse termo lembrar a “nova dialética” elaborada, entre outros, por Christopher Arthur (2016), o uso que faço dele aqui é livre e não faz referência estrita àquele conteúdo. O fato é que ainda não me deti na leitura do seu livro – algo que devo fazer em breve – e, portanto, desenvolver tal referência me é ainda impossível. Outra referência a ser considerada é o estudo sobre dialética de Bhaskar (1993).

<sup>5</sup>Na edição brasileira se lê “configuração racional” (MARX, 2013: 91), enquanto se lê na edição alemã “*rationellen Gestalt*” (MARX, 1953: 18), isto é, “*figura racional*”. Eu marco essa diferença aqui, pois, a partir dela, é possível ler uma avaliação marxiana de que, assim como as diferentes figuras da consciência na *Fenomenologia do espírito* eram momentos do desenvolvimento da mesma coisa (a consciência), assim também essa figura racional da dialética é um momento posterior da “dialética mística”, ou seja, é uma suspensão, ou *Aufhebung*, da dialética hegeliana.



e Schwarz (1974), enquanto outros, como Heinrich (1989), o entenderão como um vir-a-ser do “capital individual” ao “capital social total” apresentado a partir de níveis distintos de abstração.

O fim da primeira seção deve chamar a atenção para a ideia de que a “crítica das categorias econômicas” ou o “sistema da economia burguesa criticamente apresentado” é a “*apresentação dosistema* e, por meio da apresentação, *crítica do mesmo*” (grifos meus), assim como Marx (1978: 550) escreveu a Lassalle em 22 de fevereiro de 1858 – isto é, a ideia de “dialética sistemática” mencionada acima. Desse modo, essa seção tenta mostrar tanto a diferença entre o modo de investigação e o modo de apresentação (MARX, 2013: 90), quanto demonstrar a sua operacionalidade conjunta, de modo que se evidenciem os efeitos recíprocos que ambos produzem entre si, cujo resultado final seja o discurso teórico de *O Capital* em todas suas nuances.

## Seção II: Modos de ler *O Capital*

Uma vez posto aquilo que para Marx e para alguns de seus interlocutores era um pressuposto (evidente para o primeiro, enigmático para os demais), na segunda seção me ocuparei de alguns *modos de ler O Capital*. Esta seção consistirá, basicamente, em uma revisão bibliográfica que tem por objeto a polêmica em torno do *capital em geral* (o que seria o “Urkapital” ou o “capital absoluto”), a qual está assentada, por sua vez, na questão dos diferentes *planos estruturais* da obra de Marx.

Nosso recorte começa com o livro já clássico de Rosdolsky (2001: 27–74) sobre os *Grundrisse*, no qual ele coloca, talvez de modo pioneiro, essa questão.<sup>6</sup> Ele considera a existência de dois planos elaborados por Marx para

---

<sup>6</sup>O pioneirismo de Rosdolsky não estaria na menção da questão, mas no modo e profundidade com os quais tratou o tema. Ele mesmo cita superficialmente dois estudos prévios que abordam o sentido da mudança dos planos estruturais de *O Capital*: um de Henryk Grossmann, *Die Änderung des ursprünglichen Aufbauplans des Marxschen Kapital und ihre Ursachen*, escrito em 1929 para o *Archiv für die Geschichte des Sozialismus und der Arbeiterbewegung*; e outro de Fritz Behrens, *Zur Methode der politischen Ökonomie: ein Beitrag zur Geschichte der politischen Ökonomie*, de 1952 (ROSDOLSKY, 2001: 37–38).

*O Capital*: um de 1857 e outro de 1865. O primeiro, desenvolvido nos *Grundrisse*, consiste em um esquema de seis “livros” (Bücher), também denotados pelo autor como seis “seções” (Abschnitte) ou seis “capítulos” (Kapitel), a saber: 1- sobre o capital; 2- sobre a propriedade da terra; 3- sobre o trabalho assalariado; 4- sobre o Estado; 5- sobre o comércio exterior; 6- sobre o mercado mundial e suas crises.

Desses seis “livros”, os *três últimos* seriam apenas esboçados, isto é, não seriam desenvolvidos exaustivamente. Até o final de 1862 esses “livros” constam no plano geral, como mostra uma carta de Marx a Kugelmann de 28 de dezembro daquele ano. Mas no manuscrito redigido em 1864/65, o qual serviu de base para Engels organizar, co-redigir e publicar o terceiro livro de *O Capital*, Marx já não se refere a esses três livros (ROSDOLSKY, 2001: 27). Aqui é entendida a presença de uma primeira “restrição do plano inicial”. A segunda “restrição” ocorre com relação aos “livros” 2 e 3 (sobre a propriedade da terra e sobre o trabalho assalariado): seus temas fundamentais foram incorporados aos manuscritos do que viria a ser mais tarde o conteúdo dos livros I e III da obra final, manuscritos esses que foram escritos entre 1864 e 1866. Desse modo, os três primeiros “livros” estariam reduzidos ao primeiro, ou seja, àquele sobre o capital.

Há, portanto, junto desse movimento de redução, um movimento correspondente de *ampliação* do primeiro “livro”. O caráter dessa ampliação é importante para a leitura feita por Rosdolsky (2001: 28), uma vez que ele percebe que, ao longo das “duas primeiras versões da obra” (os *Grundrisse* e os manuscritos de 1861/63), a atenção de Marx se concentra na análise do *capital em geral*, tema que ocupava tão somente a primeira seção do “livro” sobre o capital – as seções que compunham esse livro eram A- sobre o capital em geral, B- concorrência, C- sistema de crédito, e D- capital dividido por ações.<sup>7</sup> Ressalto que, se no plano original as seções do “livro” sobre o

---

<sup>7</sup> Vale lembrar que a última obra publicada por Marx à época aqui considerada foi *Para a crítica da economia política* (1859), a qual contava com apenas dois capítulos, um sobre a

capital apresentam temas específicos que são tratados, cada qual, de modo separado, então tal orientação seria abandonada por Marx entre 1864 e 1865. Concorrência, sistema de crédito e capital dividido por ações seriam, no “novo plano estrutural”, tratados na terceira parte do capital em geral, que agora se apresentaria como uma unidade com três momentos, ou três livros: I- o processo de produção do capital; II- processo de circulação do capital; e III- configurações do processo total da produção capitalista. Além desses três livros, haveria ainda um quarto para tratar da história da teoria. O marco desse “novo plano” é dado, documentalmente, pela carta de Marx a Kugelmann, de 13 de outubro de 1866 (ROSDOLSKY, 2001: 28-29).<sup>8</sup>

Assim, estaria posta, para Rosdolsky, a estrutura de *O Capital* tal como veio a lume, cujos dois primeiros livros corresponderiam - em função da *ampliação* da primeira seção do “livro sobre o capital” (*capital em geral*) e da *assimilação*, por parte dela, das suas outras três seções - a uma análise do

---

mercadoria e outro sobre o dinheiro. Ambos os capítulos se situavam dentro de uma “Primeira Parte” chamada “Capital em Geral”, a qual pertencia, por sua vez ao “Livro Primeiro: Do Capital”. Apesar da palavra “capital” dar nome ao primeiro livro e à sua primeira parte, não há na obra um capítulo sobre o capital. Como Marx escreve a Kugelmann em 28 de dezembro de 1862 sobre o “segundo manuscrito” (de 1861/63), o “capital em geral” é aquilo que deveria compor o terceiro capítulo da “primeira parte”, isto é, o capítulo sobre o capital que daria continuidade à apresentação de *Para a crítica da economia política*. Vale mencionar que, em 1858, Marx (1980) realiza pelo menos uma tentativa de concretizar a passagem conceitual do dinheiro ao capital, a qual não entra na redação final da obra de 1859. É ainda interessante e sugestivo que, em meados de 1860, Marx estivesse estudando, na *Ciência da lógica* presente na *Enciclopédia das ciências filosóficas* de Hegel, justamente o desenvolvimento do ser e sua passagem para a essência. Acerca disso, O'Malley e Schrader (1977: 427) escrevem: “Há ampla evidência de que Marx usou as categorias da *Lógica*, e especificamente aquelas da doutrina do ‘ser’ - qualidade, quantidade, limite etc. -, em seu esforço em apreender a natureza contraditória do dinheiro enquanto capital como algo que envolve um impulso incessante e ilimitado para o mais-valor”.

<sup>8</sup>Rosdolsky (2001: 480) menciona que esse “novo plano” pode ser encontrado já na carta de Marx a Engels, de 31 de julho de 1865. Marx(1965: 132) escreve nessa carta: “Ainda devem ser escritos três capítulos para terminar a parte teórica (os três primeiros livros). Assim, o quarto livro ainda precisa ser escrito, o histórico-literário, o que é, para mim, relativamente, a parte mais fácil, pois todas as questões estão resolvidas nos três primeiros livros, [e] portanto esse último é mais repetição na forma histórica”. Entretanto, na carta a Kugelmann citada no corpo do texto, a coisa aparece mais acabada: “A obra completa se decompõe nas seguintes partes: *Livro I. Processo de produção do capital. Livro II. Processo de circulação do capital. Livro III. Configuração do processo total. Livro IV. História da teoria*. O primeiro tomo contém os dois primeiros livros. Penso que o terceiro livro irá preencher o segundo tomo, [enquanto] o quarto [livro] o terceiro [tomo]” (MARX, 1965: 534).

capital em geral, enquanto o terceiro livro apresentaria os temas das seções restantes, os quais se incorporariam àquela análise. Rosdolsky (2001: 49) conclui que “a estrita separação originária das categorias foi só um *mecanismo metodológico de abstração*, que *pôde ser abandonado* tão logo a tarefa principal – a análise do ‘capital em geral’ – foi realizada” (grifos meus).

Schwarz (1974: 222) considera que Rosdolsky erra ao tomar a natureza do conceito geral de capital em *O Capital* como *alterada* em relação àquela natureza já presente nos *Grundrisse*. Ele chega a citar uma carta de 1858 onde já seria possível encontrar o esquema final da obra, o qual foi apontado por Rosdolsky como tendo sido concebido só na segunda metade dos anos 1860, comprovando, assim, sua maior antiguidade, e lançando a hipótese de que a natureza do conceito de capital é a mesma desde, pelo menos, 1858.<sup>9</sup>

Mas a questão mais pontual que Schwarz (1974: 224) coloca, partindo da tese da ampliação da seção sobre o capital em geral, é a seguinte: “A introdução da concorrência no terceiro livro [configurações do processo total da produção capitalista] significa, ao mesmo tempo uma introdução [da concorrência] no capital em geral, ou o ‘conceito geral de capital’ foi de fato, por meio disso, ampliado?”. Isso põe em dúvida a nova especificidade que o capital em geral assumiria a partir de 1865/66 e que é sustentada por Rosdolsky (2001: 49), a saber, o fim da “estrita separação originária das categorias”. A resposta proposta por Schwarz (1974: 241) à questão colocada é a seguinte:

O rompimento do âmbito do movimento efetivo ou da concorrência é, contudo, a pressuposição para a cognoscibilidade do modo contraditório de estabelecimento da

---

<sup>9</sup>Carta de Marx a Lassalle, de 11 de março de 1858: “[O primeiro fascículo] contém 1- valor, 2- dinheiro, 3- o capital em geral (processo de produção do capital, processo de circulação do capital, unidade dos dois ou capital e lucro, juros). Tal faz disso uma brochura autônoma” (MARX, 1978: 554). Essa “brochura autônoma” seria, justamente, o *Para a crítica da economia política* junto com o “terceiro capítulo” que Marx tentava desenvolver no início dos anos 1860.

lei do valor, ou ainda, da solução da contradição na teoria do valor. Essa solução só é possível se, por um lado, se distingue rigorosamente entre o âmbito da validade da lei do valor *antes* da concorrência e *na* concorrência, e se ela, por outro lado, media dialeticamente ambos os âmbitos. Esse é o segredo do rigor da apresentação marxiana do “mais-valor puramente enquanto tal”.

Nesse sentido, Marx, para resolver as contradições postas pela economia política clássica, faria o exato oposto do que propõe Rosdolsky. Isto é, ao invés de trazer os temas da concorrência para dentro do capital em geral, ele faria uma distinção estrita entre “o capital antes da concorrência e sua figura na concorrência” (SCHWARZ, 1974: 242).

Heinrich (1989), por sua vez, percebe uma *dissolução do capital em geral* no manuscrito de 1861/63.<sup>10</sup> Marx teria, nessa sua elaboração, sentido dificuldades em sustentar a categoria na medida em que o objeto de análise era teoricamente desenvolvido. Uma dificuldade (HEINRICH, 1989: 68) se coloca, por exemplo, com a questão da *reprodução* do capital, a qual já está presente, de algum modo, desde os *Grundrisse*. Há, aqui, a necessidade de se apresentar a troca entre os *diferentes capitais*, na medida em que seja impossível para um capital singularmente empírico, isolado, segundo sua constituição material, engendrar o processo de autovalorização do valor sem ser completamente consumido. O tratamento do capital em geral pertence a um nível de abstração, ou seja, a um certocomplexo de questões de alto grau de generalidade que prescindem de alguns problemas funcionais particulares. Não seria possível, assim, por meio desse complexo, pensar a inter-relação entre diferentes capitais demandada pelo problema da reprodução do capital, já que seria necessário, a partir disso, pensar as suas

---

<sup>10</sup>Esse manuscrito corresponde a 23 cadernos e possuem uma paginação que vai de 1 a 1472. Ele é expressão da tentativa de Marx em dar continuidade ao *Para a crítica da economia política*. A partir das suas partes escritas entre janeiro de 1862 e julho de 1863, foram publicadas as *Teorias do mais-valor*. No prefácio da Marx-Engels Werke 26.1 (que apresenta o primeiro tomo dessa obra póstuma), página V, lê-se que “[esse manuscrito] é o primeiro rascunho sistemático, mesmo que ainda não elaborado nas suas singularidades, de todas as partes da obra-prima econômica de Marx”.

especificidades e como estas se efetivam mutuamente, de modo a configurar um sistema autossuficiente.

Dentre outras, essa dificuldade teria pressionado os limites da categoria de capital em geral, o que, por sua vez, causaria mudanças no plano estrutural da obra. Comoresolução, Heinrich (1989: 69-70) aponta a ideia de *capital social total*, o qual seria cindido em dois departamentos que agiriam em reciprocidade: um como produtor de meios de produção, e outro como produtor de meios de consumo. Aqui haveria um indício do abandono do nível de abstração do capital em geral, uma vez que se entenda que uma consideração que se articule em torno de “departamentos” econômicos agregadores dos capitais singulares ou individuais segundo suas especificidades particulares (como produzir meios de produção ou meios de consumo), articula-se, na verdade, em torno das “formas particulares’ do capital”. Ao contrapor capital social total e capital individual, Marx teria acessado uma dimensão diferente daquela oferecida pela distinção entre capital em geral e concorrência (HEINRICH, 1989: 72).

O reconhecimento dessa “nova dimensão” implica em reconhecer a diferença entre os conteúdos específicos em função dos níveis específicos de abstração nos quais eles estão alocados. Portanto, ao trabalhar com *capital social total* e *capital individual*, Marx não estaria se referindo ao conteúdo de *capital em geral* e ao de *concorrência* como querem Rosdolsky e Schwarz, cada um a seu modo. O capital individual, por exemplo, enquanto determinado por sua particularidade (seu departamento), tem uma generalidade tal que exclui esse seu modo de ser do âmbito da concorrência, aqui entendida como livre movimentação dos capitais; o capital social total é um universal cujo conteúdo é determinado não pela exclusão da concorrência, isto é, não por aquilo que está do lado de *fora* do conceito, mas pela ação recíproca (trocas econômicas) entre os departamentos, isto é, pelo que está *dentro* do conceito (suas particularidades), ação essa que é informada, por sua vez, pela



concatenação entre as circulações do capital-mercadoria, capital-dinheiro e capital produtivo.

Isso permite a Heinrich (1989: 77) estabelecer uma diferença entre o “*movimento real da concorrência*, que meramente executa mas não estabelece as leis do capital” e “o *movimento dos muitos capitais*”, sendo que o primeiro (onde as leis se exteriorizam) constitui uma parte do segundo (onde as leis se produzem). Haveria, portanto, uma esfera marcada pela característica de não ser teorizada em *O Capital*, a saber, a esfera do “movimento efetivo da concorrência”. Ela escapa, portanto, de alguma forma, às determinações do conceito, o qual pretende, tão somente, “apresentar [...] a organização interna do modo capitalista de produção na sua média ideal, por assim dizer”, o que significa que “o movimento efetivo da concorrência jaz fora de nosso plano” (MARX, 1964: 839). A concorrência, enquanto “movimento efetivo dos capitais”, aparece como um *limite negativo* para a teoria do capital, resguardando, assim, a existência de uma esfera de *contingências* na descrição teórica do modo capitalista de produção.

Esquemáticamente tenho, portanto, três visões distintas sobre a história do “capital em geral” na formação da obra-prima de Marx. 1- Rosdolsky apresenta a tese de que houve uma redução do plano de seis livros para um plano de apenas um, o livro sobre o capital. Isso acabou por condensar tanto alguns poucos temas daqueles seis livros no livro sobre o capital, quanto também os temas mais importantes das três últimas seções desse livro remanescente no âmbito da seção sobre o *capital em geral*. Essa tese pode ser lida como a tese da *ampliação do capital em geral*. 2- Schwarz discorda dessa tese da ampliação. Defende que a distinção entre capital em geral e concorrência é necessária para a solução das contradições postas pela economia clássica. Mesmo no plano da apresentação de *O Capital*, essa distinção seria mantida de modo a expressar a verdade do capital enquanto tal, isto é, livre da interferência dos elementos da concorrência. 3- Heinrich discorda da tese de que o capital em geral tenha sobrevivido aos

desenvolvimentos da pesquisa de Marx, notadamente aqueles apresentados no manuscrito de 1861/63. A necessidade de teorizar sobre a reprodução do capital teria o levado a cindir aquele conceito universal em “departamentos”, estabelecendo, assim, particularidades por meio das quais os capitais individuais pudessem se relacionar teoricamente. Haveria, assim, um avanço na teorização do capital, na medida em que Marx teria conseguido abarcar no conceito a relação reprodutiva/produtiva entre os muitos capitais. Contudo, a esfera da “movimentação efetiva da concorrência” seria entendida como contingencial.

Cada uma dessas visões oferece, por fim, um modo distinto de ler *O Capital*, pois confere, ao conceito de capital, naturezas conceituais distintas, isto é, confere a esse conceito, por assim dizer, *gramáticas distintas*, na medida em que a semântica das categorias econômicas apresentadas no sistema crítico pode ser alterada a partir daquilo que seja entendido como organizador do modo de apresentação, seja isso 1- o capital em geral que admite a concorrência em seu âmbito, ou 2- o capital em geral que deve ser tratado primeiro por si só e depois no espaço da concorrência, ou 3- um processo de constituição que parte do capital individual e chega ao capital social total a partir de níveis de abstração cada vez mais concretos.

### Seção III: Questões acerca da natureza do conceito de capital

É a partir dessa gama de leituras possíveis (que tende a aumentar em proporção direta à extensão do recorte de comentadores) e problematizadas por meio da discussão sobre a qualidade da herança hegeliana presente nos escritos marxianos pós 1856/57, que questiono a natureza do conceito de capital em Marx, objeto da terceira e última seção da tese. Por ora, essa é a seção mais instável das três. Isso porque, para que eu consiga começar a construí-la, preciso me decidir por qual modo de ler *O Capital* vou optar, enquanto, por outro lado, para resolver essa questão, penso que tenho que concluir a leitura da obra, que ainda está em andamento. Entretanto, isso não

impede que eu imagine a configuração dessa seção – aliás, essa imaginação é um passo a mais na busca por sua estabilização. A princípio, ela contará com três momentos: um sobre os conteúdos das categorias; outro que se encarregará do mapeamento delas; e um momento final sobre a historicidade das categorias, sendo esse, praticamente, o objetivo de toda a tese.

No primeiro momento será posto em questão como os conteúdos são alocados para determinar o nível de abstração de dado momento do conceito. Isto é, se é ponto pacífico, pelo menos entre os três comentadores mencionados, que *O Capital* é apresentado a partir de diferentes níveis de abstração, questiono *como* essa apresentação é feita. Imagino que a resposta a esse questionamento deva chegar a algum critério de seleção e recorte de dados: por exemplo, ao tratar da mercadoria no primeiro capítulo do livro I são alocadas informações distintas das utilizadas para tratar da mercadoria na primeira seção do livro II; qual seja o critério de seleção de dados que atua aqui é de meu interesse. Isso porque tal questão pode apontar se há uma primazia do *conceito* ou do *conteúdo* na apresentação, isto é, posso tanto perceber o padrão de um critério único e daí deduzir que o conceito se põe à revelia do conteúdo, quanto perceber que esse critério é múltiplo e respeita o modo de ser daquele conteúdo. Esse é, por suposto, um binômio hipotético.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup>Essa hipótese está ancorada em uma carta que Marx envia a Engels em 30 de abril de 1868, na qual ele escreve: “Estou certo, contudo, que tu conheças o *método de desenvolvimento da taxa de lucro*. Vou te dar, então, o caminho nos seus momentos mais universais. No livro II, como sabes, é apresentado o processo de circulação do capital sob os pressupostos desenvolvidos no livro I. Portanto, as *novas determinações da forma* que surgem a partir do processo de circulação, como capital fixo e circulante, rotação do capital, etc. Finalmente, no livro I nos contentamos em assumir que, quando 100 libras esterlinas se tornam 110 no processo de valorização, elas encontram no mercado os elementos nos quais elas se realocam. Agora nós investigamos as condições desse encontrar, portanto, o entrelaçamento social dos diferentes capitais, partes do capital e da renda consigo próprios” (MARX, 1953: 833). Isto é, cada categoria parece ter um *método de desenvolvimento* próprio, e isso parece ser consoante a uma ideia de que o conteúdo da categoria a molda, inclusive no que tange 1- ao recorte de conteúdos empíricos apresentados no discurso teórico e 2- à determinação da alocação da categoria neste ou naquele nível de abstração. A ideia de *determinações da forma* me leva a pensar, por sua vez, que cada nível seja construído por um grupo de categorias específicas, não porque o conceito demande, mas porque as próprias categorias se articulam desse modo uma vez que fazem parte de um mesmo universo “semântico”, que, nesse caso, é o processo de circulação do capital.

No segundo momento, tentarei mapear as categorias de valor e trabalho por meio de três perguntas: 1- onde e como estão *alocadas* no discurso teórico?; 2- quais os seus *limites* e qual é a natureza desses limites (isto é, em quais momentos elas surgem, em quais elas somem e por que)?; 3- quais são as *funções* dessas categorias? Elas funcionam 3.1- como expressão da verdade essencial de algo? 3.2- Como imposição de limites entre aquilo que se pode e não se pode conhecer, entre aquilo que se deve supor como hipótese e aquilo que se apresenta acessível à pesquisa por meio de uma hipótese prévia? 3.3- como categorias dialéticas? E, nesse caso, de que forma de dialética se trata: platônica, aristotélica, kantiana, hegeliana ou de uma especificamente marxiana?

No terceiro momento, dada a primazia do conteúdo sobre o conceito, tentarei amarrar o argumento no sentido de afirmar a historicidade das categorias. A conclusão que se segue é a de que se os conteúdos constituídos a partir da pesquisa empírica dos dados e das teorias disponíveis são a alma das categorias e a razão última dos diversos níveis de abstração nas quais elas se alocam e pelos quais se articula o discurso teórico que apresenta para nós o conceito de capital, então se espera que, na medida em que esses conteúdos feneçam ou se transformem por ocasião de novos fenômenos do mundo do trabalho, da economia monetária ou do mercado financeiro, surja a necessidade de uma atualização sistemática do conceito de capital. Isso implica dizer que a obra que Marx nos legou a exatos 150 anos carece de *desconstrução e reconstrução*.

### Conclusão

Minha tese não pretende ser uma desconstrução seguida de reconstrução de *O Capital*, tarefa essa já empreendida por Bidet (2010). Ela pretende, antes, ser um primeiro passo nesse rumo, por meio do qual eu possa levantar elementos que permitam o acesso à percepção daquilo que Marx entendia como *ciência, crítica, método e capital*. Não intento, comisso, dar a última palavra sobre o que significam essas noções no âmbito da última

obra sistematicamente teórica de nosso autor. A intenção é contribuir com esse debate na medida em que construo uma leitura desse discurso teórico, a partir da qual eu consiga pensar em um meio de atualizar o conceito de capital. A atualização desse conceito é uma tarefa multidisciplinar que tem muito a oferecer para o desenvolvimento e integração das ciências humanas. Portanto, não é algo que eu possa realizar sozinho, mas algo perfeitamente possível para um grupo de pesquisa composto por intelectuais de várias áreas do conhecimento interessadas e interessados nesse projeto de atualização de um conceito. O objetivo é, de fato, ambicioso, mas como o sonho ainda não é uma mercadoria, seu uso é livre para as potencialidades humanas.

### Referências Bibliográficas

- ARTHUR, C. *A nova dialética e O Capital de Marx*. São Paulo: Edipro, 2016.
- BENHABIB, S. *Critique, normand utopia*. New York: Columbia University, 1986.
- BIDET, J. *Explicação e reconstrução do Capital*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- BHASKAR, R. *Dialectic: the pulse of freedom*. New York: Verso, 1993.
- HEINRICH, M. “Capital in general and the structure of Marx’s Capital: New insights from Marx’s Economic Manuscripts of 1861–63”, *Capital&Class*, 38, 1989, pp. 63–79.
- KRADER, L. (org.). *The ethnological notebooks of Karl Marx*. Amsterdam: Van GorcumAssen, 1974.
- NOLASCO, F. *A suspensão qualitativa da quantidade: a crítica de Hegel ao paradigma matemático da ciência moderna*. Campinas: [s.n.], 2015.
- MARX, K. *Das Kapital*. Buch I. Berlin: Dietz, 1953.
- \_\_\_\_\_. *Werke*. Bd. 25. Berlin: Dietz, 1964.
- \_\_\_\_\_. *Werke*. Bd. 31. Berlin: Dietz, 1965.
- \_\_\_\_\_. *Werke*. Bd. 29. Berlin: Dietz, 1978.
- \_\_\_\_\_. *MEGA*. II/2. Berlin: Dietz, 1980.
- \_\_\_\_\_. *O Capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- O’MALLEY, J.; SCHRADER, F. “Marx’s précis of Hegel’s doctrine on being in the Minor Logic”. In: *International Review of Social History*, XXII, 1977, pp. 423–431.



PINHEIRO, H. *Os antolhos da crítica social: um estudo sobre o papel da abstração na teoria crítica de Karl Marx*. Campinas: [s.n], 2016.

ROSDOLSKY, R. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

SCHWARZ, W. Das “Kapital im allgemein” und die “Konkurrenz” im ökonomischen Werk von Karl Marx. Zu Rosdolskys Fehlinterpretation der Gliederung des ,Kapital“, in BACKHAUS, H.-G. *et al.* (org.). *Gesellschaft: Beiträge zur Marxschen Theorie I*. Frankfurt: Suhrkamp, 1974.

## O que está de fora: a emergência do conceito de interseccionalidade no feminismo acadêmico norte-americano da década de 1980

LAURA LUEDY<sup>1</sup>

### Resumo

O ideário, a formação material e a prática de boa parte dos movimentos feministas ao redor do globo têm, nos últimos anos, recebido forte impulso de reconfiguração graças à consideração, mais detida e frequente, de outros recortes analíticos ao lado do de gênero e/ou do de sexo – e isso de uma maneira não meramente aditiva ou multiplicatória. Expondo os resultados de um mapeamento da emergência de certo conceito que é caudatário desse debate e que se tornou *hit concept* (DORLIN, 2012) especialmente a partir da segunda metade dos anos 2000 – a saber, o conceito de *interseccionalidade* (CRENSHAW, 1989) –, nos pomos em condições não só de evidenciar qual é seu conteúdo proposicional e quais são as consequências de seu uso específico, mas também de, trazendo à luz as noções alternativas que se permitem entrever nas margens desse debate profundamente influenciado pelo pós-estruturalismo (via Judith Butler, Donna Haraway, Gayatri Spivak, dentre outras) contribuir para os efeitos que o conceito vem tendo em sua interpelação crítica às políticas e epistemologias da identidade e da diferença que deram sustentação, fôlego e, ao mesmo tempo, limite, a muitas das lutas e conquistas do movimento feminista até então.

**Palavras-chave:** Interseccionalidade, Feminismo, Pós-estruturalismo, Teoria social

---

<sup>1</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia do IFCH/UNICAMP; orientada pela Profa. Dra. Bárbara Geraldo de Castro; financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior; E-mail: lauraluedy@gmail.com.

## GT 9 – Pensamento social e circulação de ideias

## Esboço de ideias: possibilidades críticas no ensaísmo de Gilda de Mello e Souza

BÁRBARA LUISA FERNANDES PIRES<sup>1</sup>

### Resumo

A proposta de trabalho é apresentar o projeto de pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (IFCH/Unicamp). O objeto de pesquisa em questão visa debater os sentidos e alcances do trabalho interpretativo da ensaísta brasileira Gilda de Mello e Souza (1919–2005). Ao analisar sua obra e sua trajetória pretende-se debater sociologicamente as possibilidades críticas que se articulam em torno do sentido de formação e do senso de forma. Busca-se compreender como essas noções encontram-se articuladas nos ensaios da autora a partir de duas frentes principais: 1) o registro do processo de formação a partir da formalização artística; 2) a dificuldade formal da arte nuançada entre os modelos perceptivos europeus e a matéria local. Tendo em vista este horizonte, a apresentação buscará expor os principais desenvolvimentos dessa primeira etapa de pesquisa.

**Palavras-chave:** Gilda de Mello e Souza, Ensaísmo, Crítica, Pensamento Social Brasileiro.

### Introdução

A partir do estudo da obra ensaística de Gilda de Mello e Souza (1919–2005), a pesquisa visa compreender como as noções de sentido de formação e senso de forma estão articuladas nos ensaios da autora. A hipótese é que essa chave analítica pode auxiliar a entender como as formas artísticas, enquanto temas e problemas que a crítica apreende como objeto em seus ensaios, contribuem para criar formulações interpretativas das formas artísticas e da sociedade brasileira em seu processo de formação. A proposta busca evidenciar as contribuições da autora para o estudo das relações entre arte e sociedade e para o ensaísmo brasileiro.

---

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/UNICAMP; orientada pela Profa. Dra. Mariana Miggiolaro Chaguri; financiada pela Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de São Paulo; E-mail: barbaraluisa.pires@gmail.com.

Ao longo de sua trajetória intelectual, a autora percorreu diversas áreas nos campos da estética e da sociologia centrando suas análises no estudo das formas artísticas, da sociedade e da cultura brasileira. Sob orientação do primo e escritor Mário de Andrade (1893-1945), Gilda ingressou no ano de 1937 na recém fundada Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (FFCL), onde se formou em 1939. Na Universidade de São Paulo, foi aluna dos professores advindos da “missão francesa”, Roger Bastide (1898-1974), Jean Maugüé(1905-1990) e Claude Lévi-Strauss (1908-2009). Além de participar como escritora de ficção e ensaísta na criação e edição da revista *Clima* (1939-1944), ao lado de Antonio Candido (na seção de literatura), Décio de Almeida Prado (na seção de teatro), Paulo Emílio Salles Gomes (na de cinema), Lourival Gomes Machado (na de artes plásticas), participou ativamente como tradutora de peças do Grupo Universitário de Teatro - GUT (1943-1947).

Inserida nesse contexto do sistema cultural paulista, vivenciou um novo cenário urbano que, em meados do século XX, foi palco de um processo de renovação das linguagens artísticas e intelectuais, das instituições de ensino e dos espaços de sociabilidade (cf. ARRUDA, 2015). O espaço social e cultural mais amplo dessa geração de intelectuais da qual Gilda fazia parte se articulava teoricamente a um núcleo de problemas que serão explorados dentro de uma nova modalidade de produção intelectual crítica, que, segundo Heloísa Pontes (1998), era exercida em moldes ensaísticos, mas pautado por preocupações e critérios acadêmicos de avaliação. Esses intelectuais estavam situados na intersecção do movimento de modernização da literatura brasileira, dos esforços teóricos dos sociólogos e dos historiadores para dar conta da formação nacional e da institucionalização das Ciências Sociais.

Tendo em vista esse primeiro momento do contexto de produção intelectual da autora (1937-1954), serão exploradas as influências e diálogos por ela estabelecidos: com o primo e escritor Mário de Andrade que, para além de uma ligação familiar e de um índice de cumplicidade nos anos de



convivência, foi tema de vários ensaios da autora que abordam diferentes aspectos de sua obra, atuação e personalidade (cf. MELLO E SOUZA, 2003; 2005; 2009); com os professores franceses Jean Maugüé, Claude Lévi-Strauss e, sobretudo, com Roger Bastide; em sua inserção na atmosfera intelectual do período ao lado dos jovens recémformados na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo que, em meados do século XX, se articularam em torno da revista *Clima*; com o ensaio histórico-sociológico de 1930, com os quais, segundo Antonio Candido ([1967]2013), a geração de Gilda passou a refletir e a se interessar pelo Brasil através dos trabalhos de Gilberto Freyre (*Casa Grande & senzala*), Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*) e Caio Prado Júnior (*Formação do Brasil Contemporâneo*). Nessa direção, analisar as trocas e diálogos intelectuais que a autora desenvolveu ao longo desse primeiro momento de sua trajetória pode criar mediações significativas para a compreensão da escolha de seus objetos de estudo e para o entendimento do processo metodológico desenvolvido pela crítica na abordagem das relações entre arte e sociedade e de seus estudos interpretativos sobre a sociedade e a cultura.

Nessa primeira etapa também é importante considerar o período em que se tornou assistente da Cadeira de Sociologia I, sob orientação de Roger Bastide, pois permaneceu como sua única assistente por dez anos, orientou os seminários de sociologia, até defender sua tese de doutorado no ano de 1950. Nesse ano, recebeu o grau de doutora em Ciências Sociais com a tese *A moda no século XIX*, também sob orientação de Bastide, republicada apenas em 1987 sob o título *O espírito das roupas*. Ao escolher um tema e uma metodologia diferenciada, Gilda direcionou o olhar sociológico-estético para a vestimenta como forma social e linguagem simbólica, encontrando na moda um objeto ilustrativo e operativo dos antagonismos das relações de classe e das oposições de gênero. A tese possui uma importância precursora ao longo do pensamento crítico da ensaísta acerca das relações entre arte e sociedade e,



também, dentro da proposta dessa investigação, da análise que a autora confere a figuração, através da moda, de um processo social em mudança.

Em 1954 inicia-se outro momento de sua trajetória intelectual quando a ensaísta aceita o convite de João Cruz Costa para ocupar a cadeira de Estética no Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo. Foi diretora de 1969 a 1972 desse Departamento, tendo fundado, nesse mesmo período, a revista *Discurso*<sup>2</sup>. Recebeu em 1999 o título de professora emérita da FFLCH/USP. A medida em que Gilda se firmou como crítica e professora universitária, conseguiu marcar posição própria no ensaísmo brasileiro, por meio de uma interpretação de princípio sensível às formas artísticas e de uma concepção de crítica de cultura aberta, dinâmica e interdisciplinar na análise da sociedade e da arte brasileira.

Considerada por uma determinada perspectiva, a obra de Gilda aparece como fragmentária, por outra, sugestionam-se que os temas por ela tratados ligam-se de modo orgânico a um núcleo comum de problemas em torno do “sentido de formação” e do “senso de forma”. A hipótese é que os ensaios de Gilda de Mello e Souza articulariam as noções de “sentido de formação” e do “senso de forma”, centrais na interpretação da autora sobre o processo estrutural de nossa formação em seu movimento dúbio e arrastado, atravessado por descompassos e ambiguidades.

O “sentido da formação”, em sua síntese, compreende a interpretação do processo de formação nacional em seus momentos decisivos que compõe os dados indispensáveis à interpretação dos dinamismos específicos da vida cultural brasileira. A consequência de tal sentido, expressa-se pela dificuldade de encontrar um “senso de forma” capaz de estruturar de modo orgânico essa dinâmica social descompensada, onde a fragilidade formal da sociedade e da arte possuem seus pontos de intersecção. A partir do desenvolvimento dessa hipótese, apresenta-se o primeiro problema de pesquisa: é possível falar em “sentido formativo” na obra e na produção teórica de Gilda de Mello e Souza? Tendo em vista a posição que autora ocupa



enquanto intérprete, como esse sentido de nossa formação pode ser mobilizado como possibilidade de leitura de sua obra proporcionado significados para compreensão da vida social brasileira e aos processos e disputas que a constituem? Como a autora relaciona as formas e as criações artísticas ao debate mais amplo sobre o problema formação nacional?

A análise em seu futuro desenvolvimento buscará compreender se é possível mobilizar uma leitura que consiga encontrar, nas interpretações sócio-estéticas da autora, abordagens que se articulem às questões fundamentais da formação nacional, e maneira como essas aparecem como constituinte das fontes interpretativas que Gilda de Mello e Souza lança mão para falar e pensar sobre a arte, a sociedade e a cultura brasileira. Seguindo tais pressupostos, ao relacionar texto e contexto, procura-se compreender como a análise estética e a análise sociológica das formas – literatura, artes plásticas, cinema, moda, teatro, dança –, adquire centralidade na composição do método crítico de Gilda de Mello e Souza que se constituiu por meio da aclimatação, reposição e diálogo entre as tradições brasileira e europeia, tanto na dimensão da formação quanto das formas. A proposta investigativa recorrerá ao estudo de seus principais trabalhos: *O espírito das roupas: a moda no século XIX* ([1950]1987), *O tupi e o Alaúde* ([1979] 2003) e nas duas últimas coletâneas de ensaios, *Exercícios de Leitura* ([1980] 2009) e *A ideia e o figurado* (2005).

Do ponto de vista sociológico, o estudo da fortuna crítica de seus ensaios e da força social de suas ideias, abre uma possibilidade de leitura para compreender seu método crítico. Articular essa leitura a dimensão da formação e das formas suscita questões que ainda permanecem atuais e não ficam restritas ao domínio do conhecimento artístico estendendo-se ao domínio das ciências sociais e do pensamento social brasileiro bem como de seus intérpretes. Desse modo, a paixão pelas formas, pelos detalhes e pela análise do objeto concreto na obra de Gilda consegue, nas palavras de Roberto Schwarz (2012), “iluminar trechos do impensado de nosso tempo”

articulando, reposicionando e dialogando criativamente com as questões em disputa de nossa tradição intelectual no entremeio da composição entre o imaginário local e estrangeiro.

### Discussão

O “senso de forma” na obra de Gilda de Mello e Souza foi apontado por Davi Arrigucci Jr (2010) e ganha desenvolvimento no ensaio que Roberto Schwarz (2012b) lhe dedica. As análises contidas nesses dois textos e nas indicações de Paulo e Otilia Arantes (1997) sobre o “sentido da formação” serão articuladas a sistematização da obra de Gilda de Mello e Souza como estratégias de leitura. Além da especificidade da análise desses conceitos na análise da obra da autora, busca-se estabelecer uma articulação com o conjunto dessas “linhas evolutivas mais ou menos consistentes que chamamos de Formação” e que aparecem em diversas obras de nossa tradição intelectual e apontam para uma ordem de preocupações comuns que orientam boa parte desses trabalhos e que consideram os problemas e insuficiências para o estabelecimento e construção da nação (ARANTES; ARANTES, 1997, p.63); Por interpretações e projetos, compreende-se, a exemplo de Gildo Marçal Brandão (2005, p.232), o “cruzamento de disciplinas” variadas, no qual a análise “da literatura, da arte, da cultura e das ciências [...] acaba tendo uma importante dimensão política por força da relação urgente que se estabelece entre formação da cultura e formação da nação”.

A análise dos diálogos e das trocas intelectuais que Gilda estabelece com Mário de Andrade, com os “professores franceses”, com os colegas de Clima e com o ensaísmo de 1930 (referentes ao contexto de passagem da formação de tipo modernista e a primeira geração universitária), será realizada a partir de quatro frentes. A primeira, referida a Mário de Andrade, propõe investigar a maneira pela qual os ensaios dedicados a vida-obra mário-andradina conseguem, com uma visão totalizante do escritor e de sua obra,



manter simultaneamente uma proximidade subjetiva inerente à relação biográfica e familiar estabelecida entre os autores, e o distanciamento metodológico necessário para abordar suas obras, programas estéticos e seu compromisso expresso, através da forma literária, com a modernização da cultura e da sociedade brasileira (Cf. MELLO E SOUZA, 1970; 2003;2005; 2009). A segunda, com relação a Jean Maugüé, Claude Lévi-Strauss e Roger Bastide, será estabelecida conforme relato deixado por Gilda (2009) no ensaio “A estética rica e a estética pobre dos professores franceses”, proferido como aula inaugural do Departamento de Filosofia da USP em 1972. Dentre os professores, Roger Bastide ganhará centralidade na análise proposta devido à influência que teve na carreira da autora como orientador.

A terceira frente investigará os diálogos com Antonio Candido, Lourival Gomes Machado, Décio de Almeida Prado, Paulo Emilio Salles Gomes e Rui Coelho, os integrantes de Clima. O estudo de grupos culturais é uma importante chave de leitura na configuração dos espaços de produção intelectual, pois, num registro sociológico, pode auxiliar a compreender as ideias e valores partilhados por seus membros. Como base para a análise da formação de grupos culturais, faremos uso das questões metodológicas levantadas por Raymond Williams (2011). Sobre o papel exercido pelo grupo Clima na trajetória de Gilda, a referência central será o trabalho de Heloisa Pontes (1998). ]

Como última frente, propõe-se investigar como a leitura do ensaísmo histórico-sociológico de 1930 e 1940, enquanto testemunho da experiência intelectual, influenciou o interesse de sua geração pelo estudo da sociedade e da cultura brasileira. *Casa-Grande & Senzala* (1933) de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil* (1936) de Sérgio Buarque de Holanda e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) de Caio Prado Júnior foram os “livros-chaves” que melhor exprimiram a mentalidade ligada ao sopro de radicalismo intelectual que eclodiu depois da Revolução de 1930, significando também um importante escopo teórico para pensar a “formação” nacional.

## Conclusão

O jogo de mediações e de desmembramento dos objetos temas e problemas da prosa ensaística de Gilda de Mello e Souza propõe uma análise que busca encontrar os indícios e sinais deixados pela forma artística, revelando “aquilo que a obra aparenta de menor e de mais insignificante, nossa autora acaba por “encontrar as coisas maiores que valem a pena se desvendar” (MICELI; MATTOS, p.117). No entremeio entre a forma artística e a forma social a tentativa de compreensão do exercício crítico da autora tentará demonstrar que a interpretação por ela proposta distingue-se de uma visão mecânica, aproximando-se mais de uma leitura móvel e expressiva capaz inscrever seu objeto no tempo e no espaço dando existência social as várias formas artísticas. Aos olhos do espírito crítico, os objetos só podem ser lidos a partir do movimento, um passeio o escritor e nos convida acompanhar:

Escreve ensaísticamente que contrapõe experimentando, quem vira e revira o seu objeto, quem o questiona e o apalpa, quem prova e o submete à reflexão, quem ataca de diversos lados e reúne no olhar de seu espírito aquilo que vê, pondo em palavras aquilo que o objeto permite vislumbrar sob condições geradas pelo ato de escrever. (BENSE, M. 1947, apud. Adorno, 2003, p. 35-6).

O esforço aqui proposto é justamente o de acompanhar esse movimento tentando criar um esboço que pode auxiliar a circunscrever o pensamento estético e sociológico da autora traduzido na forma de ensaio que Gilda pode ser considerada uma expressão renovada de uma crítica de arte de cunho social, cuja atuação interpretativa particular pode contribuir para a abordagem da relação entre arte e sociedade.

## Referências Bibliográficas

- ARANTES, P. E.; ARANTES, O. B. F. *Sentido da formação: três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- ARRIGUCCI, D. *O guardador de segredos*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- ARRUDA, M. A. *Metrópole e Cultura*. São Paulo: Edusp, 2015.
- BASTOS, É. e BOTELHO, A. “Por uma Sociologia dos Intelectuais”. In: *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 53, no 4, 2010, pp. 889 a 919.
- BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. *Um enigma chamado Brasil, 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- BRANDÃO, G. M. “Linhagens do pensamento político brasileiro”. *Dados*, Rio de Janeiro, Vol. 48, nº 2, 2005, p. 231 - 269.
- CANDIDO, A. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos 1750-1880*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2014.
- \_\_\_\_\_. “Prefácio à Raízes do Brasil”, In: *Raízes do Brasil*, São Paulo: Companhia das Letras, 1967.
- \_\_\_\_\_. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro, RJ: Ouro sobre Azul, 2011.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*, Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GALVÃO, W. (org). *A palavra Afiada*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul. 2014.
- MELLO E SOUZA, G. *O espírito das roupas: a moda no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- \_\_\_\_\_. *A ideia e o figurado*. São Paulo: Editora 34, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Exercícios de leitura*. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- \_\_\_\_\_. *O tupi e o Alaúde*, São Paulo: Editora 34, 2003.
- MICELI, S.; MATTOS, F. (Orgs.). *Gilda: a paixão pela forma*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2007.
- PONTES, H. *Destinos mistos: os críticos do grupo Clima em São Paulo (1940-68)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- PRADO, C. Jr. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*, 22a. ed., São Paulo: Brasiliense, 1992.
- SCHWARZ, R. *Martinha versus Lucrecia: ensaios e entrevistas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.
- WILLIAMS, R. “A fração Bloomsbury”. In: *Cultura e Materialismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

## O sertão como dilema

CAMILA TEIXEIRA LIMA<sup>1</sup>

### Resumo

Não é possível falar no sertão sem que uma série de ideias, vocabulários, representações e imagens sejam acionados. Isso acontece porque o sertão tem uma historicidade e possui antecedentes. Foi e continua sendo *construído* pela literatura, música, artes plásticas, cinema, ensaios sociológicos e literários, em políticas de intervenções econômicas e estatais, por agentes individuais e institucionais. Não é tema livre, portanto, no pensamento e na ação e condensa múltiplos significados simbólicos e reais. Para tentar acompanhar o movimento do sertão contemporâneo como território intelectual, imaginativo e político, que tem uma historicidade e se constitui como um fenômeno histórico, pretendo, nesse trabalho, discutir duas *matrizes de pensamento* que, sugiro, disputam e modelam um *dilema de pertencimento ao local/adesão ao universal* que, por sua vez, constrói o sertão contemporâneo. Dentre a variedade de referências sobre o universo sertanejo que podem agir como linhas de força na organização de tal dilema, são essas duas *matrizes*, enquanto “lugares de modelagem de ideias em conflito” (Paula et al, 2006, p. 12), que se destacam na disputa e conformação de tal dilema: a primeira, “Dualista”, a segunda, chamei de “No nada”. Para tornar mais inteligível essas matrizes, pretendo apresentar dois textos clássicos de dois autores que têm *status* privilegiado e destacado padrão de reconhecimento na *imaginação social* brasileira. Na ordem: *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha, para pensar a matriz “Dualista”, e *Grande Sertão: Veredas* (1956), de Guimarães Rosa, como representante de “No nada”. No âmbito da literatura sertaneja, tais obras foram as que melhores configuraram essas *matrizes de pensamento*.

**Palavras-chave:** Sertão, Literatura, Matriz de Pensamento, Dilema local e universal.

### Introdução

Não é possível falar no sertão, em contexto brasileiro, sem que uma série de ideias, vocabulários, representações e imagens sejam acionados por

---

<sup>1</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia pelo IFCH/UNICAMP; orientada pela Profa. Dra. Mariana M. Chaguri; financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico; E-mail: camilateixeiralima@gmail.com.

tal termo. Isso porque o sertão tem uma historicidade e possui antecedentes, tendo sido narrado diversas vezes pela literatura, música, artes plásticas, cinema, ensaios sociológicos e literários. Condensa, portanto, variados significados simbólicos e concretos.

De modo geral, esse espaço foi caracterizado como uma região rural, distante de núcleos urbanos e insulado no interior do país, isto é, afastado do litoral. Nessa lógica, designa os “espaços vazios” ainda não dominados pela civilização, ou seja, sua qualificação irá variar historicamente, a depender do processo civilizatório (Orecchioni in Santos, 2009, p. 64). Com o tempo, porém, o sertão real e imaginário passou a se referir, principalmente, a uma região do interior do Nordeste até o norte de Minas Gerais, dominado pela escassez ou regime irregular das chuvas, terras secas, de vegetação semiárida, propícia ao desenvolvimento de grandes períodos de seca. A ideia do sertão como “pré-civilização” ou “anti-moderno” não desaparece aqui. Há, apenas, um deslocamento da representação do lugar do atraso do país: do interior rural da nação para a região do Nordeste e (norte de) Minas Gerais.

Se o espaço do sertão retraiu, contudo, o imaginário sertanejo se ampliou a cada nova representação da terra ignota. Algumas leituras do sertão contemporâneo, sugiro, não só confirmam que *o sertão não virou mar*, como propõem que ele não ruirá com o avanço da civilização. Isso porque, como dito, as *experiências referentes ao sertão* em obras sertanejas contemporâneas, acredito, antes de figurarem tal espaço social como reserva do mundo não civilizado, formaliza-o como parte constitutiva da modernidade nacional.

Entre uma diversidade de narrativas sertanejas contemporâneas, pretendo discutir, em minha tese em andamento, as figuradas nas prosas de Raimundo Carrero e Ronaldo Correia de Brito e ficcionadas nos sertões de Salgueiro-PE e Inhamuns-CE<sup>2</sup>. A minha hipótese é de que as obra sertanejas

---

<sup>2</sup> Do sertão de Salgueiro-PE e de Inhamuns, em Saboeiro-CE, nascem, respectivamente, Raimundo Carrero e Ronaldo Correia de Brito, o primeiro em 1947; o segundo, em 1950.

de tais autores formalizam literariamente o processo de intensificação da internalização da vida externa dos personagens transplantadas para a solidão de sua alma, trágica, deformada e moralmente despedaçada. É no aprofundamento psicológico-moral e religioso e no interior de relações familiares marcadas pela espera e pela tragédia que a trama sertaneja, de Raimundo e Ronaldo, floresce. As figurações dos sertões contemporâneos não são elaboradas a partir de uma tábula rasa. Da mesma forma que o presente material e as novas relações sociais e de produção mantêm *correspondências* com os processos sociais anteriores, o “novo” e “velho”, no universo da produção das ideias, também conservam íntimas relações. Isto é, passado e presente são indissociáveis<sup>3</sup>, material e simbolicamente. Perceber essa historicidade do sertão importa (i) como dito, porque o termo carrega

---

Ambos passaram suas infâncias no sertão e residiram a maior parte de suas vidas em Recife. Nenhum dos dois tem na literatura sua única profissão; Carrero teve vários empregos vinculados ao Estado e à cultura em Pernambuco, mas foi, sobretudo jornalista; Brito é médico. Ambos, ainda, tiveram contato com a literatura desde cedo, Carrero quando de castigo na loja de seu pai, descobriu debaixo do balcão os clássicos da literatura que passaram a ser suas grandes referências; Brito, encontrou a literatura por meio da pequena biblioteca de sua mãe – que era professora –, da biblioteca municipal do Crato – onde morou depois de sair de Saboeiro – e, principalmente, através do grande acervo de um primo, nos contam ambos. Os dois, igualmente, não publicaram inicialmente romances: Carrero depois de atuar como músico (sax-tenor no conjunto *Os Camelões* e depois em *Os Tártaros*), de escrever textos jornalísticos, publicou peças de teatro – tais como “Anticrime” (1971), antes de seu primeiro romance publicado, “Bernarda Soledade” (1975), quando já era conhecido como literato; Brito depois de ter sua estreia no cinema, com o famoso filme *Lua Cambará*, primeiro longa-metragem na bitola Super 8 produzido no país, segue carreira artística com o teatro, sendo ainda hoje um dramaturgo reconhecido e autor de várias peças – as mais famosas: “Baile do Menino Deus” (1983), “O Pavão Misterioso” (1985), “Bandeira de São João” (1987) e “Arlequim” (1990) – todas peças infanto-juvenis .

<sup>3</sup>*Correspondência* entre passado e futuro, no sentido atribuído por Walter Benjamin, nos seus textos da década de 1930 e, sobretudo, nas *Teses da História*, de 1940. Para o autor, o passado só se transforma em fato históricopostumamente, “graças a acontecimentos que podem estar separados dele por milênios”. Isso faz com que, de acordo com Benjamin, o tempo passado seja vivido somente pela rememoração e, diferente do que acontece na historiografia universal, “nem como [tempo]vazio, nem como [tempo] homogêneo” ([1940] 1987, p. 231). O princípio construtivista (no caso, para Benjamin, o do materialista histórico) só pode ser pautado em uma concepção que perceba passado e presente como indissociáveis: “isso não deveria significar o nivelamento de ambos (...), ou seja, a eliminação de sua diferença. Antes, era acompanhar um embrião, cujo crescimento é que permitiria a sua identificação quando estava a se formar” (Kothe, 1978, p. 33). O entendimento do encontro secreto entre passado e futuro, formulado por Benjamin, é fundamental para que seja possível “identificar no passado os germes de uma outra história” (Gagnebin, 1987, p. 8).

múltiplos significados reais e simbólicos que foram representados por uma variedade de expressões culturais (romances, peças teatrais, artes plásticas, música, cinema etc); (ii) como o sertão não é apenas território intelectual e imaginativo, mas também político, já que é um espaço social nacional – uma geografia que comporta experiências –, ele não é tema livre cultural e politicamente, portanto, sua representação não é neutra; (iii) nesse sentido, é *construído* em diferentes esferas (pensamento, imaginário, mercado, cultural e política) que, por vezes, se conectam.

Seguindo essa trilha, para acompanhar o movimento entre constelação de ideias, autores individuais e intersecção da cultura e política a *montagem de uma espécie de astronomia literária*<sup>4</sup>, tendo o sertão como unidade de análise e centro gravitacional entre pensamento, imaginário, mercado, cultura e política, *parece um caminho interessante para acompanhar as representações do sertão contemporâneo enquanto território intelectual, imaginativo e político, que tem uma historicidade e se constitui como um fenômeno histórico*. No interior dessa *astronomia literária*, na circulação, no movimento, nos encontros e desencontro, sugiro que as representações dos sertões contemporâneos sejam constituídas a partir de um *dilema*<sup>5</sup> – que chamei de

---

<sup>4</sup>Em *Sob Três Bandeiras* (2014), Benedict Anderson, ao montar uma espécie de astronomia política e demonstrar como ela ordena ações e ideias, nos fornece uma chave analítica interessante que pode ajudar a acompanhar o movimento de elaboração do universo sertanejo. Para entendermos sua astronomia política, no entanto, é necessário voltar à metáfora que abre o livro. Segundo Anderson, olhar para um céu noturno tropical, sem lua ou nuvens, e enxergar um manto cintilante de estrelas estacionárias, conectadas por nada, exceto a escuridão, é o efeito da imensa beleza serena que exige certo esforço para recordar que, na verdade, essas estrelas estão em “perpétuo e frenético movimento, impelidas para cá e para lá pela força invisível dos *campos gravitacionais* dos quais são parte ativa e inelutável” (p. 19, grifo meu). Tal metáfora – que permitiu a Anderson mapear a força gravitacional exercida pelo anarquismo entre nacionalismos militantes situados em lados opostos do planeta, nas lutas anticoloniais no pré Primeira Guerra (1914–1918) – é um sofisticado lembrete de que obras, eventos, trajetórias, ideias – assim como *tudo que estiver no mundo* –, não podem ser apreendidos isoladamente, muitas vezes estão até em relação, ou eventualmente podem se conectar. O que está por trás desse raciocínio é o entendimento de que ideias, experiências e pessoas circulam, sendo *linhas de forças* em diferentes direções e de diferentes modos, causando e recebendo impactos numa espécie de campo gravitacional que as circunscrevem, tais como os movimentos dos astros no manto azul noturno de Anderson.

<sup>5</sup>A formulação do *dilema racial brasileiro*, de Florestan Fernandes (1964), é a inspiração por trás do uso de *dilema* nesse trabalho. Ao analisar a (não) *integração do negro na sociedade de*

pertencimento ao local/ adesão ao universal – formado por impasses, choques e descontinuidades e no qual premissas aparentemente contraditórias terminam por lhe dar concretude. Dentre o conjunto de ideias, imagens, alegorias, vocabulários que podem agir como *linhas de força* na organização de tal dilema, apostei que duas *matrizes de pensamento* – entendidas aqui como “lugares de modelagem de ideias em conflito” (Paula et al, 2006, p. 12) – a primeira, “Dualista”, a segunda, chamei de “No nada”<sup>6</sup>, se destacam na disputa e conformação do dilema local/universal. É sobre tais *matrizes* que pretendo me reter nessa apresentação<sup>7</sup>.

### Duas matrizes de pensamento: “Dualismo” e “No nada”

Dualismo não é uma lógica interpretativa nova e tampouco restrita ao pensamento social brasileiro. O antropólogo Lévi-Strauss (1975, p. 94-95) chegou a afirmar que a faculdade classificatória de opor elementos se conforma como uma estrutura universal e elementar do intelecto humano, na

---

*classes*, o sociólogo percebe que o regime de classe desenvolvido no país fora de ordem fragmentária, unilateral e incompleta, não conseguindo neutralizar a *situação de cor* no interior da *situação de classe*. Esse fenômeno ocorre porque na consolidação da nova ordem social competitiva, há uma forte persistência da concepção tradicionalista do mundo (Fernandes, [1964] 1978, p. XII). Delineia-se, assim, para Florestan Fernandes, o *dilema*, uma “complexa e tensa dinâmica em que se entrelaçam o presente, o legado do passado e as possibilidades futuras [do país]” (Cohn, 2002, p. 390) e que perturba o presente da sociedade brasileira, comprometendo seu destino (Idem, ibidem, p. 288). Estrutural para a leitura da sociedade brasileira, tal dilema é, porém, de natureza dinâmica, pois, por mais persistente que seja a *situação de classe* do passado e ainda que persista a coexistência do “moderno” e do “velho” (Fernandes, op. cit., p. XIII) a sociedade pode ir além dele (Cohn, op. cit., p., loc.cit).

<sup>6</sup>*Nonada* é a primeira palavra de *GS:V*, aparecendo algumas outras vezes na narrativa, inclusive na última página antes do símbolo do infinito, que fecha a trama. Significa coisa sem importância, quase nada, insignificante. O que sugere o sertão como esse quase nada, insignificante. Todavia, a forma como esse sertão vai sendo construído ao longo da trama – e do qual falaremos na última seção desse capítulo – e ainda, o fecho do livro com o símbolo do infinito, sugere que desse quase nada (que poderia ser o sertão) se chaga ao infinito, transcende-se. Como veremos adiante, essa seria a ideia que constrói essa matriz de pensamento – de que é por meio do local que chegamos ao universal – e, por isso, “No nada” (aqui como duas palavras) foi escolhida para nomear tal matriz.

<sup>7</sup> Existem outras *matrizes* de pensamento que disputam e conformam a ideia de sertão, seja na literatura contemporânea, seja clássica. Todavia, obedecendo o *primato do objeto* (Adorno), as obras que tecem o sertão de Raimundo Carrero e Ronaldo Correia de Brito me guiaram as matrizes selecionadas, de modo que, nesse texto, busco pensá-las com mais atenção.

medida em que as noções de oposição são uma espécie de lógica original ligada às leis da linguagem e mesmo do pensamento. Nesse sentido, continua o antropólogo, não importa na dualidade a coisa nomeada, se é cru e cozido, homem e animal, bárbaro e civilizado – tal conteúdo externo é variável –, mas como essa capacidade de opor e organizar pares contrários configura a “estrutura mental” da humanidade. Tal inscrição ocorre, segundo Lévi-Strauss, na passagem da natureza à cultura, quando o indivíduo adquire a capacidade de se distinguir, de captar a diversidade das espécies e de se manifestar simbolicamente (Ibidem, p. 105). Assim, o desenvolvimento do intelecto e da cultura, que tem sua gênese no pensamento simbólico, decorre da diferenciação e não da identificação, “e se há qualquer coisa como uma semelhança (...) trata-se, antes, de uma semelhança entre as diferenças” (Mendes, 2014, p. 32).

Embora não seja preciso concordar com a premissa do antropólogo, já que é provável que a visão de mundo dual seja oriunda de disposições culturais sem que necessariamente resulte em inscrição na estrutura mental, é possível observar que a forma de perceber as sociedades a partir do dualismo é recorrente no pensamento, no mundo das representações e no processo social. Trazer essa forma de pensar o mundo social para o terreno da cultura, ao invés de entendê-la como resultado da natureza elementar da mente humana, é importante para observarmos que o dualismo não é uma representação neutra. Antes se relaciona com domínio, poder e produções de hierarquias. Isto é, o sentido positivo atribuído a uma parte é formulada a partir da afirmação negativa da outra. Como por exemplo nos “pares” supostamente neutros, homem e mulher, branco e negro, Ocidente e Oriente, litoral e sertão, mas que na verdade se estabelecem a partir de relações de domínio, poder e privilégios.

Seguindo essa trilha, é significativo o entendimento de como esse tipo de formulação representativa foi característica, para não dizer um dos pilares,

do mundo colonizado e das formações de impérios<sup>8</sup> – notar que, não por acaso, foi no contato com ex-colônias que o antropólogo formulou sua tese de que a “estrutura mental” da humanidade opera e organiza os signos em pares de oposição. Por isso é que Said afirma que para o domínio de espaços [e corpos] não basta soldados, mas também um conjunto de ideias, representações e imagens que “justifique” tal domínio<sup>9</sup>. A visão dualista, portanto, enquanto produção de alteridades hierarquizadas e que repousa na íntima relação entre cultura e política, se configura como uma matriz de pensamento fundamental para entendermos as interfaces entre produção das ideias e processo social, literatura e sociedade<sup>10</sup>.

No Brasil, a visão de mundo dualista tem um forte vínculo com as representações do sertão, o que diz muito sobre as redes complexas das relações de dominação, já que o sertão ocupa no interior nacional um lugar próximo ao da nação brasileira em relação às nações centrais do mundo moderno capitalista ocidental. Não é à toa que Nísia Trindade Lima, em *O Sertão Chamado Brasil* (2013), argumenta que o sertão é uma metáfora da nação, em sua tese de que existe uma continuidade do diagnóstico de uma

---

<sup>8</sup> Ela não é, contudo, uma visão exclusiva das sociedades coloniais: o dualismo não surgiu com as colonizações e nem deixará de existir em sociedades pós coloniais, no entanto, encontrou um terreno fértil para se desenvolver nas formações dos impérios. Como se relaciona a domínio, poder e produção de hierarquias, suspeito que só seria possível superar o pensamento dual, enquanto alteridade hierarquizada, em uma sociedade completamente emancipada.

<sup>9</sup>Ver Said, 1990 e 2011.

<sup>10</sup>Um exemplo pode ser o episódio da guerra de Canudos, narrada no clássico de Euclides da Cunha, *Os Sertões* (1902). A guerra, justificada como uma defesa da República – em relação aos “fanáticos, rebeldes e bárbaros” do que ficou conhecido como Arraial de Canudos – foi antes de tudo uma tentativa do Estado de conhecer e controlar um povoado – reunido na figura histórica e mitológica de Antônio Conselheiro – e uma região – parte do sertão baiano – então desconhecidos. Porém, para ocupar esse espaço vazio<sup>10</sup>, não bastava massacrar todo o povoado do Arraial, era preciso 1) convencer a população da República que aquela era a coisa certa a fazer e que aquele espaço deveria ser ocupado por “aqueles que têm condições de controla-lo”, e, 2) como as geografias comportam experiências, era necessário lutar por elas, não bastava, portanto, apenas disputar aquela terra, indispensável era disputar “o povo” daquela terra (Said, 2011, 39). Em vista disso, esta não poderia ser uma luta apenas de território geográfico, mas também, uma luta pela imaginação espacial – (2013, p. 19) – daquele lugar, que não se restringia “a soldados e canhões, abrangendo também ideias, formas, imagens e representações” (Idem, ibidem, p. 40).

dualidade constitutiva da formação do Brasil. Segundo tal autora, essa dualidade ganhará corpo em *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha, em que pese não ter sido uma perspectiva singular ao pensamento social brasileiro (2013, p.19). Embora tal relação tenha uma história anterior ao clássico de Euclides da Cunha, foi a partir da publicação de *Os Sertões* (1902), que os vínculos entre sertão e dualismo ganharam forma. Pode até ser injusto com Euclides, já que o próprio autor desconstrói a lógica dicotômica ao embaralhar algumas categorias, no entanto, o par antitético sertão x litoral se rotinizou, ganhou forma e passou a agir como força ativa do processo social, independente se esta era ou não a intenção de Euclides. Sobre isso, como nos advertiu Benedict Anderson (2014, p. 192), tão logo os trabalhos “deixam a gráfica para adentrar a esfera pública, já [os autores] não mais os possuem, nem exercem qualquer controle sobre eles (...) os autores e suas obras se separam”. Tal polarização, não diz respeito aos polos interior x faixa junto ao mar, mas a divisão espacial e simbólica de duas formas de ordem social: uma civilizada, letrada, moderna e cosmopolita; outra bárbara, analfabeta, refratária à modernização e isolada. Em Euclides, a primeira o litoral, a segunda, o sertão. Embora esse lugar da barbárie, no clássico euclidiano, seja também o lugar do cerne da nacionalidade, da rocha viva da nação, do antes de tudo, o forte, o sertanejo; e o litoral culto, moderno e civilizado, seja o lugar dos degenerados, que não conhecem o verdadeiro país do interior e só tentam copiar as terras além mar, aquilo que entra na rotina e passa a modelar *a imaginação espacial no Brasil* é divisão civilização x barbárie.

Tal matriz de pensamento pode não ter a centralidade que tinha décadas atrás e pode até ter sido superada no debate exclusivamente acadêmico<sup>11</sup>. Todavia, não é uma questão ultrapassada no processo social:

---

<sup>11</sup>Embora constantemente presente nas formulações/interpretações da modernidade brasileira, seja no paradigma identitário (Botelho, 2008, p. 17-8), como em Euclides da Cunha e Gilberto Freyre, seja no paradigma societário (Idem, Ibidem), como no desenvolvimentismo dos anos 1950/60, elaborado por intelectuais como Florestan Fernandes, Costa Pinto e Celso Furtado e por instituições como a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) e a

está em movimento em momentos de eleição, em clichês de novelas, em preconceitos nas relações sociais, em caixa de comentário na internet, nos vínculos de trabalho, nas classificações sociais etc<sup>12</sup>.

O pensamento dualista permanece, assim, como uma matriz a modular modos de falar e imaginar o Brasil, nesse sentido, “pouco ajuda insistir na sua clara falsidade. Mais interessante é acompanhar-lhe o movimento, de que ela, a falsidade, é parte verdadeira” (Schwarz, [1977] 2012, p. 26). A recorrência e permanência da matriz “Dualista” entre nós se relaciona ao “desajuste que estamos condenados pela máquina do colonialismo” (Schwarz, [1977] 2012, p. 26) entre matéria local e representações (bens culturais e de consumo, ideias, vestimenta, pensamento) internacionais e importadas que, como antecipado, provoca um “efeito-demonstração” (Pinto, 1967, p. 196) das ex-metrópoles sobre as ex-colônias, solidificando um terreno forte para a floração de visões de mundo polarizadas. Mesmo que tais divisões sejam simplificadoras, mesmo que as ideias não sejam meramente ornamentais, mesmo que o “nosso original” não se trate de uma síntese simplificadora de opostos, tais visões continuam circulando, “estão no lugar”, plasmando o lugar, reatualizando, inclusive, o “caráter inicial de colonização” (Prado Jr., [1942] 2011, p. 26).

---

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE); a matriz “Dualista” de interpretação da sociedade também foi alvo de críticas significativas. Exemplos são a) as produções e denúncias da superação do paradigma dual nos anos 1970/80, como as apresentadas por intelectuais vinculados ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP); b) o livro *A crítica da Razão Dualista* (1972), de Francisco de Oliveira, escrito como resposta ao pensamento dualista desenvolvido por Celso Furtado, CEPAL e SUDENE – de cujo quadro técnico participou (superintendente adjunto) – de 1959–1964 – junto a Furtado (superintendente); c) as formulações de Gláucia Villas-Bôas em *Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro* (2006), de que há a elaboração de “um mito da modernidade brasileira face à modernidade (...) constituído pelo pensamento social anterior à institucionalização das ciências sociais, mas atualizado na sociedade acadêmica posterior e mesmo contemporânea” (Bastos; Botelho, 2010, p. 483) e que tem como consequência a elaboração de uma ontologia do brasileiro cujo efeitos têm percussões no mito da ambiguidade nacional (Villas-Bôas, 2006, p. 15).

<sup>12</sup> Por não ter sido superada no processo social, suspeito que ela também não tenha sido no âmbito intelectual, afinal a intelectualidade não paira sobre a sociedade. Partindo da ideia de que tudo que está no mundo pode se conectar, já que ideias, pessoas e experiências circulam, as reproduções das dicotomias no processo social podem agir como linha de força no interior do pensamento acadêmico, como em qualquer outro.

Se no “imprevisível dormita a História” (Schwarz, op. cit., p. 31), é necessário entender o processo social a que deve sua existência (Idem, ibidem).

A segundamatriz de pensamento que proponho como linha de força no dilema local/universal, chamei de “No nada”. Aqui, diferente da matriz “Dualista” que entende o localismo e universalismo como antíteses supostamente neutras, proponho que a matriz “No nada” argumenta que para chegar ao universal é preciso partir do particular. Ou seja, local e universal estão imbrincados. Tal noção foi representada no famoso e polêmico quadro de Cícero Dias, *Eu vi o mundo... Ele começa no Recife*<sup>13</sup>, como também, em certa medida, solidificou a sociologia de Gilberto Freyre<sup>14</sup>, que ao traçar a formação nacional, partiu do Nordeste, e mais precisamente, de Pernambuco,

---

<sup>13</sup>“Eu Vi o Mundo... Ele começa em Recife”, foi exposta pela primeira vez em 1931, no Salão Revolucionário da então *Escola Nacional de Belas Artes* (hoje, *Museu Nacional de Belas Artes*) e mais uma vez, no mesmo museu, nos anos 1960. Fica guardada ali, até 1965, quando foi emprestada para 8ª Bienal de São Paulo, sendo destaque do evento. Acusando que tal empréstimo não poderia ter sido feito porque a obra não pertencia ao *Museu Nacional de Belas Artes*, Cícero Dias leva a obra para Paris, onde vive até sua morte, e depois de restaurada vende a um colecionador de arte, Luis Antônio de Almeida Braga, atual “proprietário” da obra.

<sup>14</sup> Como dito anteriormente, essas matrizes, apesar de diferentes, dialogam. Gilberto Freyre, por exemplo, que estou usando como expoentes da matriz “No nada”, também reproduz e elabora dicotomias. Apesar de ser o autor da síntese, do trópico miscigenado, heterogêneo, multicultural, portanto não dual, também dialoga com certa visão dualista, sobretudo quando fala sobre o sertão. Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke, em uma leitura do lugar do sertão na obra de Freyre, ao comentar que o autor é bastante econômico quando fala do sertão, conclui que, “se tivesse escrito sobre o Nordeste pastoril, ao invés do agrário, Freyre teria de necessariamente confrontar mais diretamente (...) a dura realidade das secas inclementes, das enchentes, do fanatismo e do banditismo que estavam tão dramaticamente vivos àquela época. Isso teria comprometido o seu esforço ou o seu programa de interpretar a história do Brasil de um modo relativamente positivo. Pois dando suporte à sua visão da história do país estava a ideia de que ao invés de conflitos, ‘antagonismos equilibrados’ marcaram indelevelmente seu desenvolvimento” (Pallares-Burke, 2013, p. 98). A autora afirma, contudo, ainda que Freyre tenha argumentado que esse “outro Nordeste” não era o centro de seu interesse (Cf. *Sobrados e Mocambos*), o autor acabou por dizer bastante sobre o sertão: em *Casa Grande & Senzala* (1936), de passagem, faz alusões a divisão entre a região pastoril e agrária (p. 99); anteriormente, e mais longamente, no *Nordeste* (1925), antagoniza as regiões nos contratos do solo, da economia, das pessoas, da miscigenação e das psicologias dos sujeitos (p. 100-102). O Nordeste do sertão é, ainda, narrado por Freyre, em textos publicados no jornal *Diário de Pernambuco*, como por exemplo “Impressão do Agreste”, de 06 de junho de 1925.

que era, no entanto, o lugar de encontro das culturas africanas, da Península Ibérica pós ocupação moura e dos nativos brasileiros<sup>15</sup>.

Com o intuito de ser universal, ao pintar primeiro sua própria aldeia, para usar uma ideia atribuída, sem comprovação, a Tolstói, sugiro, Graciliano Ramos escreve *Vidas Secas* (1938) e Clarice Lispector, “*A Hora da Estrela*” (1977).

Se pensarmos toda a produção que tenha como intuito pensar o universal, não há distinção entre o que estou tentando formular como a *matriz* “No nada” e toda as demais formas de pensamento. No sentido de que, ir ao encontro do universal partindo do particular não parece ser uma prática de reflexão exclusiva de quaisquer expressões sociológica, artística ou cultural. Todavia, mesmo considerando que o universal não necessariamente prescindia do particular, as criações dos centros de produção são apreendidos como universais, como se não partissem de um tempo-espaco específico, enquanto que nas produções periféricas, o local é superestimado e a capacidade de transcendência colocada constantemente em xeque. É esse tipo de compreensão produz questionamentos que reafirmam a dominação, tais como: como é possível Borges ou Machado ser universal? Como é possível falar do sertão sem ser regionalista? Como que *no nada* é possível transcender?

E daqui podemos chegar à distinção dessa segunda matriz e de qualquer outra forma de reflexão que se pretende universal, mas que por vezes destitui o local. “Eu vi o mundo... ele começa no Recife” e *pensar o universal, por exemplo, a partir de Paris* se diferenciam não apenas porque nessa relação (Recife-Paris) a divisão internacional da produção das ideias os separa, respectivamente, um como lugar marcado e outro como incorpóreo,

---

<sup>15</sup>Interessante observar o comentário de Cícero Dias sobre Gilberto Freyre em sua autobiografia (2011, p. 74): “Não cultivo a penumbra, mas a resplandecência. Nada é obscuro na minha obra. E assim ela foi apreciada por Gilberto Freyre. E assim ela se entregava à década de 1920 em Pernambuco. Dois anos antes, isto é. Em 1926, Gilberto Freyre apresentou o manifesto regionalista do Recife, que tanta celeuma provocou no Brasil. Para os que conhecem a obra de Joyce, ninguém foi mais regionalista do que o escritor irlandês. Mas, sua obra foi universal. Gilberto Freyre tinha razão quando afirmava que o universal partia do regional”.

mas justamente porque, por causa dessa distinção, a ideia “Eu vi o mundo... ele começa no Recife” pretende não exonerar esse particular, ao contrário, anseia estampá-lo. Mas só anseia evidenciar o local para mostrar que é possível ir além dele, ou ainda, aspira qualificar que é *no interior do local, que o universal acontece*. É aqui que qualifico “No nada” como um “lugar de modelagem de ideias em conflito” (Paula et al, 2006) ativo e intencional de *transcendência a partir de sua aldeia*.

É justamente na reflexão sobre a interface entre *sertão como categoria de análise social e o seu sentido mais imaginativo* – interface essa que coloca em movimento literatura/sociedade e produção das ideias/processo social –, que os diálogos com as duas matrizes de pensamento “dualismo” e “No nada” podem me auxiliar a acompanhar o dilema constituído pelas representações do sertão contemporâneo. Duas obras, me parece, estabeleceram critérios básicos e significativos no interior dessas matrizes, encarnando *status* privilegiado e destacado padrão de reconhecimento em cada uma delas. Tornaram-se, portanto, *clássicas* (Alexander, 1999, p. 24) da *imaginação social* brasileira e obras incontornáveis na reflexão sobre tal dilema. Na ordem: *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha, para pensar a matriz “Dualista”, e *Grande Sertão: Veredas* (1956), de Guimarães Rosa, como representante de “No nada”.

### Outro Brasil da terra ignota

Euclides da Cunha é chave incontornável da representação binária e de sua rotinização ao formular, *n’Os Sertões* (1902)<sup>16</sup>, a polarização espacial, temporal, subjetiva e simbólica de duas formas de ordem social: a dos *retrógados* do sertão e a dos *degenerados* do litoral. Voltar ao sertão da

---

<sup>16</sup> Em diálogo com o racismo científico da época e, mais do que isso, tendo este racismo como pressuposto teórico e corpo reflexivo e estruturante da elaboração de suas categorias explicativas.

guerra de Canudos (“A Nossa Vandéia”<sup>17</sup>) e compreender como está montado o esquema euclidiano é pertinente não somente por *Os Sertões* ter sido construído como uma matriz interpretativa do Brasil, e nem tão-só pela dicotomia ter sido rotinizada como uma chave de elaboração do mundo social, mas, precisamente, pelo que pode nos informar a própria canonização de Euclides. O que ela tem a dizer sobre nós. O repertório do clássico não é retórico, mas força ativa do pensamento e do processo social e político do país.

*Os Sertões* apresenta uma estrutura tripartite: “A Terra”, “O Homem” e “A Luta”, eixo subjacente à sociologia dominante da época, preocupada primeiramente com os fatores mesológicos e climáticos, depois, com o homem e, em sequência, com os acontecimentos. A ordem de apresentação escolhida não é aleatória. Ela não pode ser alterada porque tem uma lógica interna. Terra, Homem e Luta fazem parte de uma mesma teia que explica, para Euclides, *as sementes*, não as raízes, da “futura” sociedade brasileira. Justaposto a essas três partes, os elementos centrais do sistema euclidiano – fatores mesológicos, miscigenação e repertório moral – são montados.

Em “A Terra” os elementos geográficos e geológicos são construídos como imagens e metáforas utilizadas nas partes seguintes (Lima, 2013, p. 109). À vista disso, se em um primeiro plano as influências mesológicas atuam sobre os fatores históricos que agem sobre os diferentes grupos étnicos<sup>18</sup>; em um segundo, “O Homem” – no caso, aqui, o sertanejo – é talhado à imagem e a semelhança da terra, por uma analogia direta. É como se Euclides da Cunha reunisse de modo intrínseco o homem e a terra, “elegendo essa última como categoria indispensável para a construção da identidade daquela população” (Villas-Bôas, 2006, p. 52). A importância de “A Terra”, por isso, nesse

---

<sup>17</sup>Nome do artigo de Euclides publicado no jornal *Província de São Paulo* – hoje, *Estado de São* – e que “estabelece uma comparação que ficaria célebre e seria repetida por todos, ao equiparar o levante na Bahia com aquele de caráter religioso e contrarrevolucionário coligando camponeses e nobres em reação à Revolução Francesa, em 1793” (Galvão, 2010, p. 67).

<sup>18</sup>Mesmo que Euclides esteja “convindo que o meio não forma as raças” (p. 77).

primeiro plano, é a de qualificar a miscigenação, para em sequência, enquanto “terra ignota”, estabelecer uma relação ambígua e tensa, mas “romântica”, com o homem do sertão: o martírio da terra é o martírio do homem. Mas, se por um lado, nem sempre a terra retribui o amor do sertanejo, já que em seu jogo de antíteses – “barbaramente estéreis; maravilhosamente exuberante” (p. 46) – a terra tornava-se hostil e infecunda; por outro, como “todas aquelas árvores são para ele [o sertanejo] velhas companheiras”, já que “cresceram através das mesmas dificuldades, lutando com as mesmas agruras, sócios dos mesmos dias remansados”, a terra o protege, “talha-o com Anteu<sup>19</sup>, indomável” (p. 217)<sup>20</sup>. Se assenta assim, a “visão telúrica de Euclides [que] expressa uma visão religiosa da terra (“o lugar onde estás é terra santa/Moisés) que identifica um povo escolhido” (Villas-Bôas, 2006, p. 42).

Para Euclides, em consonância com os pressupostos de inferioridade e superioridade racial elementares que serviam de sustentáculo para criação de uma vulnerabilidade de *tipo*, o miscigenado é um produto híbrido – que segundo os seus preceitos –, herdará as piores qualidades de cada raça, e desequilibrado (quase um histérico), porque sua “breve existência individual” é comprimida por “esforços seculares” (p. 96). A miscigenação extremada, portanto, é um retrocesso, e como causa sujeitos *degenerados*, deve ser controlada, até porque, segundo o autor, “não temos uma unidade de raça [e] não a teremos, talvez, nunca” (p. 63).

É aqui que a terra entra como elemento que não cria, mas qualifica, a miscigenação: a do litoral e a do sertão. No “Brasil” litorâneo, urbano,

---

<sup>19</sup> Personagem mitológico que está ligado à força da terra.

<sup>20</sup> Nesse relação, não só a natureza talha o homem, mas o homem é tão logo apresentado como agente geológico: formador de desertos. Como republicano suficientemente influenciado pelo evolucionismo spenceriano, pelo darwinismo racial e pelo positivismo de Comte (Galvão, 1984, p. 36), para Euclides, não são as monoculturas extensivas dos grandes latifúndios os agentes do empobrecimento do solo, quem começou o terrível papel de fazedor de desertos foi o indígena, sucedido pelo colonizador, que o copiou (p. 49): “o homem fez-se uma componente nefasta as forças daquele clima demolidor. Se o não criou, transmudou-o, agravando-o. Deu um auxiliar à degradação das tormentas, o machado do catingueiro; um supletivo à insolação, a queimada” (p. 51). Raciocínio semelhante encontra-se em Sérgio Buarque de Holanda (1936).

civilizado, culto e instruído, os constantes fluxos migratórios formaram uma “instabilidade mestiça” e produziram sujeitos neurastênicos, instáveis e *degenerados*. Separado desse eixo geográfica e demograficamente, porém, insulada no interior do país e divorciada da gente da colonização intensa e da “degenerescência progressiva do litoral” (Lima, 1997, p. 40), a população sertaneja “se desenvolveu fora do influxo de outros elementos” (p. 94), fazendo com que, embora miscigenado, o sertanejo tivesse na estabilidade demográfica a garantia de sua consolidação étnica. Como “o homem do sertão parece feito por um molde único”, o sertanejo é, “inegavelmente, o tipo de uma subcategoria étnica já constituída” (p. 96), e, como tal, tem “caracteres próprios”, não é “menos que um intermediário” (p. 97). Assim, as condições mesológicas que constituíram um isolador étnico nos sertões brasileiros, consolidou a fixidez moral sertaneja.

Racial e moralmente estável, “o sertanejo é, antes de tudo, um forte”<sup>21</sup>, embora sua aparência revele o contrário. Na epiderme, tal como na superfície da terra, o aparente *desgracioso, desengonçado, torto*, “reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos”. É como se de um lado, a junção de formas que não se encaixam, típica de um miscigenado aos olhos de Euclides, caracterizasse o sertanejo no seu “andar sem firmeza, sem aprumo”, quase como um “gigante e sinuoso” (p. 101)<sup>22</sup>, com membros traslados e desarticulados; e do outro, a natureza em seu constante jogo de antítese – entre alagamentos e desertos – firmasse um homem permanentemente *fatigado*. Mas, “toda essa aparência de cansaço ilude”, por debaixo da película, frente a primeira adversidade, o sertanejo demonstra a disposição de lutar pela sua vida. É o *Hércules-Quasímodo*: arrasado pelas condições mesológicas, torto e com

---

<sup>21</sup>Em Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz e João Cabral de Melo Neto, a força do sertanejo é figurada mais implicitamente: pela “resistência” à morte, miséria, emigrações. Cf., por exemplo, os trechos finais de “Morte e Vida Severina” (Neto, 1967), a celebração da vida, mesmo na explosão da vida Severina.

<sup>22</sup>Sempre que a referência constar apenas na última citação do parágrafo, significa que as demais citações anteriores têm a mesma referência.

aparência frágil (Quasímodo), “o homem transfigura-se” (p. 102), resiste e luta (Hércules), tal qual a vegetação a sua volta.

Todavia, o isolamento demográfico do sertão é um legado ambíguo. Se de um lado foi possível proteger-se do processo de miscigenação desenfreado do litoral (dos *degenerados*), por outro, em terra ignota, os sertanejos ficaram insulados da civilização, dos bons costumes, da alta cultura e da modernidade. Bruto, bárbaro, sem estoque cultural, atrasado, com religiões “rudimentares”, os sertanejos, estáveis etnicamente, se tornaram *retrógados* da civilização.

A partir daí se delinea o “problema” euclidiano – o impasse em torno da integração nacional. Ainda que “bárbaro”, ainda que “tenha crenças atrasadas”, ainda que “incivilizado”, o sertanejo tem o potencial de conquistar a civilização, pois seu tipo físico forte, sua constituição corporal estável o transforma na rocha viva da nossa raça (p. 529). A civilização, por sua vez, “pertence” ao litoral, onde as funções complexas de um alto nível de modernidade impõem-se a “corpos e órgãos frágeis”, “mal constituídos”, *degenerados* – pertence aqueles que não só não conhecem o “Brasil interno” como apenas “mimetizam” o europeudas terras além-mar. À vista disso, quem seria capaz de fazer com que os sertanejos “saíssem afinal da barbaria em que escandalizavam o nosso tempo, e entrassem repentinamente pela civilização a dentro [?]” (p. 63). Embora Euclides anunciasse a grande novidade, *o futuro do Brasil está dentro e não fora do país*, o desencontro fatal entre o cerne da nacionalidade “mais branco do que negro” (Villas-Bôas, 2006, p. 46)<sup>23</sup> e a civilização poderia eliminar o futuro da nação.

---

<sup>23</sup>Glaucia Villas-Bôas (2006, p. 34) chama atenção para algo importante “poucos negros estão entre os ancestrais na história que Euclides da Cunha narra: a geografia especialíssima dos sertões, mas também a singularidade do povoamento da terra, teriam impedindo sua entrada nesta cena principal”. O curioso é que nas partes finais do livro, encontramos a passagem da ideia de sertanejo como junção de branco e índio preservada pelo isolamento para a fusão perfeita das três raças. Em tal acontecido, há também a transição do sertanejo como reserva étnica para reserva ética da nação: “Esta parara adiante, a um lado das tendas do esquadrão de cavalaria, represando entre as quatro linhas de um quadrado. Via-se, então, pela primeira vez, em globo, a população de Canudos; e, a parte as variantes impressas pelo sofrer

As combinações, tensões e mediações entre *terra e homem* explodem, nos sertões, na guerra de Canudos: quando retrógados e degenerados, civilização e barbárie, moderno e arcaico se encontram, todavia, na *luta*, e não por meio das letras, na dimensão cívica e republicana defendida por Euclides. Tal confronto, que confunde as categorias euclidianas – já que não se sabe mais com tanta clareza quem é o bárbaro e quem é o civilizado<sup>24</sup> – só evidencia o distanciamento das duas sociedades (os *dois Brasís*), alheias uma a outra, e que duelam.

A “discordância absoluta e radical” entre litoral e sertão é posta por Euclides em termos a) habitacionais, de morada, “entre as cidades da costa e as malocas de telha do interior, que desequilibra tanto o nosso desenvolvimento evolutivo e perturba deploravelmente a unidade nacional”; b) pelos diferentes modos de ser de um indivíduos – no sentido de diferentes *habitus*(Bourdieu, 1980), “[os republicanos, que representavam toda gente opositora ao arraial de Canudos] viam-se em terra estranha. Outros hábitos. Outros quadros. Outra gente, outra língua mesmo, articulada em gíria original e pitoresca”; c) pela forma de estar no mundo, “o sentimento exato de seguirem para uma guerra externa. Sentiam-se fora do Brasil. A separação social completa dilatava a distância geográfica; criava a sensação nostálgica de longo afastamento da pátria” (p. 461); d) pela relação com a natureza, enquanto os sertanejos, como Anteu, que tem sua força ligada na sua relação com a terra, quando perde o chão, morre<sup>25</sup>, entre os soldados da República aumentava a sensação de que era a terra ignota, o grande deserto, que precisava ser combatido e vencido a todo transe (p. 449).

---

diversamente suportado sobressia um traço uniformidade rara nas linhas fisionômicas mais características. Raro branco ou negro puro. Um ar de família em todos delatando, iniludível, a *fusão perfeita de três raças*” (p. 538-9, grifo meu).

<sup>24</sup>“Apesar de três séculos de atraso, os sertanejos não lhes levavam a palma do estadear idêntica barbaridade” (p. 501).

<sup>25</sup> “Ao passo que as caatingas são um aliado incorruptível do sertanejo em revolta. Entrem também de certo modo na luta. Armam-se para o combate; agridem. Trançam-se, impenetráveis, ante o forasteiro, mas abrem-se em trilhas multivias, para o mulato que ali nasceu e cresceu” (p. 213).

### É no interior do local, que o universal acontece

Em *Grande Sertão: veredas* (1956), de Guimarães Rosa, o tema do exílio<sup>26</sup> é um dos fios condutores da trama “metafísica” roseana. O texto se constitui de um monólogo com diálogo e é Riobaldo – por meio de sua voz rica, irregular e com tantos significados quanto à linguagem da vida cotidiana – que torna inteligível a internalização do fator social para a solidão de sua alma angustiada, indecisa e em crise. Em suas trilhas epifânicas, figuradas na linguagem, no texto e no conteúdo interno se desenvolvem os grandes problemas e a busca do “conhecimento de si” do protagonista: “quem sou eu?; quem é você?; Deus existe?; Deus não existe?; Quem é o bem, quem é o mal?; O culpado sou eu ou ele” (Candido, 2014)<sup>27</sup>. Tal “trama ontológica” (Idem, ibidem) do jagunço de *GS:V* pode aflorar porque é também material e tema do mesmo substrato responsável pela interiorização completa dos indivíduos – o romance moderno (Benjamin, [1936] 1987)<sup>28</sup>. É o romance, enquanto material privilegiado para se compreender as dinâmicas da modernidade e do capitalismo, que coloca Riobaldo e Raskólnikov (Dostoievsky), bem como o homem-estojo (Benjamin) e o sujeito exilado do povo (Lukács), lado a lado.

Em *GS:V* o exílio de Riobaldo é duplo. Tal personagem percorre as veredas de dois mundos que também divide a nação: o refratário e o emergente à modernização. A polarização espacial, material e simbólica dos *dois Brasis* de Euclides da Cunha, esboçada em *Os Sertões*, e que faz com que a nação viva “sob um sistema de alienações mútuas, isto é, um duplo exílio” (Melo, 2011, p. 74), é retomada em *GS:V*. Agora, o duplo exílio fora internalizado em um só personagem: Riobaldo (Idem, ibidem).

---

<sup>26</sup>O principal tema (e matéria) de tal forma narrativa, segundo Georg Lukács, “seria a percepção, cada vez maior, de que ao homem moderno falta uma morada ontológica” (Melo, 2011, p. 75). E é esta “constatação do exílio existencial”, do homem moderno, a “mola criadora do gênero romanesco” (Lukács apud Melo, 2011, p. 75).

<sup>27</sup>Não consta paginação porque é um depoimento em vídeo. Referência completa na Bibliografia.

<sup>28</sup>O romance esboça, portanto, o mesmo fenômeno que lhe dará origem: o sujeito em crise e desenraizado, apartado do mundo que o circunscreve.

Se o exílio “é um espaço para estranhamentos que, por sua vez, geram questionamentos, dúvidas e reflexões” (Idem, *Ibidem*, p. 75), as questões de Riobaldo são produzidas na sua dupla alienação. A “grande guerra” (p. 129)[3], dos bebelos contra os jocas, que ocupa o primeiro terço do livro e tem, de um lado, aquele jagunço “tão diverso e reinante” (p. 310), único “capaz de tomar conta do sertão” (p. 44) – e proteger sua tradição –, Joca Ramiro, e, do outro, o político que usa dos meios “rudes do sertanejo”, a guerra, para encontrar o destino moderno dos sertões e “desnortear, desencaminhar os sertanejos dos seus costumes velhos de lei” (p. 260), Zé Bebelo, não era uma guerra que dividia os sertões, apenas, esses dois mundos dividem também o próprio Riobaldo.

Mas se Riobaldo tece suas questões entre ambiguidades formalizadas já desde *Os Sertões*, ele também extrapola tal visão dual, já que o sertão não será, como é em Euclides, o lugar do atraso, da barbárie e da reserva moral da nação, ele é, antes, o espaço onde as veredas da civilização e da barbárie se encontram, imbricam-se e se relacionam dialeticamente: “o que faz do romance [roseano] universal (de interesse para o leitor contemporâneo de qualquer país) é menos a reencenação de arquétipos míticos de purificação do ser, e mais o questionamento ético de agir num mundo tão híbrido como o apresentado pelo romance” (Melo, 2011, p. 87). Isto é, justamente por o grande sertão não ser o lugar da civilização, tampouco o da barbárie, mas sim o da *mistura* – “o mundo híbrido” – que ele “impõe desafios para a imaginação moral do leitor: como agir num mundo de tanta incerteza éticas, onde os universais parecem abalados, onde o desejo e a norma social colidem o tempo todo, e esta última, ainda que obedecida, é constantemente questionada?” (Idem, *Ibidem*).

Do ponto de vista analítico, a narrativa pode ser dividida em três momentos principais e que, de certa maneira, os fatos narrados por Riobaldo são construídos e encaminhados para tornar inteligíveis tais momentos: guerra zé bebelos x jocaramiros; tribunal e vingança (ocasião do pacto). Os

acontecimentos contados entre um e outro ponto chave do enredo não são menos relevantes, pelo contrário, pois são nesses (em tese) meros “preenchimentos”, nas veredas sertanejas, que a “trama ontológica” (Candido, 2014)<sup>29</sup> vai sendo tecida. O interessante é que aqui já podemos perceber uma das inúmeras ambiguidades do romance, pois embora Riobaldo, em um dos seus monólogos sobre a reflexão de si, nos conte que repetidamente não enxerga *no meio da travessia*, já que “só estava era entretido na ideia dos lugares de saída e de chegada” (p. 35); são exatamente nessas travessias que devemos reter nosso olhar. São nos *sertões enquanto travessia*, em movimento – e não na sua representação constante como espaço estático –, que “os problemas universais” – que poderiam brotar em qualquer outro espaço social – se desenrolam. Tais problemas – ou “grandes questões” – não germinam em meio a barbárie, tampouco são resultado da civilização, mas *surgem do mundo misturados sertões*.

Já na construção formal da narrativa, portanto, Guimarães torna inteligível “o seu mundo híbrido”. No plano do contexto, cenário e repertório de pano de fundo (a bala e o crucifixo) temos algo que fora formalizado quase invariavelmente como pitoresco, documental, particular. Na linguagem, no texto e no conteúdo interno – incrustado nessa matéria – se desenvolvem os grandes problemas e questionamentos metafísicos. É por isso que Guimarães desconcerta o leitor que espera meras divisões, esquemas de polarizações e conteúdos homogêneos, o “sertão é do tamanho do mundo” (p. 70), é “um sem lugar” (p. 354) e é “dentro da gente” (p. 309) porque é no interior daquele “local” que o “universal” acontece.

Apesar desse *aparente* conflito latente entre enredo e linguagem, o próprio sertão roseano não é exótico e particular, mas “está movimentante todo-tempo (...) que nem braços de balança, para enormes efeitos de leves pesos” (p. 517). O enquadramento rigoroso de tempo e espaço, que

---

<sup>29</sup> Não consta paginação porque é um depoimento em vídeo. Referência completa na Bibliografia.

circunscrevem algumas narrativas sertanejas anteriores, é ampliado, na trilha epifânica de Riobaldo, “porque a cabeça da gente é uma só, e as coisas que há e que estão para haver são demais de muitas, muito maiores e diferentes, e a gente tem de necessitar de aumentar a cabeça, para o total” (p. 311).

“Movimentante”, o sertão é construído aqui como *veredas*. É passagem e dinâmico. E apesar dos dramas humanos – personagem central da trama – transcender o sertão, por não ter lócus determinado, por ser universal e poder germinar em qualquer canto, são esses “mares sertanejos” o mundo escolhido para a trama ontológica de Riobaldo suceder. Essa liberdade do jagunço e do sertão pode ser compreendida pela ausência de nexos causal entre homem e terra no romance. Ao contrário *d’Os Sertões*, no qual terra condiciona o homem que condiciona a luta, não há condicionantes entre terra, homem e luta em *GS:V*, mas sim, um embaralhamento constante, em que um elemento produz o outro *na relação e reciprocamente* (Candido, 2014).

É notável o texto ser construído por uma espécie de vocabulário novo. Assim como no campo da linguagem se elabora uma nova palavra ou um novo termo a partir de elementos gramaticais da própria língua vivente, se cria uma acepção nova de uma palavra que subsiste – se produz neologismos –; no conteúdo é desenvolvido novos significados para questionamentos existenciais a partir, agora, de um universo espacial, simbólico e social *misturado*, um “entre-lugar”<sup>30</sup> que obedece, mas desvia, que assimila, mas reage. O sertão roseano apresenta relações sociais típicas de uma sociedade capitalista moderna e outras que lhe são estranhas e, por isso, *acaba por canalizar* uma parte das relações sociais de seu contexto e tensionar outras. A narrativa, ainda, não é linear, tal como a memória. Riobaldo constrói sua voz,

---

<sup>30</sup> “Entre-lugar” é a denominação geopolítica da América Latina, elaborada por Silviano Santiago. Segundo o autor, é um espaço social que também provoca *força* no sentido “de desvio da norma, de falsa obediência, de ponto diferencial” daquele padronizado pelo “Velho Mundo”. Na “geografia de assimilação”, complementa, também existe a de “agressividade” e, por isso, a antropofagia oswaldiana, para ele, seria o caminho possível para os artistas e intelectuais latino-americanos instaurarem “seu[s] lugar[es] no mapa da civilização ocidental”, não fechando as suas “portas às invasões estrangeiras”, tampouco, “sem reencontrar sua condição de paraíso, de isolamento e de inocência” ([1971] 2000, p. 16).

sua fala, a matéria, o sertão, de forma imbricada, dialeticamente e pela contradição da lembrança e do esquecimento, do mito e da reificação (Adorno e Horkheimer, [1944]): “Ah, mas falo falso. O senhor sente? Desmente? Eu desminto. Contar é muito, muito dificultoso. Não pelos anos que se já passaram (...) São tantas horas de pessoas, tantas coisas em tantos tempos, tudo miúdo recruado” (p. 184).

No monólogo de Riobaldo há presença constante de frases assertivas: “o sertão é o sozinho” (p. 309); “jagunço é o sertão” (p. 310); “no sertão tem de tudo” (p. 528), no entanto, entre um anunciado e outro para a ambiguidade, o contraditório e a dúvida, “ah, tempo de jagunço tinha mesmo que acabar, cidade acaba com o sertão. Acaba?” (p. 167). E são nas entrelinhas dessas afirmações que a linha central da narrativa – a impossibilidade de distinguir o certo e o errado, o bem e o mal, o que é um e o que é outro – é construída. Riobaldo, sertanejo interiorano, não é um sujeito urbano de racionalidade instrumental e pode não ter a capacidade de invenção, de *abrilhatamento* e de *abstração* dos homens da cidade grande (p. 84), como o seu próprio interlocutor. Mas, sendo um homem comum e concreto, que mostra a realidade *com menos formato*, sertanejo que pensa, que possui um conhecimento lexical considerável e que narra<sup>31</sup>, Riobaldo se permite e pode *duvidar*: “(...) manter firme uma opinião, na vontade do homem, em mundo transviável tão grande, é dificultoso. Vai viagens imensas” (p. 532)<sup>32</sup>.

---

<sup>31</sup> No entanto, as possibilidades do sertanejo continuam restritas: ou você é proprietário, ou é jagunço (cabra/braço armado) ou você é um homem livre e miserável.

<sup>32</sup> Curioso o fato de Riobaldo ser um jagunço que pensa, que tem conteúdo lexical suficiente para contar a história, mas que só age via fantástico, pelo mundo encantado, quando faz o pacto. É como se no mundo sem o contrato com o diabo, no desencantamento ou esclarecimento, Riobaldo pudesse se aproximar do tipo (ideal) do sujeito culto da cidade e, quando este momento é encantado – via o pacto com o sobrenatural –, ele voltasse a se aproximar ao tipo (estereotipado) do jagunço, que age mais do que pensa. Interessante, ainda, como nesse jogo de representações, Zé Bebelo, que “raciocinava o tempo inteiro, mas na regra do prático” (p. 357), surge como uma síntese, consoante sujeito que age e tem astúcia, todavia, inteligente e que tem conhecimento, não apenas o mimético *dos copistas do litoral*, mas o da terra (tal e qual, aqui, o Anteu de Euclides da Cunha).

No conteúdo, como antes dito, também há novos sentidos. O sertão é ampliado a) no nível *metafórico*, pois não é simplesmente um polo particular, “a liberdade é assim, movimentação. E bastantes morreram, no final. Esse sertão, esta terra” (p. 320); nem estático e simples, “a gente principia as coisas, no não saber por que, e desde aí perde o poder de continuação – porque a vida é mutirão de todos e por todos remexida e temperada” (p. 461); tampouco arcaico, “o sertão tudo não aceita?” (p. 487); b) via seus sujeitos “da terra”, jagunço/sertanejo, pois ele não é apenas o forte, o patológico, o frouxo, o corajoso, o bondoso, o violento, o ignorante, o esperto e o inteligente. Não teme apenas Deus. Não é cria apenas do diabo. *Em uma e de uma* mesma terra brota uma pluralidade de sertanejos e uma variedade de características que definem ou não este sertanejo, “pois, num chão, e com igual formato de ramos e folhas, não dá a mandioca mansa, que come comum, e a mandioca-brava, que mata? (...) o senhor ache e não ache. Tudo é e não é” (p. 11); c) amplia-se o sertão, por fim, no plano geográfico.

Em um primeiro sentido mais espacial, já que “o sertão aceita todos os nomes: aqui é o Gerais, lá o chapadão, lá e acolá a caatinga” (p. 90), mas sobretudo pelo que essa vastidão permite – e aqui podemos questionar o porquê o sertão, e não outro lugar qualquer, foi o palco escolhido para os questionamentos universais e centrais da narrativa se desdobrarem. Talvez porque no “se navegar sertão num rumo sem termo, amanhecendo cada manhã num pouso diferente (...) *toda firmeza se dissolve*” (p. 315, grifo meu), pois que “serras que se vão saindo, para destapar outras serras. *Tem de todas as coisas*. Vivendo, se aprende; mas o que se aprende, mais, *é só a fazer outras maiores perguntas*” (p. 413, grifos meus). Há uma força da terra, em *GS:V*, que longe de aprisionar as ambiguidades humanas, que são transcendentais a qualquer espaço social, a possibilita. Isto no plano pretextualmente mais estático da narrativa: o geográfico. Possivelmente estamos diante de mais uma ambiguidade da obra. Porque essa terra, esse sertão, até em sua geografia, não é inerte; é movimento: veredas.



Esses dois movimentos da obra, destacados anteriormente, não acontecem de forma isolada. Riobaldo relaciona e entrecruza ambos, primeiro, pelo amor que sente por Diadorim e pelas certezas e incertezas que esse amor tensiona, e, do mesmo modo, via a *ambiguidade suprema* tratada no romance: a existência ou não de Deus e do Diabo, as dúvidas sobre quando começa um e termina o outro e as desconfianças sobre seu pertencimento ao divino ou ao maligno. Amor e espiritualidade – aqui, jamais pelo viés institucional ou da moral de uma religião específica –, muito provavelmente por serem “estados” não nomeáveis, incaracterísticos e universalizantes, são os provedores principais das dúvidas, angústias e questionamentos que constroem a obra. Sobretudo pela *intersecção*, no texto, de terra, sujeito, espiritualidade e amor, que o duplo exílio de Riobaldo e dos sertões são formalizados: “o que produzia, era eu aguentar até passar o arrocho no coração. Deus me punia – que hora tem – ou o demo pegou a regatar? E entendi que podia escolher de largar ido meu sentimento: no rumo da tristeza ou da alegria – longe, longe, até ao fim, como o sertão é grande...” (p. 560–561).

No tribunal, ali pela metade do segundo terço do romance, há uma espécie de *conciliação* entre os polos “arcaico” e “moderno” – que dividem os sertões roseano e o próprio Riobaldo –, quando Joca, vencedor da grande guerra, substitui a faca por uma resolução mais progressista, o julgamento, permitindo ao réu, Zé, direito de defesa e aos jagunços, o direito de emitir suas próprias opiniões, pensar e se posicionar. Há, como resultado de tal julgamento, o surgimento da possibilidade de uma outra sociabilidade sertaneja, cuja síntese permite a justaposição, no jagunço, da força e da civilização. Aqui, até o amor de Riobaldo e Diadorim era possível, como marca a passagem de parte das personagens por Guararanacã, espécie de paraíso onde é permitido uma nova ordem, uma nova moral. Era como se a partir do tribunal os sertanejos pudessem conceber “um final floreado” a seus próprios destinos – tal qual na continuação inventada da história de Davidão e Faustino



por um rapaz da cidade grande, muito inteligente, de alta instrução e contada para Riobaldo (p. 84-85). Por um momento, nosso personagem deixa seu duplo exílio.

Com o assassinato de Joca Ramiro, quase na sequência – pelos “judas” do bando –, é como se a nova sociabilidade – que fora tão fugaz e criada pelo tribunal – fosse interrompida. Cessa a conciliação e o sertão “retrocede”, “volta a barbárie”. É o momento em que a rudeza se sobrepõe à ação, o agir ao pensar. É também a volta à heteronormatividade, com o afastamento de Riobaldo de Diadorim e a aproximação daquele com Otacília. O pacto (com o diabo?) marca essa última parte da narrativa e confirma o fim da síntese anterior: o fantástico e lúdico acaba por reposicionar tal universo como antônimo de um mundo onde impera a racionalidade desencantada.

É intrigante a própria construção da escrita no romance. “Nonada” – coisa sem importância, quase nada, insignificante – é a primeira palavra da obra e aparece novamente no último parágrafo do texto, o que faz ela abrir e fechar a narrativa. Mas ao fechá-la, “nonada” é acompanhada pelo símbolo gráfico que representa seu antônimo, o infinito, nos dando a sensação ou corroborando a leitura que “o movimento da trama e das ideias, de certa maneira, vai do quase nada ao infinito” (Zilly, 2012)<sup>33</sup>. Em *GS:Vo* quase nada, o banal, o local, o particular, é também inexplicável, metafísico, incompreensível, amplo, universal.

E ao tentar acompanhar as ambiguidades, os movimentos, o contraditório da obra – inclusive nas aproximações e distanciamentos com a tradição anterior –, parece que *GS:V* é uma constante “dialética sem síntese”, talvez precisamente por querer propor o sertão como o *não sintético*. Nesse sentido, o entrecruzamento narrativo do sertão com os impasses do amor por Diadorim e a ambiguidade suprema (Deus e o Diabo) foi bastante frutífero. Isto não significa, todavia, que haja uma indecisão a respeito do sertão. Há,

---

<sup>33</sup> Não consta paginação porque é uma entrevista publicada em um site na internet. Referência completa na bibliografia.

inversamente, uma nova leitura construída a partir da negação da unilateralidade das definições correntes da época – e dessa forma, pegando emprestadas as palavras de Roberto Schwarz quando este fala sobre a perspectiva *da sociologia da forma literária* de Antônio Candido, há *um acontecimento para a teoria*, bem como *uma atualidade histórica* (1987). A compreensão da não unilateralidade das definições correntes da época – aqui dualidade constitutiva da nação entre civilização e barbárie –, faz com que Guimarães, pela voz de Riobaldo, apresente o sertão na sua contradição, na sua existência conflitiva; *na* e *como* travessia; mas nunca em sua homogeneização. Se muitas vezes “um lugar só se conhece outro é por calúnias e falsos levantamentos” (p. 497), Guimarães Rosa provoca o alargamento da própria noção “de lugar” ao desfechar “tudo o que já foi, é o começo do que vai vir, toda a hora a gente este num **cômpito**. Eu penso é assim, na paridade. *O demônio na rua...* Viver é muito perigoso; e não é” (p. 312, **negrito** nosso, grifo do autor).

### Referências

- ADORNO, T; H, Max. *Dialética do Conhecimento: fragmentos filosóficos*. RJ: Jorge Zahar Ed., 2006.
- ANDERSON, B. *Sob Três Bandeiras: anarquismo e imaginação anticolonial*. Campinas, Editora Unicamp, 2014.
- ALEXANDER, J. A importância dos clássicos. In: Giddens, A.; Turner, J. (org). *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Ed. Unesp, 1999.
- BASTOS, E; B. Para uma Sociologia dos Intelectuais. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol. 53, no 4, 2010, pp. 889 a 919.
- \_\_\_\_\_. Horizonte das Ciências Sociais: Pensamento Social brasileiro. In: MARTINS, C. B; MARTINS, H. (coord) *Horizontes das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: ANPOCS, 2010.
- BASTOS, E. R. e VILLAS-BÔAS, G. (orgs.) *O moderno em questão: a década de 1950 no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.
- BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política: ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

- BRANDÃO, G. Ml. Linhagens do Pensamento político brasileiro. *Dados – Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, v. 48, n. 2., p. 231–269, 2005.
- COHN, G. Florestan Fernandes: a integração do negro na sociedade de classe. In: *Introdução ao Brasil*. Um banquete no trópico, 2/ Lourenço, Dantas Mota (org). São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.
- COSTA PINTO, L; BAZZANELLA, W. (org.). *Modernização e desenvolvimento*. Teoria do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- CUNHA, E. *Os Sertões*. Rio de Janeiro, Tecnoprint: [1902] 1967.
- FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, vol. I e II, [1964] 1978.
- FREYRE, G. *Casa-Grande & Senzala*, Global Editora. [1936] 2013.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. SP, Companhia Editora Nacional, 1984.
- GALVÃO, W. N. *Euclides, Elite Modernizadora e Enquadramento*. In: *Euclides da Cunha*. São Paulo, Ática: 1984.
- \_\_\_\_\_. *Euclides da Cunha: militante da República*. São Paulo, Expressão Popular: 2010.
- HARAWAY, D. “Saberes Localizados: a questão da ciência social para o feminismo da perspectiva parcial”. *Cadernos Pagu* (5), 1995.
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, [1936] 1986.
- LÉVI-STRAUSS, C. *O totemismo hoje*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1975.
- LIMA, L. C. *Terra Ignota: a construção de Os Sertões*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 1997.
- LIMA, N. T. *Um Sertão Chamado Brasil*. São Paulo: Hucitec; 2013.
- \_\_\_\_\_. “Euclides da Cunha: o Brasil como sertão”. In: *Um Enigma Chamado Brasil*/André Botelho e Lílian Schwarcz (organizadores). São Paulo, Companhia das Letras: 2013.
- LISPECTOR, C. *A Hora da Estrela*. RJ, Alves Editora, [1977] 1990.
- LUCÁKS, G. *Ensaio Sobre Literatura*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1965.
- MAIA, J. M. E. *A imaginação da terra: o pensamento brasileiro e a condição periférica*. Tempo Social, v.25, n.2, São Paulo, 2013.
- MENDES, T. N. *Lévi-Strauss e a tríade da estrutura: a linguagem, o simbólico e o inconsciente*. 2014. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal de São Carlos. São Paulo.



- NETO, J. C. de M. *Morte e vida Severina: e outros poemas para vozes*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [1967] 1996.
- OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista/o ornitorrinco*. SP: Boitempo, 2003.
- PRADO JR., C. *Formação do Brasil Contemporâneo – colônia*. São Paulo: Companhia das Letras, [1942] 2011.
- RAMOS, G. *Vidas Secas*. RJ, Record: [1939] 1986.
- ROSA, J. G. *Grande Sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [1956]2006.
- SAID, E. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SCHWARZ, R. *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, [1977] 2012.
- \_\_\_\_\_. "Cuidado com as ideologias alienígenas" In: *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- SILVIANO, S. *Nas Malhas das Letras*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Uma Literatura nos Trópicos*. Rio de Janeiro, Rocco, 2000.
- VILLA-BÔAS, G. *Mudança Provocada: Passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.



## *Críticos em rede: um horizonte latino-americano*

MARIA CAROLINE MARMEROLLI TRESOLDI<sup>1</sup>

### Resumo

A pesquisa “Olhares periféricos: crítica e sociologia no ensaísmo de Roberto Schwarz e de Beatriz Sarlo” possui, como tema central, o estudo sociológico das trajetórias intelectuais e dos momentos-chaves das obras do crítico brasileiro Roberto Schwarz e da crítica argentina Beatriz Sarlo. Procurando elaborar uma análise histórica do presente, tensionando com questões do nosso tempo os nexos de sentido entre processo social, vida intelectual e “condição periférica”, os nomes de Schwarz e de Sarlo se destacam na crítica literária e cultural contemporânea. Nesse trabalho, partindo de um encontro (real) entre os críticos – que ocorre em 1980 na Universidade Estadual de Campinas e coloca em *rede* um conjunto de críticos literários e historiadores que, ao lado de outros artistas e sociólogos do período, compartilhavam um “sentimento latino-americano” –, busca-se puxar alguns fios para acompanhar a trajetória intelectual de Schwarz e de Sarlo, notadamente entre as décadas de 1970 e 1990, onde desenvolveram trabalhos centrais sobre Machado de Assis e Jorge Luis Borges. Trata-se, do ponto de vista metodológico, de acompanhar um contexto que é “um contexto de obras”, para usar uma formulação de Antonio Candido.

**Palavras-chave:** Roberto Schwarz, Beatriz Sarlo, Literatura e Sociedade, Periferia.

### Introdução: um contexto de obras

A partir do final dos anos de 1940 é possível observar um conjunto amplo de ideias, autores e instituições que procuravam pensar a “América Latina como problema”, compartilhando de algum modo um “sentimento latino-americano”. Ainda que a “identidade latino-americana” tenha se forjado desde o século XIX a partir de diferentes trocas e distintos momentos de fermentação intelectual, que em geral pouco incluíam o Brasil, notadamente

---

<sup>1</sup>Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/UNICAMP; orientada pela Profa. Dra. Mariana Miggiolaro Chaguri; financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo; E-mail: carolinetresoldi@gmail.com

em meados do século XX as colaborações entre intelectuais, artistas e escritores são fortalecidas e adquirem importantes significados teóricos e políticos.<sup>2</sup>

Para ficar apenas em alguns exemplos das trocas entre autores “latino-americanos” após a Segunda Guerra Mundial, note-se que, no plano das discussões econômicas, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), criada no Chile em 1948, representa uma das primeiras instituições que reúne atores de diferentes países da região, preocupados com a questão da “dependência” econômica e do “subdesenvolvimento”. A CEPAL, criada por iniciativa da Organização das Nações Unidas, aparece com o propósito não apenas de refletir sobre esses dilemas, mas também formular ações e estratégias para o “desenvolvimento” econômico da “periferia”.<sup>3</sup>

No âmbito das discussões sociológicas, que também refletiam sobre a problemática do desenvolvimento, da dependência, da democracia e buscavam “orientar a mudança social”, foram criadas associações de ensino e pesquisa científica que enfatizavam o “horizonte latino-americano”, como, por exemplo, a Associação Latino-americana de Sociologia (ALAS), fundada em 1950 no

---

<sup>2</sup> Sobre o tema conferir os dois volumes de *Historia de los intelectuales en América Latina*, organizados por Carlos Altamirano, e publicados em 2008 e 2010.

<sup>3</sup> O conceito de “periferia” surgiu e foi rotinizado a partir dos anos de 1940, momento no qual nomes como Raúl Prebisch e Celso Furtado desenvolveram trabalhos para a CEPAL com vistas a explicar a relação econômica (e política) desigual entre os países “centrais”, no qual o sistema capitalista se originou e estaria mais desenvolvido; e os países “periféricos”, cuja dinâmica econômica era ditada pelo setor exportador da economia, produtor das matérias-primas necessárias à realização do padrão de consumo do “centro”, configurando um capitalismo “tardio”. Em linhas gerais, por fazerem parte de um mesmo processo histórico, com os conceitos de “centro” e “periferia” procura-se sinalizar o “falso sentido de universalidade” que a teoria econômica (e certas matrizes sociológicas) propunham, segundo as quais os “países periféricos” se desenvolveriam e completariam a modernização das sociedades, tais como os “países centrais”. Sobre essa temática, vale observar, como demonstra Bernardo Ricupero (2011), que as ideias desenvolvidas pela CEPAL têm rendimentos e são atualizados teoricamente com outros autores da região latino-americana, notadamente os que ficaram conhecidos como “teóricos da dependência”, e cuja marca dos trabalhos é compreender o desenvolvimento capitalista como “processo social”, analisando como o “moderno” e o “atraso” não apenas convivem, mas se imbricam de modo necessário para justificar a lógica do progresso. Destacam-se, especialmente, os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto, *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, e os estudos da teoria da dependência de vertente marxista, expressa em obras de Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos.



primeiro congresso da Associação Internacional de Sociologia (ISA), sendo a primeira organização regional da disciplina em nível global. Além da ALAS, com iniciativas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), surgiram outros centros de investigação, como o Centro Latino-Americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), criado no Rio de Janeiro, em 1956, e a Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLASCO), criada no Chile, em 1957.<sup>4</sup>

Nos anos de 1960 e 1970, esse “sentimento latino-americano” foi compartilhado com novos sentidos no conjunto das representações e produções culturais, movidos pelo clima político que agitava a região desde a Revolução Cubana, de 1959, e com os golpes de estado a partir de 1960.<sup>5</sup> Na canção popular, por exemplo, surgem movimentos como a “Nueva Canción no Cone Sul”, articulando compositores argentinos, chilenos e uruguaios. Além disso, é organizado em Havana o “Encuentro de la Canción Protesta”, em 1967, no qual artistas estabeleceram redes de diálogos e intercâmbios por meio da música de resistência que “canta a América Latina”; além de outros movimentos críticos e colaborações que incluíram artistas brasileiros (cf. GOMES, 2013).

Nas produções literárias, esse momento é marcado pelo que ficou conhecido como “Boom da Ficção Latino-americana”, em que romancistas como Julio Cortázar, Carlos Fuentes, Mario Vargas Llosa, Gabriel García Márquez, Juan Rulfo, Juan Carlos Onetti, Alejo Carpentier, José Donosco, entre outros, foram divulgados internacionalmente, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, identificados sob a rubrica de “vanguardas latino-americanas”. Para além de um fenômeno comercial pelo interesse em conhecer países que sofriam com golpes de Estado, os anos do “boom”, no

---

<sup>4</sup> Um balanço da produção sociológica nesse contexto pode ser encontrado em: Antonio da Silveira Brasil Jr. (2013), principalmente no capítulo “O problema de uma ‘sociologia latino-americana’”; e Alejandro Blanco (2007).

<sup>5</sup> Data desse período, mais precisamente do ano de 1959, a criação da “Casa de las Américas” em Havana, com o objetivo de promover laços e intercâmbios culturais entre Cuba e outros países latino-americanos.



argumento de Ángel Rama (1984; 2005), chamaram atenção para o fato de que a região tinha uma produção de “alto valor literário”, abrindo importantes caminhos para compreender a literatura que ia além dos limites do realismo tradicional.

Foi em meio a esse conjunto amplo de iniciativas institucionais e encontros que compartilham certo “sentimento latino-americano” que ocorreu, entre 28 de janeiro e 1 de fevereiro de 1980, no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, as “Jornadas de Literaturas Latino-americanas”.<sup>6</sup> Comentando sobre o evento no oitavo número da revista cultural *Punto de Vista*, Beatriz Sarlo (1984) observa que o debate, com “livre circulação das ideias e das polêmicas”, concentrou-se em três temas principais: (i) a integração ou marginalidade da literatura brasileira em relação as demais literaturas latino-americanas; (ii) a diversidade e unidade literária na América Latina; e (iii) a crítica e seus métodos frente à produção literária da região.

Reunindo diferentes gerações de críticos e historiadores da literatura, figuras importantes da crítica de “inspiração sociológica” da América Latina estiveram presentes no encontro, como, por exemplo, o crítico brasileiro Antonio Candido, um dos principais colaboradores, entre 1973 e 1974, da revista *Argumento*, encerrada pela ditadura civil-militar brasileira em seu quarto número; o peruano Antonio Cornejo Polar, organizador da *Revista de Crítica Literária Latinoamericana* nos anos de 1970; e o uruguaio Ángel Rama,

---

<sup>6</sup>A Universidade Estadual de Campinas foi fundada em 1966, no contexto do regime militar brasileiro, e data do ano de 1977 a criação do Instituto de Estudos da Linguagem, sob coordenação do professor Antonio Candido, com a finalidade de reunir pesquisa e ensino nas áreas de Linguística (então ligadas ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) e de Teoria Literária (nova cadeira inaugurada por Candido com mestres e doutores especializados nos estudos literários). Essa informação é importante porque Roberto Schwarz foi um dos ex-alunos e colegas de trabalho de Antonio Candido que foi contratado para ser docente do novo Instituto, cujo propósito era se diferenciar das demais faculdades de Letras do país e construir um espaço novo para atuação crítica. Sobre o tema, ver: Candido (1989).

um dos diretores da revista *Marcha* entre 1959 e 1968, e um dos fundadores da Biblioteca Ayacucho em 1974.<sup>7</sup>

De certo modo, as “Jornadas” representam um momento decisivo do que se pode chamar de “crítica literária latino-americana”: o diálogo de alguns intelectuais que começaram, desde meados de 1960, a estabelecer *redes de trocas* – em revistas, jornais, fundações e universidades – com objetivo de debater a heterogeneidade que constituía a literatura na América Latina, formada a partir de encontros culturais diversos, línguas distintas e em permanente tensão entre as tradições nacionais e estrangeiras.<sup>8</sup> Além de pensar a produção literária da região de modo articulado e a diversidade teórico-metodológica necessária para compreender essa literatura, era preciso, segundo Roberto Schwarz, refletir atentamente sobre os processos históricos aos quais essa produção devia sua existência.<sup>9</sup> O que significava, tendo em vista a “consciência do subdesenvolvimento” (cf. CANDIDO, 1987), problematizar suas consequências para o terreno da cultura, de modo a alargar os limites do cânon para além do estabelecido pelo gosto das elites europeias (ocidentais, brancas, masculinas etc.), e da própria escrita (incluindo a literatura oral e a mitologia indígena).

---

<sup>7</sup> Com sede na Venezuela, a Biblioteca Ayacucho foi organizada por Ángel Rama e José Ramón Medida com o objetivo de integração cultural da América Latina, mediante a publicação e a difusão da literatura e do pensamento social produzidos nas Américas. Alguns intelectuais da região eram convidados a selecionarem obras de escritores expressivos de seus países e escreverem notas introdutórias sobre a importância desses escritos para a interpretação social. Para um panorama geral dos livros editados nesse projeto conferir: *Catálogo General (1974-2007)*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2007. Sobre o programa que Rama perseguia em torno do “horizonte latino-americano”, ver: Ángel Rama (1976), notadamente o ensaio: “Programa de estúdios latino-americanos”.

<sup>8</sup> No argumento de Nelson Osorio Tejeda (2013), antes da segunda metade do século XX existem diferentes tradições de críticos literários “latino-americanos”, mas eles não constituem um “conjunto que diseñara un perfil o un proyecto crítico-literario que fuera expresión de una conciencia latinoamericana específica y diferenciada”. Ou seja, se antes existiam críticos latino-americanos, é mais precisamente a partir de meados da década de 1960 que se constitui “una crítica literaria latinoamericana”.

<sup>9</sup> Em entrevista com Roberto Schwarz, na cidade de São Paulo, em 08/12/2016, ele mencionou que o encontro em Campinas ocorreu a partir do desejo de encontrar “denominadores comuns latino-americanos”, impulsionados “pelo motor político” de integração que unia a América Latina desde a Revolução Cubana e com os golpes militares. Além disso, segundo o crítico, havia naqueles anos o “renascimento do espírito crítico das esquerdas”.



O encontro na cidade de Campinas, interior do estado de São Paulo, representa o esforço inicial para elaborar o projeto coletivo de pesquisa “Historia de la Literatura Latinoamericana”, que recebia incentivos da UNESCO, e cujas linhas de força começaram a ser pensadas a partir das primeiras trocas em revistas e nas universidades, tendo nas figuras de Antonio Candido e Ángel Rama os principais articuladores dessa rede de críticos latino-americanos. Além de fomentar o debate para o desenvolvimento do projeto, novas trocas intelectuais se estabeleceram e novas amizades se formaram nesse encontro, como entre o crítico brasileiro Roberto Schwarz e a crítica argentina Beatriz Sarlo.<sup>10</sup>

### **Caminhos cruzados: encontros e desencontros entre dois críticos “periféricos”**

O crítico brasileiro era um dos organizadores locais das “Jornadas de Literaturas Latino-americanas”, ao lado dos professores Antonio Candido e Alfredo Bosi. Retornado ao Brasil em 1978, após nove anos em um exílio forçado na França, Schwarz havia se tornado professor do Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP. A crítica argentina, por sua vez, soube da realização das “Jornadas” em Campinas por meio de uma carta que recebeu de um amigo exilado em São Paulo. Seguindo os conselhos do amigo, de que haveria uma “reunião imperdível com grandes críticos literários de inspiração sociológica”, Sarlo comprou uma passagem de ônibus para São Paulo, pensando na possibilidade de escrever uma reportagem especial sobre crítica literária na América Latina para a revista

---

<sup>10</sup> Além do encontro em Campinas em 1980, foram organizadas outras reuniões para desenvolver o projeto: em 1982, na Universidad Simón Bolívar, em Caracas, e em 1983, novamente na UNICAMP. Como resultado das pesquisas coletivas foi publicada a trilogia *América Latina: palabra, literatura e cultura*, organizada por Ana Pizarro, São Paulo, Editora da Unicamp e Memorial da América Latina (volume 1: A situação colonial, 1993; volume 2: A emancipação do discurso, 1994 e volume 3: Vanguarda e Modernidade, 1995). Algumas notas sobre as reuniões do grupo podem ser conferidas nos livros organizados também por Ana Pizarro: *La literatura latinoamericana como proceso*, 1985; e *Hacia una historia de la literatura latinoamericana*, 1987.

cultural *Punto de Vista*, da qual era diretora desde de 1978, quando a revista apareceu de modo “marginal” no cenário argentino.<sup>11</sup>

Até o momento do primeiro “encontro” entre Schwarz e Sarlo em Campinas, é possível notar que eles ocupam lugares distintos como críticos literários em seus respectivos países. O livro de estreia de Schwarz sobre Machado de Assis, *Ao vencedor as batatas*, publicado em 1977 como resultado de seu doutoramento no ano anterior em Estudos Latino-Americanos pela Universidade de Paris III, já tinha destacado reconhecimento na cena intelectual brasileira; tendo, inclusive, sido vencedor do Prêmio Jabuti de 1978 na categoria de Estudos Literários (Ensaio). Além disso, seu livro *O pai de família e outros estudos*, publicado em 1978, reunindo um conjunto de ensaios escritos desde de 1966 em diferentes jornais e revistas brasileiras e estrangeiras, também possuía amplo reconhecimento.

Beatriz Sarlo, por outro lado, organizava coleções de livros para o Centro Editor da América Latina (CEAL) e participava de projetos coletivos em revistas de crítica literária e cultural, em particular em *Los Libros* (1969–1976) e *Punto de Vista* (1978–2008). No contexto das “Jornadas”, ainda não tinha concluído um trabalho de investigação mais independente, com “marcas acadêmicas”, mas tinha certo prestígio nos “circuitos intelectuais alternativos” na Argentina, por sua atuação no CEAL e por suas notas críticas sobre cultura, suas intervenções políticas e suas resenhas literárias em diferentes periódicos.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Beatriz Sarlo. Entrevista realizada pela pesquisadora, na cidade de Buenos Aires, em 27/03/2017. Na ocasião da reunião na Unicamp, Sarlo entrevistou Antonio Candido, Ángel Rama e Antonio Cornejo Polar para o referido oitavo número da revista *Punto de Vista*.

<sup>12</sup> As aspas fazem referências aos comentários da própria crítica sobre esse contexto (entrevista realizada pela pesquisadora). O único livro de autoria de Sarlo publicado até aquele momento (em 1967) era um trabalho inicial sobre Juan María Gutiérrez e a crítica literária na Argentina, que conferiu seu título de licenciatura em Letras. Apenas como referência, Sarlo organizou no CEAL livros sobre crítica literária, poesia e literatura, como, por exemplo: *Evaristo Carriego y otros poetas* (1968), *Antología de la crítica literariadel siglo XIX* (1971), *Ensayos Estructuralistas* (1971), *Ensayos políticos* (1971), *Literatura y sociedad* (1977), *El cuento argentino contemporaneo* (1979), *La literatura de Mayo y otras críticas* (1979), *El mundo de Roland Barthes* (1980).



Após esse encontro, Schwarz continuou fazendo parte da comissão brasileira que desenvolveu o projeto “Historia de la Literatura Latinoamericana”, colaborando com reflexões a partir de seus estudos sobre Machado de Assis e o início dos romances brasileiros.<sup>13</sup> Sarlo, por seu turno, não fez parte do projeto diretamente, frequentando ocasionalmente reuniões do grupo, mas esse encontro, em 1980, foi central para a crítica argentina, uma vez que ela estabeleceu uma rede de contatos com pesquisadores brasileiros e com intelectuais latino-americanos, além de ter tido uma visão mais nuançada do que ocorria no país vizinho.<sup>14</sup> Em suas palavras:

Na reunião em Campinas foi a primeira vez que eu conheci críticos como Antonio Candido, Ángel Rama e Antonio Cornejo Polar. Foi uma das primeiras vezes que estive com grandes figuras intelectuais, pois eu e meus colegas de geração não tivemos grandes professores. No Brasil, Antonio Candido caminhando com seus alunos na universidade era como se fosse uma manifestação! Sem dúvidas, uma das formas particulares da ditadura brasileira que, inclusive, tinha criado uma Universidade em Campinas. Quando voltei a Buenos Aires, contei aos meus amigos de *Punto de Vista* que nossos contemporâneos brasileiros como Roberto Schwarz, Davi Arrigucci etc. eram pessoas que tinham carreiras relativamente normais, tinham grandes professores e mestres (...). Foi um choque, uma experiência única de conhecimento de outro campo intelectual e político, e de outro contexto universitário, que nos deu consciência das diferentes entre nós e eles.<sup>15</sup>

---

<sup>13</sup> Schwarz colaborou no segundo volume de *América Latina: palabra, literatura e cultura*, (*Op. Cit.*), com o ensaio “A poesia envenenada de Dom Casmurro”. Cabe notar, todavia, que ainda que Schwarz e Sarlo sejam considerados “críticos latino-americanos” fora do Brasil e da Argentina e que o ponto de encontro de ambos é o debate sobre literatura no cenário latino-americano (não apenas no caso dessa reunião em Campinas mas também em outros encontros nas décadas posteriores), eles não seguem a perspectiva de uma “crítica latino-americana” como é o caso de Ángel Rama, de Antonio Cornejo Polar e, em menor medida, de Antonio Candido. O que se procura argumentar, a partir desse artigo, é que o contexto mais amplo de debates que Schwarz e Sarlo fazem parte pertence a um circuito compartilhado, que é latino-americano, ainda que os temas e problemas desse debate reverberem de modos distintos em seus respectivos contextos nacionais.

<sup>14</sup> Apenas para citar alguns exemplos da importância da reunião na trajetória de Sarlo, a partir do encontro a crítica foi convidada por Rama para escrever para Biblioteca Ayacucho e por Cornejo Polar para publicar na *Revista de Crítica Literária Latinoamericana*.

<sup>15</sup> Beatriz Sarlo. Entrevista realizada pela pesquisadora, na cidade de Buenos Aires, em 27/03/2017.



Ainda que o comentário de Sarlo possa ser um pouco “romantizado” sobre o cenário brasileiro, serve como um ponto de apoio para notar o impacto que a reunião teve para o grupo intelectual do qual fazia parte no país vizinho, e perceber as distintas experiências que ela e Schwarz tiveram até aquele momento. Se o crítico brasileiro vivenciou a experiência do exílio em Paris no contexto do regime militar brasileiro (que teve início em 1964), ele teve uma trajetória acadêmica “formal”. A crítica argentina, por outro lado, vivenciou uma dura ditadura em seu país (entre 1966 e 1973 e depois entre 1976 e 1983), mas esteve às margens da universidade e obteve uma formação mais “informal”.

Graduando-se em Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP), em 1960, Schwarz teve uma formação acadêmica diferenciada. No âmbito da graduação, participou do chamado “Seminário de Marx”, iniciativa de um grupo de jovens professores e de alunos que se reuniram entre o final dos anos de 1950 e início de 1960 para ler *O Capital* de Karl Marx.<sup>16</sup> Além da experiência no seminário, as discussões que tiveram influência em sua formação foram os debates travados com Antonio Candido, que na época já era renomado sociólogo e crítico literário e ensaiava sua saída definitiva da Cadeira de Sociologia II da USP para os Estudos Literários. Seguindo conselhos do professor, Schwarz fez um mestrado em Literatura Comparada nos Estados Unidos, na Yale University, e no retorno ao país, em meados de 1963, tornou-se assistente de Candido na cadeira de Teoria Literária e Literatura Comparada, fundada na USP em 1961. Durante os anos de 1964 e

---

<sup>16</sup>Os jovens professores da empreitada foram José Arthur Gianotti, da Filosofia; Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, das Ciências Sociais; Paul Singer, da Economia; Fernando Antonio Novais, da História, entre outros; e os alunos mais assíduos nas reuniões do grupo eram, além de Schwarz, Michael Löwy, Bento Prado Jr. e Francisco Weffort. Esse seminário, segundo Schwarz (1999), ocorria de quinze em quinze dias e se discutiam cerca de vinte páginas por vez. Além de se dedicarem à leitura minuciosa do texto de Marx, as reuniões acabavam com discussões sobre a vida intelectual e políticas brasileiras, e aos poucos, na visão do crítico, começou a se configurar no seminário a distância entre “a construção marxista e a experiência histórica do país”.



1968 foi assistente de seu “mestre-Açu Acê”<sup>17</sup> e ministrou aulas nessa Cadeira, além de ter participado ativamente da vida intelectual brasileira (assistindo peças de teatro, filmes e participando de passeadas), mas no final de 1968, em decorrência da repressão da ditadura civil militar brasileira aos intelectuais de esquerda, precisou se exilar.<sup>18</sup> Aproveitou o exílio na França para fazer seu doutoramento e no retorno ao Brasil se tornou professor da Unicamp, no qual permaneceu até sua aposentadoria em 1992.

A crítica argentina, por seu turno, formou-se em Letras na Universidad de Buenos Aires, em 1966, em um momento de grande efervescência intelectual, cultural e política na universidade e fora dela. Durante os anos de graduação, estabeleceu contato com Jaime Rest – professor adjunto da Cadeira de Literatura Inglesa cujo titular era Jorge Luis Borges – que já naquela época debatia obras de importantes críticos culturais, como Raymond Williams e Richard Hoggart. No entanto, segundo a crítica, não foi nas “salas de aula” que ocorreu sua “formação”: antes, teriam sido decisivas a sociabilidade nos entornos da faculdade, com os “intelectuais-livreiros” franceses, os grupos de estudos de estruturalismo e da obra de Roland Barthes, a convivência em museus e em institutos de teatro e de artes, bem como com os colegas que tinham alguma militância política no peronismo de esquerda (cf. SARLO, 2009).

A partir de sua graduação, Sarlo teve uma experiência às margens das universidades e de uma formação acadêmica continuada, em consequência da intervenção da ditadura militar argentina nas universidades.<sup>19</sup> Mais

---

<sup>17</sup> Utilizando a palavra tupi “açu”, que significa magnitude, e as iniciais de Antonio Candido “A e C”, Schwarz utiliza a expressão como dedicatória de seu livro *O pai de família e outros estudos*, referindo-se ao professor como grande mestre.

<sup>18</sup> O afastamento pedido por Schwarz, que culminou em sua demissão em 1972, ocorreu por sua militância de resistência à ditadura, em particular porque era membro do comitê da revista *Teoria e Prática*, que começou a ser elaborada em 1967 na USP, mas foi encerrada pela censura antes de seu quatro número, em meados de 1968.

<sup>19</sup> Quando se inicia a ditadura militar argentina em 1966, o governo sanciona uma lei que permite a intervenção direta nas universidades, proibindo atividades políticas e reprimindo atividades suspeitas. Muitos professores e pesquisadores (mais ou menos de esquerda) renunciaram aos seus cargos, e alguns precisaram, inclusive, recorrer ao exílio. Nesse

especificamente, Sarlo e alguns de seus colegas de *Punto de Vista* (como Ricardo Piglia e Carlos Altamirano), tiveram uma formação sem professores e mestres, ou como eles qualificam, uma formação “irregular”, “autodidata”, “improvisada”, já que a graduação foi o nível de formação acadêmica que obtiveram, e os trabalhos em grupos editoriais (como no Centro Editor de América Latina), e em revistas de crítica literária e cultural (dentre as quais *Los Libros* e *Punto de Vista*), forjaram seus espaços de “pós-graduação”, devido a um projeto de estudo sistemático acerca dos modos de se falar sobre literatura e sociedade / cultura e política e, notadamente, sobre os desafios de pensar a formação da literatura argentina (cf. SARLO, 2009).<sup>20</sup> Tanto Sarlo como seus colegas que tinham alguma atuação em organizações de esquerda integram à universidade argentina apenas após a última ditadura, em 1984.

A trajetória mais “formal” de Schwarz, próxima à universidade, e o percurso mais “informal” de Sarlo em editoras e em revistas, produz efeitos diferenciados no tipo de trabalho intelectual que desenvolvem – o primeiro mais “acadêmico” e a segunda com debates centrados mais na intervenção “pública” e “cotidiana” – e, por seu turno, no reconhecimento que possuem como críticos literários até o momento em que se cruzam na Universidade Estadual de Campinas. De todo modo, interessa notar que, se o ponto de encontro de ambos é “contingente”, ele também é “interessado”, já que

---

contexto, as atividades de pesquisas ficam restritas a poucos grupos nas universidades e principalmente fora delas, “em circuitos privados”, como editoriais e revistas. O espaço nas universidades para intelectuais de esquerda só é reaberto com a redemocratização da sociedade, a partir dos anos de 1983 e 1984. Cf. Luis Romero (2006).

<sup>20</sup>É importante pontuar que *Punto de Vista* surgiu de modo marginal em março de 1978, com a aposta de permanecer fiel às responsabilidades sociais dos intelectuais, divulgando questões da história literária e intelectual argentina, promovendo debates culturais, bem como servindo de espaço para a atualização dos novos métodos críticos e teorias sociais que surgiam. Como a sociedade argentina ainda era controlada pelo Estado autoritário, que impunha restrições aos intelectuais de esquerda, nos primeiros números da revista os ensaios muitas vezes não apresentam os nomes de seus autores, ou os textos são assinados por pseudônimos. Apenas no décimo-segundo número, em 1981, o grupo de intelectuais que dirigia a revista é oficialmente apresentado, dentre os quais Maria Teresa Gramuglio, Carlos Altamirano, Hugo Vezzetti, Ricardo Piglia e Beatriz Sarlo – diretora da revista de seu início até o encerramento em 2008. Ao trazer novidades para a cena intelectual argentina, a revista foi se firmando, na perspectiva de Sarlo (2017), como um novo “campo intelectual” na Argentina.



partilham da afinidade de estudar as imbricadas relações entre literatura e sociedade, fazendo da análise literária um móvel de compreensão e interpretação da realidade social. Se essa proposta anima as primeiras notas do crítico brasileiro em rodapés de jornais – notadamente no Suplemento Literário do jornal *O Estado de São Paulo* desde o final dos anos de 1950 – e é chave para compreender seus livros publicados até aquele momento, foi justamente essa perspectiva um dos motivos da crítica argentina ter ido até Campinas: a admiração por trabalhos de crítica literária e cultural apoiados em reflexões sociais mais amplas.

O encontro (real) de ambos em Campinas permite, além de marcar certas diferenças entre os críticos e seus contextos, notar uma *afinidade eletiva* entre seus trabalhos: a construção de projetos críticos de pesquisa em que se perfila uma análise literária e social das obras analisadas. A noção de *crítica* com a qual trabalham em seus ensaios, livros e notas de intervenção em jornais e revistas, lembra a proposta de Walter Benjamin (1999), para o qual, mais do que interpretação, a crítica reconstrói e, se necessário, complementa as obras analisadas.

Apesar dessa afinidade, como sabemos, entre os diferentes críticos (e distintas tradições intelectuais) que se propõem a ler literatura e sociedade uma na outra, os encaminhamentos teórico-metodológicos possuem finas diferenças. Isso ocorre também entre Schwarz e Sarlo, sendo o primeiro mais próximo de um projeto crítico de inspiração marxista – e não por acaso seu ensaísmo é qualificado como “dialético” –; enquanto a segunda mais próxima aos chamados Estudos Culturais – e tendo notas classificadas como ensaísmo “sociológico” ou “cultural”.<sup>21</sup> Para qualificar mais atentamente esse ponto,

---

<sup>21</sup> Nesse ponto é interessante notar um dado de pesquisa curioso. Vinda da área de Letras, os livros de Sarlo muitas vezes figuram entre as prateleiras da sociologia nas grandes livrarias de Buenos Aires (quando há corredores de livros dedicados à crítica literária e aos chamados “ensayos argentinos”). O que é apenas um dos indícios de que a crítica argentina, assim como o crítico brasileiro, não pode ser classificada a partir dos rótulos das carreiras acadêmicas ou de “escolas de atividade”. Na produção ensaística de ambos, sugere-se que há uma postura intelectual de diálogo entre formas estéticas e problemas caros à sociedade e às ciências



vale chamar atenção para as principais inspirações mobilizadas nos trabalhos de ambos e os pontos de partida metodológicos a partir dos quais constroem seus ensaios.

No caso de crítico brasileiro, perquirindo as pistas deixadas tanto em seu *Memorial* (1986) como no prefácio de *Um mestre na periferia do capitalismo* (1990), observa-se três principais linhas de inspiração para suas reflexões literárias: (i) os pontos de vista sobre a experiência do romance na literatura brasileira desenvolvidos por Antonio Candido; (ii) a interpretação histórico-sociológica das formas praticada pela “tradição contraditória” formada por Lukács, Adorno, Benjamin e Brecht;<sup>22</sup> e (iii) as explanações históricas feitas por Erich Auerbach a partir dos textos literários.

Do ponto de vista teórico-metodológico, o crítico é claro quando ao seu alicerce: o estudo social das formas literárias. A partir da ideia de “forma”, mobilizada tanto por seu professor Antonio Candido quanto pela tradição “contraditória”, Schwarz (2012c, p.141) anuncia a tarefa do crítico como “a capacidade de construir o processo social em teoria”, mediante uma análise dialética das formas literárias e do processo social, uma vez que “antes de intuída e objetivada pelo romancista, a forma que o crítico estuda foi produzida pelo processo social, mesmo que ninguém saiba dela”. Assim, o crítico precisa descobrir (isto é, pressentir e depois explicar), na constelação de temas e de problemas figurados nos romances, aqueles que são os mais significativos do processo histórico, ou seja, *as formas* que contém as mediações (estéticas e sociais) a partir das quais é possível sentir a

---

sociais. Em outras palavras, a hipótese de leitura aventada é a de que, levando a sério a arte (seja com a análise da literatura, do cinema, do teatro, da música, da poesia, da arquitetura etc.), Schwarz e Sarlo fabulam modos críticos de pensar e atuar em seus respectivos países – fazendo das relações entre estética e política um ato de cumplicidade.

<sup>22</sup> A expressão “tradição contraditória” é utilizada por Schwarz no prefácio de *Um mestre...* Com a expressão o crítico procura sugerir que os autores que formam essa tradição são muito diferentes entre si, mas ganham quando lidos juntos, já que cada qual ao seu modo se dedicam ao “método dialético” para interpretar as formas estéticas e seus conteúdos sociais, além de retomarem problemas caros ao marxismo em distintos ângulos.



“totalidade” da vida social.<sup>23</sup> Para desvendar o processo social figurado nas obras literárias, o crítico se inspira nas análises desenvolvidas por integrantes do “Seminário de Marx” e por outros trabalhos realizados na Universidade de São Paulo que procuravam entender o “atraso” do país como parte da atualidade do capitalismo mundial (cf. RICUPERO, 2013). Combinando esse conjunto de reflexões, parte para a interpretação da obra machadiana e, por intermédio dela, da sociedade brasileira.<sup>24</sup>

No que se refere aos trabalhos de Sarlo, por outro lado, suas inspirações teóricas e metodológicas para a análise da literatura (e de modo mais amplo da cultura) são, por assim dizer, mais “eccléticas”. A crítica argentina salienta no prefácio de *Modernidade Periférica* (1988) a importância decisiva que os ensaios de Roland Barthes, Raymond Williams e Walter Benjamin têm na construção de suas notas sobre literatura, cultura e política. Com o sugestivo título *Plan de operaciones* (2013), Sarlo reúne no livro um conjunto de ensaios em que aponta alguns pensadores (e algumas ideias e

---

<sup>23</sup> O modo pelo qual Roberto Schwarz constrói teórica e metodologicamente seus ensaios pode ser acompanhado em “Pressupostos salvo engano da ‘Dialética da Malandragem’” (1979), reunido em *Que horas são?* (1986) e “Adequação nacional e originalidade crítica” (1992), reunido em *Sequências Brasileiras* (1999). Nesses ensaios, o crítico dialoga com os trabalhos de Antonio Candido, respectivamente, “Dialética da Malandragem” (1970) e “De cortiço a cortiço” (1973) – ambos os ensaios do crítico mais velho foram reunidos em *O discurso e a cidade* (1992). Os trabalhos de seu professor, segundo Schwarz, foram os primeiros ensaios “propriamente dialéticos produzidos no Brasil”, cuja originalidade foi combinar uma análise de importantes romances do país com a interpretação do processo social brasileiro. Por questões de espaço não é possível desenvolver de modo mais detido as reflexões de Candido e de Schwarz sobre o método de análise em literatura, cujas divergências são silenciosas, uma vez que ambos buscavam construir um novo campo de estudos em Teoria e Crítica Literária no Brasil. Sobre semelhanças e diferenças, ver: Waizbort (2007).

<sup>24</sup> Schwarz recupera, em diferentes momentos, a importância que certas interpretações sobre a sociedade brasileira tiveram em seus ensaios. Para além dos clássicos do pensamento social brasileiro, Caio Prado Jr., Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Celso Furtado, o crítico destaca as discussões do grupo de leitura d’*O Capital*, que, inspirados tanto em Karl Marx quanto em Florestan Fernandes, deixavam de lado a visão dualista da sociedade para assumir uma postura crítica em que tradicional e moderno imbricam-se de modo necessário para justificar o progresso. As principais reflexões mobilizadas na construção de seus trabalhos sobre Machado de Assis são: *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (1962) e *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (1970) de Fernando Henrique Cardoso (esse último escrito em coautoria com Enzo Faletto); *Homens livres na ordem escravocrata* (1964) de Maria Sylvia de Carvalho Franco; “La traite négrière et l’unité nationale brésilienne” (1979) de Luiz Felipe de Alencastro; *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial 1977-1808* (1979) de Fernando Novais etc. Ver, por exemplo, Schwarz (1986).

conceitos) que servem como um “baixo contínuo” em seus escritos – os quais, mesmo que não sejam citados, sustentam seus argumentos – dentre os quais, novamente Barthes e Benjamin, mas também Jorge Luis Borges, Susan Sontag, Pierre Bourdieu e outros autores da órbita da Teoria Crítica, como Adorno. Além desse conjunto de “dívidas intelectuais”, Antonio Candido é uma figura sempre lembrada por ela, bem como as tradições intelectuais argentinas, em particular os críticos David Viñas e Adolfo Prieto.<sup>25</sup>

A partir e por meio desse vasto conjunto de autores, de temas, conceitos e problemas teórico por eles elaborados, Sarlo olha para o campo intelectual de seu país com vistas a procurar continuidades e descontinuidades entre as tradições literárias e intelectuais, focando-se em compreender os desafios e limites de uma sociedade moderna nas margens da cultura ocidental. Ao longo de sua trajetória é possível identificar diferentes momentos nos quais ela se questiona sobre modos e possibilidades de ler a literatura, e sua preocupação sempre se concentrou em desvendar o “caráter social do texto literário”, como figuração de elementos centrais do mundo social. Em linhas gerais, a crítica observa que em um mundo laico, “abandonado por deuses”, não há muitos outros discursos que possam ter rendimento analítico como a literatura, a arte e as matérias da cultura, ou seja, em seus trabalhos há uma aposta central nas artes e na cultura como vias para construção de projetos para uma reforma progressista da sociedade (SARLO, 1986).<sup>26</sup>

---

<sup>25</sup> Segundo Sigal (2002), estudando as diferenças entre grupos intelectuais, a revista *Contorno*, idealizada pelos irmãos Ismael e David Viñas, e por Adolfo Prieto, abriu novos caminhos para a intelectualidade de esquerda na Argentina, não apenas pelos temas que desenvolviam, articulando vida literária e social e se interrogando sobre o significado da literatura no país de modo a questionar os cânones, mas também pela postura crítica em relação à política (se afastando dos liberais e também da esquerda mais tradicional). Em diferentes momentos os intelectuais ligados à revista *Punto de Vista* recordaram que se inspiraram nas perspectivas aventadas por *Contorno*.

<sup>26</sup> As primeiras reflexões de Sarlo sobre o “método” de análise para se ler a literatura foram desenhadas em alguns livros compilados e escritos por ela e Carlos Altamirano entre 1977 e 1983. No CEAL, por exemplo, Sarlo e Altamirano organizaram o livro *Literatura y Sociedad* (1977) e redigiram o livro *Conceptos de Sociología Literaria* (1980). O primeiro livro é precedido de uma introdução pelos autores na qual explicam o que seriam trabalhos

Considerando essas diferentes inspirações teóricas, sugere-se que é a partir e por meio do diálogo com esse conjunto de autores – isto é, a partir de “trocas” (literárias, teóricas e empíricas) –, que Schwarz e Sarlo desenham seus próprios projetos críticos de investigação social e cultural. Dito de outro modo, com programas de pesquisa que possuem pontos de contato, mas também suas finas diferenças – o do crítico brasileiro mais próximo ao marxismo e da crítica argentina aos chamados “estudos culturais” –, interessa notar que se tratam de *ensaístas independentes*, cuja originalidade crítica é olhar para os desafios teóricos e os dilemas empíricos de seus respectivos contextos, procurando construir *um “espaço novo” para a “crítica”*, cujas linhas de força reverberam as tradições estabelecidas.<sup>27</sup>

---

produzidos em torno de uma “sociologia da literatura”, e são selecionados textos de György Lukács, Lucien Goldmann, Pierre Bourdieu, entre outros, como exemplares na tarefa de problematizar as relações entre literatura, cultura e sociedade. O segundo escrito, por sua vez, é um compêndio dos léxicos importantes para o estudo nesse campo de trabalho. Além desses pequenos livros, ao redor da revista *Punto de Vista* os críticos argentinos começam a desenvolver projetos autônomos, com “marcas acadêmicas”, e de longa investigação, reunidos mais tarde em *Literatura / Sociedad* (1983) e *Ensayos argentinos: de Sarmiento a la vanguardia* (1983). O conjunto dos escritos que compõem os livros, embora diferentes entre si, fiam-se na tarefa comum de refletir sobre “o caráter cultural-simbólico do social por meio da literatura”. O primeiro livro expressa, já em seu título, uma certa dívida intelectual com Antonio Candido, de que o tecido das perspectivas sociais é indissociável do ato de elaboração da crítica. No apêndice do livro é incluído um texto do crítico brasileiro como um exemplo de “leituras sociológicas” que Sarlo e Altamirano procuram levar a sério em seus trabalhos de crítica literária. Além do ensaio de Candido, *Literatura / Sociedad* reúne também textos do uruguaio Ángel Rama e do argentino David Viñas, de modo a estabelecer um circuito de afinidades eletivas para pensar as mediações entre literatura e sociedade. O segundo livro, por sua vez, é composto por um conjunto de ensaios que pensam o processo literário argentino, as questões da cultura letrada e da formação da identidade nacional como tema e como problema no decorrer do século XX.

<sup>27</sup> Toma-se emprestada a ideia de Edward Said (1983), segundo a qual os textos são “mundanos” e as afiliações teóricas fazem parte da característica principal da “mundaneidade do texto”. Seguindo essa linha, nenhuma geração se constrói de um marco zero e, portanto, os autores e escritores ressoam e reverberam as tradições intelectuais com as quais dialogam. Mas, ao mesmo tempo, um novo olhar crítico para o mundo e para os textos tem a capacidade de construir “algo novo”. Nesses termos, apontar algumas das “trocas” que os críticos “periféricos” estabelecem com outros autores é uma via para observar como se leem e se reinventam no chão latino-americano, quer dizer, brasileiro e argentino, teorias literárias e sociais produzidas a partir de outros contextos. Mesmo porque, o escritor e o intelectual latino-americano, nas linhas propostas por outro crítico brasileiro que dialoga criticamente com Schwarz, está sempre pensando “a partir de uma meditação silenciosa e traiçoeira” das formalizações textuais e da experiência europeia, aderindo-as, recusando-as ou combinando-as, mas criando “*algo novo*” (cf. SANTIAGO 2000).



### Interesses em paralelo: o lugar da crítica

O encontro em Campinas em 1980, que compartilhava certo “horizonte latino-americano”, não ocorre em um momento aleatório e por isso merece uma nota. Trata-se do momento no qual, de algum modo, o “*espírito crítico*” procura encontrar a sociedade nos processos de abertura política para a democracia, após o período mais duro das ditaduras militares no Cone Sul. Em outros termos, sugere-se que o encontro em Campinas pode ser pensado como uma das manifestações de reação à ditadura brasileira (e das demais ditaduras no Cone Sul), reações tão caras àquele contexto de manifestações democráticas. Colocando em circulação questões e temas que pertencem a um circuito nacional e ao mesmo tempo transnacional (notadamente latino-americano), nas “Jornadas” são discutidas proposições sobre a crítica literária, sobre a cultura e sobre seu lugar na vida social, o que não deixa de ser um debate mais amplo sobre a reorganização da cultura em tempos de mudança social.

Essa reunião importa como metáfora para destacar, uma vez mais, que o lugar da crítica, para Roberto Schwarz e Beatriz Sarlo, é o presente histórico, construído em sua relação com o passado, mas projetando também o futuro. Nesse sentido, é sugestivo olhar para a participação de Schwarz e Sarlo nas revistas em que fizeram parte em diferentes momentos de suas trajetórias intelectuais. O crítico brasileiro fez (e continua fazendo) parte das revistas *Teoria e Prática* (1967-1968) e *Novos Estudos Cebrap* (1981 -), enquanto a crítica argentina foi uma das principais intelectuais ligadas aos projetos das revistas *Los Libros* (principalmente entre 1972 e 1976) e *Punto de Vista* (durante os noventa números em que a publicação foi lançada, entre 1978 e 2008). Em ambos os casos, tratam-se de um conjunto de publicações que procuram encontrar um *lugar para a crítica*, em contextos sociais marcados seja pela repressão aos intelectuais de esquerda (no contexto das

ditaduras militares), seja no processo de redemocratização da sociedade a partir dos anos de 1980 (processo até hoje que não foi completado).<sup>28</sup>

As interfaces entre a produção das ideias e os processos sociais é diferente nos dois contextos em que os críticos estão imersos, notadamente considerando a dinâmica da vida universitária; mas há, tanto nas práticas de Schwarz quanto nas de Sarlo, a procura por *espaços* em que se possa ler e discutir sobre temas e questões centrais que respondam, de algum modo, às dinâmicas da vida nacional. Não por acaso, Schwarz diz que “a crítica era *viva* na revista: uma atividade estimulante e exigente”, ao se referir à *Teoria e Prática*,<sup>29</sup> enquanto Beatriz Sarlo (2008) observa que *Punto de Vista* “foi a maior e mais constante influência sobre minha vida”, afinal, foi o espaço de *formação* de uma geração de críticos.

Recuperando Theodor Adorno, Edward Said (2004), que se sente um intelectual “fora do lugar”, argumenta que a casa própria, depois dos horrores da Segunda Guerra Mundial, tornou-se uma mercadoria descartável, e por isso “o *exílio*” é uma maneira de fugir do “mundo administrado”. Aqui, nota-se que há diferentes exílios (reais e simbólicos) para os intelectuais: o exílio do país que sente como seu (no caso de Schwarz, que precisou deixar o país para não ser preso pela ditadura brasileira), mas também o exílio da universidade (no caso de Sarlo, cuja formação se deu em grupos intelectuais alternativos); o que estimula diferentes tentativas de se *encontrar um espaço para a crítica*, de se lutar pela prática de uma crítica política da cultura, e pensar formas de resistir aos problemas sociais de seus contextos.

Seguindo essa trilha argumentativa, o *ensaio* pode, metaforicamente, ser pensado como um *exílio* para o crítico brasileiro e para a crítica argentina. Ainda que o ensaio seja uma prática comum entre diferentes vertentes da

---

<sup>28</sup> Uma comparação entre *Novos Estudos Cebrap* e *Punto de Vista* é feita no trabalho de Ana Olmos (2004). No argumento da autora, as formações de esquerda que compunham o núcleo dessas revistas levaram a uma constante intervenção crítica no espaço público, com vistas a pensar a transição democrática na Argentina e no Brasil durante os anos de 1980.

<sup>29</sup> Roberto Schwarz. Entrevista realizada pela pesquisadora, na cidade de São Paulo, em 08/12/2016.



crítica literária, os sentidos que o ensaio assume nos trabalhos de Schwarz e Sarlo permite tomar como hipótese que, com o ensaio, eles saem do “mundo administrado” e *encontram a sociedade*. Isso porque, ser ensaísta, no caso de Schwarz, é uma atitude provocadora, na medida em que ele se forma no momento de institucionalização da sociologia como disciplina específica, e aposta na perspectiva dialética aventada pelo jovem Lukács (2015) e por Adorno (2003), de que escreve ensaísticamente “quem compõe experimentando”, “quem vira e revira o seu objeto, quem o questiona e o apalpa, quem o prova e o submete à reflexão”. Com o ensaio, Schwarz se liga não apenas a essa “tradição contraditória” da crítica literária e cultural marxista, como também ao professor Antonio Candido e aos membros da revista *Clima* (1941-1944), que experimentaram as artes, a cultura e a realidade brasileira conjugando um ensaísmo crítico com questões a altura do rigor universitário da época (cf. PONTES, 1998).

Ser ensaísta, no caso de Sarlo, é se vincular a uma tradição intelectual que procura pensar a “Argentina como problema” – prática ligada aos intelectuais como Adolfo Prieto e David Viñas – e refletir sobre como se formou certa cultura letrada e se começou a produzir imagens sobre o país; sem deixar de lado a proposta de tomar o ensaio como um modo de ataque e de defesa na prática de uma cultura política, cujos novos contornos foram delineados também pela geração de intelectuais que dirigiu *Punto de Vista*.

Com essa postura crítica e ensaística, Schwarz e Sarlo se encontram em Campinas e constroem também *novas redes* de trocas intelectuais. Nessa linha, cabe a seguinte pergunta: seria ao acaso o fato de escreverem sobre escritores chaves de seus países, Machado de Assis e Jorge Luis Borges, com títulos que guardam alguma semelhança? Vale lembrar que uma década após esse encontro, em 1990, Schwarz publica *Um mestre na periferia do capitalismo*, e em 1993 Sarlo edita *Jorge Luis Borges, um escritor na*

*periferia*, composto por ensaios e conferências.<sup>30</sup> Antes, em 1988, Sarlo publica também o livro *Modernidade Periférica* que, segundo ela, tem alguma semelhança com a ordem de problemas colocados por Schwarz em “As ideias fora do lugar”, ensaio que abre o primeiro livro do crítico brasileiro sobre Machado de Assis, *Ao vencedor as batatas*, – e livro que Sarlo tomou contato na visita que fez ao Brasil na ocasião das “Jornadas” (os sublinhados são meus).<sup>31</sup>

Aqui, talvez esteja uma das aproximações mais instigantes que se possa estabelecer entre os críticos: ambos se dedicaram ao estudo de dois escritores fundamentais da literatura de seus países. Enquanto o crítico brasileiro tem nos *romances* de Machado de Assis, produzidos no final do século XIX no Brasil, seu objeto empírico de estudo, a crítica argentina se dedica à análise dos *contos* de Jorge Luis Borges, escritos principalmente na primeira metade do século XX na Argentina.

Esses escritores, embora centrais na literatura de seus países, ocupam posições diferenciadas, já que Machado é considerado quase uma unanimidade no cânon brasileiro, enquanto Borges desperta “amor e ódio”, “denúncia e fascínio” em seu país, para usar as expressões de Sarlo (2005). De certo modo, os críticos se inserem nos debates e nas polêmicas suscitadas por diferentes leituras sobre os escritores, sejam leituras nacionais ou estrangeiras. Além disso, é igualmente instigante a ideia de “periferia” aparecer no título dos principais trabalhos de ambos e, mais do que um termo no título de seus livros, argumenta-se que as ideias sobre a “periferia” (ou “as periferias”) é um dos fios condutores a partir do qual os críticos investigam seus objetos de estudo.

---

<sup>30</sup> O livro foi publicado primeiramente em inglês, com o título *Jorge Luis Borges: a writer on the edge*. No mesmo ano foi vertido e revisto pela autora para a edição argentina, sob o título de *Jorge Luis Borges, un escritor em las orillas*. Na tradução do livro ao português foi utilizada a ideia de periferia para não perder o sentido atribuído por Sarlo, e também por Borges, em que se articula não apenas o âmbito urbano, mas também o social, o político e o cultural.

<sup>31</sup> Beatriz Sarlo. Entrevista realizada pela pesquisadora, na cidade de Buenos Aires, em 27/03/2017.

De modo breve e esquemático, vale observar que *Ao vencedor as batatas* e *Um mestre na periferia do capitalismo*, publicados em 1977 e 1990, respectivamente, durante a ditadura-militar e os anos que seguem o processo de transição democrática no Brasil, não são uma interpretação apenas da obra machadiana e do início dos romances brasileiros. São, também, reflexões sobre o presente (e o futuro) da sociedade brasileira, uma vez que extrapola o plano da formação nacional e nos leva a questionar os sentidos do “capitalismo periférico” no país, e igualmente os efeitos e as consequências da “modernização conservadora” durante o regime militar e o processo de transição democrática. Se na formação nacional a “modernidade” ganhou contornos, por assim dizer, “inesperados”, de modo que a ligação do país como o “mundo moderno” “se faz *através*, estruturalmente através de seu atraso social, que se reproduz em lugar e se extingui” (SCHWARZ, 2008, p.91, grifo no original), a modernização conservadora pela qual o Brasil passou nas últimas décadas do século XX também contém, seguindo a leitura de Schwarz, a lógica “da norma e da infração” figurados pela obra de Machado de Assis.

Essas lógicas representam as “ambivalências ideológicas das elites” e das instituições brasileiras, que continuam combinando arcaico e moderno, desigualdades e privilégios, repondo o passado no presente. Nesse registro, se Machado construiu, como sugere o crítico, uma das interpretações mais instigantes de seu tempo, Schwarz também tece uma incontornável interpretação, ressaltando a “condição periférica” do Brasil. Olhando atentamente para os impasses, as tensões e as ambivalências entre formas e ideias importadas de outras empirias e a matéria local brasileira, o crítico não deixa de ponderar seus efeitos sociais e políticos, dentre os quais as dificuldades dos processos de integração social e de construção da cidadania por meio da efetiva democratização dos direitos sociais.

Beatriz Sarlo, em *Modernidade Periférica* e *Jorge Luis Borges: um escritor na periferia*, publicados em 1988 e 1993, respectivamente, após as

duras experiências dos regimes militares em seu país, procura retomar velhas questões da tradição intelectual argentina para pensar os limites, as possibilidades e os desafios de construção de uma sociedade em bases mais democráticas. Afinal, o que resta do passado no presente? Como construir um futuro marcado pela presença tão forte da memória pós-ditatorial? As “*orillas*” (isto é, as margens, as periferias) tema que repercute na literatura rio-platense e sob o qual se constrói a ficção borgeana, serão sempre “zonas obscuras” ou elas possuem potencial de resistência?

Nas questões formuladas por Sarlo, se as “*orillas*” representam um espaço geográfico entre as planícies e as primeiras casas de Buenos Aires em 1900, ou seja, entre campo e cidade; não deixam de ser também um espaço social, político e cultural ocupado por uma nação “jovem” e “periférica”, na qual vão se imprimindo marcas de distância – mas também de imitação – da cultura europeia. Do mesmo modo que as “*orillas*” são importantes para as formalizações estéticas operadas por Borges, “às margens” / “a periferia” assume uma função heurística na obra de Beatriz Sarlo, aparecendo como tema e como problema: não se referem apenas a um lugar geográfico, elas configuram também um *modo* de olhar para a heterogeneidade que constitui os projetos sociais e políticos da modernidade e da modernização das cidades.

Em linhas gerais, acompanhando esses trabalhos de Schwarz e de Sarlo, o argumento dos críticos é que Machado de Assis e Jorge Luis Borges refletem, cada um à sua maneira, ao seu tempo, em seu país e em sua língua, sobre os dilemas entre os esquemas importados de outras experiências históricas (em particular a europeia) e suas respectivas matérias locais, formalizando esteticamente tanto a problemática nacional quanto as *trocãs* do local com outras culturas e suas formas de assimilação. Nesse registro, nota-se que os dilemas entre local e universal, o “centro” e as “periferias”, são explorados pelos críticos a partir da leitura de Machado e de Borges, sendo que o primeiro escritor localiza suas obras no final do século XIX no Brasil, na passagem do Império à República, da escravidão ao trabalho livre, enquanto o



segundo escreve em meados do século XX na Argentina, olhando para um processo de rápida modernização e urbanização das cidades. Tratam-se de “*contextos periféricos*” analisados *em diferentes tempos*, mas o que interessa assinalar, para fins de comparação, é que Schwarz e Sarlo tomam o capitalismo e a modernidade, respectivamente, como *processo social* (ou seja, como um movimento geral e global), e analisam as tensões, oscilações e ambivalências desse movimento, que nas “periferias” produzem diferentes nexos de sentidos no conjunto da vida social, não apenas no passado, mas no presente das sociedades.

Na continuidade da pesquisa da qual resulta esse breve trabalho, a questão sobre a “vida intelectual” e a “condição periférica” será explorada em seus efeitos, consequências, limites, desafios e possibilidades, não apenas nesse conjunto de textos de Schwarz e Sarlo aqui recuperados resumidamente, mas também em textos mais recentes dos críticos, bem como de seus interlocutores diretos ou indiretos.<sup>32</sup>

## Bibliografia

### Entrevistas, depoimentos e memórias

ALTAMIRANO, C. Entrevista concedida a Maria Caroline M. Tresoldi e Flavia Paniz, 05/10/2016.

CANDIDO, A. “Depoimento de Antonio Candido”. In: *Antonio Candido & Roberto Schwarz: a homenagem da Unicamp*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

\_\_\_\_\_. *Memorial: concurso de Professor Titular de Teoria Literária e Literatura Comparada*. São Paulo: FFLCH/USP, 1974.

SARLO, B. Entrevista concedida a Maria Caroline M. Tresoldi, 28/03/2017.

---

<sup>32</sup>Na versão final do texto da dissertação de mestrado, o tema será explorado de modo mais sistemático, de modo a demonstrar que se a periferia de Schwarz é “a do capitalismo”, qualificada como uma estrutura que compreende contraditórios como capitalismo, escravidão e relações de clientela e proteção; a periferia de Sarlo explora a diversidade populacional e os sentidos da rápida urbanização e modernização, bem como as manifestações do Modernismo em uma capital de uma nação culturalmente periférica. Em outros termos, se a questão do “localismo e do cosmopolitismo” é um problema teórico presente na obra de Schwarz e de Sarlo, os desdobramentos são explorados de diferentes modos e ângulos.

\_\_\_\_. “Entrevista”. *Literatura e Sociedade*. n.11, 2009.

\_\_\_\_. Entrevista concedida a Alejandro Blanco e Luiz Carlos Jackson. *Tempo Social*, v. 21, n. 2, 2009.

\_\_\_\_ “Conversa com Beatriz Sarlo”. In: Javier Trímboli, (entrev.). *La Izquierda en la Argentina*. Buenos Aires: Manantial, 1998.

SCHWARZ, R. Entrevista concedida a Maria Caroline M. Tresoldi, 08/12/2016.

\_\_\_\_ “Ao vencedor as batatas 30 anos: crítica da cultura e processo social”. Entrevista concedida a André Botelho e Lilia Schwarcz. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 67, 2008.

\_\_\_\_ “Tira-dúvidas com Roberto Schwarz”. Entrevista concedida a Afonso Fávero, Airton Paschoa, Francisco Mariutti e Marcos Felleiros. *Novos Estudos Cebrap*, n.58, 2000.

\_\_\_\_ “A dialética envenenada: Duas meninas na periferia do capitalismo”. Entrevista concedida a Fernando de Barros e Silva. *Folha de São Paulo*, Caderno Mais!, 1997.

\_\_\_\_ *Memorial* (acompanhando o pedido de reclassificação de Robert Schwarz). Universidade Estadual de Campinas, 1986.

## Revistas

*Los Livros*: Ediciónfacsimilar (1969–1976). Buenos Aires: Biblioteca Nacional, 4 tomos, 2011.

*Novos Estudos Cebrap* (1981–). São Paulo.

*Punto de Vista*: revista cultural (1978 – 2008). Noventa Números. Buenos Aires: CD Rom.

*Teoria e prática* (1967–1968). São Paulo, v.1, v.2 e v.3.

## Referências Gerais

BENJAMIN, W. *O Conceito de Crítica de Arte no Romantismo Alemão*. São Paulo: Iluminuras, 1999.

BLANCO, A. “Ciências sociais no cone sul e a gênese de uma elite intelectual (1940–1965)”. *Tempo Social*, vol. 19, n.1, 2007.

BORGES, J. L. *Obras completas*. Buenos Aires: Emecé, 1974.

BRASIL JR., A. “O problema de uma ‘sociologia latino-americana’”. In: *Passagens para a teoria sociológica: Florestan Fernandes e Gino Germani*. São Paulo: Hucitec / Buenos Aires: Clacso, 2013.

CANDIDO, A. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

- \_\_\_\_\_. *O discurso e a cidade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos 1750–1880*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007.
- \_\_\_\_\_. “Variações sobre temas da *Formação*”. *Texto de Intervenção*. São Paulo, Duas Cidades; Ed. 34, 2002.
- \_\_\_\_\_. “Literatura e subdesenvolvimento”. In: *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987.
- ESPOSITO, F. “La crítica moderna en Argentina: la revista Los Libros (1969–1976)”. *Orbis Tertius*, v. XX, nº21, 2015.
- FRANCO, R. “Periferia”. In: BENEDITO SILVA (org). *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.
- GERBAUDO, A. II. “Intervenciones olvidadas: Beatriz Sarlo em la universidad argentina de la posdictadura (1986–1986)”. *Perífrasis*, v. 1, n. 1. Bogotá, 2010.
- GOMES, C. “Quando um muro separa, uma ponte une”: conexões transnacionais na canção engajada na América Latina (anos 1960/70). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- JACKSON, L. C; BLANCO, A. *Sociologia no espelho: ensaístas, cientistas sociais e críticos literários no Brasil e na Argentina (1930–1970)*. São Paulo: Editora 34, 2014.
- LUKÁCS, G. *A alma e as formas: ensaios*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- MACHADO DE ASSIS, J. M. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, v.3, 2008.
- OLMOS, A. C. “Práctica intelectual y discurso crítico en la transición: *Punto de vista y Novos Estudios del Cebrap*”. *Revista Iberoamericana*. v. LXX, n. 208–209, 2004.
- \_\_\_\_\_. “Apropiaciones críticas: Williams y Hoggarten *Punto de Vista*”. *Segundo Congresso Brasileiro de Hispanistas*. São Paulo, Outubro 2002.
- PERRONE-MOISÉS, L. “Machado de Assis e Borges: nacionalismo e cor local”. In: Schwartz, Jorge. (org). *Borges no Brasil*. São Paulo: Editora da UNESP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.
- PIZZARO, A. *Hacia una historia de la literatura latinoamericana. Cidade do México*: El Colégio del México, 1987.
- \_\_\_\_\_. *La literatura latinoamericana como processo*. Buenos Aires, Centro Editor de America Latina, 1985;
- PONTES, H. *Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940–1968)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

- RAMA, Á. “El boom en perspectiva”. *Signos Literarios*, n. 01, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Mas allá del boom: literatura y mercado*. Buenos Aires: Folios, 1984.
- \_\_\_\_\_. “Programa de estudos latino-americanos”. *Almanaque, cadernos de literatura e ensaio*, n. 11. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- RAMASSOTE, R. “A formação dos desconfiados: Antonio Candido e a crítica literária acadêmica (1961-1970)”. *Cadernos de Campo*, v. 19, 2010.
- RICUPERO, B. “O lugar das ideias: Roberto Schwarz e seus críticos”. *Sociologia & Antropologia*, v.03, n.06, 2013.
- \_\_\_\_\_. “O lugar do centro e da periferia”. In: BOTELHO, A.; SCHWARCZ, L. *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- RODRIGUES, L. *A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e “um seminário” (1958-1978)*. Tese doutoramento em História Social – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- ROMERO, L. *História contemporânea da Argentina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- SAID, E. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Fora do lugar: memórias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- \_\_\_\_\_. *The world, the text and the critic*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1983.
- SANTIAGO, S. *Uma literatura nos trópicos*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- SARLO, B. *Plan de operaciones*. Chile: Ediciones Universidad Diego Portales, 2013.
- \_\_\_\_\_. *Ficciones argentinas: 33 ensayos*. Buenos Aires: Mardulce, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Modernidade periférica: Buenos Aires 1920 e 1930*. São Paulo: CosacNaify, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Jorge Luis Borges, um escritor na periferia*. São Paulo: Iluminuras, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Escritos sobre literatura argentina*. Buenos Aires: SigloVeintiuno Argentina, 2007.
- \_\_\_\_\_. *A paixão e a exceção: Borges, Eva Peron, Montoneros*. São Paulo; Belo Horizonte: Companhia das Letras; Editora da UFMG, 2005a.
- \_\_\_\_\_. *Tiempopasado: cultura de la memoria y primera persona*. Buenos Aires: SigloVeintiuno Argentina, 2005b.
- \_\_\_\_\_. *Tiempo presente: notas sobre el cambio de una cultura*. Buenos Aires: SigloVeintiuno Argentina, 2001.
- \_\_\_\_\_. *La maquinas cultural: maestras, traductores y vanguardistas*. Buenos

Aires: Planeta Argentina, 1998.

\_\_\_\_\_. *Escenas de la vida posmoderna: Intelectuales, arte y videocultura en la Argentina*. Buenos Aires: Ariel, 1994.

\_\_\_\_\_. *La imaginación técnica: sueños modernos de la cultura argentina*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1992.

\_\_\_\_\_. *El imperio de los sentimientos: narraciones de circulación periódica en la Argentina (1917-1927)*. Buenos Aires, AR: Catalogos Editora, 1985.

\_\_\_\_\_. *Juan M. Gutiérrez, historiador y crítico de nuestra literatura*. Buenos Aires, Escuela, 1967.

SARLO, B.; ALTAMIRANO, C. *Ensayos argentinos: de sarmiento a la vanguardia*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2016.

\_\_\_\_\_. *Literatura / Sociedad*. Buenos Aires: Hachette, 1983.

\_\_\_\_\_. *Conceptos de sociología literaria*. Buenos Aires: CEAL, 1980.

\_\_\_\_\_. *Literatura y sociedad*. Buenos Aires: CEAL, 1977.

SCHWARZ, R. *A lata de lixo da história: chanchada política*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

\_\_\_\_\_. *Ao vencedor as batatas: Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Editora 34, 2012a.

\_\_\_\_\_. *Martinha versus Lucrecia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012b.

\_\_\_\_\_. *Que horas são?* São Paulo: Companhia das Letras, 2012c.

\_\_\_\_\_. *Um Mestre na Periferia do Capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Editora 34, 2012d.

\_\_\_\_\_. *O pai de família e outros estudos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. *Seqüências Brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. *Duas meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SCHWARZ, R. (et. al.). *Nós que amávamos tanto "O capital": Leituras de Marx no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2017.

SIGAL, S. *Intelectuales y poder en la Argentina: la década del sesenta*, Buenos Aires, Siglo XXI Editores, 2002.

TENEJA, N. O. "Prólogo: Antonio Cornejo Polar y la nueva crítica literaria latinoamericana". In: Antonio Cornejo Polar. *Sobre literatura y crítica latinoamericanas*. Lima: Centro de Estudios Literarios "Antonio Cornejo Polar" / Latinoamericana Editores, 2013.

WAIZBORT, L. *A passagem do três ao um*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

## Modernidade e tradição na sociologia de Maria Sylvia De Carvalho Franco

PAULO HENRIQUE RIGOLIN DE MORAES<sup>1</sup>

### Resumo

Inserido no contexto de uma pesquisa mais ampla – que tem como objeto a apropriação do instrumental analítico weberiano em algumas obras do chamado pensamento social brasileiro publicadas entre 1958 e 1978 – este trabalho busca discutir a construção conceitual do par teórico modernidade e tradição na sociologia de Maria Sylvia de Carvalho Franco. A relação entre tais conceitos aparece como um dos principais elementos de articulação da análise histórica de *Homens livres na ordem escravocrata* (publicado como livro em 1969). A autora busca demonstrar ali que uma série de características da sociedade brasileira então vistas como prevalência de formas ‘arcaicas’ ou ‘atrasadas’ podem ser entendidas como elementos constitutivos da experiência da modernidade entre nós. No mesmo sentido, em *O moderno e suas diferenças* (1970) e *Sobre o conceito de tradição* (1972) a autora expande a discussão do ponto de vista conceitual, a fim de aprofundar o entendimento de que a oposição entre modernidade e tradição mostra-se insuficiente para dar conta dos problemas empíricos ligados à modernização da sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** Modernidade, Tradição, Pensamento Social Brasileiro, Maria Sylvia de Carvalho Franco.

Este texto insere-se no contexto de uma pesquisa mais ampla, em que investigo a forma pela qual alguns teóricos sociais brasileiros apropriam-se de aspectos da obra de Max Weber no interior de seus próprios esquemas conceituais. Para tanto, proponho um corte cronológico – concentro-me em obras publicadas entre 1958 e 1978 – e, também, temático – interessa a forma pela qual, a partir da chave de leitura weberiana, os autores constroem problemas de pesquisa relacionados à modernização da sociedade brasileira,

---

<sup>1</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/UNICAMP; orientado pelo Prof. Dr. Josué Pereira da Silva; financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; E-mail: paulo.rigolin@gmail.com

bem como à compreensão das razões históricas de nosso “atraso”<sup>2</sup>. Embora as categorias weberianas estejam presentes em análises da sociedade brasileira desde meados da década de 1930, a delimitação de um período que se inicia em 1958 (tomando como marco a publicação da primeira edição de *Os donos do poder*, de Raymundo Faoro) e termina em 1978 (ano da publicação de *O minotauro imperial*, por Fernando Uricoechea, e tendo em vista a publicação da primeira edição de *Crítica e Resignação*, de Gabriel Cohn, no ano seguinte) justifica-se na medida em que há, nesse período, um horizonte de questões e um quadro de interesses compartilhado pelos autores que é bastante claro: o acelerado processo de modernização da sociedade brasileira – bem como as transformações da estrutura social a ele relacionadas – aparece como questão central.

As obras selecionadas dividem-se em dois conjuntos, segundo sua orientação temática: de um lado – temos *Os donos do poder* (FAORO, 1958), *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio* (FAORO, 1974), *São Paulo e o Estado nacional* (SCHWARTZMAN, 1975) e *O minotauro imperial* (URICOECHEA, 1978) – obras que giram em torno do eixo da gênese histórica e da persistência da organização patrimonial do Estado e, do outro – *Petróleo e nacionalismo* (COHN, 1968), *Homens Livres na Ordem Escravocrata* (FRANCO, 1969), *O Moderno e suas Diferenças* (FRANCO, 1970), *A revolução burguesa no Brasil* (FERNANDES, 1975) – textos que buscam compreender o significado dos recentes processos de modernização da sociedade brasileira<sup>3</sup>.

Com essa discussão em vista, este trabalho busca discutir a construção conceitual do par teórico modernidade e tradição na sociologia de Maria Sylvia de Carvalho Franco. A relação entre tais conceitos aparece como um dos

---

<sup>2</sup> O termo é aquele que com frequência aparece nas discussões do período.

<sup>3</sup> A apresentação do problema em termos da compreensão do processo de modernização da sociedade brasileira (e das transformações da estrutura social a ele relacionadas) segue a formulação de Florestan Fernandes em seu programa de estudos intitulado *Economia e Sociedade no Brasil*, publicado em 1962 (cf. FERNANDES, 1963, p. 300-327). A questão é, contudo, referida com frequência sob a rubrica do patrimonialismo nas relações sociais (por exemplo em LOPES, 1967; FRANCO, 1969 ou FERNANDES, 1975).

principais elementos de articulação da análise histórica de *Homens livres na ordem escravocrata* (publicado como livro em 1969). A autora busca demonstrar ali que uma série de características da sociedade brasileira então vistas como prevalência de formas ‘arcaicas’ ou ‘atrasadas’ podem ser entendidas como elementos constitutivos da experiência da modernidade entre nós. No mesmo sentido, em *O moderno e suas diferenças* (1970) e *Sobre o conceito de tradição* (1972) a autora expande a discussão do ponto de vista conceitual, a fim de aprofundar o entendimento de que a oposição entre modernidade e tradição mostra-se insuficiente para dar conta dos problemas empíricos ligados à modernização da sociedade brasileira.

Essas pesquisas de Maria Sylvia de Carvalho Franco inserem-se num programa de pesquisa vinculado à Cadeira de Sociologia I da USP e ao CESIT (Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho). O projeto de pesquisas é apresentado pelo catedrático em 1962 – sendo publicado em uma coletânea de artigos no ano seguinte (cf. FERNANDES, 1963) – como uma análise sociológica do subdesenvolvimento. Florestan propõe em seu programa uma crítica ao economicismo liberal para, em seguida, defender um projeto de Sociologia para intervenção na sociedade<sup>4</sup>. O programa de pesquisa era dividido em quatro grandes blocos de análise, sendo eles: a pesquisa acerca I. da mentalidade do empresário industrial; II. das formas de atuação do Estado na economia; III. da mobilização da força de trabalho; e, por fim, IV. daquilo que Fernandes nomeia “Fatores societários residuais”, buscando compreender a “forma em que eles se revelam à análise sociológica comparada de comunidades bem sucedidas na instauração da ordem social competitiva” (FERNANDES, 1963, p. 305).

---

<sup>4</sup> Em seus termos, “nos ‘países subdesenvolvidos’ ainda prevalece a fórmula segundo a qual ‘só vê algo sociologicamente, quem quer algo socialmente’. A situação coletiva de existência entrelaça o ‘querer comum’ e a ‘análise sociológica’, convertida em instrumento de autoconsciência da realidade. Desse entrelaçamento, resulta que a escolha dos temas de investigação deixa de ser uma operação intelectual totalmente livre. O que importa não é ‘conhecer qualquer coisa’; mas, aquilo que, nos processos de desenvolvimento em curso, possui real significação para a renovação do horizonte cultural e a solução racional dos dilemas nacionais”. (FERNANDES, 1963, p. 309).

Franco era, ao lado de Marialice Foracchi, responsável pelo terceiro bloco do programa de pesquisa; que pretendia analisar historicamente as formas de mobilização da força de trabalho, “sob as condições de transição da economia tradicional para a era tecnológica, com vistas para os desequilíbrios econômicos, demográficos e sociais resultantes, bem como para os influxos positivos da racionalização do aproveitamento do fator humano na reintegração da ordem econômica, social e política” (FERNANDES, 1963, p. 305). Inseridos neste programa, os estudos da autora prendem-se “ a um projeto de reconstrução histórica da nossa sociedade colonial, que procure, a luz dos processos de transformação em curso na Europa dos tempos modernos, numa tentativa de chegar os conceitos gerais capazes de dar conta da ‘realidade brasileira’ e de conseguir um enquadramento <teórico> válido para orientar a pesquisa nesse campo”<sup>5</sup> (FRANCO, 1970, p. 2).

O primeiro estudo de folego da autora no âmbito desse projeto é sua tese de doutorado apresentada em 1964 e publicado como livro em 1969, sob o título de *Homens livres na ordem escravocrata*. Segundo a autora, o texto foi recebido com resistência, "Do lado conservador, foi recusado por ser marxista; pela esquerda, foi recusado por não ser 'ortodoxo'" (FRANCO, 1988)<sup>6</sup>. Além disso, o texto apresenta críticas à outras pesquisas desenvolvidas no interior do projeto – tanto do ponto de vista do método quanto da interpretação. Essas críticas, que tem na distinção conceitual entre tradicional e moderno seu núcleo fundamental, são aprofundadas nos textos posteriores da autora (cf. FRANCO, 1970, 1972, 1976, 1981).

Apenas de modo a compreender as balizas de tal debate, tomaremos a posição apresentada por Florestan Fernandes na exposição do programa de

---

<sup>5</sup> Há na tese de livre-docência da autora (FRANCO, 1970) pequenas inserções textuais e correções de erros tipográficos realizadas à tinta. Tais marcações serão indicadas nas citações entre os símbolos < e >.

<sup>6</sup> Vale dizer que, embora lido aqui segundo a chave da apropriação do instrumental analítico weberiano, o texto de Franco não pode deixar de ser pensado nos termos aqui apresentados pela autora: como um estudo marxista – que tem a obra de Caio Prado Jr. como mediação fundamental.



pesquisa coordenado por ele como exemplo das interpretações a que Maria Sylvia se contrapõe. Em seu esboço de análise da relação entre Estado e desenvolvimento, o autor propõe que o caso brasileiro deve ser pensado a partir das raízes históricas encontradas na combinação da monarquia constitucional com uma forma de dominação patrimonialista, bem como em sua persistência através do “coronelismo” e da interpretação local do “desenvolvimentismo” (FERNANDES, 1963, p. 314-315). Segundo o autor, o desenvolvimento das formas econômicas modernas e da administração pública burocrática a partir de tais condições históricas implica em um padrão de ação das camadas conservadoras da sociedade que impõe “a anulação ou a mitigação das tendências inovadoras”. Nesse sentido, segundo Fernandes, os grupos dominantes “agiram como se temessem arriscar sua posição na estrutura de poder”; e disso resulta que agem “como se o 'arcaico' devesse sempre prevalecer sobre o 'moderno’” (FERNANDES, 1963, p. 316-7). Em face desse diagnóstico, Fernandes propõe a democratização “da autoridade, do poder político e do aparelho estatal” (FERNANDES, 1963, p. 316-7) e a modernização do Estado como condições para o desenvolvimento pleno da sociedade brasileira.

No mesmo sentido, a análise da mobilização da força de trabalho é concebida por ele a partir dos obstáculos para a mudança do trabalho escravo em direção à organização livre do trabalho. Segundo Fernandes, a persistência de padrões culturais “tradicionais” impedia a plena realização de uma organização do trabalho livre moderna no caso brasileiro (cf. FERNANDES, 1963, p. 318-319). Isso implica em que “a distância entre os ‘países subdesenvolvidos’ e os ‘países adiantados’ provém da capacidade relativa de cada um deles em face da mobilização do trabalho como fator social construtivo, em todas as funções que ele precisa preencher na civilização moderna. Essa capacidade simboliza, em última instância, *como* cada um deles mobilizou os homens para vida, transfigurando os em agentes úteis e

produtivos do seu próprio destino histórico” (FERNANDES, 1963, p. 321, grifo do autor).

Todas as bases desse diagnóstico histórico são colocadas à prova pela análise de Maria Sylvia, que – a partir da análise histórica concentrada no século XIX, que tem em seu horizonte “uma *representação concreta da realidade concreta*”(FRANCO, 1970, p. 57, grifo da autora) – pretende discutir a inadequação da oposição entre moderno e tradicional para o caso do desenvolvimento econômico brasileiro. Do ponto de vista do debate teórico, isso tem implicações centrais. Primeiramente, há uma questão ligada a uma forma específica de apropriação do aparato teórico weberiano. Em sua introdução ao *Homens livres na ordem escravocrata*, a autora sustenta que procurou "usar os conceitos de relação comunitária, de autoridade tradicional, e de sociedade estamental conforme os requisitos dos tipos-ideais, para esclarecer sua inadequação à sociedade brasileira e, ao mesmo tempo, ressaltar a técnica defeituosa de generalização que tem levado à impropriedade no uso desses conceitos" (FRANCO, 1969, p. 13). Como ela aponta posteriormente, tal uso generalizante dos tipos analíticos weberianos é, em grande parte, tributário à interpretação de Weber feita por TalcottParsons (cf. FRANCO, 1970, p. 55–70).

Parsons foi um dos principais responsáveis pela tradução e divulgação dos textos de Weber no período do pós-guerra<sup>7</sup>. No mesmo sentido, sua interpretação do autor foi bastante influente no período. Em sua *A estrutura da ação social*, que publica em 1937, Parsons expõe sua interpretação da obra de Weber – que serve como uma das bases para o estabelecimento de sua teoria voluntarista da ação. O estrutural-funcionalismo de Parsons foi nas décadas de 1940 e 1950 a perspectiva dominante nas ciências sociais e, com isso, sua interpretação de Weber foi, também, a mais influente por algumas décadas. É de grande importância para os debates ligados à interpretação de

---

<sup>7</sup> Segundo Franco, Gino Germani aparece como um importante intermediário para a circulação das ideias de Parsons no Brasil (cf. FRANCO, 197, p. 84).



Weber propostas por Parsons a forma pela qual este lê Weber no sentido de formular uma “grande teoria” que “caminha para a abstração extrema de um vocabulário conceitual utilizável para a compreensão de qualquer sociedade” (ARON, 1982, p. 825). Nesse sentido, Parsons retira das categorias weberianas seu caráter histórico-genético transmutando-as em um sistema classificatório e, assim, afasta-se da interpretação histórica, basilar para o pensamento weberiano<sup>8</sup>.

No mesmo sentido de sua crítica ao uso dos tipos-ideais como instrumentos classificatórios desprovidos de seu caráter histórico, Franco propõe uma relação entre teoria e história – que, em seus termos, deve articular dominação e conflito de classe; bem como dependência e desenvolvimento – fundada na noção de que as categorias teóricas devem buscar representar adequadamente aquilo que se verifica empiricamente. Assim, ainda no campo das definições teóricas, a autora propõe uma crítica ao modelo que toma *escravismo*, *feudalismo* e *capitalismo* como etapas sucessivas da análise econômica. Tal modelo mostra-se, segundo a autora, insuficiente e inadequado para pensar o desenvolvimento econômico no caso brasileiro. Isso porque a economia brasileira deve ser entendida como unidade

---

<sup>8</sup> Nos anos 1960, ganham corpo – especialmente nos Estados Unidos – uma série de críticas à interpretação de Weber por Parsons. Um marco importante nesse sentido é a publicação de Max Weber: um retrato intelectual [*Max Weber: An Intellectual Portrait*], de Reinhard Bendix, em 1960. O texto de Bendix recoloca luz em uma temática central para a análise histórica weberiana que por décadas foi deixada em segundo plano: a análise dos processos históricos de racionalização e a questão da racionalidade ocidental. Bendix volta a atenção aos escritos em que esse tema é desenvolvido mais extensamente: os ensaios sobre a *Ética econômica das religiões universais* (cf. BENDIX, 1960, p. 71-285); e, com isso, abre-se espaço para novas interpretações e debates que se estenderiam pelas décadas seguintes. Assim, o autor que teve sua obra “acolhida sobretudo como a de um cientista puro” (ARON, 1982, p.825) nos Estados Unidos passa a ser revisitado com crescente interesse em todos os seus aspectos: na revisão de seus escritos científicos, em sua atuação política e em seus aspectos biográficos. Há – como se propõe na década seguinte – há um movimento no sentido de “desparsonizar” Weber (cf. COHEN, HAZELRIGG e POPE, 1975). A ênfase dada por Parsons a aspectos normativos da ação social é colocada em questão. No âmbito da reconstrução das análises históricas de Max Weber, também os escritos de Guenther Roth e Benjamin Nelson publicados na segunda metade da década de 1960 tiveram importante papel. Embora não mencione qualquer um desses autores, as críticas de Maria Sylvia de Carvalho Franco à interpretação parsoniana do aparato conceitual de Weber seguem bastante de perto os termos desse debate.

contraditória (FRANCO, 1969, p. 9), na medida em que seu desenvolvimento combina a produção mercantil especializada e voltada para o comércio exterior com o isolamento e necessidade de subsistência. No mesmo sentido, em sua análise a escravidão aparece não como sistema econômico, mas como instituição, "submetida à múltiplas determinações que lhe imprimiam sentido" (FRANCO, 1969, p. 11) – na medida em que não consistia, no sistema colonial, em um princípio unificador da integração social.

Partindo desse fundamento conceitual, a análise da autora toma – como ponto de partida – os homens livres e expropriados, marginalizados em relação ao sistema mercantil. Sua posição em relação ao latifúndio monocultor voltado ao comércio exterior os colocava em posição bastante peculiar: eram, ao mesmo tempo, desnecessários à produção mercantil e fundamentais para a insipiente economia interna. A partir dessa condição específica, a autora pensa em como se institui uma forma específica de dominação que difere conceitualmente tanto da dominação tradicional quanto da noção de interesses de classe. Assim, nas relações que se estabelecem entre fazendeiros, de um lado, e tropeiros, vendeiros, sitiantes, agregados, camaradas e jagunços, de outro, constituem-se um padrão de *dominação pessoal* (FRANCO, 1969, p. 61–110). Diferentemente da construção ideal-típica da tradição, a dominação pessoal precisa ser continuamente reposta. Diferentemente daquilo que indica a diferença de pertencimento às classes econômicas, as relações de dominação pessoal se constroem sobre o princípio de reciprocidade. Isso é facilmente notado quando pensamos nas relações de compadrio, mas mesmo as relações clientelistas dependem de um reconhecimento ético-moral da igualdade do outro.

O passo seguinte da análise da autora é estender a análise dessa forma de dominação à análise da administração pública no Estado. O que ela verifica é a extensão da dominação pessoal à administração do Estado, implicando em conflitos entre a administração federal e os interesses locais e na confusão entre patrimônio estatal e propriedade privada. Nesse sentido, a autora

entende que o conceito de dominação patrimonialista não dá conta de explicar tal constelação histórica, na medida em que não há um estamento social que se apropria sistematicamente do aparato estatal, mas, antes, a confusão entre o público e o privado seguindo o padrão de dominação que precisa ser continuamente reposto. Isso é pensado concomitantemente à forma pela qual a relação dos homens livres com o aparato estatal se dá de modo bastante desigual segundo o pertencimento de classe dos homens livres (Isso significa, empiricamente, que o acesso à administração é mediado pelas relações clientelistas). No mesmo sentido, há um importante descompasso entre as normas jurídicas abstratas e a moralidade. Isso não implica,

evidentemente, [que] por sofrer agressões parciais, a lei não perde sua obrigatoriedade e não deixa de pesar praticamente na orientação da conduta dos que a ela estão sujeitos, inclusive nos momentos de infração. O que se procura por em evidência [...] é como se justapõe, dentro do mesmo tipo de homens, *dois princípios antagônicos de orientação da conduta ambos com iguais possibilidades de serem seguidos como válidos: um, imposto pelos quadros com ativos da lei e do direito, [...] outro, alicerçado na força do costume e tácita mente observado pela população em geral* (FRANCO, 1969, p. 127).

Avançando a partir dessas construções, a autora propõe que a primeira face da inadequação da oposição entre 'arcaico' e 'moderno' para o desenvolvimento brasileiro se dá na constituição de uma configuração histórica específica do Estado. A autora explicita que o modelo geral, tomado das interpretações clássicas dos processos de modernização, propõe que “o desenvolvimento do modo capitalista de produção e a ordem social burguesa conduziram a uma dissociação muito nítida entre a coisa pública e os negócios privados, com isto firmando-se, no campo político, o conceito liberal de Estado e na área administrativa os princípios da organização burocrática” (FRANCO, 1969, p. 144). No caso brasileiro, contudo, uma vez que o desenvolvimento do aparato estatal aparece inserido num contexto de imbricada relação com a



dominação pessoal, “os elementos que poderiam ser referidos *as estruturas ‘arcaicas’ ou ‘modernas’ constituem na verdade o mesmo conjunto*: a existência de funcionários que detinhamos meios da administração e realizavam amadoristicamente suas funções, a informalidade das práticas administrativas aparecem entrosadas à remodelação do aparelho governamental, à afirmação da soberania do Estado, à intenção convertê-lo num instrumento de controle indireto das oportunidades de exploração econômica” (FRANCO, 1969, p. 145).

A outra face da inadequação da oposição entre 'arcaico', 'tradicional' e 'irracional' e 'moderno' para o desenvolvimento brasileiro se dá na constituição da configuração histórica específica do desenvolvimento econômico inserido num contexto de capitalismo mercantil. Franco aponta que traços 'arcaicos' foram necessários à integração econômica brasileira aos mercados internacionais. Na produção mercantil do café os traços 'tradicionalistas' foram redefinidos em seu significado, permanecendo sua forma. A necessidade de rápido escoamento da produção e a inserção do café brasileiro no mercado internacional como um produto para o consumo de massa com baixo custo a um só tempo eram favorecidas pelas condições 'tradicionalistas' de produção, como também, inviabilizavam uma 'racionalização' da produção (cf. FRANCO, 1969, p. 163-187 e p. 213-227). Assim, enquanto conjunto, os elementos tradicionais só podem ser entendidos no contexto da produção capitalista. Há, nesse sentido, uma continuidade entre o 'velho' e o 'novo'. Novamente, “as estruturas ‘arcaicas’ ou ‘modernas’ constituem na verdade o mesmo conjunto”.

Assim, num movimento que avança na interpretação de conceitos clássicos, a autora consegue, também, propor importantes elementos teóricos para interpretação do desenvolvimento da sociedade brasileira. Opondo-se às “largas generalizações que tomam o sistema capitalista plenamente constituído como paradigma das análises sobre sociedades subdesenvolvidas”, a autora defende que tais generalizações “não apenas liquidam com todo o

‘sentido histórico’ como também se ressentem, simplesmente, de uma falta de informação histórica” (FRANCO, 1970, p. 83). Nesse sentido, argumentando que o conceito de tradição apresenta potencial heurístico quando pensado nas implicações da cristalização de padrões éticos em formas de conduta (cf. FRANCO, 1970, p. 113-119 e FRANCO, 1972), Maria Sylvia expõe um arcabouço conceitual que alarga a teoria no sentido de buscar uma representação teórica mais adequada para compreender que arcaico e moderno não aparecem como etapas estanques do desenvolvimento econômico, mas, antes, como duas partes do mesmo processo, uma forma específica entre outras possíveis de desenvolvimento do capitalismo.

### Referências Bibliográficas

- ARON, R. *As etapas do pensamento sociológico*. 6. ed. São Paulo : Martins Fontes, 2002;
- BENDIX, R. *Max Weber: intellectual portrait*. London, New York : Routledge, 1998;
- COHN, G. *Petróleo e nacionalismo*. São Paulo : Difusão Europeia do Livro, 1968;
- COHEN, J. HAZELRIGG, L. POPE, W. “De-Parsonizing Weber: A critique of Parsons’ interpretation of Weber’s sociology”. *American Sociological Review*, Washington, Vol. 40, No. 5, 1975;
- FAORO, R. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. Porto Alegre : Globo, 1958;
- \_\_\_\_\_. *Machado de Assis: a pirâmide e o trapézio*. São Paulo : Cia. Ed. Nacional, 1974;
- FERNANDES, F. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo : Cia. Ed. Nacional, 1959;
- \_\_\_\_\_. *Ensaio de sociologia geral e aplicada*. São Paulo : Pioneira, 1960;
- \_\_\_\_\_. “Economia e sociedade no Brasil”. In: *Sociologia numa era de revolução social*. São Paulo: Editora Nacional, 1963;
- \_\_\_\_\_. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro : Zahar, 1975,
- FRANCO, M. S. de C. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. São Paulo : IEB-USP, 1969;



- \_\_\_\_. *O Moderno e suas Diferenças*. Tese de Livre Docência. Universidade de São Paulo, 1970;
- \_\_\_\_. “Sobre o conceito de tradição”. *Cadernos CERU*, São Paulo, v. 5, 1972;
- \_\_\_\_. “As ideias estão no lugar”. *Cadernos de Debates*, São Paulo, n.1, 1976;
- \_\_\_\_. “Entrevista com Maria Sylvia de Carvalho Franco”. *Trans/Form/Ação, Marília*, v. 4, 1981;
- \_\_\_\_. *Memorial acadêmico de Maria Sylvia de Carvalho Franco*. São Paulo. Concurso público para Professora Titular. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1988 (Mimeo);
- LOPES, J. *Crise do Brasil Arcaico*. São Paulo : Difusão Europeia do Livro, 1967;
- SCHWARTZMAN, S. *São Paulo e o Estado nacional*. São Paulo : Difusão Europeia do Livro, 1975;
- URICOECHEA, F. *O minotauro imperial*. São Paulo :Difusão Europeia do Livro, 1978.



## Trabalho e modernidade na institucionalização e internacionalização da sociologia do trabalho francesa e brasileira nos anos 1950/1960

RICARDO COLTURATO FESTI<sup>1</sup>

### Resumo

O objetivo principal será analisar a criação e institucionalização da primeira “escola” de sociologia do trabalho no Brasil, desenvolvida nos anos 1950/60 na USP com os estudos de Juarez B. Lopes, Azis Simão, Leôncio M. Rodrigues, Luiz Pereira e Fernando H. Cardoso. Esta geração, responsável por criar o *Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho* (CESIT), manteve um fortíssimo diálogo com a “escola” francesa, representada por figuras como G. Friedmann, A. Touraine, P. Naville e J-D. Reynaud. O desenvolvimento deste novo domínio no Brasil esteve umbilicalmente relacionado com o processo de criação de uma comunidade acadêmica internacional que impulsionou, na América Latina, a uma expansão dos cursos e a uma maior profissionalização das ciências sociais. Através de pesquisas em arquivos na França e no Brasil, de entrevistas com intelectuais e de análises comparadas entre as obras em questão, buscar-se-á problematizar a produção desta geração de sociólogos e as suas teorizações sobre a “modernização” da sociedade ocidental, ressaltando as diferenças e as aproximações explicativas entre o centro e a periferia.

**Palavras-chave:** Sociologia do Trabalho, Pensamento Social, Modernidade.

A sociologia do trabalho brasileira ainda carece de uma obra capaz de reconstruir e analisar, com o rigor científico e analítico, a sua história<sup>2</sup>. O que existe hoje é um conjunto de trabalhos, teses, artigos, ensaios ou relatos de protagonistas e discípulos que visa explorar determinados aspectos dessa empreitada, acabando por ressaltar os projetos científicos de um único

---

<sup>1</sup>Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia do IFCH/UNICAMP; orientado pelo Prof. Dr. Ricardo Antunes; E-mail: ricardofesti@gmail.com.

<sup>2</sup>Este texto apresenta algumas das conclusões parciais de nossa pesquisa de doutorado, desenvolvida no PPGSIFCH/Unicamp, com estágio na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS, Paris, 2015–2017), financiada pela CAPES, sob orientação do Prof. Dr. Ricardo Antunes. Agradecemos a Profa. Dra. Liliana Segnini (FE/Unicamp) e a Profa. Dra. Lucie Tanguy (CRESPPA-CNRS) pelas críticas e sugestões dadas a nossa pesquisa.

sociólogo ou de um grupo de sociólogos<sup>3</sup>. Nesses estudos, a chamada “escola paulista de sociologia” recebeu um destaque especial, apresentada como uma das precursoras da sociologia industrial e do trabalho no Brasil. Em parte, isso se explica pelo fato de que as pesquisas produzidas na Universidade de São Paulo, ao longo dos anos 1950 e 1960, foram parte de um projeto político-acadêmico o qual proporcionou o primeiro ensaio de institucionalização deste novo domínio em nosso país.

Os poucos trabalhos que abordam o desenvolvimento da sociologia do trabalho no Brasil são mais sociológicos que históricos. Suas pesquisas concentram-se nas análises das obras e das categorias formuladas pelos seus autores, predominando, muitas vezes, o estudo de exegese de texto ou a análise comparativa das teses e das “escolas”. Em alguns casos, quando diferentes “tradições” são comparadas, ressalta-se mais os confrontos político-teóricos e as disputas acadêmicas que as articulações entre os seus membros na busca de constituir um campo comum de trabalho<sup>4</sup>. Isso ocorre, pois raríssimos são os estudos que priorizam a análise das instituições envolvidas na construção desse novo domínio das ciências sociais, aspecto que conduziria os pesquisadores a um rigoroso e necessário trabalho nos arquivos<sup>5</sup>. Acreditamos, portanto, que, ao inseri-los em suas rotinas de

---

<sup>3</sup> Alguns exemplos de artigos e teses nesse sentido são de Romão (2003, 2006), Cândido (2002), Guimarães e Leite (1994) e Leite et al. (2012).

<sup>4</sup> É muito comum os trabalhos ressaltarem as disputas ocorridas entre as Cadeiras de Sociologia I, gerida por Florestan Fernandes, e II, por Fernando de Azevedo; ou então as disputas entre a “sociologia paulista/uspiana” e a “sociologia carioca”, em particular o rompimento público ocorrido entre F. de Azevedo e L. A. Costa Pinto por causa das questões políticas e financeiras que envolveram a criação do *Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais* (CLAPCS), estabelecido na cidade do Rio de Janeiro. Sobre a construção de um campo comum – de pesquisa, divulgação e socialização dos resultados –, devemos destacar os congressos e seminários realizados nesse período, assim como as publicações de livros e revistas – ainda que no Brasil não tenha surgido um periódico especializado em sociologia do trabalho como na França.

<sup>5</sup> Uma das causas que explica as dificuldades do cientista social em pesquisar nos arquivos está relacionada ao déficit existente em sua formação, fruto do processo de especialização que sofreram as ciências humanas ao longo do século passado, criando-se, dessa forma, rígidos campos e metodologias para cada disciplina. Desse processo, surge a ideia de que a pesquisa em arquivos é um *métier*, por excelência, dos historiadores. Acreditamos que sociologia e a história teriam muito a ganhar se esta orientação de Fernand Braudel fosse



pesquisas, os cientistas sociais teriam melhores condições não apenas de compreenderem os produtos culturais finais dessa geração de intelectuais, como, e principalmente, analisarem as condições sociais e institucionais nas quais as suas pesquisas foram realizadas.

Longe da pretensão de apresentar uma reflexão completa sobre a história da sociologia do trabalho, tarefa árdua e que demanda um futuro projeto coletivo, este texto busca fazer um pequeno aporte a esta história, apontando alguns fatos e questões que consideramos importantes para explicar o surgimento e o desenvolvimento da sociologia do trabalho brasileira, ressaltando, sobretudo, as relações estabelecidas entre a “escola uspiana” e a “escola francesa”. Sobre esta, nos referimos ao grupo que se desenvolveu a partir dos estudos e das pesquisas de Georges Friedmann e, posteriormente, Alain Touraine. No caso brasileiro, entendemos por “sociologia do trabalho uspiana” os estudos que foram realizados por um heterogêneo grupo de cientistas sociais compostos por Mário Wagner Vieira da Cunha, Juarez Brandão Lopes, Azis Simão e os principais colaboradores da Cadeira de Sociologia I, regida por Florestan Fernandes, em particular Fernando Henrique Cardoso e Leôncio Martins Rodrigues.

### **A importância dos arquivos para o pensamento social**

Como aponta Pierre Bourdieu (2007), a análise de qualquer “escola sociológica” deve levar em consideração três aspectos. Primeiro, a dificuldade de reconstruir todo o processo científico de cada pesquisador e de ler e analisar todas as obras, pois o material produzido é imenso. Segundo, o fato de que esta análise depende de documentos (arquivos, textos) e dos discursos dos cientistas sobre a prática científica. E, por último, deve-se considerar a

---

levada a sério: “Eu gostaria que os jovens sociólogos tomassem, em seus anos de aprendizagem, o tempo necessário para estudar, mesmo no mais modesto depósito de arquivos, a mais simples das questões da história, e que eles tenham, uma vez ao menos, fora dos manuais estéreis, um contato com um *métier* simples, mas que só compreendemos quando o praticamos – como todos os outros *métiers*, sem dúvida” (1962, p. 97 *tradução nossa*).

legitimidade da ciência produzida, sabendo que esta é, a cada momento, um reflexo das lutas ocorridas no mundo social e no seio do mundo da ciência.

Jean-Michel Chapoulie(2001)defende que uma história da sociologia não deve ser uma simples história das ideias, mas uma história das instituições, de seus agentes e dos frutos de seus trabalhos, pois as ideias não são independentes deste plano de fundo. Perspectiva semelhanteencontramos em Lucie Tanguy (2011). Segundo a autora, para uma história da ciência, em particular da sociologia do trabalho, é fundamental uma análise das condições sociais, institucionais e políticas em que esses trabalhos foram efetuados. Portanto, uma verdadeira história deveria descrever o conjunto do meio social concernente, as figuras célebres e os participantes que ficaram nas sombras, as condições de trabalho e de carreira, as instituições nas quais evoluíram, a organização das pesquisas e sua valorização, o público, os financiamentos, entre outros elementos.

Realizar uma análise sócio-histórica da sociologia do trabalho brasileira das décadas de 1950 e 1960, particularmente aquela produzida na USP, coloca-nos diante de algumas dificuldades metodológicas importantes, principalmente no que diz respeito às *narrativas de protagonistas* que se consolidaram como *verdades* e se reproduziram como  *fatos* na maioria dos trabalhos sobre o tema. Aqui vale a ressalva de Sergio Miceli sobre a mesma questão que seu grupo de pesquisa se deparou:

fomos nos inteirando das representações e hierarquizações com que também os cientistas sociais buscam (re)construir o passado de seus antecessores como parte de seu presente, selecionando mentores, patronos e heróis intelectuais e políticos, firmando reputações e nulidades, estabelecendo filiações, parentescos e linhas de influência, celebrando alianças, rompendo coalizões, num trabalho sistemático de ordenamento e racionalização que cada geração de produtores procura refazer como que tentando moldar a sua própria posição e firmar o valor de sua contribuição para história intelectual de que se sente e se veem como participantes. (MICELI *et al.*, 1989, p. 8)



Não podemos nos alongar sobre essa importante advertência metodológica e as suas implicações sobre os resultados das pesquisas no campo do pensamento social ou da sociologia das ideias. Porém, seguindo a mesma preocupação de Miceli, vale destacar e indagar uma das *narrativas* predominantes, nas obras sobre o tema, quando se trata de explicar o surgimento da sociologia do trabalho no Brasil. Segundo as palavras de um de seus protagonistas, Fernando Henrique Cardoso,

o Fernando de Azevedo trouxe para o Brasil um outro francês que era o patron do Touraine, que era professor do Conservatoire des Arts et Métiers, na França. Friedman, Georges Friedmann. Este homem estava desenvolvendo a sociologia do trabalho, que era novidade. Então, ele veio para cá e ocorre que nessa época meu pai era candidato a deputado, e eu tinha automóvel e falava francês. Então, isso me credenciou a ciceronear o Friedmann. E eu fui mostrar São Paulo a ele em época de eleição [...] Então, o Friedmann conversou muito comigo e ele tinha lançado, junto com o Fernando de Azevedo, a ideia de fazer um centro de sociologia do trabalho, e ele disse lá que eu devia ser o diretor do centro. (CARDOSO, 2012)

Esta versão é reforçada por Leôncio Martins Rodrigues:

o Florestan Fernandes me convidou para integrar um grupo de trabalho que tinha sido criado pelo Fernando Henrique, uma coisa chamada Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho [CESIT] (...) Veio aqui o Touraine... Antes, passou o Friedmann aqui, que, se não me engano, tinha sido catedrático do Touraine, na hierarquia francesa, mutatis mutandis. O Friedmann tinha escrito aquele livro O trabalho em migalhas, Le travail en miettes, além de outros. Depois veio o Touraine aqui e fez uma série de conferências sobre organização do trabalho e incentivou a formação do CESIT, o Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho, que ficou sob a direção do Fernando Henrique. Eu não era formado, portanto, como professor eu não poderia ser contratado, mas poderia ser como auxiliar de pesquisa, e eu fui como auxiliar de pesquisa para o CESIT. (RODRIGUES, 2010)

Essas e outras narrativas<sup>6</sup> acabaram por colocar o *Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho*, criado em 1961, como precursor da sociologia do trabalho no Brasil e a destacar e sobrevalorizar o papel de algumas figuras, em detrimento de outros personagens e grupos que vinham, desde o início dos anos 1950, produzindo pesquisas sobre o mundo industrial e do trabalho<sup>7</sup>. Ainda segundo essa narrativa, a sociologia do trabalho no Brasil teria surgido quando Friedmann e, em seguida, Touraine visitaram a USP e conheceram o jovem Fernando Henrique Cardoso que teria se destacado pois, na época, tinha a sorte de ter um carro e de falar bem o francês.

É verdade que Friedmann, o “pai” da sociologia do trabalho na França, se impressionou, logo em sua primeira visita em 1958, com todo o grupo de jovens sociólogos da USP, em particular Cardoso. Entretanto, seria ingenuidade considerar que o “patron” da sociologia francesa nos anos 1950 teria se impressionado com um bom francês e com uma carona que o levou para conhecer as zonas industriais de São Paulo. O que podemos concluir, após nossa análise nos arquivos, é que Friedmann se animara em conhecer uma geração de jovens sociólogos que há quase uma década se debruçava sobre o problema da industrialização e, em particular, a construir uma sociologia capaz de intervir na realidade em plena transformação<sup>8</sup>. Sua

---

<sup>6</sup> Semelhante narrativa foi apresentada por Alain Touraine nas entrevistas que concedeu a nós, em fevereiro de 2017, e a José Sergio Leite Lopes (2013), em 1994.

<sup>7</sup> Aqui cabe destacar os trabalhos realizados por Mário Wagner Vieira da Cunha, Juarez Brandão Lopes e Azis Simão. Por limitação de espaço, não podemos apresentar uma análise sobre as obras desses importantes autores para a sociologia do trabalho brasileira.

<sup>8</sup> Fernando Henrique Cardoso era, no grupo de Florestan, o que melhor dominava o debate sobre a industrialização capitalista. Diplomado Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela USP em 1952, especializou-se em Sociologia (1953) com uma monografia sobre “o processo de industrialização em São Paulo”. No último ano da graduação, foi contratado para Serviços Técnicos no Instituto de Administração da FEA-USP, tornando-se, em seguida, Assistente da Cadeira de História Econômica Geral e do Brasil (1952-1953). Em 1953, tornou-se Auxiliar de Ensino da Cadeira de Sociologia I e, no ano seguinte, quando Florestan substituiu Roger Bastide, foi promovido para Primeiro Assistente (1955-1961). Na segunda metade dos anos 1950, dedicou-se aos estudos sobre relações étnico-raciais, defendendo uma tese de doutorado sobre o tema em 1961. Após esta temática, retornou à sua preocupação sobre a industrialização nos países periféricos (Conf. Processo no. 51.1.11656.1.0, Contrato Autárquico, Arquivo Geral da USP). Talvez, Friedmann tenha visto em Cardoso a mesma energia juvenil e potencialidade acadêmica que encontrara em Touraine uma década antes.



empolgação em conhecer a América Latina foi tamanha que ele publicou dois pequenos livros sobre a região para o público francófono (FRIEDMANN, 1959a, 1961). Portanto, Friedmann se deparou com um grupo de intelectuais brasileiros que expressava a mesma preocupação que os franceses: o processo de modernização da sociedade.

A nossa pesquisa também permitiu descobrir que esse encontro de 1958, ocorrido na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, na rua Maria Antônia, foi reflexo de um longo processo de relações acadêmico-pessoais que culminou, no final dos anos 1950, na consolidação de uma comunidade científica internacional. Friedmann e os sociólogos da USP vinham alimentando relações desde a fundação da *Associação Internacional de Sociologia* (ISA), aprofundando-as com a criação da *FLACSO* e a *CLAPCS*, contando com volumosos incentivos financeiros e políticos de organizações internacionais, tais como a UNESCO.

### **A consolidação de uma comunidade acadêmica internacional<sup>9</sup>**

Ao longo de quase três décadas após o término da Segunda Guerra Mundial, o mundo acadêmico assistiu a um de seus mais importantes processos de expansão e de consolidação de intercâmbios de pessoas e de pesquisas no âmbito internacional. Contribuíram, para esse propósito, numerosas organizações nacionais e internacionais (tais como a ONU, a UNESCO, a OEA e a OCDE) e fundações filantrópicas norte-americanas (em particular, a Ford e a Rockefeller), assim como ajudas financeiras específicas a determinadas regiões (como foi o caso do Plano Marshall), encorajando e financiando o ensino e a pesquisa em ciências sociais nos países centrais e

---

<sup>9</sup> Optamos por utilizar a expressão “comunidade acadêmica/científica”, contudo, não no sentido que Merton e outros funcionalistas deram a ela, ou seja, a de “ciência pura”, perfeitamente autônoma, que se desenvolve seguindo uma lógica interna. Estamos mais próximos da ideia de “campo” de Bourdieu, ressaltando a conflitividade entre os cientistas e o fato deles não serem um grupo homogêneo e unificados pelo “bem da ciência” (BOURDIEU, 2007).



periféricos. Essas ações eram parte da dinâmica que consolidou, no mundo ocidental, a sociedade capitalista hegemônica pelo taylorismo-fordismo, pela produção e o consumo em massa, pelo planejamento e o intervencionismo estatal, produzindo, dessa forma, novas exigências de conhecimentos técnico-científicos por parte da força de trabalho e dos agentes promotores das mudanças.

Na França, por exemplo, o renascimento da sociologia, no período pós-guerras, deu-se a partir do reencontro entre as políticas modernistas e os empreendimentos intelectuais mobilizados para esse fim (TANGUY, 2011). A consequência disso foi uma alteração do papel das universidades e dos intelectuais (ou *experts*) na sociedade. Por um lado, a sociedade capitalista passou a exigir uma força de trabalho melhor qualificada, principalmente entre aqueles que ocupavam os postos de gestão, como os *cadres* ou os *managers*. Por outro, o conhecimento científico tornou-se ainda mais instrumental, buscando-se resoluções rápidas para os problemas sociais e técnicos vigentes. O resultado foi que esse novo acadêmico distanciou-se tanto do catedrático, conservador e isolado da sociedade, como do intelectual “sartriano”, engajado na crítica à sociedade. Surgiu, portanto, incentivado pelas políticas modernizadoras do período da “reconstrução”, um intelectual que objetivava contribuir com a modernização capitalista, mesmo que assumisse uma postura crítica.

A confluência desse novo projeto político-acadêmico com a tradição durkheimiana, na França, e a estrutural-funcionalista, nos EUA, favoreceu a predominância do método de investigação empírico e um modelo que parecia mais com as ciências da natureza que com as disciplinas da cultura. Essa perspectiva já tinha sido anunciada por Georges Gurvitch<sup>10</sup>, logo após a

---

<sup>10</sup> Gurvitch nasceu em 1894, na Rússia, construindo a sua carreira acadêmica na França. Em 1935, substituiu Maurice Halbwachs na Universidade de Strasbourg, bastião da Escola dos *Annales*. Durante a Segunda Guerra Mundial, exilou-se em Nova York, onde participou da construção de uma Escola Livre de Estudos Avançados junto a Claude Lévi-Strauss e outros refugiados franceses. De volta à França, foi um dos responsáveis pela reorganização da



Libertação da França, em um artigo-programa publicado no primeiro número da revista *Cahiers internationaux de sociologie*:

Nos parece igualmente certo que a sociologia vai concentrar os seus esforços não mais em preferências sobre o passado da sociedade, nem mesmo sobre estruturas e situações sociais já cristalizadas, mas sobre a sociedade presente, no curso de seu movimento, em seu estado de luta, de efervescência e de criação. O enorme trabalho descritivo fornecido pela sociologia americana mostrou o caminho a seguir, ainda que tenha necessidade, para usufruir de todos os seus frutos ou mesmo para se tornar utilizável, de ser assentada sobre esquemas conceituais mais claros, mais refinados e mais flexíveis, tais como os que fazem a força do pensamento sociológico francês. (GURVITCH, 1946, p. 7-8, tradução nossa)

A sociologia brasileira, em especial a sociologia uspiana, que contou com forte influência francesa desde a criação da universidade, também buscava a consolidação desse projeto por meio de pesquisas e reflexões realizadas ao longo dos anos 1950. Um espaço privilegiado para isso, que serviu de formação e de experimentação às novas gerações por meio de pesquisas empíricas, foram os cursos de *Sociologia Aplicada* para os alunos do quarto ano de Ciências Sociais, a cargo de Florestan Fernandes, após o retorno de Roger Bastide para a França, em 1954.

Segundo Florestan, em texto publicado em 1958<sup>11</sup>, o desmembramento da antiga ordem social brasileira – rural, escravocrata, senhorial, tradicional, etc. – permitiu o surgimento e o desenvolvimento da sociedade moderna – ou seja, urbana e industrial – e, conseqüentemente, a proliferação, pela primeira vez, do pensamento e da ação racional. A cidade de São Paulo, por representar o centro dinâmico da industrialização no Brasil, teria sido a primeira a desenvolver essa nova mentalidade. Entretanto, a evolução desse

---

sociologia, ao lado de Friedmann. Em 1947 e 1948, foi contratado para a Cadeira de Política da FFCL-USP. De volta à França, tornou-se professor da Sorbonne e da recém-criada *École Pratique des Hautes Études, VI<sup>e</sup> Section*.

<sup>11</sup> Trata-se de “Ciência e sociedade na evolução social do Brasil”, publicado, originalmente, pela *Revista Brasiliense*, no.6 de julho-agosto de 1956, e Republicado em Florestan (1977).

pensamento racional não teria eliminado a influência do irracionalismo sobre a vida cotidiana dos indivíduos. “A magia de origem folclórica continua a existir e a ser praticada, crenças religiosas ou mágico-religiosas, que apelam para o misticismo ou para valores exóticos, encontram campo propício para desenvolvimento graças às inseguranças subjetivas, desencadeadas pelas incertezas morais e ficções sociais do mundo urbano”(FERNANDES, 1977, p. 22). Portanto, estaria nas novas instituições desenvolvidas no contexto das políticas modernizantes do nacional-desenvolvimentismo dos anos 1950 e 1960, o lugar privilegiado de aplicação das novas técnicas racionais de intervenção sobre os problemas das cidades. Estas receberiam a ajuda dos planejadores e do conhecimento produzido na universidade pública.

Em conferência proferida na *Escola de Sociologia e Política de São Paulo*, em outubro de 1955, Florestan assim definiu os níveis de utilização plena da pesquisa sociológica:

em face do alcance desse desenvolvimento, a sociologia poderá ter certa importância tanto prática quanto educativa. Existem três níveis que poderão refletir de modo mais intenso tais efeitos: a) esfera da concepção racional do mundo; b) esfera da integração da teoria científica (inclusive: relações de teoria e aplicação; síntese dos resultados de investigação, etc.); c) **esfera da intervenção prática, orientada racionalmente (ligações da sociologia aplicada e da pesquisa sociológica com o comportamento humano, com a solução racional dos problemas e tensões sociais e com o planejamento experimental)**. Só nessas condições se poderia falar na existência de condições para organizar a pesquisa sociológica em escala adequada, tendo em vista as necessidades teóricas e práticas que podem justificar o recurso a essa modalidade científica da pesquisa fundamental.<sup>12</sup> (grifos nossos)

Nesse contexto de avanços da “modernização”, ou seja, da industrialização e da urbanização das sociedades europeias e latino-

---

<sup>12</sup> Intitulada “A função da pesquisa sociológica no mundo moderno”, a conferência foi organizada pelo grêmio dos estudantes desta faculdade, entre 20 e 27 de outubro de 1955. Conf. referência 02.06.7966, *Fundo Florestan Fernandes, Acervo Coleções Especiais UFSCAR/BCo*, São Carlos.



americanas, a sociologia industrial – posteriormente, sociologia do trabalho – era, nas palavras de Touraine, sinônimo de sociologia<sup>13</sup>. Na França, seu desenvolvimento se deu sob a tensão entre a concretização de um projeto político-acadêmico e a necessidade de responder criticamente às novas demandas advindas tanto do movimento sindical quanto das transformações produzidas pelo mundo industrial taylorista-fordista. No caso do Brasil, os sociólogos se deparavam com o projeto nacional-desenvolvimentista, a “revolução democrática” e a superação dos elementos arcaicos da sociedade.

Os incentivos financeiros e políticos advindos dos organismos nacionais e internacionais e das fundações filantrópicas permitiram a consolidação de novas e modernas instituições de pesquisa e ensino. Foi o caso, na França, do *Centre d’Etudes Sociologiques* (CES) e do *Institut des Sciences Sociales du Travail* (ISST), duas instituições importantes ao longo dos anos 1950 e 1960 para o desenvolvimento da sociologia do trabalho naquele país (TANGUY, 2011). No Brasil, a Cadeira de Sociologia I, após seu contato com os franceses, buscou consolidar um laboratório de pesquisa semelhante ao que se fazia nos países centrais com a criação do *CESIT* em 1961, experiência inovadora que contou com verba pública e privada<sup>14</sup>.

Por fim, também foi importante, para a consolidação dessa comunidade acadêmica internacional, os incentivos dados para a criação de associações profissionais e científicas, como a *Associação Internacional de Sociologia* (ISA) e a *Sociedade Brasileira de Sociologia*, criadas, respectivamente, em 1949 e

---

<sup>13</sup> Conf. entrevista de Touraine concedida ao autor, o projeto político desta geração dos anos 1950/60 se filiava ao espectro da social-democracia. Os *Trinta Gloriosos* eram, essencialmente, a expressão máxima da sociedade industrial democrática e, nesse sentido, a sociologia só poderia ser uma sociologia do trabalho, pois o trabalho era o fator fundamental de explicação da sociedade. No programa fundador da revista *Sociologia du Travail*, encontramos em seu primeiro artigo-programa, escrito por Friedmann, a defesa de uma sociologia do trabalho que não se resumisse às questões propriamente do mundo laboral, mas buscasse a produção de análises e explicações totalizante (FRIEDMANN, 1959b).

<sup>14</sup> Para a sua criação em 1961, o CESIT contou com uma significativa doação financeira da Confederação Nacional da Indústria (CNI), transação mediada por Fernando Henrique Cardoso.



1951<sup>15</sup>. Assim, a circulação das ideias e dos intelectuais passaram a contar com uma rede internacional estabelecida por meio dessas instituições e associações, além dos intercâmbios e missões técnicas ou acadêmicas, bemcomo as revistas, os congressos e os seminários acadêmicos internacionais.

Podemos verificar os impactos dessa política na progressão do número de participantes e de países representados nos quatro primeiros Congressos Mundiais da ISA, ocorridos na década de 1950, conforme tabela abaixo:

**Participação nos Congressos Mundiais de Sociologia, em total de participantes e países representados, entre 1949 e 1959.**

Ano	Congresso	Cidade (país)	P	R
1949	Congresso Constitutivo	Oslo (Noruega)	24	21
1950	I Congresso	Zurich (Luxemburgo)	124	30
1953	II Congresso	Liège (Belgica)	281	34
1956	III Congresso	Amsterdã (Holanda)	524	54
1959	IV Congresso	Milão e Stresa (Itália)	980	50

*Fonte: Atas dos Congressos Mundiais de Sociologia, ISA, 1959, 1950, 1953, 1956 e 1959.*

Acervo da BnF, França.

**P** = Total de participantes.

**R** = Total de países representados.

Diferente do que aconteceu na UNESCO<sup>16</sup>, durante os anos 1950, a participação e a influência dos latino-americanos nos Congressos da ISA

<sup>15</sup> O processo de criação da ISA (Congresso Constitutivo em 1949, I Congresso Mundial em 1950) impulsionou uma intensa correspondência entre o Comitê Provisório votado em 1949, os membros do que seria o Departamento de Ciências Sociais da UNESCO e os vários intelectuais espalhados pelo mundo. Algumas dessas cartas chegaram a São Paulo, o que incitou o “grupo paulista” a reanimar uma Sociedade Paulista de Sociologia, alterando o seu nome para uma representação mais ampla, dando origem a Sociedade Brasileira de Sociologia, entidade filiada a ISA e representante desta no Brasil (Conf. Arquivos da UNESCO, Paris; Arquivos de Florestan Fernandes, Ufscar; Arquivos de Fernando de Azevedo, IEB-USP).

<sup>16</sup> Nos primeiros anos de funcionamento da UNESCO, a América Latina tinha uma expressiva representação em seus órgãos diretivos. Isso se explica, pois, nesses primeiros anos, com a ausência dos países africanos e asiáticos, a região representava um terço dos Estados-membros, o que lhe dava força política dentro da organização. Esta foi a razão para que o seu primeiro Diretor Geral tenha sido o mexicano Jaime Torres Bodet (1949–1952). O Brasil, em particular, contava também com uma representação que lhe destacava no interior do organismo, em particular com a atuação de Paulo E. de Berredo Carneiro, delegado permanente e membro do Comitê Executivo entre 1949 e 1962, e do antropólogo Arthur Ramos, primeiro diretor do Departamento de Ciências Sociais, criado em 1949, e idealizador

foram bem menor que a europeia e a norte-americana. No entanto, esse fator não diminuiu a importância desta associação enquanto espaço político-acadêmico que possibilitava criar e aprofundar as relações entre EUA-Europa e entre Norte-Sul do mundo ocidental. No caso específico dos latino-americanos, se a sua participação era quase ínfima nos congressos internacionais – e isso se justificava, essencialmente, pelos encargos financeiros que as viagens representavam –, o contrário ocorria no âmbito da diretoria da ISA. A presença permanente de latino-americanos e, em especial, de brasileiros em todas as diretorias eleitas nos anos 1950 comprova a importância política e acadêmica desta região no desenvolvimento do campo das ciências sociais<sup>17</sup>. Dois brasileiros, em especial, tiveram destaque na promulgação desta relação no âmbito das associações internacionais e regionais: Fernando de Azevedo e Luiz de Aguiar Costa Pinto.

Portanto, é de supor que a atuação dos brasileiros nos congressos internacionais e nas diretorias da ISA, nos espaços da UNESCO e de outros organismos internacionais lhes permitiu estreitar laços com seus pares de outras nacionalidades. Essa tese é confirmada pela farta correspondência entre brasileiros e intelectuais de outras nacionalidades encontrada nos arquivos pesquisados por nós. Desta forma, a relação de Friedmann com os sociólogos da USP teve início nos fóruns internacionais<sup>18</sup>, mas foi via Fernando de Azevedo, catedrático da Cadeira de Sociologia II da USP, e da recém criada CAPES<sup>19</sup>, chefiada por Anísio Teixeira, que a articulação da

---

da famosa pesquisa internacional sobre relações étnico-raciais. Os dois foram figuras-chaves para o desenvolvimento das ciências sociais no Brasil.

<sup>17</sup> Nos quatro primeiros Congressos da ISA, sempre houve uma delegação brasileira, mesmo que ela fosse pequena. Fernando de Azevedo foi Vice-Presidente da ISA entre 1950 e 1952, assumindo a responsabilidade de Presidente após a morte de quem ocupava este cargo. L.A. Costa Pinto foi membro do Comitê Executivo (1953-1956) e Vice-Presidente (1956-1959).

<sup>18</sup> Friedmann exerceu na ISA os cargos de Presidente (1956-1959) e de membro do Comitê Executivo (1959-1962), mesmo período que foi criado na América do Sul a FLACSO e a CLAPCS, onde o francês foi Presidente da primeira (1958-1964).

<sup>19</sup> A Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (atual CAPES) foi criada em 11 de julho de 1951 e tinha como uma de suas funções “a Campanha deu início a um duplo programa de emergência, compreendendo a assistência técnica às Universidades, mediante o contrato de professores estrangeiros e o preenchimento das lacunas mais

vinda do francês ao Brasil foi costurada, com o objetivo de aportar no desenvolvimento da sociologia industrial.

Em nenhum artigo ou tese sobre o desenvolvimento da sociologia do trabalho no Brasil o nome de Anísio Teixeira é mencionado como importante articulador, junto a Fernando de Azevedo, da vinda de Friedmann ao Brasil. No entanto, as cartas que encontramos nos arquivos nos confirmam que desde 1954 havia o convite para que o francês viesse ministrar uma palestra na USP sobre sociologia industrial. Friedmann demonstra nas cartas grande interesse em conhecer o nosso país, no entanto, seus planos são sempre adiados por excesso de trabalho<sup>20</sup>. A primeira visita ocorreu somente no final de 1957, quando pôde fazer uma escala de quatro dias no Rio de Janeiro e se encontrar com Teixeira. No ano seguinte, finalmente concretizou-se o plano com as palestras e o seminário ministrados em São Paulo, conforme descrevemos anteriormente. Desde o início, conforme atestam a correspondência, o objetivo era estabelecer uma colaboração de pesquisa e formação entre o *Centre d'Etudes Sociologiques* e a FFCL-USP<sup>21</sup>.

Os temas que pautaram os congressos mundiais da ISA refletiram os debates e as pesquisas que vinham sendo desenvolvidos nos principais polos de produção das ciências sociais, fundamentalmente nos EUA e na Europa Ocidental. Uma reflexão presente em todos os congressos era sobre a capacidade da sociologia em intervir no processo de transformação social em curso. Evidentemente que esta problemática estava indissociável da nova

---

instantes do nosso quadro técnico-científico, mediante o aperfeiçoamento no estrangeiro” (Conf. AT pi Capes 1952/1964.00.00, Arquivo Anísio Teixeira, Arquivo FGV-CPDOC).

<sup>20</sup> Conf. Carta de Georges Friedmann a Fernando de Azevedo, de 23 de outubro de 1954, o francês confirma ter recebido carta de Anísio Teixeira, convidando-o para ministrar um curso na USP no ano seguinte: “Je suis très touché de cette invitation et serais heureux, en principe, de faire un séjour au Brésil. J’ai dit à Monsieur Teixeiras que, dès que j’aurai rassemblé les informations nécessaires (étant donné les engagements que j’ai déjà pris pour 1955 et, par ailleurs mes obligations professionnelles), je lui donnerai ma réponse » (CP-CX13,14, Arquivo Fernando de Azevedo, Arquivo IEB-USP).

<sup>21</sup> Depois de sua passagem por São Paulo, em 1958, Friedmann ainda se encontrou com Anísio Teixeira, no Rio de Janeiro, para discutirem a colaboração franco-brasileira no domínio da sociologia do trabalho (Conf. Carta de Friedmann à Azevedo, de 3/10/1958: CP-CX13,21/2, Arquivo Fernando de Azevedo, Arquivo IEB-USP).

função social dos cientistas e de sua posição frente às políticas estatais de planificação. A fala de Georges Friedmann, então presidente da ISA, na abertura do IV Congresso Mundial de Sociologia (1959), deixa evidente a concepção de ciência que tal geração buscava produzir. Como muitos outros, ele estava convencido de que a sociologia poderia auxiliar os Estados e as entidades da sociedade civil na prevenção de determinados problemas sociais e na melhor adaptação ao desenvolvimento técnico da sociedade:

A sociologia, estreitamente vinculada as outras ciências sociais, afirma-se cada vez mais como uma necessidade de tomada de consciência da sociedade industrial por ela mesma (...) Ou seja, face ao progresso técnico do qual as ciências da natureza são as infatigáveis promotoras, a sociologia, se fosse melhor equipada e constantemente consultada, poderia, melhor controlando a introdução e a adaptando das coletividades e dos indivíduos, ajudar à encontrar um equilíbrio que ainda não têm em nenhuma parte do mundo. (...) constatamos que a ambição do conhecimento científico se confunde à exigência (ou à nostalgia) da ação. A ação do sociólogo pode ser projetada por ele essencialmente como a transformação militante do meio. Mas ele pode também considerar que sua missão é, antes de tudo, em ajudar o homem na sua adaptação a este novo meio (...) os sociólogos ocidentais contribuem para a transformação, e em todo caso à reforma, do meio social por meio das pesquisas sobre a urbanização, as grandes organizações administrativas, a saúde mental, o sistema hospitalar, as relações raciais, etc. (...) O papel do sociólogo é diferente segundo a coletividade que lhe demanda: uma grande administração pública (ou seja, o Estado), uma empresa industrial, comercial, financeira, uma corporação econômica, um sindicato, uma associação profissional... (FRIEDMANN, 1960, p. 11, 15,16 tradução nossa)

No caso da América Latina, em particular o Brasil, um momento importante desse longo processo de “academização” das ciências sociais foi a realização da *Conferência sobre o ensino de ciências sociais na América Latina*, organizada pela UNESCO, na cidade do Rio de Janeiro, em 1956. Nesse evento, além de aprovarem a criação da *Faculdade Latino-americana de ciências sociais* (FLACSO), com sede em Santiago do Chile, e do *Centro latino-americano de pesquisas em ciências sociais* (CLAPCS), no Rio de

Janeiro, apontaram para a necessidade de produzir pesquisas e ensino que abordassem o mundo industrial e do trabalho: “as universidades da América do Sul deveriam fomentar ativamente as disciplinas designadas com o nome genérico de Relações Industriais ou Relações de Trabalho”<sup>22</sup>.

No caso específico da USP, o mundo industrial e do trabalho foi, progressivamente, ganhando relevância enquanto objeto de pesquisa e temas de eventos acadêmicos ou disciplinas. Podemos mencionar a pioneira pesquisa realizada por Azis Simão e apresentada no I Congresso Brasileiro de Sociologia, sobre o voto operário em São Paulo (SIMÃO, 1955). Em 1955, no curso de “Dinâmica Social”, dado por Azevedo para os alunos dos terceiros anos de ciências sociais, apareceu, pela primeira vez, na bibliografia obrigatória, um artigo de Friedmann<sup>23</sup>. No ano seguinte, no curso de “Sociologia Aplicada”, Cardoso ministrou seminários sobre “Os problemas sociais da sociedade de classe”, que continha uma extensa bibliografia de sociologia industrial norte-americana<sup>24</sup>. Paralelamente, foram registrados vários seminários e palestras dadas por Simão, Juarez Lopes e Cardoso para sindicatos patronais e operários, assim como grandes empresas. Em 1960 e 1961, foram organizados dois cursos na USP sobre sociologia industrial, o primeiro com a presença de Touraine.

Portanto, o surgimento da sociologia do trabalho no Brasil foi um longo processo de consolidação do mundo industrial e do trabalho enquanto tema central de um grupo e uma geração de sociólogos brasileiros e franceses. Além do mais, as pesquisas empíricas buscavam contribuir para o processo de “modernização” da sociedade capitalista ocidental, amenizando os danos que ela produzia sobre os seus membros.

---

<sup>22</sup> Conf. Resolução 24 da Conferência. Arquivos da UNESCO, Paris.

<sup>23</sup> Tratava-se de “Technological change and human relations”, in *The British Journal of Sociology*. III, 2. June 1952. London, pp. 95-116.

<sup>24</sup> Conf. Programas de Cursos da FFCL-USP, de 1949 a 1968, Arquivo da Administração da FFLCH-SP e CAPH.



## Definições preliminares sobre a sociologia do trabalho na França e no Brasil

O projeto de “modernização” foi uma utopia que alimentou o engajamento de toda uma geração de intelectuais no período aqui analisado. Na sua forma mais abstrata e simples, modernizar a sociedade pressupunha levá-la a um estágio superior que o anterior. Porém, os fatores identificados e valorizados como desencadeadores dessa evolução dependiam da visão de mundo predominante em cada época ou geração. No caso do mundo capitalista ocidental dos anos 1950 e 1960, isso era sinônimo de desenvolvimento econômico e, em algumas regiões, de democratização da sociedade. Na França do pós-guerra, por exemplo, a obstinação central de seu projeto modernizador passava, centralmente, pelo aumento da produtividade do trabalho. No Brasil, a sua condição de país periférico e dependente impunha como objetivo central o desvencilhamento das amarras herdadas de um passado colonial, arcaico e tradicional. Um dos pontos em comum entre os projetos modernizantes tanto do grupo francês quanto do brasileiro, aqui analisados, está em seu otimismo com o progresso técnico e científico.

Nesse sentido, a sociologia industrial norte-americana e, posteriormente, a sociologia do trabalho francesa eram lidas nos cursos da USP, em meados dos anos 1950, enquanto reflexões abstratas de uma sociedade que viria a se concretizar em algum dia no Brasil. Porém, quando a industrialização se tornou o fator mais dinâmico da economia brasileira, o mundo do trabalho foi incorporado na sociologia uspiana enquanto objeto central de reflexão político-acadêmica. Como desdobramento daquele processo, a classe operária brasileira passou a ter relevância enquanto agente político. Portanto, a partir disso, a sociologia do trabalho ganhou concretude no território brasileiro, permitindo um diálogo teórico, pautado em pesquisas empíricas, entre os brasileiros e os franceses.



Quando os sociólogos do trabalho franceses desembarcaram no Brasil no final dos anos 1950, encontraram um estilo de pesquisa semelhante ao que buscavam na França. A criação do CESIT, em 1961, que acabou por colocar em prática o projeto de uma *sociologia aplicada* esboçado pela Cadeira de Sociologia I, regida por Florestan (ROMÃO, 2006), só foi possível frente à conjuntura paulista de um governo estadual populista que valorizava as políticas planificadoras e buscava uma relação instrumental com a universidade. Foi relevante, também, o surgimento de uma fração entre os empresários que demandavam por pesquisas sobre o mundo industrial por acreditarem que a racionalização do trabalho desencadearia uma maior produtividade e rentabilidade do capital. Por fim, fervilhava na Universidade de São Paulo os debates acerca da sua reforma acadêmica e administrativa.

Entre 1940 e 1960, três problemáticas foram recorrentes em grande parte das pesquisas em sociologia na França: (1) as consequências das transformações técnicas sobre o trabalho e o conjunto da sociedade<sup>25</sup>; (2) as atitudes operárias<sup>26</sup>; e (3) a organização e a remuneração do trabalho<sup>27</sup>. Dentre as figuras mais importantes dessa geração, podemos citar, além de Georges Friedmann e Alain Touraine, Jean-Daniel Reynaud, Michel Crozier e Pierre Naville.

O primeiro grande projeto temático do CESIT, “Economia e Sociedade no Brasil”, estabeleceu quatro temas de pesquisa, escolhidos por serem prioritários para o desenvolvimento econômico: (I) o estudo sobre a mentalidade dos empresários brasileiros frente às mudanças na economia do país; (II) a análise sobre o Estado e seu papel na “modernização” do país; (III) a questão da força de trabalho, esclarecendo os seus dilemas, de modo a

---

<sup>25</sup>Os trabalhos mais representativos desta linha de pesquisa foram Friedmann (1946, 1950, 1956), Touraine (1955) e Naville (1960).

<sup>26</sup>Neste caso, ver principalmente Touraine (1966; 1966; 1961).

<sup>27</sup>Ver Crozier (1963, 1965).



enfrentá-los e resolvê-los; e, por fim, (IV) os problemas das disparidades regionais no desenvolvimento econômico do país<sup>28</sup>.

A sociologia uspiana, principalmente a produzida no CESIT, buscava uma interpretação e uma análise da realidade brasileira a partir de uma perspectiva totalizante. As obras desses autores continham uma tensão interna devido o confronto entre o modelo funcionalista, valorizado ao longo dos anos 1950, e o método dialético, incorporado pelos mais novos em suas pesquisas com as leituras de Marx e outros marxistas. Como afirmam Guimarães e Leite, essa geração

ousava correr o risco de formular uma teoria da sociedade brasileira. Nesse pioneirismo, os estudos sobre o trabalho industrial desempenharam um papel decisivo (...) Nessas condições, a moderna sociologia do trabalho nasceu, no Brasil, fortemente tributária da herança de alguns pioneiros que aceitaram o desafio de explicar as condições de emergência, as atitudes políticas e a ação sindical dos contingentes operários que se formavam no processo de industrialização. (GUIMARÃES; LEITE, 1994, p. 40)

Entretanto, as suas produções não superaram a visão dualista em voga nas ciências sociais, ainda que eles se colocassem críticos a elas. Por meio de pesquisas empíricas e *surveys*, tendo como objeto central o mundo urbano e industrial (o lado “moderno” do país), os membros do CESIT buscaram demonstrar as razões pelas quais o projeto modernizador encontrava resistências no Brasil. A causa, a grosso modo, estava na presença de elementos do arcaísmo nas atitudes de operários e empresários industriais.

Por exemplo, a hipótese de Leôncio Martins Rodrigues era a de que a “natureza do moderno processo de industrialização, em interação com determinadas características da sociedade brasileira, acarretou uma posição relativa da classe operária no interior da nação e tipos de orientações e atitudes políticas divergentes das observadas nos países de antiga

---

<sup>28</sup>Algumas das teses que resultaram desse projeto de pesquisa foram Cardoso (1964), Ianni (1965), Rodrigues (1968, 1970) e Pereira (1965).



industrialização” (RODRIGUES, 1968, p. 341). Segundo o autor, não houve no Brasil, no seio de seu proletariado, o desenvolvimento de ideologias questionadoras (negadoras) do capital, como teria ocorrido no proletariado dos países de capitalismo central. As especificidades de nosso país estariam no fato de que a emergência política das camadas trabalhadoras e a ampliação de sua participação política se efetuaram sob a égide do populismo, ou seja, “orientadas não por ideologias negadoras do sistema social, mas por aspirações de integração à sociedade urbana e moderna, sob lideranças de tipo paternalista originárias das classes superiores” (RODRIGUES, 1968, p. 342)<sup>29</sup>.

A temática sobre a *consciência operária* ou as *atitudes operárias* era uma preocupação central na primeira fase da produção intelectual de Alain Touraine (ou seja, de 1948 a 1968)<sup>30</sup>. O sociólogo francês buscava produzir uma teoria da *ação social*, refletindo sobre o que ele denominava de *historicité*, ou seja, a capacidade da sociedade de se transformar por si mesma. No entanto, essa transformação dependeria da ação de um *sujeito histórico*, ou seja, a classe operária.

Lembremos que, nesse período da sociologia do trabalho francesa, ocorreram inúmeros estudos sobre as resistências operárias ao processo de transformação técnico-administrativo no mundo do trabalho, que contaram com a aplicação de *enquêtes* com o objetivo de medir a consciência operária.

---

<sup>29</sup> Para Celso Frederico, as generalizações teóricas dos intelectuais dos anos 1950/60 careciam, em sua maioria, de uma pesquisa empírica séria. Ele aponta um problema central do pensamento dualista: a separação entre o *sujeito* e o *objeto*. Nesse sentido, “essas diferentes abordagens, traduzem, no fundo, uma postura idêntica perante a classe operária: ela seria apenas o objeto ao qual se aplicam e se ‘confirmam’ as teorias sociológicas acadêmicas ou, em alguns casos, o objeto com o qual ‘se faz política’. De qualquer forma, como se abstrai a prática concreta dos trabalhadores, essas análises acabam sempre considerando o operariado como um conjunto homogêneo que viveria um mesmo nível de consciência determinada pelos condicionamentos situados fora da luta de classes” (FREDERICO, 1979, p. 14). Podemos também encontrar uma crítica semelhante em Braga (2012).

<sup>30</sup> Nesta primeira fase de Touraine estão, principalmente, as suas preocupações sobre o mundo industrial e a consciência operária. São obras desse período as suas teses de Doutorado de Estado (1965, 1966). O momento de inflexão que deu início a sua segunda fase foi as mobilizações de maio de 1968 na França e, em seguida, a publicação de *La société post-industrielle* (1969) e *Production de la Société* (1973).



Dessa forma, acreditava-se que, compreendendo as questões que normatizavam as ações dos trabalhadores, seria possível aos sindicatos, aos patrões e aos agentes dos governos planejarem as políticas necessárias para acelerar o processo de modernização da sociedade.

Semelhante reflexão foi realizada no Brasil pela a sociologia uspiana dos anos 1960. Segundo esta, o *desajustamento* dos trabalhadores na sociedade industrial se refletia numa falta de consciência de classe. Com este limitador, os sindicatos e os movimentos sociais dos trabalhadores não poderiam cumprir, portanto, o papel de sujeitos históricos. Com a ausência de uma ação radical, os sindicatos se desenvolveriam controlados e subordinados ao Estado, permitindo a emergência do *populismo*.

Análise semelhante foi realizada sobre a mentalidade dos empresários, no famoso estudo de Cardoso (1964). Influenciados pelo arcaísmo de nosso passado, os empresários industriais apresentariam a ausência de uma *racionalidade instrumental weberiana*, fundamental para o desenvolvimento capitalista. Esse elemento se agravava com a característica de dependência da economia brasileira. Portanto, caberia ao Estado, com o auxílio de técnicos e o conhecimento científico, o papel de impulsionar e incentivar a industrialização com métodos modernos.

Ainda que os intelectuais do CESIT tentassem superar o dualismo predominante de seu tempo, eles não puderam romper totalmente com a sua lógica explicativa. A crença de que a modernização da sociedade dependeria de impulsos externos, justificados pela etapa da civilização industrial, dificultou que esta geração produzisse uma crítica radical das formas de ser e de organização do trabalho dos anos 1950 e 1960. No entanto, é inegável o legado teórico que esta geração deixou as gerações futuras. Portanto, acreditamos que uma análise crítica das categorias e, principalmente, da imagem que o CESIT conseguiu produzir sobre o mundo do trabalho brasileiro, junto a um resgate sistemático e cuidadoso nas fontes primárias, reconstruindo os desenvolvimentos institucionais e pessoais, como

pretendemos realizar com a nossa tese, poderá aportar não apenas para a compreensão do pensamento social do passado, mas para as possibilidades de pesquisas que se abrem no futuro.

### Referências bibliográficas

BOURDIEU, P. *Science de la science et réflexivité: cours du Collège de France 2000 – 2001*. 3a. ed. Paris: Éd. Raisons d’agir, 2007.

BRAGA, R. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. 1a edição ed. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRAUDEL, F. "Histoire et sociologie". In: GURVITCH, G. (Ed.). *Traité de sociologie (Tome premier)*. Bibliothèque de sociologie contemporaine. 2a. ed. Paris: PUF, 1962.

CÂNDIDO, J. C. *Entre a “política” e a “polícia”*: a constituição e a crítica da sociedade industrial democrática na sociologia paulista dos anos 1950 e 1960. Dissertação de Mestrado—São Paulo: Universidade de São Paulo, Fevereiro de 2002.

CARDOSO, F. H. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo, SP: Difusão Europeia do Livro, 1964.

CARDOSO, F. H. *Fernando Henrique Cardoso (depoimento, 2011)*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL, 2012.

CHAPOULIE, J.-M. *La tradition sociologique de Chicago : 1892–1961*. Paris: Éd. du Seuil, 2001.

FERNANDES, F. *A sociologia no Brasil: Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1977.

FREDERICO, C. *Consciência operária no Brasil*. 2a. ed. São Paulo: Ática, 1979.

FRIEDMANN, G. *Problèmes d’Amérique latine*. Paris: Gallimard, 1959a.

FRIEDMANN, G. "Quelques problèmes de définition et de limites. *Sociologie du Travail*", v. 1e année, out. 1959b.

FRIEDMANN, G. "Société et connaissance sociologique". *Annales: Economies, sociétés, civilisations*, v. Extrait, n. 1, p. 9–17, jan. 1960.

FRIEDMANN, G. *Problèmes d’Amérique latine II: signal d’une troisième voie?* Paris: Gallimard, 1961.

- GUIMARÃES, N. A.; LEITE, M. DE P. "A sociologia do trabalho industrial no Brasil: Desafios e interpretações". *BIB. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, v. 37, p. 39–59, 1994.
- GURVITCH, G. "La Vocation actuelle de la Sociologie". *Cahiers Internationaux de Sociologie*, v. 1, n. 1, 1946.
- IANNI, O. *Estado e capitalismo: estrutura social e industrialização no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965. v. 5
- LOPES, J. S. L. "Touraine e Bourdieu nas ciências sociais brasileiras: duas recepções diferenciadas". *Sociologia & Antropologia*, v. 3, n. 5, p. 43–79, 2013.
- LOPES, J. S. L.; PESSANHA, E.; RAMALHO, J. R. "Esboço de uma história social da primeira geração de sociólogos do trabalho e dos trabalhadores no Brasil". *Educação & Sociedade*, v. 33, n. 118, p. 115–129, mar. 2012.
- MICELI, S. et al. (EDS.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo, SP, Brasil: IDESP : Vértice : FINEP, 1989.
- PEREIRA, L. *Trabalho e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difel, 1965.
- RODRIGUES, L. M. (ED.). *Sindicalismo e sociedade*. São Paulo: Difel, 1968.
- RODRIGUES, L. M. *Industrialização e atitudes operárias: estudo de um grupo de trabalhadores*. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- RODRIGUES, L. M. *Leôncio Martins Rodrigues Netto (depoimento, 2008)*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV; LAU/IFCS/UFRJ; ISCTE/IUL, 2010.
- ROMÃO, W. DE M. *A experiência do CESIT: sociologia e política acadêmica nos anos 1960*. Dissertação de Mestrado—São Paulo: Universidade de São Paulo, 2003.
- ROMÃO, W. DE M. *Sociologia e política acadêmica nos anos 1960: a experiência do CESIT*. São Paulo: Humanitas, 2006.
- SIMÃO, A. *O voto operário em São Paulo*. . In: I CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. São Paulo: 1955
- TANGUY, L. *La sociologie du travail en France: enquête sur le travail des sociologues, 1950–1990*. Paris: Éd. la Découverte, 2011.
- TOURAINÉ, A. *Sociologie de l'action*. Paris: Éditions du Seuil, 1965.
- TOURAINÉ, A. *La conscience ouvrière*. Paris: Éditions du Seuil, 1966.
- TOURAINÉ, A. *La société post-industrielle*. Paris: Ed. Denoël, 1969.



TOURAINÉ, A. *Production de la société*. Paris: Éditions du Seuil, 1973.

**Arquivos consultados:**

Arquivo Anísio Teixeira, Arquivo FGV-CPDOC.

Arquivo Geral da USP.

Arquivos da administração da FFLCH-USP.

Arquivos da Fundação FHC (acesso ao acervo digital).

Arquivos da UNESCO, Paris.

Arquivos de Fernando de Azevedo, Arquivos do IEB-USP.

CAPH/DH – Projeto Memória da FFCL/FFLCH-USP.

Fundo Florestan Fernandes, Acervo Coleções Especiais UFSCAR/BCo.